

**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**De município à morada: hortas comunitárias, educação ambiental e
pertencimento em Araraquara/SP**

Ana Clara Nery da Silva

Tese apresentada para obtenção do título de
Doutora em Ciências. Área de concentração:
Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2024**

Ana Clara Nery da Silva
Bióloga

**De município à morada: hortas comunitárias, educação ambiental e
pertencimento em Araraquara/SP**

versão revisada de acordo com a Resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador
Prof. Dr. **MARCOS SORRENTINO**

Tese apresentada para obtenção do título de
Doutora em Ciências. Área de concentração:
Ecologia Aplicada

Piracicaba
2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA – DIBD/ESALQ/USP**

Silva, Ana Clara Nery da

De município à morada: hortas comunitárias, educação ambiental e pertencimento em Araraquara/SP / Ana Clara Nery da Silva. - - versão revisada de acordo com a Resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2024.

217 p.

Tese (Doutorado) - - USP / Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

1. Agricultura urbana 2. Comunidade 3. Identidade 4. Políticas urbanas

I. Título

Dedico esta tese à quatro seres encantados:

ao Mestre Jorge (Jorge Brandão Coutinho), que me dizia que um dia eu seria dotôra mesmo quando eu ainda nem sabia ler

à minha madrinha Dulce (professora Dulce Andreatta Consuelo Whitaker), por ter me ensinado a importância de ser mulher e fazer Ciência guiada pelo seu feminino

à minha avó Mariquinha (Maria da Conceição Vigatti), pelo exemplo de maravilhamento e estima mesmo frente às asperezas da vida

e ao meu pai Mané (professor Manoel Martins da Silva), por me ensinar sobre a alvorada, o silêncio, a escuta, por me lembrar o gosto de aprender e por tudo mais que nós dois sabemos e compartilhamos

*Vocês prepararam a terra pra eu pisar.
Vocês me fizeram parte e sempre farão.*

AGRADECIMENTOS

Como é bom poder aprender em conjunto, em partilha. Agradeço a todos e todas que fizeram parte dessa caminhada! Primeiramente ao professor Marcos Sorrentino, por ter me guiado nessa intensa e tão gratificante jornada. Obrigada por ser mais do que um orientador, por ser alguém que acolhe, que partilha, que faz da Ciência uma ferramenta de luta e da Educação uma forma de ser e estar no mundo, por me ajudar a acreditar que daria pra chegar ao fim e fazer algo significativo para mim e para os que estão próximos. Você é uma grande inspiração!

Agradeço às pesquisadoras e pesquisadores que fizeram parte do Comitê de Acompanhamento, do momento de Qualificação e de defesa dessa pesquisa sugerindo caminhos, metodologias e recortes que ajudaram a amadurecer essa investigação: as professoras Odaléia Telles, Vivian Battaini, Laura Martirani, Kátia Carolino e Sandra Lestinge e os professores Rafael Orsi e Rodrigo Machado. Também agradeço à Mara Casarin, secretária do Programa de Pós-graduação em Ecologia Aplicada e a todos os funcionários do CENA, da ESALQ e da USP que de alguma maneira colaboraram com esta jornada. Agradeço à CAPES pelo financiamento e por ter sido uma instituição resistente mesmo nos anos sombrios em que a Ciência e a Pesquisa foram tão desvalorizadas neste país.

Agradeço a todo pessoal envolvido na Horta Comunitária da Zona Norte, por terem acolhido essa ideia, compartilhado informações, sentimentos e utopias. Vocês me ensinaram muito! E à toda exuberância da Norte, das ruas da cidade, das árvores, das águas e do Sol que formam esse lugar lindo, conflituoso e sagrado, ao mesmo tempo.

Agradeço aos colegas do Laboratório Oca, pelos cafés e prosas, por me apresentarem outras formas de ver, pensar e estar no mundo, por me fazerem uma pesquisadora e uma pessoa mais cuidadosa e mais crente nas utopias para nosso mundo e nosso tempo e por aqueles que ainda virão.

Agradeço a todos os professores e professoras que encontrei durante minha passagem pela universidade pública e que foram me apresentando a importância da Ciência, da pesquisa e da extensão em espaços e momentos tão diversos, me ajudando a escolher os meandros da minha própria trajetória.

Agradeço aos meus pais, Bel e Mané, que sempre incentivaram a estar onde o coração batia mais forte, cuidando, aconselhando e amando em cada gesto. À

minha mãe, que me sonhou, gestou, pariu e cuidou e sempre cuida, todo meu eterno, imenso e colorido amor! Ao meu pai, que sempre disse que eu “tinha tido pros estudos” e não me deixou desistir, vai um agradecimento especial, que passa a barreira do tempo e da matéria e chega aonde só os encantados podem ficar: esse trabalho é todo nosso!

Aos meus irmãos Má e Chico, agradeço pelo apoio incondicional, desde pequena quando a gente dormia na cama do lado. Obrigada por me escutarem, apoiarem e aguentarem... Que bom ter vocês! Cada dia estamos mais perto, cada dia somos mais a gente. E agradeço também ao Gui e à Nívea por terem chegado e sempre somarem tanto afeto à nossa família.

Agradeço ao Rafa, pela parceria, carinho e incentivo e por nunca me deixar desistir de nada, inclusive desse trajeto e os tantos outros que ainda seguiremos. E por compartilhar comigo a chegada desse ser iluminado, que veio pra fervilhar nossas vidas e nos ensinar tanto! Agradeço com muita alegria à Tainá, por ter me escolhido pra ser sua mãe. Por ter a honra de saber que o som do meu coração foi o primeiro pulsar que você ouviu na melodia dessa existência.

Agradeço às minhas maravilhosas famílias Nery e Silva pelo apoio, pelo carinho, pelo incentivo, em especial às minhas avós Maria e Mariquinha, que sempre foram exemplo de gente que transborda amor e resistência. Obrigada pelos bolos, cafés, almoços, amparos e pelo cuidado com a Naná, especialmente na reta final dessa escrita. Agradeço também à Maria e à Jacque por apoiarem nossa família e nos ampararem nessa jornada acadêmica e para além dela! Obrigada, minha gente!

Aos amigos e amigas de Pira, Rio Claro, Araraquara e de tantos lugares, que fiz ou (re)encontrei nesses anos, agradeço pelo suporte, pelo carinho, pelas conversas e incentivos. E às crianças que chegaram e ainda estão por chegar e que vieram pra trazer luz e alegria em nossas caminhadas. Tem um pouquinho de vocês nessa escrita também!

Agradeço carinhosamente a todas as pessoas que fizeram e fazem parte da minha rede de apoio, que me auxiliaram com chás, bolinhos, paciência e muito amor comigo e com a Naná e que permitiram que mais uma mãe-mulher pudesse realizar o sonho de ser uma doutora. Essa rotina maravilhosa e intensa seria impossível sem vocês!

Agradeço aos alunos e alunas que durante nossos mágicos encontros em sala de aula me incentivaram a terminar este trabalho e virar “uma grande cientista”, como sempre diziam. Que alegria conviver com a juventude!

Por fim, agradeço o princípio de tudo, que também é meio, que é a natureza e a espiritualidade que dela/nela se manifesta: os sussurros do vento, o brilhar do Sol, a força das águas, as sementes que brotam, o fogo que queima e que renova, a força que nos move e nos esperança os corações, a potência dos ancestrais, a sabedoria das crianças e os assopros no pé do ouvido pros caminhos que se abrem e que devemos trilhar. Aos guias, santos, anjos e orixás, ao sagrado de cada um e de todos nós - que bom existir e resistir!

Quando a seca chega e leva embora as águas do rio Uruguai, as pessoas de Pueblo Federación regressam à sua perdida querência. As águas, ao ir embora, deixam nua uma paisagem de lua; e as pessoas voltam.

Elas vivem agora numa aldeia que também se chama Pueblo Federación, como se chamava sua velha aldeia antes que a represa de Salto Grande a inundasse e a deixasse debaixo das águas. Da velha aldeia não se vê nem mesmo a cruz do alto da torre da igreja; e a aldeia nova é muito mais cômoda e muito mais linda. Mas eles voltam à aldeia velha que a seca lhes devolve enquanto dura.

Eles voltam e ocupam as casas que foram suas casas e que agora são ruínas de guerra. Ali, onde a avó morreu e onde aconteceram o primeiro gol e o primeiro beijo, eles fazem fogo para o chimarrão e o churrasco, enquanto os cães cavam a terra em busca dos ossos que tinham escondido.

O bem-querer/2 - Eduardo Galeano - Livro dos Abraços, 1940.

SUMÁRIO

RESUMO.....	10
ABSTRACT.....	11
LISTA DE FIGURAS.....	12
LISTA DE TABELAS.....	14
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	15
APRESENTAÇÃO DA CAMINHANTE.....	17
1 CONEXÃO E JUSTIFICATIVA.....	23
2 CAMINHOS PARA A TRILHA.....	32
2.1 Referenciais metodológicos.....	33
3 SOBRE AMBIENTALISMO E MODOS DE SER, ESTAR, SABER E PERTENCER.....	40
3.1 Identidade.....	50
3.2 Ancestralidade.....	51
3.3 Comunidade.....	54
3.4 Potência de ação.....	55
3.5 Conexão temporal.....	57
3.6 Mergulho em si.....	58
3.7 Diálogo.....	59
4 AGRICULTURAS URBANAS, HORTAS COMUNITÁRIAS E OUTROS JEITOS DE FAZER A CIDADE.....	62
4.1 Agricultura e cidade.....	62
4.2 Agricultura urbana e hortas comunitárias.....	67
4.3 Potencialidades e desafios	71
4.4 Panorama da agricultura urbana e das hortas comunitárias no Brasil.....	74
4.5 Agricultura urbana e hortas comunitárias em Araraquara.....	80
5 ARARAQUARA: COMO SE VIVE A TERRA NA MORADA DO SOL.....	97
5.1 Informações iniciais sobre o município.....	97
5.2 Sobre o histórico e a atual organização socioespacial.....	103
5.3 As periferias e a Zona Norte.....	107
5.4 Iniciativas no território: a Horta Comunitária da Zona Norte.....	122
6 COM A MÃO NA TERRA: PROPOSTAS DE PRESENTE E FUTURO.....	126
6.1 Vivência, acolhimento e formação.....	127

6.1.1	Formação e (auto)descoberta.....	134
6.1.2	Conflitos com a comunidade.....	138
6.2	Educação para o “saber da terra” e o “saber das águas”.....	143
6.2.1	O “saber da terra”.....	143
6.2.2	O “saber das águas”.....	147
6.3	Desdobramentos da Horta em outros espaços, projetos e parcerias.....	157
6.3.1	Grupo “Terra Solidária” e projeto “Um toque que salva vidas”.....	157
6.3.2	Parcerias com a universidade.....	166
6.3.3	Projetos de compostagem.....	170
6.3.4	Vídeos e oficinas educativas.....	173
6.4	Horta, capoeira e maracatu: identidade e ancestralidade.....	178
6.5	Engajamento político.....	185
6.5.1	Formação política dos sujeitos e do seu coletivo.....	185
6.5.2	Desdobramentos para/ com políticas públicas.....	189
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS: COM POEMA E COM ENXADA, TODA GINGA SEMEADA.....	198
	REFERÊNCIAS.....	206

RESUMO

De município à morada: hortas comunitárias, educação ambiental e pertencimento em Araraquara/SP

Esta pesquisa teve como proposta compreender possíveis nexos entre a educação ambiental, o sentimento de pertencimento e a ação coletiva com a terra na experiência da Horta Comunitária da Zona Norte, em Araraquara/SP. Desenvolveu-se uma investigação qualitativa, de caráter exploratório e inspirada em pressupostos de um estudo de caso, com materiais coletados via pesquisa documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas, analisados a partir da triangulação de sujeitos e técnicas de coletas de dados. Usou-se o referencial da interdisciplinaridade e da multirreferencialidade, comungando diferentes áreas do saber e buscando uma leitura dos fenômenos a partir da complexidade. Ela se justifica pela necessidade de pensar processos educadores que façam emergir outros modos de ser, de estar, de saber e de pertencer e que, dada a conjuntura de estragos e mazelas socioambientais, capacitem os sujeitos para mitigação ou, quem sabe, possível reversão do atual quadro de crise civilizatória generalizada. O conceito base aqui estudado foi o de pertencimento, que se desdobra da ancestralidade, da identidade, da comunidade, da potência de ação, do mergulho em si, da conexão temporal e do diálogo, propondo um processo de educar para a multiplicidade, a pertinência e o encantamento do mundo. Enquanto atividades educadoras encontradas na Horta e que são voltadas ao pertencer, destacam-se: i. os momentos de vivência, acolhimento e formação; ii. a educação para o “saber da terra” e o “saber das águas”; iii. os desdobramentos da Horta em outros espaços, projetos e parcerias; iv. a relação com a capoeira e maracatu, para formação da identidade e resgate da ancestralidade; e v. o processo de engajamento político. O movimento da Horta foi pensado para produção de alimentos em escala, buscando combater a fome e garantir a segurança alimentar, mas na prática houve pequena produção, muito aquém das necessidades da comunidade e dos próprios participantes. Parte dessa produção se potencializou nos quintais individuais, onde o cuidado foi mais facilmente alcançado no momento pandêmico e pós-pandemia, levando para dentro das casas a “agroecologização da quebrada”. Para além da produção alimentar, a Horta se desdobrou em outros projetos culturais e socioambientais, auxiliando na constituição da identidade e do engajamento político da comunidade. A multiplicação dessas discussões para toda a Zona Norte e as outras periferias de Araraquara pede mais incentivo e mais amparo da gestão pública. Foram encontrados marcos legais municipais que buscam a segurança alimentar e nutricional nos territórios de maior vulnerabilidade socioambiental e sugere-se que estas políticas sejam constantemente revisadas e aprimoradas, incluindo a aproximação com a Horta, o mapeamento das fortalezas e fragilidades dos bairros, a busca das relações de afeto e confiança com as comunidades e a formação das identidades locais. A partir de uma utopia coletiva, a Horta tem trazido à essa comunidade, com tamanhas fragilidades, a possibilidade de se fazer forte, potente, múltipla e em continuidade, cumprindo o primordial papel da educação ambiental.

Palavras-chave: Agricultura urbana, Conflitos socioambientais, Comunidade, Identidade, Políticas urbanas

ABSTRACT

From municipality to home: community gardens, environmental education and belonging in Araraquara/SP

This research aimed to understand possible connections between environmental education, the sense of belonging, and collective action with the land in the experience of the North Zone Community Garden in Araraquara/SP. A qualitative, exploratory investigation was developed, inspired by the assumptions of a case study, with materials collected through documentary research, participant observation, and semi-structured interviews, analyzed through the triangulation of subjects and data collection techniques. An interdisciplinary and multi-referential approach was used, combining different areas of knowledge and seeking a reading of phenomena from a perspective of complexity. The research is justified by the need to consider educational processes that bring forth other ways of being, existing, knowing, and belonging, and which, given the context of socio-environmental damage and afflictions, empower individuals for mitigation or, perhaps, a possible reversal of the current state of widespread civilizational crisis. The central concept studied here was belonging, which unfolds from ancestry, identity, community, the power of action, self-immersion, temporal connection, and dialogue, proposing an educational process for multiplicity, relevance, and enchantment with the world. Educational activities found in the Garden that are geared towards belonging include: i. moments of experience, welcome, and training; ii. education for "knowledge of the land" and "knowledge of the waters"; iii. the Garden's extensions into other spaces, projects, and partnerships; iv. the relationship with capoeira and maracatu for identity formation and the recovery of ancestry; and v. the process of political engagement. The Garden movement was designed for large-scale food production, aiming to combat hunger and ensure food security. In practice, however, there was limited production, falling far short of the needs of the community and the participants themselves. Part of this production was enhanced in individual backyards, where care was more easily achieved during and after the pandemic, bringing the "agroecologization of the neighborhood" into homes. Beyond food production, the Garden extended into other cultural and socio-environmental projects, helping to build the community's identity and political engagement. The expansion of these discussions to the entire North Zone and other peripheries of Araraquara calls for more encouragement and support from public management. Municipal legal frameworks were found that seek food and nutritional security in areas of greater socio-environmental vulnerability, and it is suggested that these policies be constantly reviewed and improved, including closer ties with the Garden, mapping the strengths and weaknesses of neighborhoods, fostering relationships of affection and trust with communities, and forming local identities. From a collective utopia, the Garden has brought to this community, with its many vulnerabilities, the possibility of becoming strong, powerful, diverse, and continuous, fulfilling the primary role of environmental education.

Keywords: Urban agriculture, Socio-environmental conflicts, Community, Identity, Urban politics

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Diagrama relacionando conceitos ligados ao pertencimento.....	50
Figura 2. Feiras na praça “Pedro de Toledo”	80
Figura 3. Algumas hortas pelas periferias da cidade.....	81
Figura 4. Registros da 3ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e de Desenvolvimento Rural Sustentável.....	83
Figura 5. Fluxograma com alguns marcos legais para agricultura urbana em Araraquara/SP.....	94
Figura 6. Mapa da Sub-Bacia do Rio Jacaré Guaçu e Afluentes Diretos do Rio Tietê.....	99
Figura 7. Malha urbana do município de Araraquara/SP.....	111
Figura 8. Zona Norte da cidade de Araraquara/SP.....	116
Figura 9. Ocupação da Zona Norte de Araraquara/SP de 1987 a 2022.....	117
Figura 10. Primeiras habitações do “Programa Minha Casa Minha Vida” na Zona Norte.....	118
Figura 11. Bairro Valle Verde com destaque para a Horta Comunitária.....	122
Figura 12. Cartazes veiculados durante a pandemia e alimentos doados.....	130
Figura 13. Cartazes e campanhas para arrecadação de alimentos.....	130
Figura 14. Algumas atividades culturais.....	132
Figura 15. Mutirões realizados entre abril de 2019 e julho de 2021.....	136
Figura 16. Mais atividades culturais e mutirões.....	137
Figura 17. Barracões da Horta.....	139
Figura 18. Terreno e barracão da Horta.....	140
Figura 19. Estruturas que restaram/ ruínas do barracão da Horta.....	140
Figura 20. Mutirões para plantio e limpeza.....	145
Figura 21. Nascente do Ribeirão das Cruzes, na região do Valle Verde.....	147
Figura 22. Mapa da bacia hidrográfica das Cruzes.....	148
Figura 23. Área próxima à nascente do Ribeirão das Cruzes, onde se realizou o mutirão de plantio do Projeto “Corredor Agroflorestal” - Registros de abril de 2019.....	151
Figura 24. Nascente do Ribeirão das Cruzes, com detalhe de processos erosivos.....	152
Figura 25. Fragmento florestal próximo à nascente do Ribeirão das Cruzes.....	153

Figura 26. Área próxima à nascente do Ribeirão das Cruzes, onde se realizou o mutirão de plantio do Projeto “Corredor Agroflorestal” - Registros de novembro de 2023.....	154
Figura 27. Construções imobiliárias próximas ao Ribeirão das Cruzes, ao Norte...	154
Figura 28. Hortas implantadas pela iniciativa “Terra Solidária” e logo do grupo.....	158
Figura 29. Hortas implantadas pelo projeto “Um Toque que Salva Vidas”.....	160
Figura 30. Cronologia para implantação do Projeto “Um Toque que Salva Vidas”.....	160
Figura 31. Hortas instaladas pelo programa “Quintais Sustentáveis” no bairro Valle Verde.....	162
Figura 32. Vivências do grupo da Horta no espaço da universidade e da universidade no espaço da Horta.....	170
Figura 33. Atividades na composteira da Horta.....	172
Figura 34. Horta e Valle Verde na série “Bioconstruindo na Quebrada”.....	174
Figura 35. Locais referenciados na série “Bioconstruindo na Quebrada”.....	176
Figura 36. Samba de coco, maracatu, capoeira e oficina de turbantes.....	179
Figura 37. Diferentes momentos do grupo “Sementes crioulas”.....	181
Figura 38. Cartazes de eventos para formação política na Horta.....	188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Características dos interlocutores entrevistados.....	38
Tabela 2. Renda per capita das famílias residentes no Valle Verde.....	119
Tabela 3. Faixa etária da população residente no Valle Verde.....	119
Tabela 4. Escolaridade a partir dos 07 anos de residentes no Valle Verde.....	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Áreas de Proteção Permanente
APRM	Área de Recuperação e Proteção Ambiental
ARENA	Partido Aliança Renovadora Nacional
AUP	Agricultura Urbana e Periurbana
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CAISAN	Câmara Intersecretarial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CBH- TJ	Comitê de Bacias Hidrográficas Tietê-Jacaré
CIECO	Corredores de integração Ecológica
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CMPUA	Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Ambiental
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
COMDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
COMPHARA	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Paleontológico, Etnográfico, Arquivístico, Bibliográfico, Artístico, Paisagístico, Cultural e Ambiental do Município de Araraquara
COMSAN	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ConSea	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
DAAE	Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Araraquara
EA	Educação ambiental
EC	Estatuto da Cidade
ESALQ	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FCL	Faculdade de Ciências e Letras
HCZN	Horta Comunitária da Zona Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQIA+	Movimento de lésbicas, gays, transexuais, queers, intersex, assexuados e afins
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
NPU	Núcleo de Planejamento Urbano
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento participativo
PD	Plano Diretor
PET	Programas de Educação Tutorial
PIB	Produto interno bruto
PMCMV	Programa “Minha Casa Minha Vida”
PNAUP	Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana
PL	Projetos de lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PQS	Programa Quintais Sustentáveis
PT	Partido dos Trabalhadores
RAPPA	Rede de Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas
SABESP	Companhia de saneamento básico do estado de São Paulo
SAG	Sistema Aquífero Guarani
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SESC	Serviço Social do Comércio
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UGRHI	Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Unesp	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
USP	Universidade de São Paulo
ZAMB	Zonas Ambientais
ZAUS	Zonas Ambientais de Uso Sustentável
ZEUS	Zonas de Estruturação Urbana Sustentável
ZOPAG	Zonas de Produção Agrícola
ZORUR	Zona Rurbana

APRESENTAÇÃO DA CAMINHANTE

*“Falar um pouco de si / é coisa que me dá medo
 Pois nem sempre esse mundão / acolhe bem nossos segredos...
 Mas é um bom exercício, que ajuda a pensar:
 Quem sou eu? O que me forma? / Pra onde eu quero caminhar?
 E é desse ponto que parto / para contar sobre mim,
 nascida em ventre belo / na morada do Sol sem fim,
 onde o amor é transbordante / mas do tipo que não sufoca
 E sabe que o mundo é grande: / mas a chave tá na porta!
 Parti pra conhecer a vida / na cidade do céu azul
 Tempo de metamorfose, / de viver de norte a sul.
 Tanta gente conheci, / tanto as admirei
 que muito ficou em mim, / nelas também me formei!
 E de tudo que aprendi / ficou uma grande herança:
 Buscar um mundo melhor, / onde impere a tolerância!
 Usar a educação / como uma forma de luta
 (De)formando pensamentos / achando qual é culpa
 A que trás tantas mazelas / a mim, a ti, todos nós
 Tantas formas de injustiça / que teimam calar a voz!
 E percebi que o problema / ele é todo estrutural
 E que se eu caminho só / tudo continua igual!
 Mas aos poucos despertei / e saí da minha toca
 E aqui na terra do peixe / encontrei amor na Oca!
 Na crença que o mundo é bão / e que pra tudo dá-se jeitos,
 e a primeira das etapas / é encontrar os defeitos!
 Mas não para por aí: / é preciso soluções
 para articular pessoas, / conectar corações!
 E daí a gente chega / na proposta destes planos:
 se todos caminhamos juntos, / amigos, pra onde vamos?”*

fevereiro / 2017

Cresci ouvindo muitas vezes a história de quando meu avô Abílio, pai da minha mãe, semeava arroz, abóbora e feijão no corredor dos pés de café para aproveitar o espaço da roça e plantar comida pra família. Ou as histórias de quando minha avó Maria inventava muitos pratos com milho, verdura e, de vez em quando, uma galinha pra dar conta de alimentar a casa: fazia polenta, pão, bolo, rocambole, bolachas, uma galinhada... Na roça, apesar da simplicidade da comida, sempre se tinha alguma coisa no quintal que pudesse abastecer a família.

Ouvi também, com muito incômodo, os relatos da minha vó Mariquinha, mãe do meu pai, contando sobre a precariedade da vida na cidade. Era uma casa sempre cheia de gente, mas com pouco espaço para conviver e cultivar. Muita água no feijão, muito coco e banana que se fazia render, como ela mesmo dizia, “com um punhado de açúcar e uma pitadinha de óleo” e, assim, as barrigas iam se enchendo.

Essas Marias, separadas por quilômetros de distância, mas que estavam sempre fazendo a função de mães-criadoras-inventoras-decomidas pra abastecer as crianças e preparar ainda alimentos com gostosura, memória e afeto, como é tão comum dessas mulheres que tiveram que se fazer resistentes e que nunca viram a noite adormecer nos seus olhos¹.

Não acredito que tenha sido por acaso que cheguei até a proposta de trazer à pesquisa o tema do entendimento sobre o pertencer no contexto da educação ambiental e da agricultura urbana. Além de um desejo investigativo profissional, hoje vejo com mais clareza a relação do plantar no campo-cidade que me veio antes de mim, que faz parte de minha jornada de memórias pessoais e de família.

As leituras, os relatos, as vivências me comoveram para além da simples escrita; foi aquela coisa visceral, de motivação e de emoção. E nessas horas a pesquisa passa a ser não só conhecimento produzido formalmente para fora, mas sentido de existir produzido pra dentro.

Essa trajetória também resulta do meu envolvimento com a educação ambiental ainda na graduação, iniciada em 2007 quando decidi que queria estudar mais a vida e os seres vivos e ingressei no curso de Ciências Biológicas na Unesp de Rio Claro, me dedicando especialmente ao estudo do animal humano e de suas relações com o meio e os demais seres.

Em 2011, aproximei-me da licenciatura e do mundo da docência e a educação ambiental veio junto com ela, tendo sido desde então o fio condutor de meus trabalhos e de meu existir. Dando continuidade a este caminho de descobertas na área de educação ambiental, no ano de 2013 ingressei no Mestrado em Educação também pela Unesp de Rio Claro. Busquei compreender o processo de construção de algumas políticas públicas de educação ambiental no Brasil,

¹ Alusão ao poema "A noite não adormece nos olhos das mulheres" de Conceição Evaristo (2008): A noite não adormece / nos olhos das mulheres / a lua fêmea, semelhante nossa, em vigília atenta vigia / a nossa memória. / A noite não adormece / nos olhos das mulheres / há mais olhos que sono / onde lágrimas suspensas / virgulam o lapso / de nossas molhadas lembranças. / A noite não adormece / nos olhos das mulheres / vaginas abertas / retêm e expulsam a vida / donde Ainás, Nzingas, Ngambeles / e outras meninas luas / afastam delas e de nós / os nossos cálices de lágrimas. A noite não adormecerá/ jamais nos olhos das fêmeas / pois do nosso sangue-mulher / de nosso líquido lembradiço / em cada gota que jorra / um fio invisível e tônico / pacientemente cose a rede de nossa milenar resistência".

especialmente entendendo os atores que participavam do processo de elaboração e implementação das políticas.

E percebi, então, que o universo teórico e prático da educação ambiental é grande e múltiplo! Instigada por reflexões acerca das relações humanas estabelecidas com o meio (toda a Terra) e com os demais seres (vivos, não vivos, visíveis ou não) meu despertar para pensar sobre o pertencer começou a se intensificar após minha chegada à Oca, em 2015. Foi integrando o Laboratório de Educação e Política Ambiental do Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP) e as aulas das disciplinas que participei, que internalizei conceitos outros dentro da educação ambiental que antes não me eram tão claros, como o de comunidade sugerido pela Oca como um dos pilares fundamentais à processos educadores sustentáveis e dialógicos - juntamente com identidade, felicidade, potência de agir e diálogo (SORRENTINO et al., 2018).

Questionamentos mais adensados vieram no processo de formação do curso de especialização em “Educação Ambiental e Transição para Sociedades Sustentáveis”, que trilhei nos anos de 2017 e 2018 também na ESALQ. Relendo meu diário de bordo - escrito nos dois anos de formação - percebi que o grande tema que se evidenciava era a necessária formação de uma comunidade (de aprendizagem, de afeto, na esfera local, no âmbito global) para encarar os desafios da construção (ou retomada?) de sociedades sustentáveis.

Na Oca ainda pude participar dos primeiros passos do que viria a ser o “Acampa Brasil”. Vinculado ao Acampa Internacional que trabalha especialmente com pessoas em situação de refúgio internacional, a ideia deste movimento, com uma conformação “mais tropical”, era articular e fortalecer processos educadores junto às pessoas e instituições que trabalhassem com situações de vulnerabilidade. Naquele momento, a constituição do movimento me trouxe leituras e debates sobre o não poder pertencer, sobre o desenraizamento forçado por guerras, questões políticas, mudanças climáticas, entre outros tantos motivos que levam pessoas a saírem de seu lugar sem seu real desejo.

Também referencio à minha ida para Piracicaba, onde tive, entre os anos de 2014 e 2018, o prazer de poder viver na terra “onde o peixe pára” e percebi a paixão

do piracicabano por seu lugar. Mesmo não tendo nascido ali, eu me sentia bem-vinda, acolhida, pertencente ao rio e aos seus encantos. Esses anos despertaram em mim, novamente, a curiosidade e o orgulho de ser caipira, interiorana, “gente simples”. Relembrar o interior que sempre fez parte da minha trajetória, onde havia a singeleza, as cozinhas compartilhadas, os muros baixos e as cadeiras na rua ao fim da tarde. Aquele jeito de ser em conjunto e com uma identidade própria.

Há também cenas anteriores a este momento, que entendi como raízes profundas de meu desejo de aventurar-me por compreender o pertencimento. São cenas que remetem à minha cidade natal e à vivência infante, como a sensação de ver e ouvir o curso d’água da entrada da cidade de Araraquara (o córrego do Ouro) após uma viagem e isso dar a sensação de estar em casa. Ou o cheiro de laranja que dá à cidade um aroma cítrico e que já faz parte do perfume do lugar para aqueles que ali vivem².

Ou de uma vivência artística - sempre tão visceral! - vinda de um espetáculo de dança chamado “Desterrados”, em 2010. Baseado em fragmentos do “Teatro Opinião” e em escritos de Darcy Ribeiro e Milton Santos, a trama foi redigida por estudantes de diferentes cursos de graduação da Unesp de Rio Claro integrantes do projeto de extensão “Cia Éxciton” e dançava a formação do povo brasileiro, com as divergências culturais, os conflitos no campo, a formação da periferia, as disputas por terra e dignidade em um território grande, diverso e muitas vezes hostil.

Também remeto a um processo de aproximação com alguns círculos de mulheres, que questionam e lutam por suas raízes, por conhecer sua ancestralidade e ter esse direito respeitado. Pela conservação de seus conhecimentos primordiais, de seus rituais, de seus mitos e de suas memórias coletivas. Que não possuem mais um território físico único para se vincularem - como já o foram as florestas, campos, mares, rios ou seus próprios corpos -, mas que buscam caminhos de volta à suas perdidas moradas.

Também remeto ao processo de descoberta de minha espiritualidade dentro da fé brasileira, na mistura dos pretos-velhos e ciganos, dos baianos e malandros, dos caboclos e marinheiros, dos exus e curumins, dos boiadeiros e moças, dos

² Faço aqui alusão aos escritos de bell Hooks, quando ela, também investigando sobre onde estavam suas raízes, foi aprofundando o que entendia por pertencimento e a cultura do lugar (HOOKS, 2022).

bruxos e cangaceiros, dos guardiões e santos, das crianças e orixás. E entre uma batida de atabaque e outra, aprendi e ainda aprendo, num mergulho profundo em mim e em nosso povo, que se forjou entre a rapadura e o sangue, entre as festas, frestas e as feridas e ainda assim carrega o encantamento do ser além de ser.

Em 2018, querendo retornar ao local onde acreditei que estavam minhas raízes, mudei novamente para Araraquara, onde tenho vivido desde então. Voltar para a “terra da laranja” foi uma surpresa! Foram muitos anos morando em outros lugares e a cidade que eu conhecia já não existia mais... desde então, a pesquisa aqui apreendida e a vivências dela resultantes me ajudaram a compreender que lugar é esse, como ele se constituiu e se constitui, como ele me pertence e como eu pertenço a ele.

O trajeto desta pesquisa foi permeado por momentos de muitas alegrias, vindos dos novos aprendizados e relações estabelecidas com as pessoas e os territórios; mas também vale destacar as dúvidas e dificuldades que se desdobraram do momento pandêmico e dos novos rumos que a vida pessoal também foi tomando, com chegadas e partidas e nos quais a continuidade dessa pesquisa parecia impossível. O apoio dos professores, colegas pesquisadores e amigos e familiares foi fundamental pra que essa investigação chegasse ao fim e com o compromisso que tínhamos em mente desde o início!

As vivências em Araraquara têm sido muitas e múltiplas: mutirões em hortas comunitárias, mutirões em hortas de amigos, participação em audiências públicas, cultivos no meu próprio quintal, participações em feiras, diálogos com os ambientalistas da cidade e visitas a lugares de importância ambiental e cultural na cidade (como a chácara Sapucaia, as praças, os museus, os teatros, a floresta Paludosa, o Ribeirão das Cruzes, o Vale do Anhumas, as hortas pelas periferias da cidade).

Há assim, um desejo pessoal de compreender a agricultura urbana, o pertencimento e a educação ambiental como questão de sujeito, de gente, que se mistura a um desejo de compreendê-lo de maneira sistemática, utilizando recursos de pesquisa para buscar respostas a esses questionamentos. Por um caminho traçado não com o intuito de amarra, mas de compreensão das tantas questões que

envolvem os fazeres socioambientais e o desejo de olhar o mundo e questioná-lo a todo tempo.

Boa parte das leituras não eram familiares e pode-se dizer que junto com os escritos que se deram, foram feitas como um trabalho árduo e, ao mesmo tempo, bastante gratificante de ser feito. Eles complementaram e ainda têm complementado minha formação de bióloga- ambientalista- professora- gente na minha relação com um mundo em (re)construção e em estado de desvelamento e na minha compreensão do mundo que nos cerca e das contradições que o tecem.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A organização planetária atual, de globalização, dá-se enquanto uma era de crises, nas quais “(...) as mesmas variáveis construtoras do sistema estão continuamente chocando-se e exigindo novas definições e arranjos” (SANTOS, 2008, p. 34). Este momento de crise socioambiental generalizada e de amplas proporções é diferente de outros momentos da história, porque as crises “não se instalam gradativamente como antes, nem tampouco são privilégio de alguns continentes e países, como outrora. Tais fatores dão-se concomitantemente e se realizam com muita força por toda parte” (p.34). Desta forma, para lidar com a era de crises, é necessário compreender suas múltiplas e complexas raízes, bem como os diversos meios de superá-las.

Grande é o desafio de pensar processos educadores que nos formariam para sairmos da situação de crise civilizatória em que estamos. Processos que fizessem emergir outros desejos de ser, de estar, de saber e de pertencer e que, dada a conjuntura de estragos e mazelas socioambientais, nos capacitassem enquanto práticas sociais para mitigação ou, quem sabe, possível reversão do atual quadro.

O momento histórico urgente pede que nós, humanos, habitantes do planeta Terra, nos indaguemos sobre quem somos, o que fazemos aqui e para onde queremos caminhar, além de outras perguntas que possam nos conectar individual e coletivamente com as buscas de sentidos existenciais e com o entendimento sobre o acolhimento que tivemos, temos e ainda poderemos ter nos territórios que habitamos (SORRENTINO; NERY-SILVA, 2019).

Para autores como Milton Santos, Luis Simas e Luis Rufino, é importante que escutemos as miudezas, como uma “filosofia banal” que comece por “se instalar no espírito das pessoas com a descoberta, autorizada pelo cotidiano, nos lugares comuns, até ultrapassar a superfície e chegar à consciência” (SANTOS, 2008, p. 115). Uma fala pequena, como são diminutos os caroços do dedê (SIMAS, RUFINO, 2019), mas que pode “falar tanto” e ser compreendida e multiplicada a partir de processos educadores. Pode-se pensar: o que fazem e como se articulam aqueles que estabelecem, mesmo que de maneira “pequena”, novas relações entre si e com o meio em seu cotidiano?

No contexto de um mundo em desequilíbrio é que a educação ambiental e os processos formativos ligados a ela têm emergido, enquanto uma “das possíveis estratégias para o enfrentamento da crise civilizatória de dupla ordem, cultural e social” (SORRENTINO et al, 2005, p. 287). Esse referencial de educação ambiental consiste em uma mudança de paradigma na qual “ao educar para a cidadania”, pode-se “construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita” (*idem*). Devem-se buscar ações educadoras comprometidas com processos que promovam a superação do atual paradigma da racionalidade instrumental que opera em oposição à participação, à emancipação, à diversidade e à solidariedade, gerando silenciamentos por todo mundo.

As estratégias educadoras devem promover o individual, a transformação do indivíduo em suas práticas cotidianas, reencantando o mundo de cada sujeito (SIMAS, RUFINO, 2019). Ao mesmo tempo, é necessário que se consolidem estratégias dadas na articulação entre povos, governos e instituições: são importantes as políticas públicas ligadas à educação ambiental para construção destas novas relações, germinando, capilarizando e amplificando outras perspectivas no vasto e fértil território brasileiro.

A cultura industrial capitalista moderna, que apregoa a ideologia individualista, construiu uma representação da pessoa humana enquanto “ser mecânico, desenraizado e desligado de seu contexto, que desconhece as relações que o tornam humano e ignora tudo que não esteja direta e imediatamente vinculado ao seu próprio interesse e bem-estar” (SÁ, 2005, p. 247). O modelo hegemônico colonial (SIMAS, RUFINO, 2019) que tem por base a degradação - social, ambiental, cultural - causou o desgaste dos saberes nos quais as relações de mútuo pertencimento entre os seres humanos - com suas comunidades - e deles com o seu meio se sustentavam.

É preciso reconhecer suas origens e relações com o território, a coletividade, a identidade “que conserva vivo certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro” (WEIL, 2001, p.43). Dentre as múltiplas e complexas raízes de nossa era de crises que precisam ser compreendidas temos o enraizamento que, segundo Simone Weil, é talvez uma das mais importantes e

desconhecidas “necessidades da alma humana” (*idem*) e também uma das mais difíceis de definir.

Para a autora, cada pessoa necessita ter múltiplas raízes, “perceber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente” (WEIL, 2001, p.43): é preciso reconhecer as formas de nos fazermos em conjunto, comunitariamente. O estabelecimento de relações e a solidificação dos laços humanos - na esfera local e global - requer tempo e vai na contramão das atuais formas de união, que tendem a ser de curto prazo e destituídas de perspectivas e de futuro (BAUMAN, 2003).

Mas nem toda humanidade está contente com a atual organização social, de desenraizamento e falta de comunhão. E desse descontentamento pode partir a sinergia para a necessária mudança histórica, “porque os humanos estão mortificados e irritados pelo que acham doloroso e desagradável em sua condição, porque não querem que essas condições persistam e porque procuram uma maneira de aliviar e reverter seu sofrimento” (BAUMAN, 2003, p.22).

O contexto de crise socioambiental vivida é ao mesmo tempo gerado por e gerador de uma aversão ao cuidado coletivo, um senso de não pertencimento, seja a um espaço territorial ou a um todo maior de caráter subjetivo, no qual há um “estado de desconexão com a realidade espaço-temporal” que se associa “à dificuldade de articulação política e social na busca de soluções responsáveis” (LESTINGE, 2004, p.40) para as muitas situações vividas.

O conceito de pertencimento é importante para processos educadores no sentido de os cidadãos compreenderem a relação com seu entorno e com a superação de um desenraizamento que pode levar à não responsabilidade (LESTINGE, 2004). Buscando uma “nova história”, surgem como elementos da possibilidade de outra trajetória:

(...) a enorme mistura de povos, raças, gostos, em todos os continentes. A isso se acrescenta, (...) a “mistura” de filosofias em detrimento do racionalismo europeu. Um outro dado de nossa era, indicativo da possibilidade de mudanças, é a produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores, o que permite um ainda maior dinamismo àquela mistura entre pessoas e filosofias (SANTOS, 2008, p. 20 -21).

No encontro, nas relações com os demais humanos, com os saberes que

constituímos e com os espaços que ocupamos são abertas prerrogativas para uma nova forma de pertencimento e de organização, que vai na contramão da atual crise socioambiental forjada nos valores capitalistas, patriarcais e de carrego colonial (RUFINO, 2018; SIMAS, RUFINO, 2019).

Para Tuan (1983), acontecimentos simples “podem com o tempo se transformar em um sentimento profundo pelo lugar” (p.77), o que ampliaria a possibilidade de cuidados e existência. Surgem então os questionamentos: que acontecimentos simples são estes que desenvolvem um sentimento profundo por um lugar? Eles podem ser ensinados em processos educadores? Há iniciativas de educação ambiental voltadas para compreensão interiorizada do senso de pertencimento? Elas se caracterizam como ações pontuais ou como políticas públicas? De que metodologias se utilizam? Com quais atores se articulam?

Um outro questionamento importante também vai na direção de entender como diferentes grupos se sentem pertencentes ao espaço, como o transformam em lugar. A partir das reflexões de Tuan (1983) podemos pensar: que pertencimentos estão presentes na classe operária que vivem em casas e bairros que não foram planejados por elas? Como se traça o senso de pertencimento nas residências dos novos conjuntos habitacionais na periferia das cidades? Esse sentimento existe? A que velocidade se desenvolve? De que maneira isso impacta e é impactado pelas condições socioambientais locais?

Ainda que tradicionalmente o planejamento urbano busque solucionar ou ao menos ordenar problemas nas cidades, há “espontaneidades que ocorrem à margem dos mecanismos e processos formais (...) que também buscam construir alternativas para problemas presentes no cotidiano da urbanização. (...) são práticas que ocorrem de modo informal, espontâneo e espraiado (pontual) pela cidade” (COUTINHO, COSTA, 2011, p.82). Que práticas são essas? Como elas se relacionam à construção do espaço? Como se relacionam com a terra e com a agricultura? São possíveis em hortas comunitárias?

Investigações no município de São Paulo mostraram que a presença de uma horta comunitária no interior de um bairro possibilita a garantia de segurança alimentar e nutricional e atua também enquanto espaço de convivência e interação social. Ela pode configurar-se enquanto espaço educador, “de articulação política e desenvolvimento comunitário que envolve dimensões profundas na criação de laços

de confiança e na enunciação de utopias” (BIAZOTI, 2020, p. 13). As hortas comunitárias têm mostrado potencialidades enquanto espaços educadores para troca de conhecimentos, gestão coletiva e participativa, engajamento cívico, envolvimento cidadão e construção de identidades comunitárias (*idem*).

Investigações em hortas comunitárias também permitem compreender em que medida elas podem servir enquanto espaços de construção do senso de pertencimento pela formação de um coletivo, com a passagem da passividade à ação, no reconhecimento do individual e do coletivo e na formação do comum (BIAZOTTI, 2020).

Também na capital paulista, Nagib (2016) considerou que hortas comunitárias têm sido estratégias para a concretização da “utopia das “revoluções tranquilas” (p.10), impulsionando a expressão ativista, incentivando experiências comunitárias de caráter solidário, trazendo luz aos debates sobre a origem e qualidade dos alimentos e ampliando as reflexões sobre a apropriação do espaço público e do direito à cidade.

O viés da possibilidade de formação política em hortas comunitárias em São Paulo também foi visto por Machini (2018) quando, na análise das motivações, conexões e formas de ação autogestionada dos voluntários de três hortas da capital, considerou as potencialidades de “uma política do cotidiano”, de “uma cidade em cultivo” e de “seres em cultivo” (p.192), que não só politizam seu cotidiano, mas também cotidianizam a política.

Ainda em São Paulo, Curan (2020) investigou a multifuncionalidade da agricultura urbana em hortas comunitárias na Zona Leste da capital considerando que, na dimensão sociocultural, os papéis da agricultura urbana podem ser múltiplos e incluir o desenvolvimento cultural, a requalificação do espaço urbano, a reconexão com a natureza, a valorização do patrimônio cultural, a coesão social, entre outros. E isso vale não apenas para os agricultores, mas se expande para os moradores do entorno, com quem compartilham o espaço urbano.

Em outra capital, Almeida (2016) considerou que a agricultura urbana e as hortas comunitárias da Região Metropolitana de Belo Horizonte são múltiplas e fazem parte do “urbano em formação” (p. 08). Essas práticas diversas não só produzem alimentos como permitem que se fortaleçam e ampliem as escalas das práticas cotidianas, para que se torne possível cultivar o e no urbano considerando

este enquanto espaço de convivência entre as pessoas e entre estas e a natureza.

Práticas de agricultura urbana e hortas comunitárias possibilitam que seja feito o debate político acerca de temáticas como a (in)segurança alimentar, especialmente nas periferias; a questão ambiental nas cidades; e a segregação socioespacial e as dificuldades de acesso à terra. Assim, a agricultura urbana tem ganhado visibilidade e inserção em agendas políticas, inclusive para financiamento (COUTINHO, COSTA, 2011) e devem ser incorporadas também nas agendas de pesquisas acadêmicas, de preferência sendo feitas de maneira multidisciplinar e de longo prazo permitindo que “sejam melhor avaliados e compreendidos os benefícios e dificuldades dos projetos e as formas encontradas para superar essas dificuldades” (CASTELO BRANCO, ALCÂNTARA, 2011, p. 421).

Além disso, as diferentes políticas públicas traçadas para a organização das hortas comunitárias em um território ajudam a compreender a organização deste espaço, os grupos envolvidos e os enfoques dados nas diferentes gestões públicas - inclusive com sua continuidade ou descontinuidade ao longo do tempo -, como foi observado para o município de São Paulo por Carolino (2021).

Com estes questionamentos colocados como orientação, esta pesquisa investigou o senso de pertencimento e os processos educadores existentes em uma horta comunitária de um território periférico de Araraquara/SP, experiência esta intitulada de Horta Comunitária da Zona Norte.

O município foi escolhido pelo vínculo afetivo existente entre a pesquisadora e seu lugar de origem, que a leva a querer compreender iniciativas existentes em seu território, buscando o senso de pertencimento que nela pulsa e que quer compreender e ver se multiplicar em seus conterrâneos. Foi definido também pela disponibilidade de educadores e gestores públicos municipais que se mostraram abertos a compartilhar documentos, espaços e trajetórias para a realização desta pesquisa, bem como para pensar soluções coletivas e participativas que emerjam como propostas para a gestão do município.

Diversas pesquisas realizadas em Araraquara buscaram compreender como o município se organiza e como isto reflete na atual conjuntura espacial e socioambiental (SOUZA, 2003; TELAROLLI, 2003; GONÇALVES, 2004; VALE, 2005;

CORRÊA, 2008; SILVA et al., 2016; MENZORI, FALCOSKI, 2017; OLIVEIRA, 2017; PIERINI, FALCOSKI, 2019; PIERINI, 2020; ORSI, 2023), inclusive demonstrando as relações estabelecidas em algumas das regiões periféricas da cidade (KOPANAKIS, 2016).

Publicações também mostraram como a gestão municipal e grupos sociais têm desenvolvido práticas e tecnologias para resistir às muitas problemáticas do viver na periferia, até mesmo construindo outras estratégias para ocupação do território (FONSECA; MORAIS; CHIARIELLO, 2020; COELHO, 2023). Porém, não foram encontradas investigações que associam estas práticas a processos educadores, bem como investigações que analisem as relações dos grupos com o pertencimento, o que se pretendeu melhor compreender neste percurso pesquisante.

O trabalho justifica-se pela necessária produção de conhecimentos na área de educação que ajudem no redirecionamento da crença cultural do conhecimento instrumental que produz e reproduz o desenraizamento da humanidade de seu solo biológico e planetário (SÁ, 2005). É preciso “fazer emergir do inconsciente coletivo da humanidade as suas experiências de pertencimento” (*idem*, p. 248), uma vez que as estratégias apontadas dentro do campo da educação ambiental ainda se encontram aquém de uma atuação efetiva.

Ela também se faz necessária, como apontado por Almeida (2016), na compreensão de que a forma como a agricultura urbana é elaborada é reflexo das concepções de agricultura e de cidade, que estão em disputa. Assim, são necessários estudos, seja de iniciativas individuais, coletivas ou institucionais que nos ajudem a compreender esses panoramas. São pesquisas que esclareçam como se dão estas disputas para o fortalecimento da ocupação dos territórios, que permitam compreender como devem se estruturar as políticas públicas voltadas ao tema, reforçando que a agricultura urbana tem “múltiplas contribuições enquanto ferramenta promotora do desenvolvimento sustentável das cidades e às problemáticas urbanas” (NAGIB, 2016, p.45).

Para melhor compreender e melhor criar versões do que nomeamos agricultura urbana, é preciso “aproximar-se, ver como as práticas são realizadas, perceber os sentidos dados às práticas, conversar com quem faz e conviver com os que são os maiores interessados no conhecimento produzido e em seu uso”

(COUTINHO, COSTA, 2011, p.93). Nagib (2016) complementa dizendo que apesar “da atenção à agricultura urbana ter crescido nas últimas décadas, os agricultores e hortelões urbanos ainda sofrem para manter suas estratégias de sobrevivência reconhecidas pelas autoridades” (p.45), sendo as hortas comunitárias ferramentas que ajudam a entender a realidade e intervir sobre ela.

Esta pesquisa buscou analisar as legislações e programas voltados a hortas comunitárias no município de Araraquara, o que se justifica no que é proposto por Santandreu e Lovo (2007) os quais constataram que os marcos legais específicos para a promoção da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) ainda são recentes e por vezes pouco encontrados nos municípios. Por isso, são necessários mais estudos que se voltem a identificar essas legislações - sejam elas específicas ou não: há necessidade de aprofundar como está a situação dos marcos legais que promovem ou limitam o desenvolvimento desse tipo de agricultura no Brasil.

Para Castelo Branco e Alcântara (2011), medir os benefícios sociais, econômicos e ambientais oriundos das hortas urbanas e as metodologias empregadas no seu fazer são um amplo campo de investigação que permite contribuir na avaliação da eficiência de políticas públicas desenvolvidas pelos governos para organização das cidades.

Acredita-se que dados oriundos desta pesquisa permitirão contribuir com a elaboração de propostas de gestão pública mais coletivas, uma vez que investigar a importância de conceitos indissociáveis como ambientalismo, pertencimento, hortas comunitárias, gestão coletiva e educação possibilitam a ampliação e a qualificação “da participação de camadas cada vez mais amplas da humanidade (...) e que deve fazer parte da configuração do futuro, que, de outra forma, continuará sendo feito por grupos minoritários” (SPOSATI et al., 2001, p. 08).

Para Bauman (2003) os intelectuais modernos costumavam levar a sério a vocação de auxiliar na “reinserção dos desenraizados” ou “reencaixe dos desencaixados” (p.113), ajudando na missão de

(...) prover os homens e mulheres desorientados e perplexos pela separação da monótona rotina da vida comunitária com giroscópios axiológicos e quadros cognitivos que lhes permitam navegar nas águas turbulentas e pouco familiares que demandam habilidades de que nunca antes precisaram e nunca tiveram oportunidade de aprender; de pôr no devido lugar novos pontos de orientação, novos objetivos de vida e novos padrões de

conformidade para substituir aqueles que costumavam ser fornecidos pelas comunidades em que as vidas humanas, do berço ao túmulo, se inscreviam, mas que se extinguíram, ficaram inacessíveis ou caíram em desuso (BAUMAN, 2003, p.113).

Desta forma os conhecimentos produzidos contribuem para a perspectiva baumaniana da composição de fundamentos que humildemente nos “iluminem” na busca de processos educadores voltados ao enraizamento. Tentamos também alcançar conhecimentos que auxiliem na construção de outros ambientes, de maneira articulada, capilarizada, ultrapassando “as soluções imediatistas” e buscando “alcançar a busca política genuína e constitucional de remédios estruturais e duradouros” (SANTOS, 2008, p.116) humildemente tentando o encontro com o futuro, cumprindo o papel de uma ciência engajada e preocupada com o “casamento permanente com o porvir” (SANTOS, 2008, p.74).

2 CAMINHO PARA A TRILHA

Diante dessas leituras e vivências, muitas inquietações surgem para a pesquisa: quais acontecimentos podem alterar o nosso vínculo com o território? Eles são ensinados em processos educadores? Hortas comunitárias são espaços onde o senso de pertencer é trabalhado ou incrementado? Políticas públicas para hortas comunitárias têm o pertencimento como base? Quais atores, metodologias e ações são utilizadas nesses espaços?

Com tantas perguntas latentes, nesta pesquisa traçamos como objetivo geral a proposta de compreender possíveis nexos entre a educação ambiental, o sentimento de pertencimento e a ação coletiva com a terra na experiência da Horta Comunitária da Zona Norte, em Araraquara/SP.

A pesquisa buscou ainda como objetivos específicos:

- 1 Analisar o histórico das políticas municipais ligadas à agricultura urbana e às hortas comunitárias na cidade de Araraquara/SP e sua possível relação com processos educadores.
- 2 Analisar elementos importantes à gestão e manutenção da Horta Comunitária da Zona Norte no município de Araraquara/SP, bem como possíveis relações com processos educadores.
- 3 Compreender em que medida a participação em uma horta comunitária contribui para constituir o senso de pertencimento dos sujeitos envolvidos e na relação entre eles e sua comunidade.
- 4 Contribuir com sugestões de estratégias, temáticas, objetivos, princípios, ações e metodologias para iniciativas educadoras e políticas públicas de educação ambiental nas hortas comunitárias já existentes no município ou que podem subsidiar ações em outros territórios.

Tais objetivos foram escritos partindo-se da premissa que as hortas comunitárias são locais nos quais o senso de pertencimento é incrementado e aprimorado nos sujeitos, permitindo a formação de uma comunidade e uma identidade coletiva.

2.1 Referenciais metodológicos

Esta investigação se decorreu tendo um carácter qualitativo, na qual se buscou explorar “nos espaços ocultos das ações educativas cotidianas, uma realidade diversa, dinâmica, complexa e específica” (TOZONI-REIS, 2005, p.270) que, para ser compreendida sua totalidade não pôde ser apenas quantificável e observada apenas por um referencial numérico.

A pesquisa qualitativa foi aqui escolhida porque para se ter clareza dos motivos, significados, crenças, aspirações, valores e atitudes buscados, não era possível que estes fossem reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994). Dessa forma, ainda que tenha existido uma coleta de dados sistemática e o uso de indicadores quantificáveis, eles foram observados à luz de uma interpretação qualitativa, especialmente aquela de olhar atento às questões sociais.

Com metas de alcançar os objetivos propostos, seguiu-se uma investigação de carácter exploratório inspirada em pressupostos de um estudo de caso (GODOY, 1995) tidos como pressupostos, pois consideramos o sugerido por Becker (1997) e Godoy (1995), a respeito do não engessamento dos caminhos de pesquisa. A abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não deve ser tida como rigidamente estruturada, mas permitir a abertura para que componentes diversos dialoguem e novas propostas sejam incorporadas, permitindo “que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques” (GODOY, 1995, p. 21).

O estudo de caso foi considerado por permitir que se observasse uma realidade enquanto unidade a ser analisada de maneira profunda, visando aqui a apreciação esmiuçada de uma situação em particular. A pesquisa teve por intuito compreender, a partir de um exame detalhado, o senso de pertencimento existente em sujeitos participantes de atividades no contexto de uma Horta comunitária dada em um território e uma realidade próprios. Para tal, foi necessário aventurar-se nessa situação particular, com um enfoque exploratório sobre “a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação, uma vez que a realidade é sempre complexa” (GODOY, 1995, p. 25).

Nesta modalidade investigativa exige-se a compreensão da totalidade e da complexidade do ambiente e do contexto em que se inserem os sujeitos de pesquisa. Foi necessária uma “severidade maior na observação, originalidade, coerência e consistência das ideias” (TRIVIÑOS, 1987, p. 134) para se buscar desvelar com profundidade a realidade em questão.

Ainda que outras tantas hortas comunitárias estejam presentes no território brasileiro, cada um dos grupos constituintes desse tipo de iniciativa faz-se com sua identidade própria, tecendo-a com elementos de sua própria conjuntura e fazendo emergir seus próprios valores, podendo haver paralelos e convergências, mas nunca totalidade nas semelhanças. Soma-se a isso a severidade de acontecimentos dados durante a trajetória da pesquisa, destacando-se a pandemia da COVID-19, situação totalmente específica e que muito influenciou a dinâmica do grupo investigado.

Consideramos ainda a proposta de Cosgrove (2004) para quem o entendimento dos significados de uma paisagem cultural “exige a habilidade imaginativa de *entrar no mundo dos outros de maneira autoconsciente* e, então, *representar* essa paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos” (p.103, grifo nosso). A cultura é o agente que modela a paisagem cultural e é, por isso, preciso compreender a cultura do grupo que nela reside: no encontro e no reconhecimento das especificidades deste grupo é que o entendimento sobre o espaço/lugar/paisagem/ pertencimento se torna possível.

Buscou-se também a constituição de uma pesquisa de caráter colaborativo e não extrativista, como sugerido por Fasanello, Nunes e Porto (2018). Pesquisas nesta perspectiva buscam transcender propostas tradicionais de pesquisas participativas por atentarem para a ideia de que, mais do que uma devolução, partilha ou troca feita com sujeitos, estes percursos investigativos precisam ser tratadas como uma “‘co-criação’ para a produção de conhecimentos ‘co-labor-ativos’” (p.401). Considera-se então a intervenção no mundo construída como uma “‘co-responsabilidade’ decorrente do trabalho conjunto, um ‘colaborar’ de natureza simultaneamente ética, política e epistemológica” (p.401).

Para a coleta de dados optou-se pelo uso da pesquisa documental, da observação participante e das entrevistas semiestruturadas. A pesquisa documental se debruçou sobre o exame de legislações que norteiam a agricultura urbana e as

hortas comunitárias principalmente na esfera municipal; documentos que embasam e caracterizam a educação ambiental; textos que auxiliaram na compreensão sobre como se dá o pertencer; informações geográficas e socioeconômicas sobre o município estudado; pesquisas acadêmicas relacionadas aos temas; e produções idealizadas pelo grupo da Horta, com materiais escritos, estatísticos e/ou elementos iconográficos (GODOY, 1995).

Buscaram-se documentos pertinentes em locais como no portal de legislações digitais do município (sítio eletrônico <https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP>), publicações acadêmicas e notícias de jornais locais que poderiam fazer referências à essas publicações, bem como informações obtidas através da participação em 12 eventos realizados na cidade, como a 3ª “Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e de Desenvolvimento Rural Sustentável”, audiências públicas como as que têm tratado da revisão do Plano Diretor e reuniões de Coletivos ambientalistas.

Documentos e informações que ajudaram a caracterizar e melhor compreender o município investigado foram compartilhados pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Araraquara, Comissão Municipal de Educação Ambiental e Assessoria da vereadora Fabi Virgílio (PT), a quem se agradece pela partilha.

A compreensão do espaço/ lugar para o entendimento do senso de pertencimento passou pela análise de fontes documentais e cartográficas, e também de evidências orais, de arquivos, de materiais de campo, incluindo produtos culturais como pinturas, poemas, músicas, vídeos, entre outros que puderam fornecer “uma firme base a respeito dos significados que lugares e paisagens possuem, expressam e evocam” (COSGROVE, 2004, p.110). A diversidade na busca de materiais diversos deu-se, pois, “todas estas fontes apresentam suas próprias vantagens e limitações” (*idem*).

É importante destacar, em termos de materiais analisados, os 13 vídeos produzidos na série “Bioconstruindo na Quebrada” que foram elaborados na parceria entre membros da Horta Comunitária da Zona Norte com um de seus parceiros, o SESC Araraquara durante o período de fechamento de atividades presenciais graças à pandemia de COVID-19. Eles foram aqui considerados porque trouxeram

conceitos e metodologias pertinentes às discussões propostas e à época foram ferramentas importantes para a continuidade dos trabalhos da Horta.

A escolha pela observação participante deu-se por ela ser uma etapa metodológica que permite a coleta e registro de dados cruciais ao entendimento da investigação a partir da participação na vida cotidiana do grupo em estudo (BECKER, 1997). Esta modalidade de observação se deu com a presença em diversas atividades junto aos sujeitos de pesquisa e os grupos que integram, ampliando evidências para o entendimento desse processo educador.

A proposta de observação foi realizada em momentos como mutirões, reuniões presenciais e diálogos virtuais junto ao grupo que compõe a Horta Comunitária da Zona Norte. Como proposto por Neto (1994) se fez uma aproximação gradual e respeitosa da pesquisadora, bem como a apresentação da proposta de estudo, com esclarecimento de dúvidas e abertura à cooperação e colaboração daqueles que se sentiram à vontade para participar dela.

A coleta de dados alicerçada na observação participante foi feita com registros em caderno de campo (GODOY, 1995) (também chamado de diário de campo (NETO, 1994), a partir de uma escrita descritiva e reflexiva sobre os acontecimentos e que foi complementada por registros fotográficos, ampliando o olhar sobre as atividades desenvolvidas pelo grupo e sobre seu território, com a pesquisadora assumindo uma postura de imersão no fenômeno estudado.

O caderno ou diário de campo foi usado de maneira pessoal e sistemática, possibilitando o registro de percepções, angústias, questionamentos e informações trazidas no decorrer da investigação (NETO, 1994). Nele estão contidas informações relevantes que outras técnicas talvez não permitissem apreender, inclusive com uma riqueza de detalhes que possibilita uma descrição aprofundada dos fenômenos e das relações estudadas e a forma como elas impactaram a pesquisadora.

As entrevistas semiestruturadas foram feitas por serem consideradas como instrumentos pertinentes para se trabalhar temas complexos em profundidade e que permitem a obtenção de dados objetivos e subjetivos (NETO, 1994) acerca do tema em estudo. Esta ferramenta foi feita com o intuito de aprofundar a coleta de dados sobre aspectos que foram mapeados na análise documental e na observação

participante e ainda para trazer outros aspectos que não apareceram nos demais instrumentos de coleta de dados.

Ao todo, foram realizadas seis entrevistas, sendo duas entrevistas pilotos que ajudaram no primeiro contato com o grupo e no refinamento das questões de investigação. É importante destacar que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética (CEP) da ESALQ/USP e que os entrevistados receberam informações claras sobre os objetivos da pesquisa e sobre se suas contribuições no trabalho.

Optou-se por um roteiro de entrevistas com poucas perguntas e com questões abrangentes, sendo os diálogos alimentados durante os encontros de forma a conduzir a entrevista de maneira fluida e complementando os questionamentos para responder aos objetivos da investigação. As entrevistas tiveram duração de cerca de 40 minutos cada e foram realizadas em locais diversos, com a pesquisadora se deslocando ao encontro dos participantes, inclusive até suas casas, mostrando abertura e acolhimento para o encontro.

As questões propostas foram as seguintes:

- a. Como você conheceu a Horta comunitária e por quanto tempo a frequentou?
- b. Como você se sentia quando estava nas atividades da Horta?
- c. Algo mudou quando você frequentava o espaço da Horta? O quê? Por que você acha que isso ocorria?
- d. Você se sentia parte de um grupo quando estava lá?
- e. Sinta-se à vontade agora para acrescentar mais alguma opinião que não foi tratada nas questões anteriores.

Os diálogos vindos das entrevistas ilustrarão as categorias analíticas propostas no capítulo 06 e para que fique mais possível e compreender a realidade que eles descrevem, julgou-se importante descrever quem são os interlocutores entrevistados, trazendo informações sobre eles na tabela abaixo:

Tabela 1. Características dos interlocutores entrevistados

Entrevistado (a)	Morador do Valle Verde	Quando chegou ao movimento	Relação com a Horta	Maiores contribuições
1	Não	2018	Cooperação via universidade	Parceria via universidade (financiamento, formação técnica e produção de conhecimentos)
2	Sim	2016 – iniciou as atividades no quintal de sua residência	Uma das lideranças – faz parte da Associação	Relação profunda com a comunidade, “ponte” entre universidade e comunidade
3	Não	2017	Uma das lideranças – faz parte da Associação	Relação profunda com a comunidade, diálogos sobre compostagem e destinação correta de resíduos
4	Não	2017	Uma das lideranças – faz parte da Associação	Relação profunda com a comunidade, diálogos sobre compostagem e destinação correta de resíduos

Fonte: elaborado pela autora (2024).

No momento analítico dessa diversidade de materiais foi importante evidenciar a “sensibilidade histórica e contextual” e “resistir à tentação” da descontextualização, quando na análise dos espaços, sensações e pessoas, incorporando-as para vê-las, “por assim dizer, por dentro” (COSGROVE, 2004, p.110). A interpretação dos materiais coletados foi feita a partir da triangulação de sujeitos e das técnicas de coleta de dados (TRIVIÑOS, 1987) procedimento escolhido por buscar a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do estudado a partir do cruzamento dos documentos, diário de campo referente à observação participante e entrevistas recolhidas no percurso investigativo.

Nesta proposta, Triviniños (1987) considera que não é viável conceber a existência isolada de um fenômeno social sem considerar suas raízes históricas,

significados culturais e vinculações estreitas e essenciais com uma dada realidade social. Então, os materiais foram observados à luz de aspectos socioculturais vinculados aos sujeitos, às suas trajetórias e aos seus territórios.

A triangulação articulou os dados buscando elementos que permitiram compreender: a. o que se entende por sentimento de pertencimento; b. o que se entende por educação ambiental; c. o que se entende por hortas comunitárias; d. como se deu a constituição da Horta Comunitária estudada e quais atores estão direta ou indiretamente envolvidos na sua criação e manutenção; e. quais desdobramentos são oriundos deste espaço/ movimento; f. como as potencialidades encontradas na atuação desta Horta Comunitária podem ser enraizadas e capilarizadas para outros territórios, a partir de políticas públicas municipais já instituídas ou que possam ser futuramente propostas.

Assim, durante todo o seu trajeto, houve o desejo de que esta pesquisa tivesse uma relevância social, já que o acúmulo de conhecimentos na área da educação ambiental e sua relevância científica “só tem sentido se a produção dos conhecimentos sobre a realidade tiver significado social, tiver coerência com os referenciais políticos e sociais que fundamentam o processo de investigação” (TOZONI-REIS, 2005, p.270).

Dessa forma, desejamos algo mais que a construção de dados a um campo acadêmico. Nos guiamos também na busca pela “consolidação teórico-metodológica da reestruturação política da pesquisa acadêmica como instrumento de produção e apropriação social e democrática dos conhecimentos na construção de uma sociedade mais justa e democrática” (TOZONI-REIS, 2005, p. 275).

Com os pés descalços, riscamos no papel uma ciência que procurou as respostas não só nas palavras de grandeza, mas no fazer singelo e na voz das miudezas: e assim partimos para nosso ritual- pesquisante. Com os corpos e mentes "fechados ao assombro domesticador, normatizador e disciplinador que se emanou do carrego colonial" (SIMAS, RUFINO, 2019, p. 05), procuramos escutar o sorriso dos meninos, os zumbidos do pé do vento e o cantar das águas e das árvores. Esse processo-pesquisante foi como as ervas que queimaram defumando o tempo, espantando a paralisia e ajudando a trazer significado para o mundo.

3 SOBRE AMBIENTALISMO E MODOS DE SER, ESTAR, SABER E PERTENCER

A história de formação do mundo, como o conhecemos, é uma história de assombro, esvaziamento de memórias (SIMAS, RUFINO, 2019) e violências das maiores que existem, porque apagam não só as gentes, mas as relações das gentes com outras gentes e com o meio em que elas foram sonhadas, gestadas e paridas.

O estado de degradação socioambiental que vem exponencialmente acometendo a Terra, a terra e os territórios (SORRENTINO et al., 2020) e todos os seres vivos é um projeto de mundo instaurado desde que o colonizador chegou às bandas de lá e de cá do Atlântico. No contexto capitalista ele se intensificou e chegou a todos os grupos e hoje não é possível encontrar um canto que seja desse planeta (incluindo sua atmosfera) que não sejam acometidos por alguma de suas mazelas.

Movimentos de comunidades tradicionais, que são há séculos massacrados por esse modelo brutal, por muito já se manifestaram sempre chamando atenção à brutalidade sobre seus corpos, saberes e cosmovisões: o genocídio, o epistemicídio e o semioticídio (SIMAS, RUFINO, 2019) são a séculos um projeto de mundo sobre os colonizados, que deixam um rastro de desordem por toda parte.

Foi após as fatalidades da 2ª Guerra Mundial que o quadro de degradação começou a atingir mais intensamente grupos por todo o planeta. Assim, militantes do movimento ambientalista e cientistas intensificaram o alerta para autoridades e sociedade civil sobre as ameaças que o modelo de vida proposto pelo sistema capitalista teve e tem para a vida micro e macroscópica e para os bens naturais do planeta Terra: estamos diante de uma crise socioambiental de amplas proporções.

Esta crise socioambiental pede uma compreensão da realidade em toda sua complexidade para que seu enfrentamento seja possível de ser alcançado, sendo assim necessário compreender as origens, as causas e os efeitos da devastação social, ambiental e cultural na qual estamos imersos para que novos paradigmas de existência sejam de fato consolidados.

Como apresentado por Trovarelli, Battaini e Sorrentino (2021), é essencial questionar velhos paradigmas, para que algo de novo possa ser proposto - para outras formas emergirem e se consolidarem. Diante de tantos caminhos possíveis,

em qual referencial devemos nos pautar? Por quais caminhos escolheremos seguir para construção de outros modos de existir? Onde queremos chegar ao final deste trajeto? Quais miudezas devem ser ouvidas?

Nos exercícios de compreensão da realidade e elaboração de processos educadores para novas propostas paradigmáticas, emergem conceitos que ajudam a tornar significativos e exitosos tais percursos de superação: são reflexões sobre outros modos de ser, estar, saber e pertencer neste espaço e tempo e naqueles que ainda estão por vir - é a disponibilidade para pensar os seres e as suas possibilidades de “vir a ser” (SIMAS, RUFINO, 2019).

Podemos tomar como exemplos as ideias de Freire (2015) que nos indicam a necessidade de uma educação para emancipação e para a compreensão das pessoas enquanto sujeitos históricos, inclusive para superarmos a indignação e, no munido de esperança, trilharmos caminhos de continuidade, mesmo frente aos dilemas e às incertezas do mundo. Uma educação para reavivarmos nossos caminhos, com a “cabeça pensando onde estão pisando nossos pés” e onde pulsam também nossos corações.

Os escritos de Rufino (2018) e de Simas e Rufino (2019) lembram que “o contrário da vida não é a morte, mas o desencanto” e trazem em suas obras questões como a ancestralidade, a educação descolonial e a importância do encontro com saberes que não são contados pela história hegemônica. Indicam estes como caminhos para resgatarmos ou criarmos as “ferramentas de inventar o mundo” não apenas para compreender as crises civilizatórias pelas quais passamos, como também nos apontar saídas para elas.

Podemos ainda citar os escritos de pesquisadores ambientalistas, que propuseram, a partir de sua trajetória educadora nas diferentes modalidades de ensino e na relação com políticas públicas, os conceitos de diálogo, potência de ação, identidade, comunidade e felicidade como fundamentais à constituição de de um processo educador crítico, emancipatório e transformador (SORRENTINO, et al., 2018).

Em suas andanças pelos caminhos florestais, Senra (2024), propôs-se a estudar o diálogo como ferramenta fundamental para processos de educação e de

gestão. Considerou, então, que o diálogo é um acontecimento advindo do encontro entre os seres e que ocorre quando estes estão dispostos e abertos, quando permitem a mistura de vivências, admiram os funcionamentos, adaptam responsabilmente ao inesperado e elaboram um novo estado.

Enunciado a necessidade de uma nova cultura da Terra, terra e território como estratégia para a sustentabilidade socioambiental, Sorrentino ET AL. (2020) apresentam algumas ações ambientalistas como práticas exitosas à consolidação do bem comum, ressaltando a importância da ecologia política, da articulação entre diferentes organizações e destas na incidência em políticas públicas locais.

A partir de um processo reflexivo elaborado a muitas mãos, mentes e corações, Peres, Nery-Silva e Trovarelli (2023) sistematizaram o conceito de “Educação Ambiental Revolucionária” para processos educadores. Sugeriram que, entre outros tantos aspectos, seja necessário transpassar a dimensão individual e do presente para compor uma educação ambiental (EA) na qual se organize a indignação atuando via coletivos e políticas públicas, se abarque a arte, se valorize a espiritualidade de cada sujeito (laica, crítica, libertadora e prática), se acolham cosmovisões historicamente renegadas e na qual se enunciem utopias e caminhos.

Estes são apenas alguns dos exemplos de como processos educadores que se façam comprometidos com outras formas de ser, de estar e de saber no mundo podem se consolidar. Humildemente buscamos nesta pesquisa avançar nas contribuições sobre o conceito de pertencimento para o campo da educação ambiental, sendo este o foco central a ser destrinchado nos escritos a seguir.

Eles foram redigidos a partir da multirreferencialidade, compreendida como uma abordagem que pretende assegurar uma leitura dos fenômenos em sua complexidade, com a conjugação de abordagens e disciplinas, sem que estas se reduzam umas às outras, mas formando um conhecimento novo que tem a pluralidade e heterogeneidade como características (MARTINS, 2004). Com base em leituras de áreas do conhecimento diversas, tais como a Ecologia, a Geografia, a Sociologia e a Educação, a ideia é trazer luz a um conceito que pode ser alicerce para processos que busquem uma educação ambiental para sociedades sustentáveis e para alcançarmos o (utópico) bem- viver.

O pertencer evoca e é ao mesmo tempo evocado pelas nossas formas de ser e estar no espaço-tempo. Ele mostra nosso vínculo, nosso estar com, nosso enraizamento; sua falta, por outro lado, nos mostra o estar sem ou o não estar, elucida o desenraizamento. Para Weil (2001) o desenraizamento

é de longe a doença mais perigosa das sociedades humanas, pois multiplica-se a si mesmo. Seres verdadeiramente desenraizados não têm senão dois comportamentos possíveis: ou caem numa inércia da alma quase equivalente à morte, como a maior parte dos escravos no tempo do Império Romano, ou se jogam numa atividade que tende sempre a desenraizar, frequentemente pelos métodos mais violentos, aqueles que ainda não o estão ou não o estão senão em parte (WEIL, 2001, p. 46-47).

Estar desenraizado é não pertencer - seja a um território, seja a uma comunidade. E quando não temos raízes, não temos esse lugar garantido por nós e pelos outros, somos supérfluos e isso implica muitas privações à nossa condição humana (ARENDHT, 1981), inclusive dando margem para que privações de direitos e violências aconteçam, como genocídios.

Assim, é importante compreender as origens do nosso desvínculo com o planeta e com os que o habitam para buscarmos uma outra forma de ser, estar e saber, que vá na direção contrária às condições que temos hoje, na superação de paradigmas do presente e na elaboração de novos paradigmas que garantam o futuro. Para desenvolver a humanidade em nós e civilizar o planeta Terra precisamos compreender nossas raízes e nosso destino planetário (MORIN, 2011).

No que diz respeito ao pertencer enquanto questão geográfica, deve-se conceber antes de tudo a vinculação com o meio físico na transição do espaço para o lugar. Para Tuan (1983), há um processo de pertencer na vinculação com o meio, na medida que “quando o espaço nos é totalmente familiar, torna-se lugar” (p.83), ele “(...) transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (p.151).

Essa vinculação/ pertencer pode se dar racionalmente ou não, através de meios diversos como na “rivalidade ou conflito com outros lugares, proeminência visual e o poder evocativo da arte, arquitetura, cerimônias e ritos”, na ligação deste com “aspirações, necessidades e ritmos funcionais da vida pessoal e dos grupos” (TUAN, 1983, p.197). É no espaço físico, no seu uso para a existência e a

ritualização que indivíduos e comunidades “transportam-se” do espaço para o lugar e desenvolvem ali o senso de pertença.

Desta forma, o que para uns é apenas um espaço, para outros denomina-se lugar quando atravessa a experiência, a existência e os modos específicos, individuais, singulares, mas também diversos e globais, refletindo “manifestações da totalidade-mundo” (SANTOS, 2008, p.112). Soma-se aqui o conceito de território, definido pelo célebre geógrafo Milton Santos enquanto sendo o “(...) chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele flui” (p.96-97).

O território para o autor abarca as relações de poder e os usos de um meio por uma dada população, ele não é apenas “a superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem” (SANTOS, 2008, p.97). Sendo o meio reflexo dos usos e das relações de poder nas sociedades, o que vemos no mundo globalizado e pautado no capital é presença das finanças na reestruturação do espaço geográfico.

Atualmente, é o dinheiro que rege a organização do território, usurpando sua fluidez e buscando conformar sob seu comando as manifestações da vida social (SANTOS, 2008). Na cidade, a distribuição dos bairros e das populações atende a essas lógicas: a localização está diretamente relacionada com a eficácia das ações e, por isso, “os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços dos territórios e deixam o resto para os outros” (p. 79). As cidades refletem os embates entre os diversos atores, revelando que o espaço geográfico transparece “a proeminência dos sistemas técnicos e da informação”, subvertendo o antigo jogo da evolução territorial e impondo as novas lógicas de mercado (*idem*).

Pouco a pouco, a constituição das cidades se deu e se dá refletindo o mundo da globalização, dos novos contornos, das novas características e das novas definições do espaço geográfico: os poderosos pertencem ao centro, os que não têm poder delimitam-se à pertencer às periferias. A presença das empresas “(...) agrava a desorganização, isto é, reduz as possibilidades do exercício de uma busca de sentido para a vida local” (SANTOS, 2008, p.86-87). Há uma verdadeira fragmentação do território, oriunda da lógica do dinheiro e da ação das empresas

hegemônicas, causando “uma verdadeira alienação territorial à qual correspondem outras formas de alienação” (p. 87).

Populações que tinham seu lugar no centro das cidades ou outros territórios agora importantes aos que detêm o dinheiro, foram obrigadas a deslocar-se. As populações dos migrantes do campo, ao chegarem nos centros urbanos, são também cercadas nas periferias. O processo de fragmentação generalizada rouba das coletividades “o comando do seu destino” (SANTOS, 2008, p. 87) historicamente construído. O sentimento de pertencimento tecido se desfez e outro precisa ser cosido.

O desenraizamento dos trabalhadores, que se deu nos moldes globalizantes desde o século XVIII, foi feito para que eles se “adaptassem aos novos trajes”, sendo então “despidos da antiga roupagem dos hábitos comunitariamente sustentados” (BAUMAN, 2003, p.30). As forças hegemônicas declararam essa “guerra contra a comunidade” visando uma suposta libertação “do indivíduo da inércia da massa”, mas inesperadamente o oposto do objetivo declarado sucedeu-se: a destruição dos poderes de estabelecer papéis e padrões ora detida nas comunidades culminou nas “unidades humanas privadas” de sua individualidade e agora “condensadas na massa trabalhadora” (p. 30). O fim ao pertencimento comunitário gerou outra forma de homogeneização: a cultura da massa trabalhadora, que nos moldes modernos tão pouco tem de comunal e de senso de pertencer.

Ainda nesta direção, a alienação dos trabalhadores também se deu na separação entre o meio de vida e o lar - antes imbricado nas comunidades: “um ato de expropriação, um desenraizamento e evicção de um lar defensável” (BAUMAN, 2003, p.33). A separação da teia de laços comunitários em que antes estavam imersos os sujeitos foi feita para que estes, posteriormente, pudessem ser redistribuídos como equipes nas fábricas/ esteiras de produção.

Se por um lado temos o desenraizamento dos subjugados pelas forças hegemônicas de seus lugares e comunidades, por outro a nova elite que emergiu com a globalização luta para não se enraizar e diz-se tendo o mundo como seu “endereço permanente (no antigo sentido físico e topográfico)” (BAUMAN, 2003, p.53). Mas este mundo não passa de seu e-mail e o número do telefone celular, já

que a nova elite é plenamente extraterritorial, na contramão do senso de pertencer a uma comunidade, e se limita “à companhia inevitável (e às vezes agradável) dos *maîtres*, arrumadeiras e garçons” (*idem*).

Por outro lado, é neste contexto de concepção do espaço urbanizado - nos quais território e o lugar “são esquizofrênicos” (SANTOS, 2008, p.114), uma vez que “acolhem os vetores da globalização -, que os subjugados das cidades neles se instalam e podem impor sua nova ordem”, que é fragmentada. Essa nova ordem é uma contraordem, “porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados” (*idem*).

As pessoas têm vivido amontoadas em cidades cada vez maiores e mais numerosas e, por essa razão, experimentam situações de vizinhança nas quais

não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica e, por isso, com frequência podem se entregar a manifestações que são a contraface do pragmatismo. Assim, juntos à busca da sobrevivência, vemos produzir-se, na base da sociedade, um pragmatismo mesclado com emoção, a partir dos lugares e das pessoas juntos. Esse é, também, um modo de insurreição em relação à globalização, com a descoberta de que, a despeito de sermos o que somos, podemos também desejar ser outra coisa (SANTOS, 2008, p. 114).

No processo de marginalização a que são submetidas as populações que ocupam as periferias dos centros urbanos, há uma reinvenção do pertencer³, um processo “esquizofrênico” que burla as regras do sistema hegemônico, uma vez que a produção plural das “irracionalidades⁴” é ilimitada (SANTOS, 2008). É na escassez, oriunda da necessidade, que as irracionalidades acabam por tornar possível a ampliação da consciência.

É nas cidades, em especial nas periferias, que “as irracionalidades se criam mais numerosas e incessantemente que as racionalidades, sobretudo quando há, paralelamente, produção de pobreza” (SANTOS, 2008, p. 115). É no convívio com o escasso que há a reinvenção e cada pessoa e cada grupo recomeça o trabalho de pertencer ao mundo e realizar o espaço à sua maneira (SANTOS, 2008).

³ Essa reinvenção do pertencer ocorre em outros espaços físicos que não apenas no urbano, como, por exemplo, no realojamento de populações oriundas de povos originários, quilombolas, ribeirinhos, refugiados, migrantes, entre outros.

⁴ O termo irracionalidade aqui é utilizado como uma forma de pensar/ agir que vai na contramão do que é proposto pela racionalidade hegemônica (SANTOS, 2008).

Nas frestas, nas lacunas, nos vãos da história e das racionalidades dominantes (RUFINO, 2018; SIMAS, RUFINO, 2018) é que a conexão dos marginalizados e invisibilizados vai se tecendo nas cidades, permitindo a (re) constituição das comunidades, das identidades e das diferentes formas de ser, estar, saber e pertencer ao espaço.

O uso do meio, sendo diferente entre os grupos, vai gerar então, as diferentes paisagens, entendidas enquanto “uma forma da Terra na qual o processo de modelagem não é de modo algum imaginado como simplesmente físico”, mas enquanto “uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais” (SAUER, 2004, p.23). O que observamos em uma paisagem reflete os usos e interações dos grupos com seus lugares.

Ao nos debruçarmos sobre o entendimento do senso de pertencimento entre os moradores de determinado espaço da cidade, há o interesse em compreender o que nossos olhos veem. Compreender elementos da interação deste grupo na formação da paisagem, como ela lhe diz respeito, como sentem-se parte dela, vivem com ela, são por ela limitados e a modificam (SAUER, 2004).

Tomando como aporte a dimensão socioespacial da cidade é que vislumbramos a forma pela qual se organiza e concretiza a vida urbana. Por ela desvelamos as contradições do mundo: é a partir do espaço que a realidade e as possibilidades de realização da sociedade podem ser lidas. E pela dimensão socioespacial também reconhecemos os horizontes de lutas: a cidade como um espaço de direitos e seus movimentos urbanos na busca pelo “direto à cidade” (LEFEBVRE, 2016).

O conceito de Lugar no espaço urbano, ganha novos contornos, tonalidades e potencialidades especialmente para os grupos vulnerabilizados, marginalizados e periféricos: ele passa a representar “a inserção da diversidade e a heterogeneidade dos sujeitos, de suas formas de viver e morar” (VARGAS, 2016, p.554), em contraposição a imposição de verdades que querem ditar o habitar e o existir como caminhos únicos.

O pertencer também passa por um processo que pode “ir em direção à liberdade, autonomia, a um sentido ontológico frente à vida, ao entorno, às pessoas”

(LESTINGE, 2004, p.51). As pessoas são parte integrante deste lugar afetivo, a comunidade. Ela é como um tipo de lugar “cálido”, confortável e aconchegante, como “um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado” (BAUMAN, 2003, p. 07).

Incluídos neste grupo, nesta comunidade, estamos seguros e os perigos ocultos não existem ou não nos alcançam: toda sorte de perigo fica do lado de fora, à espreita. Neste lugar afetivo, nós

Nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós. (...) todos estamos tentando tornar nosso estar juntos ainda melhor e mais agradável do que até aqui e, embora levados pela mesma vontade de melhorar nossa vida em comum, podemos discordar sobre como fazê-lo. Mas nunca desejamos má sorte uns aos outros, e podemos estar certos de que os outros à nossa volta nos querem bem (BAUMAN, 2003, p. 07-08).

Nas comunidades que desejamos pertencer, a busca é por locais nos quais se estabeleçam relações de segurança, de amparo e de acolhida. Elas são como um “paraíso perdido ou paraíso ainda esperado”: por se darem no plano da nossa imaginação, estas comunidades são perfeitas e nelas se produz uma “sensação de aconchego”, “um sentimento recíproco e vinculante” — no qual materializa-se “a vontade real e própria daqueles que se unem”. Deste entendimento parte a base para que na comunidade as pessoas permaneçam “essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que as separam” (BAUMAN, 2003, p.15-16).

Mas esse pertencer afetivo, ao contrário, também pode desencadear conflitos, pois há o sentimento de territorialidade que pode repelir a diversidade (LESTINGE, 2004), bem como a ideia de que as comunidades, enquanto lugares afetivos que nos interessam, pode exigir de nós uma rigorosa obediência (BAUMAN, 2003) que podemos estar dispostos ou não a suportar dependendo do quanto elas respeitem nossas essências individuais.

Não podemos esquecer que a constituição de um coletivo pressupõe regras e que é inevitável que regras sendo impostas como contratos coletivos podem limitar nossas escolhas individuais (WEIL, 2001). O pertencimento a um lugar no plano afetivo poderá, a longo prazo, resultar na perda da liberdade dada na constituição de um todo, no qual o coletivo e suas concessões estejam acima do indivíduo (WEIL, 2001; BAUMAN, 2003; LESTINGE, 2004).

Por isso, é necessário compreender que se quisermos pertencer e ser acolhidos em qualquer comunidade, não haverá apenas “os prazeres que imaginamos em nossos sonhos” (BAUMAN, 2003, p.10) e tampouco um estado de total liberdade que possamos desejar. Resta saber se mesmo com as dificuldades originadas pelo fato de estarmos imersos em uma comunidade, nos afastaremos de querer estar nelas. Somos seres sociais e nos fazemos humanos com o outro, mesmo que os pactos socialmente consolidados peçam-nos concessões diversas.

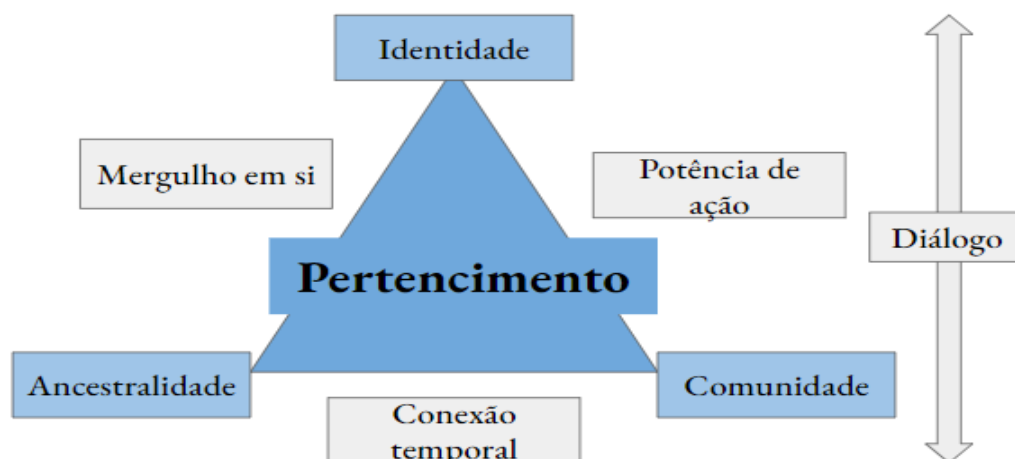
Em suma, a conceituação do senso de pertencimento está vinculada a pelo menos duas possibilidades: uma é dada no sentimento por um espaço territorial, espaço físico, vinculada “a uma realidade política, étnica, social e econômica, também conhecida como enraizamento” (LESTINGE, 2004, p. 40). A segunda se dá quando o sujeito se sente “integrado a um todo maior, numa dimensão não apenas concreta, mas também abstrata e subjetiva” (p.40), na vinculação relacional, afetiva e, na maioria dos casos, comunal (HOOKS, 2022).

O saber, nesse contexto, ajuda a compreender e transmutar nossas formas de ser e estar no espaço e tempo, evocando a construção do conhecimento pertinente, a compreensão da condição humana, o reconhecimento da identidade terrena e o enfrentamento das incertezas (ARENDRT, 1981; MORIN, 2011).

Sobre o pertencer

A busca de um maior entendimento sobre a temática dentro do campo educador ambientalista permitiu a associação de conceitos esquematizados na figura 01, na qual para a tessitura da ideia de pertencimento muitos “retalhos conceituais” foram unidos: identidade, comunidade, ancestralidade, mergulho em si, potência de ação e conexão temporal, os quais estão transpassados pela ideia de diálogo.

Figura 1 – Diagrama relacionando conceitos ligados ao pertencimento.



Fonte: a autora.

3.1 Identidade

Enraizar não significa prender. Ao contrário, é o reconhecimento da origem para além dos padrões hegemônicos impostos, em um movimento, em uma práxis que se volta à identidade no sentido de que “Se sinto-me pertencente, me liberto. Se enraízo, nutro-me do que há ali, criando minha identidade; posso então me libertar, ir para onde for, que meus referenciais estão claros, arraigados” (LESTINGE, 2004, p. 50).

A identidade define as relações estabelecidas com o lugar, uma vez que diferentes culturas têm uma forma única de “dividir seu mundo, de atribuir valores às suas partes e de medi-las” (TUAN, 1983, p. 39) e de com ele relacionar-se. Ainda, cada pessoa, de cada comunidade, organiza o espaço a fim de que ele se conforme às suas relações sociais e necessidades biológicas, resultantes de sua experiência íntima com seu corpo e com outras pessoas (*idem*). Compreender o pertencimento implica entender, então, de que maneira as pessoas organizam e conferem significado ao espaço e ao lugar, ainda que isso não seja uma tarefa simples.

A constituição da identidade passa por relações de poder e pela constante disputa no estabelecimento dos “subalternos” frente ao poder hegemônico. A “cultura nacional” brasileira está forjada sobre o sufocamento daqueles que “fogem à regra”, das etnias indígenas, negras, pobres, caipiras, latinoamericanas, encabocadas, periféricas, entre outras (GONZALES, 1988; RUFINO, 2018; SIMAS, RUFINO, 2019). A todo o tempo estes grupos são dados como “anomalia social” e privados de

sua representação e identidade coletiva: esta privação simbólica torna os grupos - especialmente residentes nas porções periféricas das cidades “verdadeiros párias” (BAUMAN, 2003, p.108).

O não reconhecimento dos seus modos de ser, de suas crenças e a desvinculação destes de seus lugares geográficos, faz com que algumas pessoas/ grupos se intitulem enquanto “forasteiros de dentro (*outsider within*)” (BAUMAN, 2003). Na tentativa de mudar o cenário, buscam reinventar definições, delimitar lugares sociais para melhor se posicionarem e realizarem a autodefinição a partir de um discurso polifônico, proferido por múltiplas vozes, representativas de uma nova identidade (CARDOSO, 2014), exemplificadas pelo movimento do “pretoguês” (GONZALEZ, 1988), da “pedagogia das encruzilhadas” (RUFINO, 2018) ou da “filosofia encabocada” (SIMAS, RUFINO, 2019).

Compreender a identidade no processo educador voltado ao pertencer aparece enquanto busca pela consolidação de uma identidade individual e coletiva, aproximando-as de uma identidade planetária, a qual “permita enfrentar os desafios colocados pelas questões ambientais em escala global” (SORRENTINO et al., 2018, p. 19).

Para o grupo de autores da Oca, a identidade planetária deve buscar uma identidade comum sem sobrepor-se à identidade local, uma vez que esta é “responsável pelo surgimento de formas criativas de enfrentamento à crise socioambiental” (SORRENTINO et al. 2018, p. 19), considerando as especificidades de cada local e de cada cultura. Linha também postulada por Morin (2011), que sugere que esta é a finalidade da educação do futuro: trabalhar para a identidade e a consciência terrenas, estabelecendo um processo dialético entre identidade planetária e identidade individual.

3.2 Ancestralidade

Diretamente ligada à ideia de identidade está a de ancestralidade, de reconhecimento das origens e do passado. Para Weil (2001), “como todas as atividades humanas, a revolução extrai toda sua seiva de uma tradição” (p.50) e a

ancestralidade surge não de uma maneira saudosista ou mesmo enquanto “uma orientação política reacionária”.

Na mesma direção apontam as ideias de Rufino (2018) para quem “a ancestralidade é a vida enquanto possibilidade, de modo que ser vivo é estar em condição de encanto, de pujança, de reivindicação da presença como algo credível” (p.15). O não reconhecimento do passado e das raízes é a própria morte, uma vez que “se inscreve como escassez, perda de potência, desencante e esquecimento” (p.15).

O respeito ao passado/ ancestralidade e às comunidades e identidades humanas para Weil (2001), se deve especialmente a duas razões: a primeira delas diz respeito ao fato de cada uma ser única e, sendo destruída, não pode ser substituída. É possível substituir um saco de trigo “por outro saco de trigo”, mas “o alimento que uma coletividade fornece à alma dos seus membros não têm equivalente no universo inteiro” (p.12).

A segunda razão para o respeito à coletividade deve-se ao fato de esta ter suas raízes no passado. Ela forma

o único órgão de conservação para os tesouros espirituais reunidos pelos mortos, o único órgão de transmissão por intermédio do qual os mortos possam falar aos vivos. E a única coisa terrestre que tenha um vínculo direto com o destino eterno do homem é a irradiação daqueles que souberam tomar consciência completa desse destino, transmitida de geração a geração (WEIL, 2001, p.12).

Ela é quem conecta passado e presente, uma vez que “por sua duração, a coletividade penetra já no futuro” (WEIL, p. 12). Ela contém alimento “não só para as almas dos vivos, mas também para os de seres ainda não nascidos que virão ao mundo no decurso dos séculos vindouros” (*idem*).

A ancestralidade vincula-se diretamente, então, com a ideia de conexão temporal. Para Weil (2001), é impossível pensar no pertencimento sem nos atentarmos a olhar o passado: “de todas as necessidades da alma humana, não há nenhuma mais vital do que o passado” (p.50). É a presença do passado e seu conhecimento que nos permite o presente e, mais ainda, o pensar sobre um futuro:

Seria inútil desviar-se do passado para não pensar senão no futuro. É uma ilusão perigosa crer que haja mesmo aí uma possibilidade. A oposição entre o futuro e o passado é absurda. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; somos nós que para o construir devemos dar-lhe tudo, dar-lhe a nossa própria vida. Mas para dar é preciso possuir, e não possuímos outra

vida, outra seiva, senão os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, recriados por nós (WEIL, 2001, p.50).

A narrativa ocidental europeia, "inventora do mundo" desde o advento da modernidade ocidental, "produz presença em detrimento do esquecimento". Ela apaga a ancestralidade e as memórias originárias e, assim, engendra uma perspectiva da produção da não presença da diversidade, permitindo que se institua "uma compreensão universalista sobre as existências" (RUFINO, 2018, p.14).

Para o autor, é justamente o não esquecimento que permitirá "a invenção de novos seres, livres de qualquer espreitamento do poder colonial" (RUFINO, 2018, p. 16) e sabedores de suas próprias raízes. Ela emerge como "uma pujança vital e um efeito de encantamento contrário à escassez incutida pelo esquecimento" (p.25). Ancestralidade remete ao combate ao esquecimento, a luta contra o "carrego colonial", não como uma suavização das "violências praticadas pela empreitada colonial, mas sim a emergência de outro horizonte filosófico" (p.25). É o conhecimento da "natureza elementar dos seres, como suas potências" que converte sua presença em "ações de transgressão dos limites da colonialidade" (RUFINO, 2018, p.16).

A colonização enquanto um *projeto de destroçar gente* (RUFINO, 2018), resultou na alienação colonial e na consolidação do mito do colonizador enquanto herdeiro legítimo de valores civilizatórios universalistas. É preciso pensar em processos educadores que se voltem à ancestralidade e ao reconhecimento de nossas origens, onde as possibilidades são muitas, como são muitas as encruzilhadas dos nossos caminhos (SIMAS, RUFINO, 2019).

O aprendizado tratado nos ambientes educacionais - formais, informais, não formais - que está à serviço dos poderes hegemônicos, não resgata os saberes e aprendizados dos povos ancestrais, caipiras, caboclos ou quaisquer outros que tenham pisado antes essas terras. A cultura hegemônica se orienta para a técnica, por diretrizes de colonizadores e, por isso, é extremamente fragmentada pela especialização, nos distanciando e nos fechando aos saberes da terra, dos povos e de outros mundos que se abrem a partir de outro olhar.

3.3 Comunidade

Este conceito aparece vinculado ao senso de pertencer quando compreendemos, como sugerido por Morin (2011) que a complexidade humana se reflete no fato de que “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana” (p.49).

Para Weil (2001) toda coletividade - “qualquer que seja - pátria, família, ou qualquer outra” deve ser respeitada, não apenas por ela mesma, “mas como alimento de um certo número de almas” (p.11). Pertencer significa partilhar com o outro ou com os outros o lugar físico e também o lugar afetivo. A comunidade é o meio físico onde a vida e ação ocorrem e também onde elas se dão pelo pertencimento comum: liga-se ao sentimento de identidade e solidariedade na relação das pessoas com o grupo (GUSFIELD, 1995).

Comunidade, para Bauman (2003), é uma palavra que além do significado guarda sensações: “ela sugere uma coisa boa: o que quer que “comunidade” signifique, é bom “ter uma comunidade” e “estar numa comunidade” (p.07). Mas para o autor, na maioria dos casos este “tipo de mundo não está, lamentavelmente, a nosso alcance”. O autor sugere que em um mundo fragmentado como reflexo da globalização, a comunidade “é nos dias de hoje outro nome do paraíso perdido — mas a que esperamos ansiosamente retornar, e assim buscamos febrilmente os caminhos que podem levar-nos até lá” (p.09).

Anteriormente, o pertencimento se refletia na comunidade com a partilha das atividades, da existência e do tempo nas sociedades pré-letradas e de camponeses; ali, as pessoas construía suas casas, os monumentos públicos e quaisquer outros espaços compartilhados sempre com a ajuda do grupo. Hoje os ritos e as cerimônias próprias da atividade construtora - da transformação da paisagem sob influência das culturas, identidades e afetos -, têm diminuído sensivelmente (TUAN, 1983).

As comunidades são muitas no mundo moderno. Nos espaços onde impera a escassez, o senso de pertencimento e de comunidade se desdobram na solidariedade, na partilha. Para os poderosos da elite a comunidade é muito diferente daquela outra comunidade, referente aos despossuídos: “a noção de comunidade corresponde a experiências inteiramente diferentes e a aspirações

contrastantes” (BAUMAN, 2003, p.60). A “comunidade” que a elite procura é um “ambiente seguro” sem ladrões e à prova de intrusos. “Comunidade” quer dizer isolamento, separação, muros protetores e portões vigiados” (BAUMAN, 2003, p.103).

Para Morin (2011), apesar das divergências, toda a humanidade faz parte de uma comunidade de destino planetário e, por isso, deve haver o empenho em desenvolver o “nascimento concreto à Humanidade como consciência comum e solidariedade planetária do gênero humano” (p.100).

Processos educadores que vislumbrem o pertencer devem “conduzir à tomada de conhecimento, por conseguinte, de consciência, da condição comum a todos os humanos e da muito rica e necessária diversidade dos indivíduos, dos povos, das culturas, sobre nosso enraizamento como cidadãos da Terra” (MORIN, 2011, p. 54). Na sociedade moderna se multiplicam “crenças divididas e ideologias conflitantes” (TUAN, 1983, p.130), que devem ser substituídas pela ideia da humanidade enquanto integrante de uma grande cidadania planetária e, mais ainda, como parte da grande comunidade dos cosmos.

3.4 Potência de ação

Esta vincula-se ao senso de pertencimento na relação com a ancestralidade e a comunidade: o amparo, a segurança, que permitem ao sujeito ficar aqui ou mover-se na direção de outro ser/estar. Se reflete no reconhecimento da história como “tempo de possibilidades e não de determinismo” vendo o futuro como “problemático e não inexorável” (FREIRE, 2015, p.20).

A potência vem da não aceitação, por exemplo, da ideia de que o “mundo esteja destinado unicamente à esfera da humanidade completamente desumana, seja pela negação dos seres incutidos sob a lógica do desvio, ou pela bestialização daqueles que acreditam ser distintos, a partir do regimento dessa lógica” (RUFINO, 2018, p. 17). Ela se dá quando populações revogam-se o direito de sujeitos do mundo, de sujeitos pertencentes à ele e capazes de analisar criticamente a realidade em que vivem/movem seu ser/estar/saber no planeta para quando, necessário, caminharem para outra direção.

Potência de ação conecta-se, então, diretamente à ideia de participação no envolver-se com, estar conectado à, pertencer. Ela refere-se ao encontro com o outro, com um desejo de participar que não é artificialmente moldado de fora, mas enquanto uma necessidade natural, uma busca independente de moralidade ou obrigação ou moralidade pela liberdade e pela felicidade (SORRENTINO et al., 2018).

Isso requer que os sujeitos se fortaleçam, ampliem e aprofundem a consciência de seus talentos, potencialidades e capacidades, sendo estas ferramentas para modificar a realidade na direção de alcançar suas utopias. Devem ser acessíveis à capacidade de troca, de deixarem-se ser afetados pelo outro e por si mesmos, pelas infinitas possibilidades de criação e de entrelaçamento de encontros (SORRENTINO et al., 2018).

As potencialidades se constroem no senso de pertencer, no processo do diálogo, de formação da comunidade na qual o sujeito, acolhido, passará a participar mais e envolver-se de maneira ativa e crítica com as regras sociais, por consequência, atuando não mais enquanto mero executor dos papéis sociais que lhe foram impostos, mas, mais ainda, buscando caminhos para colocar em prática sua potência de modo a *transformar* a realidade (COSTA-PINTO, 2003).

Sem isso, há o marasmo, o vagar solo. Em tempos de fragmentação pelas forças hegemônicas, não se pode crer na “redenção colonial”. É preciso capacitar-se para atuar nas frestas, na constituição de outros caminhos possíveis, os quais não virão sem que se atravesse o contínuo colonial. A potência para que um outro senso de pertencimento seja possível aos grupos marginalizados e excluídos virá na emergência de “ações de transgressão e resiliência” (RUFINO, 2018, p. 37) para a não perpetuação da esfera de terror. É preciso potência para sair do estado em que estão adoecidas as nossas mentalidades, blindados os nossos esquemas de saber e regulados os nossos corpos. E para isso é preciso, também, mergulhar em si, num encontro consigo.

Em meio à escassez, populações se reinventam: para Rufino (2018) “resiliência e transgressão não são novidade em nossas bandas” (p.19), reflexo da potência de ação e de reinvenção daqueles que se fizeram nas frestas da história.

Processos educadores devem então amplificar o compromisso e a responsabilidade dos sujeitos e seus coletivos, dando a essas ações continuidade.

3.5 Conexão temporal

Compreender o pertencimento envolve entender em que medida há uma relação entre espaços e tempos. O lugar é conceito vivo, afetivo que está também no *entre*, ocupando o papel “da experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e da indagação sobre o presente e o futuro. A existência *naquele* espaço exerce um papel revelador sobre o mundo” (SANTOS, 2008, p.114).

A permanência temporal de certos símbolos espaciais como Stonehenge transcendem o tempo mantendo-se ainda como monumento, fato dado porque seu valor geral permaneceu, mesmo que sua importância específica tenha mudado (TUAN, 1983). A permanência desse valor conectou gerações, sociedades, culturas, ascendendo um senso comum de pertencer que une pessoas em diferentes épocas.

O pertencer passa então pela questão do pensar na conexão com o passado e com o tempo futuro. Atualmente a sociedade tecnológica ocidental, com seu ambiente construído, penetrante e dominante que lhe é tão característico, não é capaz de pensar *em tempos para além*. Imediatista e predatória, “tem somente um mínimo de significado cósmico e transcendental” (TUAN, 1983, p.127). Também não permite que se pense o antes, apagando identidades e histórias que não sejam as hegemônicas e correndo o risco de que perigosamente contemos uma história única, que não enuncia o real (ADICHIE, 2019).

Necessário se faz, então, o resgate ao senso de pertencimento que ilustre o que Morin (2011) contou como “o destino multifacetado do humano: o destino da espécie humana, o destino individual, o destino social, o destino histórico, todos entrelaçados e inseparáveis” (p.11). A educação voltada à constituição do senso de pertencimento “pode tornar-se parte de uma relação necessária, viva e saudável” na qual a humanidade se religue aos tempos pretéritos e vindouros, individuais e coletivos, “com identificação e contribuição à realidade do presente” (LESTINGE, 2004, p. 46).

A conexão temporal é primordial ao pertencer, atando ancestralidade e comunidade nas quais as pessoas, com “suas presenças e corporeidades lançarão mãos, pés, palavras e olhares transgressivos à lógica desumanizadora propagada pela empresa colonial” (RUFINO, 2018, p.27). Movidas pela rebeldia, pelo inconformismo e pela responsabilidade de traçar outros caminhos, “cantarão alto e manterão vivos e pujantes seus ancestrais” (*idem*), conectando antes e depois.

3.6 Mergulho em si

O mergulho em si dá-se na necessidade de compreender o que as pessoas sentem tanto na dimensão física (sobre o espaço, o lugar e a paisagem) como na dimensão relacional, e “considerar as diferentes maneiras de experienciar (sensório-motora, tátil, visual, conceitual) e interpretar espaço e lugar como imagens de sentimentos complexos - muitas vezes ambivalentes” (TUAN, 1983, p.07) e forjados individualmente.

É no caminho da experiência individual de conexão que se constitui o pertencer:

Um (...) lugar atinge realidade concreta quando nossa experiência com ele é total, isto é, através de todos os sentidos, como também com a mente ativa e reflexiva. Quando residimos por muito tempo em determinado lugar, podemos conhecê-lo intimamente, porém a sua imagem pode não ser nítida, a menos que possamos também vê-lo de fora e pensemos em nossa experiência (TUAN, 1983, p.20-21).

As experiências para a compreensão do vínculo e do pertencer, ocorrem também pela coletividade, mas mais ainda pela *intimidade com o eu*, no qual se vislumbram as feições que “jazem enterradas no mais profundo de nosso ser, de modo que não apenas carecemos de palavras para dar-lhes forma, mas frequentemente não estamos sequer conscientes delas” (TUAN, 1983, p.151-152).

É no mergulho em si que tais afetos vêm “por um instante à superfície de nossa consciência” (TUAN, 1983, p. 152) evidenciando emoções que a procura ativamente buscada não pode acessar. As experiências íntimas, que muitas vezes nos trazem sensações e vínculos profundos, são difíceis de expressar (TUAN, 1983); mas quando vivenciamos um local ou um coletivo de forma profunda, gradual e íntima podemos compreender como o espaço torna-se lugar, a casa torna-se lar,

e, como enunciado nessa pesquisa, *como o município torna-se morada*.

A construção de coletividades e de identidades se dá a partir de leituras da totalidade: é preciso mergulharmos no outro e em nós mesmos, avançando rumo ao universo subjetivo do outro sem que isso gere a auto anulação; é preciso nos conhecer, nos reconhecer e nos fortalecer enquanto nós, abandonando ingenuidades e reconhecendo as múltiplas influências que sofremos (SORRENTINO et al., 2018).

O movimento constante de avaliação e de reavaliação das percepções e ações individuais e coletivas diante do mundo e com ele é a própria *práxis*. A (re) avaliação é momento de apreciação dos paradigmas pré-concebidos, podendo-se transformá-los e transmutá-los, individual e coletivamente com a necessária presença do diálogo, que é “a via de acesso para a democratização das identidades e saberes diversos” (SORRENTINO et al., 2018, p. 20).

Compreender o pertencimento e desenvolvê-lo nos sujeitos consiste em passar “de uma situação crítica a uma visão crítica - e, em seguida, alcançar uma tomada de consciência. Para isso é fundamental viver a própria existência como algo unitário e verdadeiro”, compreendendo que devemos “resistir para pensar o futuro. Então a existência é produtora de sua própria pedagogia” (SANTOS, 2008, p.116).

3.7 Diálogo

A constituição do processo de pertencer pauta-se em maior ou menor medida no encontro com o outro, com a comunidade que se integra no presente ou passado. Essa relação-encontro na constituição do pertencer não deve ser qualquer relação que não aquela que apresente disponibilidade para o diálogo.

Um diálogo que não é uma simples troca de ideias, palavras ou informações, mas, como proposto por Buber (1982) é um paradigma de compreensão do mundo. E a relação estabelecida entre sujeitos é um fundamento ontológico do que é ser humano: só nos tornamos pessoas na relação com o outro. O autor estabelece alguns “modos de presença”, como o que chama de Eu-Tu: nessa interação duas consciências se encontram e se relacionam e é a partir desse encontro que o Eu se

torna Eu, pois é só na presença do Tu que Eu toma consciência de si, que ele passa a existir.

Nesta relação não existe uma concordância total, mas o Eu e Tu estabelecem a possibilidade da discordância e do compartilhamento. Não há a negação da diferença e nem a afirmação da igualdade, mas uma lógica relacional que permita o encontro, a troca e na qual ambos podem se modificar e saírem diferentes de como eram antes desse encontro (BUBER, 1982). O diálogo é, portanto, um momento em que ambos podem se formar, podem refletir sobre suas cosmovisões e ressignificar o que pensam e como agem, se for o caso: é a perspectiva da possibilidade de transformação do Eu e do Tu. É a interação estreita entre os seres para que se aproximem, cada vez mais podendo fazer parte de ou pertencer ao mesmo coletivo.

No diálogo “construímos saberes e nos reconhecemos como seres inacabados, no sentido mais orgânico da palavra: estamos sempre em construção, em processo, em movimento. Nas interações, com e no mundo, encontrando significados e novos significantes” (SORRENTINO et al., 2018, p.20). Para tal, deve-se promover e ampliar a comunicação e a interação entre os diversos componentes das sociedades e dentro dos grupos que integramos. Isso pois é no diálogo que “expomos nossa essência e ganhamos mais consciência de nós mesmos, nossas fragilidades e fortalezas, virtudes e falhas. Percebendo o que queremos e o que não concordamos, vamos encontrando nosso lugar na sociedade” (*idem*, p. 14).

O diálogo tem, então, importância primordial enquanto meio para se formar uma “amálgama” entre as diversidades, entre os modos de viver, pensar, sentir e agir, individual e coletivamente na busca por um senso de pertencer, respeitando a identidade coletiva e, ao mesmo tempo, as individualidades (SORRENTINO et al., 2018).

Educar para a transformação

Entendimentos sobre o pertencer e sobre os processos educadores a este termos relacionados são múltiplos e devem ser tecidos em andança, partindo-se do chão em que se pisa e de onde o coração pulsa. Por isso o conceito de pertencimento no qual este processo-pesquisante se firma foi tecido de maneira

multirreferencial, a partir de leituras de áreas diversas do conhecimento, servindo como uma trilha para propostas educadoras.

Parte-se da ideia de que processos educadores ambientalistas que se digam comprometidos com a transformação paradigmática, com a construção de sociedades outras, precisam trazer em seu cerne conceitos fundamentais, tais como o pertencimento, o diálogo e felicidade (SORRENTINO et al., 2018). Tais processos auxiliam no desenvolvimento de uma cultura do lugar (HOOKS, 2022), necessária ao cuidado consigo, com o outro e com todo o planeta.

Não faremos outros modos de ser, estar, saber e pertencer se olharmos apenas as narrativas e experiências que se digam como detentoras da totalidade. Para os “poeta-feiticeiros”, os escritos estarão sempre incompletos se tiverem pretensão de grandeza, pois sem o conhecimento “sobre os segredos que se firmam nas pedras miúdas” (RUFINO, 2018, p.31) ou sobre as flechas que se lançam na passagem do tempo (SIMAS, RUFINO, 2019), o entendimento sobre o mundo e sobre as gentes estará desencantado, faltante.

Mudando nossas perspectivas e atuações educadoras sobre relações de ser, estar, saber e pertencer no e com o mundo, é que outros paradigmas socioculturais poderão ser entendidos e (re)estabelecidos e outras propostas de futuro poderão ser elaboradas para que com coragem, com força e potência, possamos não apenas adiar o fim do mundo (KRENAK, 2019) mas reescrever nosso próprio referencial de humanidade.

4 AGRICULTURAS URBANAS, HORTAS COMUNITÁRIAS E OUTROS JEITOS DE FAZER A CIDADE

A agricultura e os modos de produzir a ela conectados são, sem dúvida alguma, ponto-chave para o entendimento de questões históricas, culturais e ecológicas que decorrem do fazer humano. Seus impactos são tão consideráveis que autores como Haraway ET AL. (2016) e Souza-Júnior (2023) propõem que o atual período histórico seja compreendido como *Plantationceno*, demarcando as *plantations* iniciadas com a invasão europeia sobre o sul global como pontos dos quais ecoam desigualdades socioespaciais, racismo, genocídio epistemicídio, misoginia, homofobia e ecocídios, consequências da separação humano-natureza vindas das culturas hegemônicas da Europa.

No ambiente urbano tal modo de ser/pensar se propaga, com a continuidade das cisões entre humanos e natureza e entre os grupos humano ali aglomerados. A seguir, são trazidos alguns conceitos importantes sobre a agricultura, em especial no ambiente urbano, com definições, desafios, potencialidades e legislações pertinentes.

4.1 Agricultura e cidade

Para Brand e Muñoz (2007), cultivar plantas e criar animais tem sido uma dimensão da vida urbana desde que se iniciaram as cidades, estando a agricultura urbana⁵ sempre vinculada com as características culturais, os cenários geográficos, o tempo e o nível de desenvolvimento de cada lugar. Consideram, então, que esta atividade se define na articulação e integração com os sistemas econômicos e ecológicos das cidades (*idem*).

Em Saraiva (2015), há referências à agricultura que foi observada em diversas civilizações, remontando aos egípcios, aos incas em Machu Picchu, às hortas urbanas na Alemanha do século XIX, na apropriação de lotes vagos para agricultura durante a Grande Depressão dos Estados Unidos da América ou nos jardins vitorianos espalhados pela Europa durante as duas Guerras Mundiais. No período de Guerras a agricultura urbana foi bastante estimulada (ALMEIDA, 2016)

⁵ O termo agricultura urbana será usado para designar o conjunto de práticas de agricultura urbana e periurbana (AUP) abaixo descritas. Como o recorte desta pesquisa se dá no espaço urbano, é a agricultura urbana que será melhor caracterizada nos escritos a seguir.

inclusive calculando-se que durante a Segunda Grande Guerra a agricultura urbana correspondesse a 44% da produção agroalimentar norte-americana (SARAIVA, 2015).

Para Beto (2003) a retomada da agricultura no ambiente urbano durante o período especialmente de guerras, como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), não tem a ver só com segurança alimentar, mas também com segurança nacional. Na medida em que uma nação não assegura à sua população alimentos em quantidade e qualidade suficientes, não possui estoques reguladores ou medidas de prevenção à calamidades, ela se fragiliza e sua soberania fica em risco.

Isso vai de encontro ao percurso histórico da agricultura urbana traçado em Nagib (2016), que nos mostra que cultivar alimentos nas cidades não é uma prática nova, nem linear, nem tão pouco supérflua. Alguns exemplos trazidos são as *chinampas* no México, áreas produtivas cultivadas sobre ambientes de lagos ou pântanos oriundas da Era Pré-Colombiana; os *qanats* inventados pelos persas, como sendo aquedutos para transportar água até as cidades, auxiliando na irrigação e produção de alimentos; ou ainda os jardins fechados (*hortus conclusus*) da Europa Medieval, que com referências hispano-árabes relacionavam agricultura e jardinagem e introduziram o cultivo em terraços. Todas essas estratégias permitiram a produção adequada de alimentos e o desenvolvimento das cidades aos seus arredores.

Estes três exemplos, dentre os outros apresentados por Nagib (2016) com base nas leituras de Smit, Nasr e Ratta (2001), Mazoyer e Roudart (2010) e Arosemana (2012) mostram que a produção de alimentos e as muitas tecnologias para isso desenvolvidas no espaço urbano foram, aos poucos, sendo deixadas de lado. Isso se deu especialmente com o estabelecimento das dicotomias modernas que separaram campo-cidade, natural-artificial e que afetaram diretamente a dinâmica territorial (COUTINHO, COSTA, 2011).

Por algum tempo então a maioria das cidades do mundo pautadas pelo modelo hegemônico de desenvolvimento, de alguma maneira afastaram a produção de alimentos do ambiente urbano. Mas um importante passo para a retomada da agricultura urbana nessas cidades surgiu com os movimentos ambientalistas na Europa e América do Norte nas décadas de 1970 e 1980 (BRAND, MUÑOZ, 2007).

As transformações das cidades postuladas como premissas do mundo moderno geraram diversos e novos problemas ambientais, e em resposta a elas um

novo pensamento ambiental foi necessário para reconstruir a cidade e sua natureza. Isso fez com que, naquele momento, a agricultura urbana fosse apresentada como benéfica ao meio ambiente urbano e apresentada como solução para problemas ambientais tais como a redução da biodiversidade urbana e as alterações no microclima (BRAND, MUÑOZ, 2007).

Na década de 1990, com um novo pensamento ambiental já reafirmado na década anterior, os debates sobre a agricultura urbana começam a direcioná-la também como prática que permite a resposta contra níveis alarmantes de fome e pobreza, que se colocam como grandes desafios aos governos locais (COUTINHO, COSTA, 2011).

Então, na década de 1990, as agências de desenvolvimento retomaram a importância da agricultura urbana e a incorporaram como uma estratégia para criar ações públicas de combate aos crescentes problemas de cunho social, permitindo se alcançar a segurança alimentar e a luta contra a pobreza. A agricultura urbana, junto a outras estratégias, foi dada como resposta às crises sociais, políticas e econômicas que ocorreram em todo o planeta e atingiram índices mais consideráveis nas crescentes cidades dos países do Sul. As práticas agrícolas no espaço urbano foram concebidas enquanto mecanismo de inclusão para o desenvolvimento e empoderamento dos setores sociais marginalizados, bem como para inserção dessas comunidades no espaço urbano (BRAND, MUÑOZ, 2007; COUTINHO, COSTA, 2011).

A produção oriunda destas práticas foi bastante considerável, com dados da FAO (sigla em inglês para *Food and Agriculture Organization*, entidade vinculada à Organização das Nações Unidas - ONU) que estimam que no final dos anos de 1990 existissem cerca de 800 milhões de hortelões urbanos, os quais eram responsáveis por 15% a 20% da produção alimentar mundial (SARAIVA, 2015).

Desde as primeiras décadas dos anos 2000 até hoje, as práticas de agricultura urbana integram então agendas governamentais locais e globais, com argumentos que a infiltram pelos campos social, econômico, ambiental e ético e proporcionam razões suficientes para fazer dela uma atividade que simbolicamente “se encaixe” em quase qualquer cenário urbano (BRAND, MUÑOZ, 2007).

A urbanização tem se dado de maneira crescente e acelerada como observamos nos dados trazidos por Saraiva (2015), indicando que a urbanização passou dos 13% nos anos de 1900, para 29% nos anos de 1950 e chegou aos 49%

no ano de 2005. A estimativa apresentada pela ONU (2022) no Relatório Mundial das Cidades 2022 é que a população mundial será 68% urbana até 2050. Mesmo com uma estimativa de desaceleração no ritmo da urbanização durante o período da pandemia da COVID-19, ainda assim a previsão é que a população urbana aumente cerca de 2,2 bilhões de pessoas anualmente até 2050.

Tais dados reafirmam a necessária alteração do paradigma da amontoada (con)vivência humana, que torna os espaços cada vez mais densamente ocupados em todo o mundo. As práticas agrícolas desenvolvidas no interior das cidades trazem novas possibilidades de compreender o espaço urbano em seu constante e acelerado crescimento, de preferência entendendo a cidade não apenas como o lugar da técnica materializada, mas também como o lugar da agricultura e dos ritmos da natureza (COUTINHO, COSTA, 2011), traçando novas territorialidades advindas das renovadas formas de ocupação.

Buscar uma conceituação de agricultura urbana, é encontrar “um emaranhado de definições” (NAGIB, 2016, p. 52) que se justificam pelas necessidades de cada pesquisador e estão de acordo com os contextos temporais e espaciais e com os olhares e especificidades de suas áreas de atuação.

A agricultura no espaço urbano se dá em contextos diversos, com finalidades variadas e é estudada por muitas áreas permitindo que se estabeleçam então múltiplas definições. Assim, este é um conceito que ainda está em construção (CAROLINO, 2021).

É importante destacar que o adjetivo “urbano” localiza a prática na cidade, mas não é só a localização que diferencia a atividade de produção na cidade da produção que se realiza no campo, “pois não se trata de uma simples transposição de práticas e saberes a ela associados” (COUTINHO, COSTA, 2011, p.87). Para Mougeot (2001), a agricultura urbana é aquela que se integra com o sistema econômico e ecológico da cidade, pedindo uma gestão integrada com o planejamento do espaço urbano.

Com base no panorama proposto para identificar e caracterizar iniciativas de agricultura urbana e periurbana das regiões metropolitanas do Brasil, Santandreu e Lovo (2007) apontam uma multiplicidade de aspectos da agricultura urbana e periurbana, indicando que esta se relaciona com a produção de alimentos e a economia, com o lazer, a saúde, a cultura e os cuidados com o ambiente. Os autores propõem que este tipo de atividade se define a partir de um

(...) conceito multidimensional que inclui a produção, o agro extrativismo e a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, ervas medicinais, plantas ornamentais, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao auto consumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos sólidos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intraurbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades (SANTANDREU, LOVO, 2007, p. 05).

Muitas vezes ao procurarmos definições sobre agricultura urbana encontramos perspectivas que “reforçam as contraposições urbano-rural ou urbano-natureza, bem como associam o urbano com o ambiente construído ou com a demarcação legal do perímetro urbano, definida no âmbito municipal” (ALMEIDA, BIAZOTI, 2018, p.02). A cidade é dada como restrita ao local de serviços, de consumo, de produção de conhecimento, de inovação e criatividade, enquanto o campo contrapõe-se como local de práticas agropecuárias, de produção de alimentos e local que é fonte de matérias primas, como associado a uma ideia de tradição e de espaço de natureza (*idem*).

Como proposto por Carolino (2021), é um equívoco excluir da cidade a dimensão da produção agrícola e delimitá-la apenas como espaço receptor de alimentos que são cultivados exclusivamente nas zonas rurais para serem lá processados por grandes empresas alimentícias. Essa divisão, que limita o acesso aos alimentos, pode não satisfazer as necessidades das pessoas que vivem nas cidades e para as quais não há recursos financeiros suficientes para os altos custos dos alimentos produzidos nessa configuração.

É preciso que esta noção do rural e do urbano se expandam para concebermos a cidade também enquanto local da possibilidade de produção de alimentos e da presença de natureza, por exemplo; assim como ao espaço rural cabe também a possibilidade da prestação de serviços e da produção de conhecimento.

Mas, para além da questão espacial, para compreender a agricultura urbana é necessário acrescentar uma característica “de alto teor mobilizador, expressa, inclusive, pelos ativismos em áreas intraurbanas” (NAGIB, 2016, p.46): a compreensão de que a agricultura urbana busca “combater a alienação e os preconceitos urbanos, pelo menos em parte, em relação a características comumente associadas exclusivamente à realidade rural” (*idem*, p. 46).

4.2 Agricultura urbana e hortas comunitárias

Na atualidade, a agricultura urbana se materializa no espaço das cidades com uma série de propósitos, dentre os quais se destacam as hortas comunitárias em espaços públicos ou privados, tópico de grande interesse para essa pesquisa. Mas, além, está também nas hortas em áreas livres junto às margens de estradas, em fábricas, em aeroportos, em grandes avenidas ou mesmo nas regiões periféricas mais isoladas; nas áreas de matas urbanas ou de pequenos bosques; na horticultura baseada em hidroponia; na pesca e outras coletas aquáticas em lagos, rios e tanques; e, por fim, na criação de animais de pequeno porte em cercados diminutos ou mesmo gaiolas (NAGIB, 2016).

Dada essa multidimensionalidade produtiva, a agricultura urbana se desenvolve em vários tipos de estruturas - no quintal, no pátio, no jardim, nas hortas urbanas, passando pelo uso de varandas, de telhados, de terraços, ocorrendo no interior das habitações ou até mesmo nas fachadas dos edifícios (SARAIVA, 2015).

Alinhando o que é dado por Santandreu e Lovo (2007), Saraiva (2015) e Nagib (2016) tem-se então a abundância de espaços possíveis para o desenvolvimento da agricultura urbana, que vai desde terrenos públicos institucionais como escolas, até áreas privadas como terraços, fábricas ou conjuntos habitacionais.

Também se propõe que a agricultura urbana é aquela que ocorre dentro e ao redor dos limites das cidades e na qual se inclui a geração de produtos oriundos da agricultura e pecuária, pesca e silvicultura. Dela provém igualmente a produção, transformação e comercialização de alimentos e outros produtos não alimentares - como produtos florestais não madeireiros (ALMEIDA, BIAZOTI, 2018), bem como serviços ecológicos que podem ser prestados pela agricultura, pescas e silvicultura.

Dada a diversidade de contextos urbanos e de escalas de atuação, a agricultura urbana também é considerada na diversidade expressiva de práticas de cultivo de plantas medicinais, e por isso também se associa com a saúde e a cultura (SANTANDREU, LOVO, 2007; ALMEIDA, BIAZOTI, 2018).

Outra questão primordial é o fato de que a agricultura urbana pode se conectar às preocupações de cunho ambiental, reivindicando, entre outros tópicos, a diminuição da emissão de gases de efeito estufa, a realocação da produção de alimentos (incentivando locais de produção mais próximos dos aglomerados

urbanos, e assim, reduzindo o uso de combustíveis no transporte de matérias-primas e alimentos) e incentivando o papel educador da agricultura e dos agricultores urbanos (NAGIB, 2016).

Nessa perspectiva, a produção agrícola urbana deve respeitar os biomas naturais e os ciclos vegetais, deve fazer uso de tecnologias apropriadas aos alimentos produzidos, deve promover a equidade de gênero e processos participativos que promovam a gestão urbana, social e ambiental das cidades e deve se priorizar os saberes e valores culturais locais e de seus produtores, aproximando assim as atividades agrícolas urbanas das premissas da Agroecologia (SANTANDREU, LOVO, 2007; NAGIB, 2016; ALMEIDA, 2016; ALMEIDA, BIAZOTI, 2018; CAROLINO, 2021).

Não vamos aqui aprofundar conceitos de Agroecologia e suas tipologias, sugerindo àqueles que se interessam pelo assunto que procurem publicações como Almeida (2016), Almeida e Biazoti (2018) e Camargo (2023). Mas é importante destacar que estas aproximações da agricultura urbana com a Agroecologia são possibilidades presentes nas práticas agrícolas e também vistas na literatura, inclusive podendo ter desdobramentos, seja na dimensão acadêmica, seja na dimensão política nas esferas federais, regionais ou nos espaços e redes dedicados à agricultura urbana e à Agroecologia no país (ALMEIDA, BIAZOTI, 2018). A busca pela incorporação de estratégias que aproximem a agricultura urbana do campo da Agroecologia foi citada na Horta estudada, como se verá mais à frente.

Essa diversidade de funções que se entrelaçam com questões ambientais coloca em evidência a agricultura como ferramenta de ativismo e de formação política no espaço urbano (NAGIB, 2016; ALMEIDA, BIAZOTI, 2018; MACHINI, 2018; BIAZOTI, 2020). As hortas comunitárias urbanas, por exemplo, são citadas como locais nos quais os grupos ativistas identificam “um mecanismo de transformação da consciência social, apto o suficiente para criar cidades sustentáveis (ambiental e socialmente)” (NAGIB, 2016, p.70).

Junto com a variedade de funções da agricultura urbana estão os diversos atores que a concretizam. No panorama encontrado para as regiões metropolitanas no país, Santandreu e Lovo (2007) destacam o envolvimento de grupos vulneráveis como crianças, jovens, idosos, mulheres, portadores de necessidades especiais, desempregados, comunidades tradicionais, migrantes

rurais, produtores periurbanos, entre outros.

Os autores ainda destacam que os agricultores e agricultoras muitas vezes não se autodenominavam como tal, não reconhecendo esse grupo ao qual poderiam pertencer. Especulamos aqui como esta falta de identificação desarticula o trabalho dos agricultores e agricultoras e muitas vezes atravança maiores passos para sua formação e a melhoria ou expansão de sua produção.

Outro importante levantamento sobre os atores que trabalham com a agricultura urbana no contexto brasileiro foi feito por Castelo Branco e Alcântara (2011) a partir de uma base de dados composta por 94 trabalhos sobre a temática. As autoras explicam que nos trabalhos nos quais se citou as características socioeconômicas das famílias, a maioria das pessoas se enquadraram como de baixa renda, com baixo nível educacional, sendo adultos com idade superior a 40 anos e caracterizados como aposentados, desempregados ou que tinham, em sua maioria, empregos informais. Houve destaque para a predominância do trabalho das mulheres com a finalidade de complementar a renda, normalmente atuando em hortas próximas às suas residências.

A presença de mulheres na agricultura urbana também se destacou na pesquisa realizada por Camargo (2023), identificando dificuldades e contribuições quando essas mulheres se articulam, por exemplo, com a formação de redes como a Rede de Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas (RAPPA) na capital paulista.

A multiplicidade da agricultura na cidade também permite encontrar “aqueles cidadãos que a desempenham em diferentes tipos de jardins e hortas, individualmente ou em grupo, e que, *apesar de terem diferentes motivações, o destino principal da produção final não é a comercialização para fins de obtenção de renda*” (NAGIB, 2016, p.47, grifo nosso). Portanto, nem todos que se envolvem com a agricultura urbana têm por objetivo final a produção para consumo ou geração de renda.

Para que a escala de multiplicação da agricultura urbana se concretize, também é importante que ela seja entendida como política pública. Sem essa perspectiva, governos locais podem acabar marginalizando a atividade agrícola no ambiente urbano e comprometendo a segurança alimentar e nutricional das populações em vulnerabilidade socioambiental (CAROLINO, 2021).

Indo o foco principal desta pesquisa, é importante também trazer o que se

entende como sendo hortas urbanas, com uma compreensão geral que remete para um pequeno terreno, diferente dos quintais comuns contínuos às residências, e que pode ser cedido, arrendado ou ocupado por um grupo para produção prioritariamente de vegetais (sobretudo raízes, tubérculos, folhagens e frutos), nas áreas urbanas ou nos seus arredores (SARAIVA, 2015).

Vale ressaltar que as definições e os métodos de produção adotados para as hortas urbanas podem variar considerando as políticas públicas que as regulamentam. Tais variações se dão especialmente em função dos objetivos - como por exemplo, segurança alimentar e nutricional, lazer, sustentabilidade, coesão social, entre outros - e podem restringir ou ampliar o conceito acima descrito (SARAIVA, 2015).

Em relação às classificações, Saraiva (2015) propõe que as hortas urbanas sejam organizadas em seis agrupamentos com relação ao *tipo de uso* (p.34):

i. hortas sociais – são aquelas voltadas essencialmente para auxiliar na satisfação das necessidades alimentares de famílias e/ou pessoas com poucos recursos econômicos, podendo haver a eventual venda de produtos como um complemento de renda;

ii. hortas comunitárias – podem ter várias funções, servindo especialmente para recreio, lazer, educação e também para produção de alimentos para complemento alimentar da comunidade, sobretudo na dimensão local;

iii. hortas de recreio – para além de uma fonte alternativa de alimentos, visam lazer dos usuários;

iv. hortas de recreio coletivas – são dirigidas principalmente a grupos de moradores locais com finalidade de recreio e educação ambiental, podendo ainda terem fins terapêuticos para cuidados físicos, motores, mentais e/ou emocionais;

v. hortas pedagógicas – tem função de trabalhar com atividade de educação ambiental, em especial para estudantes do ensino básico;

vi. hortas criativas – são aquelas que associam as práticas agrícolas com manifestações culturais de consolidação e fomento da identidade local.

Investigando iniciativas de agricultura urbana no contexto paulistano, Caldas e Jayo (2019) chegaram à proposta de categorizar essa diversidade de iniciativas em dois grandes modelos. Um é chamado de “agricultura urbana de escala” e está relacionado às hortas que são “capazes de abastecer o consumo

de alimentos em volume significativo” (p.35), enquanto o segundo, que é a “agricultura urbana de visibilidade” discorre sobre aquelas que apesar de terem uma produção de pequeno volume de alimentos, “voltam-se mais à produção de discursos, consciência ambiental e visibilidade na agenda política da agricultura urbana” (p.35).

De acordo com os autores, essas duas modalidades coexistem na cidade e, quando georreferenciadas no território de São Paulo, mostraram uma predominância da agricultura “de escala” nas áreas periféricas, enquanto a agricultura “de visibilidade” estava mais disposta nas regiões centrais do território. Mais adiante, quando descrevermos a Horta estudada, algumas definições e classificações serão retomadas, para melhor entendimento da realidade na qual nos inserimos.

4.3 Potencialidades e desafios

Nas últimas décadas observa-se não apenas um crescimento numérico, mas uma evolução em relação aos papéis funcionais que pode desempenhar a agricultura urbana, sendo eles descritos por Saraiva (2015) no seguinte gradiente:

- i. Num primeiro momento, a agricultura urbana deu-se em uma dimensão econômica e social para as franjas mais pobres, em oposição à dimensão recreativa e estética para as camadas mais favorecidas;
- ii. Num segundo momento, se estabeleceu ao redor de questões ambientais, posteriormente abrangendo também a segurança alimentar e a saúde;
- iii. Num terceiro e último movimento, exerceu e continua exercendo além das demais, uma função de coesão social, não apenas para integração entre grupos econômicos diferenciados, voltando-se à aproximação cultural e intergeracional e também na integração de comunidades migrantes ou imigrantes que tenham passados geográficos, sociais e culturais diversos.

Outra potencialidade da agricultura urbana e, em específico das hortas comunitárias, reside no fato de que elas não são uma prática nova, mas um campo de pesquisas novo, o que faz com que ela deva ser compreendida enquanto integrante dos processos e lutas que denotam a realidade urbana atual (COUTINHO, COSTA, 2011) e auxiliam na sua compreensão.

A agricultura urbana e periurbana também pode ser vista a partir do seu

referencial da multifuncionalidade (SANTANDREU, LOVO, 2007; BRAND, MUÑOZ, 2007; CURAN, 2020), considerando o potencial desta com outras atividades em ambiente urbano para promover cidades produtivas e ecológicas, que respeitem a diversidade social e cultural e promovam a segurança alimentar e nutricional das populações.

Em sua investigação com hortas agroecológicas, Curan (2020), elencou três dimensões para hortas comunitárias: sociocultural, econômica e ambiental. No que diz respeito à dimensão sociocultural, a autora elencou como ganhos a segurança alimentar e nutricional, a coesão social, a qualificação de áreas não utilizadas e ou degradadas, o empoderamento feminino e a equidade de gênero, a reconexão dos moradores com seus ambientes, a educação alimentar e a valorização do patrimônio cultural, inclusive com o agroturismo ou turismo ecológico.

Para a dimensão econômica a autora propôs a diminuição da pobreza, com a diminuição dos gastos com a alimentação, geração de empregos e de renda através da produção e o agroturismo. Por fim, a dimensão ambiental propõe a preservação e conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, ciclagem de resíduos orgânicos, gestão dos recursos hídricos, existência de áreas verdes e redução das pegadas ecológicas.

Em resumo, Nagib (2016) pautado em dados da FAO (1999), coloca que a produção nos diferentes formatos possíveis para a agricultura urbana permite muitas e diversas potencialidades, como a disponibilidade de alimentos mais frescos e perecíveis; menor dependência em relação ao armazenamento e transporte dos alimentos; menor necessidade de embalar os produtos; fácil acesso aos mercados consumidores; melhor acesso aos alimentos pela população mais pobre - com mais aproximação com a segurança alimentar e nutricional; significativo potencial de emprego e renda para as populações urbanas; maior proximidade das redes de tratamento de resíduos; e a possibilidade de recuperação e reutilização de resíduos.

As hortas comunitárias enquanto práticas de agricultura urbana trazem diversos benefícios às dimensões sociais, econômicas e ambientais das cidades, como já demonstrado acima. Isso se dá, entre outras razões, pelo fato de que elas se revelam enquanto atividades interativas e produtivas que refutam a ideia predominante de que áreas urbanas não-construídas são sinônimos de áreas

ociosas (COUTINHO, COSTA, 2011). Os autores ainda propõem que

Pensar a cidade como um lugar onde o solo é fértil e, por isso, pode ser cultivado, é acreditar que a relação da sociedade urbana com seu espaço pode ser diferente.(...) Relevante para o debate é buscar pistas que permitam a emergência de um pensamento diferente sobre esta relação, ou seja, que favoreçam a conciliação - em um contexto em que o limite (rígido) entre cidade e campo não é tão evidente - entre o que fora compreendido como inconciliável” (COUTINHO, COSTA, 2011, p.86).

Apesar dessa diversidade de funções que vêm sendo desempenhadas pela agricultura urbana, o seu crescimento e, em especial o das hortas urbanas, é limitado por questões de ordem conjuntural e estrutural. A expansão e manutenção dos espaços depende da disponibilidade de terras e dos direitos de apropriação para seu uso, estando ainda sujeitos à pressão imobiliária (SARAIVA, 2015). Muito também se depende dos modelos de crescimento e desenvolvimento econômicos e do planejamento urbano adotado, uma vez que “a própria evolução e compreensão da cidade modulam o fenômeno da agricultura urbana” (*idem*, p.35), o que pode ser um grande desafio.

Outra questão latente se dá na destinação de terrenos vagos para o plantio, mesmo quando eles existem em quantidade numerosa no espaço das cidades, ainda que nem sempre eles sejam facilmente visíveis ou reconhecidos. Mesmo que esses terrenos possam estar ociosos, na maioria dos casos têm donos e normalmente não estão acessíveis de imediato (COUTINHO, COSTA, 2011), o que muitas vezes leva ao desenvolvimento de hortas urbanas enquanto ocupações.

Um aspecto que merece atenção é o fato de que o uso de terrenos para fins de produção agrícola necessita de noções de agricultura, muitas vezes tida apenas como atividade econômica rural (COUTINHO, COSTA, 2011) e que pode não fazer parte do imaginário e das habilidades de muitos dos residentes urbanos. Para a implantação e a manutenção de iniciativas de agricultura urbana e, assim de hortas comunitárias, é necessário algum conhecimento prévio ou auxílio técnico no que diz respeito ao uso da terra, aos ciclos vegetais e animais e às tecnologias disponíveis e acessíveis.

Com o grande adensamento populacional e, por consequência, uma imensa geração de resíduos, outra crítica à agricultura urbana se relacionada aos aspectos sanitários (NAGIB, 2016), uma vez que alimentos e pessoas compartilham o mesmo solo, ar e água. Com essa intensa proximidade, os alimentos podem se contaminar através de resíduos oriundos da poluição

atmosférica (via material particulado e gases) ou ainda presentes nos solos e na água. É necessário que práticas agrícolas nas áreas urbanas estejam em conformidade para os consumidores, agricultores ou hortelões que a realizem.

Além do acesso à terra urbana vazia, os produtores também apresentam dificuldades para alcançar outros insumos, como água, mudas e sementes (COUTINHO, COSTA, 2011), sendo necessárias políticas públicas que garantam aos agricultores e hortelões o acesso a esses recursos.

4.4 Panorama da agricultura urbana e das hortas comunitárias no Brasil

A agricultura urbana enquanto prática se faz presente nas cidades brasileiras há muito tempo, assim como se observa na pesquisa de Almeida (2016), onde é possível ver como a agricultura urbana fez e faz parte da constituição da região metropolitana de Belo Horizonte, ou em Nagib (2016), Machini (2018), Biazoti (2020) e Carolino (2021), contando sobre a presença dessas práticas na história da metrópole paulista.

Na pesquisa de Carolino (2021) pode-se ver um panorama geral das políticas de agricultura urbana à nível federal, com informações específicas das primeiras duas gestões do governo Lula (2003 a 2010), passando pelas duas gestões de Dilma Rousseff (2011 a 2016), pela gestão de Michel Temer (2016 a 2018) e pelo início da gestão de Jair Bolsonaro (sua pesquisa se atém ao período de 2019 a 2021). As políticas públicas de agricultura urbana à nível federal também são apresentadas em Castelo Branco e Alcântara (2011), Almeida (2016), Nagib (2016) e Biazotti (2020), sendo recomendada a leitura de tais materiais para um entendimento mais esmiuçado; aqui destacamos alguns tópicos desta retrospectiva.

Segundo Carolino (2021) consultando o sítio eletrônico da Câmara dos Deputados é possível ver que desde a década de 1980 ocorreu a tentativa por parte de parlamentares para a aprovação de quatro projetos de lei (PL) cuja finalidade era instituir programas de hortas domésticas e comunitária, em 1980, 1984, 1989 e 1995. A autora destaca que, ainda que estes PLs tenham sido aprovados por comissões específicas, os mesmos não foram convertidos em lei, o que segundo ela, pode ser um indício da falta de interesse político com a temática.

O desenvolvimento da agricultura urbana enquanto política pública estruturada e em escala, se insere de maneira mais estruturada nas agendas

governamentais em 2003 com as primeiras ações de incentivo à agricultura urbana acontecendo junto ao Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa). Tais ações buscavam a implantação de lavouras, pomares, canteiros, viveiros, hortas comunitárias e a criação de animais de pequeno porte, além da implantação de unidades para processar e beneficiar alimentos, agregando valor e diversificando produtos (CAROLINO, 2021).

É também em 2003 que a fome passa a ser tratada como uma questão política (BETO, 2003), fazendo parte do programa “Fome Zero”, instituído na primeira gestão do Presidente Lula. Foi a partir de então que a agricultura urbana, e em especial das hortas urbanas e periurbanas, foram postas como estratégias para combate e redução da pobreza e garantia de segurança alimentar (CASTELO BRANCO, ALCÂNTARA, 2011; COUTINHO, COSTA, 2011).

Este Programa colocou-se como uma política que não era assistencialista, nem se resumia a ações emergenciais, em oposição à maioria dos programas de combate à fome. Seu intuito era ser uma política de inserção social, na qual, “mais importante do que distribuir alimentos, é gerar renda, trabalho, resgatar a autoestima e a cidadania” (BETO, 2003, p.54). O escopo do programa combinava políticas locais (envolvendo restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, etc.), com políticas específicas (como cartão-alimentação, ampliação da merenda escolar, etc.) e ainda políticas estruturais (focadas na reforma agrária, no incentivo à agricultura familiar, no microcrédito, etc.) (BETO, 2003).

Importante, como apresentado por Beto (2003), é destacar que as ações estruturadas em políticas públicas também consideravam as ações emergenciais, porque, como alertava Betinho, “a fome não pode esperar” (p. 56); assim, havia também a continuidade das arrecadações de doações de alimentos via campanhas ou eventos.

Um outro importante ganho do “Fome Zero” foi essa política ser proposta para ser assessorada pelo Consea (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional), sendo este um órgão de caráter consultivo, integrado por ministros e sociedade civil organizada com a maioria de seus membros atuando na área de segurança alimentar e nutricional ou ainda em contato com populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica (BETO, 2003), permitindo um conhecimento da realidade vivida por essas populações e maior efetividade no

desenvolvimento da política.

Essa aproximação ficou mais intensa a partir de 2004, quando houve a incorporação da temática da agricultura urbana na agenda das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), em âmbito nacional, especialmente com a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), na ocasião realizada em Olinda (PE) (ALMEIDA, 2016).

A agricultura urbana e periurbana, bem como o desenvolvimento de hortas comunitárias se inseriu no contexto de políticas estruturais específicas com o “Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana” (PNAUP), o qual foi importante para desenvolver ações de produção e comercialização de produtos da agricultura urbana junto com municípios, universidades e organizações da sociedade civil (CAROLINO, 2021).

Este Programa financiou, além de hortas comunitárias em todas as regiões brasileiras, atividades como apicultura, avicultura e lavouras comunitárias, com dados de 2008 indicando que cerca de 700.000 pessoas foram beneficiadas com um investimento de aproximadamente de R\$36 milhões, oriundos do extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (CASTELO BRANCO; ALCÂNTARA, 2011); o montante foi ainda maior, se considerarmos que apesar do maior recurso ter origem no Governo Federal, ele não foi o único financiador de tais projetos, já que recursos estaduais e municipais também foram disponibilizados para essas ações (*idem*).

Eventos como o I Seminário Nacional de Agricultura Urbana em Brasília e a III CNSAN em Fortaleza realizados em 2007 foram aproximando a PNAUP às temáticas da segurança alimentar, para a assistência técnica, para a formação e capacitação de pessoas e da produção com base em princípios agroecológicos (ALMEIDA, 2016; CAROLINO, 2021).

Porém, apesar de haver um montante destinado pelo governo federal para institucionalização da PNAUP e de uma construção gradativa de sua atuação, a partir de 2013 essa política entrou em descontinuidade. A ausência de financiamento público para as políticas de apoio à agricultura urbana, mesmo com a pressão constante da sociedade civil organizada, se intensificou ainda mais em 2019, levando à extinção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan) (CAROLINO, 2021), demonstrando o descompromisso da gestão Jair Bolsonaro

com a agenda até então construída no combate à fome e na constituição de espaços produtivos em ambiente urbano.

Em 2023, com o novo mandato do presidente Lula, a agricultura urbana, assim como a segurança alimentar passam a integrar novamente a agenda das políticas federais, sendo que o decreto 11.700 de setembro de 2023 instituiu o “Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana”, bem como o Grupo de Trabalho responsável por sua promoção (BRASIL, 2023).

O Programa se propõe a ser executado no âmbito da PNAUP, promovendo a segurança alimentar e nutricional e assegurando o direito humano à alimentação adequada. Se insere no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, trazendo uma gestão intersetorial, participativa e articulada para a sua implementação e execução. Se vincula ainda à Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, com vistas ao uso sustentável dos recursos naturais em consonância com a oferta e o consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2023).

O Programa de baseia em treze princípios, dentre os quais destacamos o direito humano à alimentação adequada, o direito à cidade, a participação popular e social, a agroecologia e a produção orgânica, o uso sustentável do solo, da água, dos ecossistemas e da agrossociobiodiversidade, o respeito à diversidade socioambiental e cultural e a alimentação como prática cultural e social. Destacamos ainda uma das linhas de atuação, com apoio à iniciativas pedagógicas e comunitárias (BRASIL, 2023), demonstrando o compromisso de novamente instalar as hortas urbanas e comunitárias no escopo da produção agrícola urbana no país.

Vale ressaltar também que “os entes federativos serão incentivados a editar normas que permitam e assegurem as práticas agrícolas, no âmbito dos planos diretores e da legislação de parcelamento e uso do solo” (BRASIL, 2023), buscando a garantia de áreas urbanas para produção agrícola, o que já foi visto por Castelo Branco e Alcântara (2011) como uma das maiores dificuldades para produtores.

Diversos ministérios estão envolvidos na efetivação do programa, sendo eles do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, do Trabalho e Emprego e do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Destacamos as atribuições deste último, responsável por prestar assistência aos Municípios na avaliação e no monitoramento

dos serviços ambientais fornecidos pela agricultura urbana e periurbana; integrar a agricultura urbana e periurbana com o instrumento econômico de pagamento por serviços ambientais; promover a agricultura urbana e periurbana como ação estratégica para adaptação das cidades aos efeitos das mudanças climáticas; e incentivar ações de reciclagem de resíduos orgânicos, com a participação de catadoras e catadores de materiais recicláveis, de maneira integrada à agricultura agroecológica urbana e periurbana (BRASIL, 2023).

Desta forma, entendemos que além da garantia da segurança alimentar, da cidadania via inclusão social e da geração de trabalho e renda através da produção de alimentos em área urbana, o programa traz à agricultura urbana um importante papel ecológico, compreendendo os serviços por ela disponibilizados nas cidades e seu papel na gestão dos resíduos urbanos, o que esperamos que se concretize ao longo dos próximos anos.

As últimas diretrizes dadas pelo PNAUP em seu decreto de 2023 tratam das ações a serem observadas em âmbito estadual e municipal, entre as quais destacamos o mapeamento e mobilização de atores relevantes para a construção da agenda municipal; o estabelecimento da agenda municipal, considerando a priorização de benefícios estratégicos que se pretende alcançar; o levantamento das iniciativas de agricultura urbana e periurbana em curso e das novas iniciativas a serem implementadas o município; a elaboração de plano de fortalecimento das agendas municipais de agricultura urbana e periurbana, com garantia de ampla participação da sociedade civil e diferentes atores públicos; e o monitoramento e divulgação dos resultados da agenda municipal (BRASIL, 2023).

No que tange à esfera estadual, destacamos brevemente o que foi trazido por Caldas e Jayo (2019) e Carolino (2021) à respeito da importância de algumas leis e programas especialmente dados na gestão de Paulo Egydio Martins (1975 – 1979) (Arena) e de André Franco Montoro (1983-1987) (PMDB). Com Martins houve a publicação do decreto Estadual nº 11.399, em abril de 1978, no qual se instituiu o “Programa Hortas Domésticas e Comunitárias”, que tinha por objetivos principais integrar e mobilizar esforços e recursos tanto de órgãos públicos como de particulares para a implantação de hortas domésticas e comunitárias. Buscava também contribuir para a mobilização das comunidades e prestar orientação e

assistência técnica aos interessados, almejando sensibilizar e incentivar comunidades para uma utilização mais eficiente de seus recursos (CAROLINO, 2021).

Já com Montoro tem-se uma gestão precursora de propostas como para a descentralização administrativa e a criação de conselhos de participação popular, medidas voltadas “a fomentar o engajamento da comunidade organizada em políticas públicas e programas governamentais” (CALDAS, JAYO, 2019, sem página), o que se valeu para as políticas de segurança alimentar e nutricional.

A crise econômica do início da década de 1980 pediu maior articulação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (entidade filantrópica mantida pelo governo de São Paulo) que fomentaram a formação de hortas pela Programa anteriormente proposto, inclusive envolvendo a então Companhia estadual de transmissão de energia elétrica, a Eletropaulo Metropolitana de São Paulo, responsável por ceder terrenos localizados sob linhas de transmissão para cultivo. Tais ações buscaram dirimir os efeitos da recessão e do desemprego na alimentação das famílias, com projetos que se iniciaram na capital e depois foram transformados em programas difundidos por todo o Estado (CALDAS, JAYO, 2019). Este modelo de produção em terrenos sob as linhas de transmissão é observado até os dias atuais nas periferias de Araraquara como se verá a seguir, na imagem 03.

Além das áreas cedidas pela Eletropaulo, o Programa foi implantado também em escolas (municipais, estaduais e federais), em Unidades Básicas de Saúde, em áreas pertencentes à Sabesp e em conjuntos habitacionais da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab). Alguns órgãos auxiliaram na diretiva da criação de pequenos animais em sítios ou fundos de quintal nas periferias da capital e nas cidades pequenas. Mas ainda que determinadas ações tenham tido alguma permanência em municípios como a própria capital, o Programa experimentou diversas discontinuidades ao longo dos anos (CAROLINO, 2021).

Com estes dados em mãos, passamos então à análise das políticas municipais, observando em que medida a agricultura urbana e periurbana se inseriu na agenda araraquarense e como consolidou as diretrizes propostas na PNAUP e em outras políticas estruturantes. Para maiores diálogos com outras políticas

estaduais ou municipais de São Paulo, pode-se consultar Caldas e Jayo (2019), Nagib (2016), Machini (2018), Biazoti (2020), Curan (2020) e Carolino (2021).

4.5 Agricultura urbana em Araraquara

Em Araraquara, como outras cidades médias do interior de São Paulo, há uma praça principal central, ao redor da qual as atividades culturais e comerciais, como as feiras, foram se estabelecendo. A praça “Pedro de Toledo” recebe a décadas feirantes, especialmente dos assentamentos rurais Bela Vista, Monte Alegre e de Bueno de Andrada, que trazem verduras, frutas, legumes, ovos, pães, bolos, doces, conservas e mais tantos produtos frescos para serem comercializados no centro da cidade (figura 02). E como essa, muitas outras praças e espaços públicos têm sido utilizados, diminuindo os circuitos de produção e venda, aproximando comerciantes e consumidores e pulverizando reflexões sobre outras formas de cultivar e comprar alimentos.

Figura 2 - Feiras na praça “Pedro de Toledo”



Fonte: a autora (2023).

Outro destaque se dá na presença de hortas urbanas pelas periferias da cidade, especialmente sob as linhas de fiação e também em canteiros públicos ou pequenos terrenos particulares ainda não ocupados por casas ou prédios (figura 03). Uma andança pelos bairros permite encontrar bananeiras, pés de mandioca, verduras, batata doce, variedades de abóboras e chuchus e pepinos crescendo sobre as cercas. São hortas para consumo próprio ou pequena comercialização, que trazem um pouco mais de verde à cidade, funcionando como “ilhas” de comida e biodiversidade.

Figura 3 - Algumas hortas pelas periferias da cidade.



Fonte: a autora (2022/2023).

Então vemos que, ainda que possam passar despercebidas, as práticas de agricultura urbana de alguma maneira existem em Araraquara. Por isso, o primeiro objetivo desta pesquisa voltou-se a analisar o histórico das políticas municipais ligadas à agricultura urbana e hortas comunitárias na cidade e sua conexão com processos educadores.

Reiterando o que já foi apresentado no capítulo 02, as informações aqui apresentadas foram obtidas no site da prefeitura municipal, em publicações acadêmicas, notícias de jornais locais e aquelas registradas em caderno de campo após participação em eventos, como conferências, audiências públicas e reuniões de Coletivos ambientalistas.

As legislações, programas e conferências analisadas foram aqui apresentadas em ordem cronológica, buscando facilitar o entendimento da agricultura urbana na concepção espaço-temporal do município.

Em julho de 2003, a partir da lei 6.023, instituiu-se o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSAN, com duas revisões, a lei n. 8.973 de maio de 2017 e a lei 10.782 de maio de 2023. Este órgão é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, sendo que esteve inicialmente vinculado à Secretaria de Agricultura, mas essa disposição foi revogada na primeira revisão.

Seu objetivo principal é contribuir para a concretização do direito humano fundamental à alimentação e à segurança alimentar e nutricional (ARARAQUARA, 2023a) e, para tal, listam-se nove ações, dentre as quais destaca-se que o COMSAN deve acompanhar, fiscalizar e também propor ações nas áreas de segurança alimentar e nutricional; cooperar na implementação de ações voltadas ao combate às causas da miséria e da fome; incentivar parcerias que garantam a

mobilização dos setores envolvidos e a racionalização do uso dos recursos disponíveis; coordenar campanhas de conscientização; realizar a cada quatro anos a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; e colaborar na elaboração da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

O documento indica por diversas vezes que as ações e estrutura do COMSAN devem estar em consonância com as diretrizes dadas na Política que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, estabelecido pela lei federal 11.346 de setembro de 2006, e no qual o poder público juntamente com a sociedade civil organizada, se responsabilizará por formular e implementar políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2006).

Em Araraquara, o COMSAN é formado por 24 membros, sendo 12 do poder público municipal (ligados à Secretarias como Assistência e Desenvolvimento Social; Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Saúde; Educação; Planejamento e Participação Popular) e 12 membros da sociedade civil, como representantes de instituições de ensino superior com atuação no Município; membros representantes da Associação Comercial e Industrial de Araraquara; de Sindicatos como Sindicato Rural e da Indústria da Panificação e Confeitaria de Araraquara e Região; representantes de reuniões do Orçamento participativo (OP); e representantes de entidades socioassistenciais, como as que atuam na defesa dos direitos de igualdade racial e de povos de religiões de matriz africana; das mulheres; dos idosos; e das crianças e adolescentes.

Destaca-se que a presidência deve ser ocupada por alguém da sociedade civil, como dado na revisão de 2017, consolidando este espaço como ferramenta de participação popular e gestão democrática. O Conselho é responsável por organizar, junto com outras instituições como Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e Conselho de Agricultura Urbana Sustentável, a "Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional" para a elaboração do "Plano de Municipal de Políticas Públicas para a Segurança Alimentar e Nutricional".

Em 2023 se realizou a 3ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e de Desenvolvimento Rural Sustentável, com o tema "Erradicar a fome e garantir direitos: comida de verdade, democracia e equidade" (figura 04). Para organização de temas a serem debatidos durante a conferência foi proposto um

ciclo programado de pré-conferências de maneira descentralizada, permitindo a socialização dos eixos temáticos e a mobilização de vários segmentos sociais como de agricultores familiares, beneficiários de programas sociais, mulheres, afrodescendentes, religiões de matriz africana, jovens, idosos, universitários, imigrantes, público LGBTQIA+ e representantes de entidades assistenciais que acolhem pessoas em situação de rua.

Figura 4 - Registros da 3ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e de Desenvolvimento Rural Sustentável.



Fonte: a autora (2023).

Este ciclo de pré-conferências foi organizado pelos conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, de Desenvolvimento Rural Sustentável e de Agricultura Urbana Sustentável (SAN/DRS/CAU), junto com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e universidades⁶.

O evento contou com a presença de nomes como Paulo Teixeira - então Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar-, e atividades como apresentações culturais, aprovação do Regimento Interno, plenárias e a formação dos grupos de trabalho, organizados em 3 eixos: 1- Determinantes estruturais e macro desafios para a soberania e segurança alimentar e nutricional; 2- Sistema nacional de segurança alimentar e nutricional e políticas públicas garantidoras do direito humano à alimentação adequada; e 3 - Democracia e participação social.

No evento, tanto a fala de Paulo Teixeira como de membros do Conselho de Agricultura Urbana Sustentável fizeram referência à agricultura urbana enquanto uma das estratégias de geração de renda e de fortalecimento da comunidade no

⁶ Anotações feitas em caderno de campo após diálogos com membros da prefeitura durante a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e de Desenvolvimento Rural Sustentável, ocorrida em julho de 2023.

combate à insegurança alimentar e nutricional. Referência ao desenvolvimento de hortas comunitárias, especialmente nas periferias, também apareceram como sugestões dos grupos de trabalho dos eixos 1 e 3 e foram encaminhadas para plenária final e votadas para se chegar a um relatório com 29 propostas encaminhadas ao CONSEA- Estadual juntamente com 12 nomes de delegados que representarão o município nas próximas instâncias.

Em complemento à revisão do texto do COMSAN, são estabelecidos os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) pela lei 9.147 de dezembro de 2017. O SISAN- Municipal busca a adoção de medidas para o enfrentamento dos distúrbios e doenças decorrentes da alimentação inadequada, e a educação alimentar e nutricional, contribuindo para uma vida saudável e para a manutenção de ambientes equilibrados, com processos continuados e estratégias que considerem as especificidades de cada indivíduo e seus grupos sociais e a realidade local (ARARAQUARA, 2017).

A lei ainda institui a Câmara Inter secretarial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan-Municipal, a qual é composta pelos titulares das Secretarias Municipais com atribuições relativas à segurança alimentar e nutricional e indica, junto ao COMSEA e às Conferências Municipais relacionadas, as diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (ARARAQUARA, 2017).

Nos anos de 2020 e 2021 foram propostas diversas políticas públicas que pudessem atuar como instrumentos no combate à insegurança alimentar e nutricional da população mais vulnerável durante o período pandêmico, mostrando a força que o COMSAM e outros conselhos possuem na articulação com as Secretarias municipais. Cita-se a menção honrosa pela segunda colocação na categoria destinada ao melhor programa ou projeto de política pública no "Prêmio Josué de Castro" com o trabalho "Padaria Solidária - Inovação no combate à fome e ao desperdício de alimentos", em 2023 (ARARAQUARA, 2023c).

Outro marco municipal de destaque é o Programa Municipal "Territórios em Rede", que foi instituído em agosto de 2018 pela lei municipal nº 9.344 e consiste em um programa de articulação que visa a promoção do desenvolvimento territorial, considerando a garantia de direitos com equidade e o combate às discriminações e

violências. Busca fortalecer a ação de equipamentos públicos que se encontrem nos territórios, ampliando o diálogo e garantindo a prestação de serviços integrados e direcionados à satisfação das necessidades vivenciadas pelos indivíduos e famílias, considerando seus contextos diversos (ARARAQUARA, 2018a), nas quais se incluem a segurança alimentar e nutricional.

Os seis territórios prioritários indicados pela lei (Jardim Cruzeiro do Sul, Jardim São Rafael, Parque CECAP/ Parque residencial Iguatemi, Parque das Hortênsias, Parque São Paulo e Jardim Valle Verde) foram definidos a partir dos índices de riscos e vulnerabilidades oriundos de dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e da rede de proteção social do município.

Eles representam um recorte dentro das regiões mais populosas entre os territórios vulneráveis de Araraquara, atendendo um total de 75.589 habitantes, que em 2018 representavam 33,92% da população total estimada da cidade de Araraquara. Nestes seis territórios residem 46,65% do total de famílias araraquarenses inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal⁷.

O Programa se estrutura em quatro eixos, sendo eles: I – mobilização: no qual há a identificação, reunião e envolvimento de público considerado estratégico; II – articulação: no qual, sob a perspectiva de intersectorialidade, são traçadas diferentes políticas públicas para os atendimentos nos territórios prioritários; III – formação: no qual há treinamentos, capacitações e ações educativas voltados aos profissionais da rede de atendimento, desenvolvendo habilidades e competências necessárias para a efetividade dos atendimentos prestados; e IV – desenvolvimento territorial: no qual se executam as ações intersectoriais locais, com atendimento e prestação de serviços ao público prioritário (ARARAQUARA, 2018a).

Com este Programa, Araraquara ingressou no ano de 2021 na Associação Internacional de Cidades Educadoras - delegação América Latina. O movimento das Cidades Educadoras foi criado desde 1990, articulando um grupo de cidades que são representadas por seus governos locais e que estabeleceram como objetivo comum trabalhar projetos e atividades que visam melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, tendo por referencial, entre outras diretivas, a Carta de Cidades Educadoras (AICE, 2022).

⁷ Dados obtidos via Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Araraquara com base no CadÚnico (2018).

Através desta política o governo local busca então “além de propiciar que os mais vulneráveis tenham efetivo acesso às políticas públicas, delas usufruam e por meio delas superem dificuldades e impeditivos sociais”. Buscam também que os sujeitos sejam capazes de “tomarem suas vidas nas mãos e dar formas e contornos justos de estar no mundo e dele participar ativamente”, também propiciando “que o entendimento de sujeito inteiro se enraíze” (AICE, 2022).

Em 2019 instituiu-se o Programa “Colhendo Dignidade”, a partir da lei 9.834 de dezembro de 2019, e que foi revisada posteriormente pela lei 10.217 de junho de 2021 e também pela lei 10.887 de agosto de 2023. O Programa objetiva desenvolver uma horta urbana comunitária enquanto

projeto municipal a ser implantado mediante o diálogo e a parceria com a comunidade, tendo como foco a união de esforços para a produção de alimentos saudáveis, visando o combate à fome, a garantia de alimentação adequada e o fomento à geração de renda à população em situação de vulnerabilidade social (ARARAQUARA, 2023c, p. 01).

Assim, o Programa nasce enquanto umas das estratégias possíveis para a busca da segurança alimentar e nutricional de comunidades socialmente vulneráveis e já elencadas enquanto grupos prioritários do Programa Municipal “Territórios em rede”. O que vai de encontro à ideia de que a agricultura urbana, tanto em termos de atuação espontânea como organizada através de políticas públicas se apresenta enquanto “uma opção para o combate à pobreza com melhorias na segurança alimentar e nutricional, na qualidade ambiental das cidades e na destinação social da terra urbana” (COUTINHO, COSTA, 2011, p.83)

O Programa “Territórios em Rede” já mapeou seis territórios mais vulneráveis para atuação, mas atualmente há duas hortas urbanas municipais instaladas no Jardim São Rafael e no Jardim dos Oitis, atendendo 12 famílias. Havia a previsão de que o Programa implantasse mais duas hortas em 2023, nos bairros do Valle Verde e Hortênsias⁸, o que não ocorreu na prática.

Para sua execução, se prevê uma ação intersetorial na integração do Poder Público Municipal - especialmente via Secretarias Municipais do Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo, de Assistência e Desenvolvimento Social, de Meio Ambiente e Sustentabilidade e de Desenvolvimento Urbano e do Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara (DAAE) contando

⁸ Anotações feitas em caderno de campo após diálogos com membros da prefeitura durante a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e de Desenvolvimento Rural Sustentável, ocorrida em julho de 2023.

também com “órgãos estaduais e federais pertinentes, bem como com a comunidade” (ARARAQUARA, 2023c, p. 01).

O Programa apresenta uma lista de 10 objetivos, os quais foram aqui organizados em 3 grandes grupos nomeados como: 1. produção de alimentos; 2. organização comunitária; e 3. questões socioambientais. No que diz respeito à produção de alimentos, destaca-se desejo de produzir hortifrútis por meio da implantação dessas hortas urbanas comunitárias em bairros com alto índice de vulnerabilidade social, bem como no fomento à hábitos alimentares e nutricionais saudáveis e para a manutenção de ambientes equilibrados, com processos estratégicos que considerem as especificidades e a realidade dos indivíduos e dos grupos locais.

Vê-se que tem havido o monitoramento das iniciativas e a avaliação da política, já que, na revisão de 2021, houve a inclusão da necessidade de oferecer “orientação técnica aos integrantes dos projetos com vistas ao fortalecimento da agricultura urbana e da produção agroecológica das hortas urbanas comunitárias” (ARARAQUARA, 2023c, p. 01), destacando-se ainda o referencial a uma produção baseada nos princípios agroecológicos.

Em relação à organização comunitária destaca-se o objetivo de “apoiar e capacitar agentes locais multiplicadores”, que busquem atuar com esses projetos de agricultura urbana no “direito humano à alimentação adequada, saudável e soberana, à preservação e recuperação dos espaços vazios e dos recursos naturais” (ARARAQUARA, 2023c, p. 01), inclusive com a criação de Comitês Gestores Locais das Hortas. O Programa também visa “promover ferramentas organizativas para os seus beneficiários com vistas à geração de renda” bem como incentivar o “fortalecimento de vínculos de convivência comunitária, por meio de atividades socioeducativas e culturais e de ações que fomentem a convivência coletiva” (*idem*).

Tais questões podem ser compreendidas enquanto processos educadores de fortalecimento de identidades e criação de um senso comunitário, importantes para a gestão e manutenção da referida horta, como anteriormente observado em Nagib (2016), Oliveira (2018) e Biazoti (2020).

No que diz respeito às questões socioambientais, são incentivadas práticas sustentáveis e de respeito ao meio ambiente, a preservação da biodiversidade vegetal e da microfauna da região, bem como o uso seguro e sustentável dos

recursos naturais, evidenciando o desejo de que estes processos produtivos estejam em consonância com a preservação dos ecossistemas locais.

O último destaque em relação às questões sociais ambientais se dá na referência aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma vez que são incentivadas ações social e ambientalmente sustentáveis atendendo aos ODS propostos pela Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, vinculada à ONU. Isso demonstra o desejo de que esse Programa, enquanto política pública municipal, esteja articulado com diretrizes socioambientais globais.

Fica explicitado na política que as hortas serão desenvolvidas em áreas públicas federais, estaduais ou municipais, dando preferência aos espaços que estejam próximos a equipamentos públicos de finalidade social. Determina-se também que haverá o mapeamento de áreas públicas viáveis verificando-se o tipo de solo, a disponibilidade de água e outros aspectos socioambientais mediante estudo técnico prévio. Em relação à água, o texto garante que a água necessária será disponibilizada pelo DAAE, ainda que a quantidade de água destinada e o tempo de duração do apoio à iniciativa não tenha sido explicitado.

Aspecto que merece destaque é a garantia dos espaços, pois coloca a gestão municipal em oposição do que foi observado por Castelo Branco e Alcântara (2011), onde se observou que apesar da regulamentação das atividades agrícolas urbanas ser um dos principais aspectos para a garantia da continuidade das hortas, essa não parecia ser uma preocupação dos governos locais. A regulamentação das áreas e das atividades produtivas poderia contribuir para os investimentos por parte dos produtores, o aumento da área cultivada e o aumento das chances de sobrevivência dos projetos no longo prazo - a garantia do espaço, para as autoras, estaria associada à perenidade dos projetos.

O Programa ainda foi redigido em consonância com a Política Nacional de Sustentabilidade Socioambiental e Agroecológica, com o emprego de tecnologias sociais e sendo vedada a utilização de agrotóxicos. Desta forma, as hortas propostas começam a apontar um caminho de aproximação do ambiente urbano com outras formas produtivas e outro uso do espaço, sugerindo que através da agricultura urbana é possível “a emergência de um novo ambiente urbano em que o habitat humano e os processos naturais coexistam” (COUTINHO, COSTA, 2011, p.86).

Os alimentos ali produzidos podem ter três destinações, sendo elas o

consumo das pessoas e famílias participantes; a comercialização por essas mesmas pessoas, objetivando a geração de renda dos beneficiários e a sustentabilidade das hortas e o desenvolvimento local; e a doação ao Banco Municipal de alimentos.

Todas essas destinações foram de fundamental importância especialmente pelo papel que as hortas cumpriram durante a pandemia da COVID-19, destacando-se as doações feitas ao Banco Municipal como uma das estratégias da atuação articulada do Comitê de Contingência do Coronavírus vinculada ao governo municipal e que, durante os períodos pandêmicos mais críticos, foi fundamental no atendimento às populações social e economicamente mais vulneráveis⁹.

No desenrolar deste Programa, observou-se a necessidade de criação de um Conselho Municipal de Agricultura Urbana Sustentável, instituído pela revisão de junho de 2021. Ele busca auxiliar na gestão do referido Programa, bem como estabelecer diretrizes para outras hortas comunitárias e organizar demandas, acompanhar e avaliar outras ações de agricultura urbana no território.

O Conselho é formado por representantes do poder público, especialmente municipal (com representantes das Secretarias do Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Assistência e Desenvolvimento Social, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Desenvolvimento Urbano e do DAAE), por beneficiários do Programa e pela sociedade civil, com as cadeiras sendo distribuídas de maneira equitativa.

Hoje o Conselho é presidido por uma das moradoras do bairro Jardim São Rafael, representante dos beneficiários e participante da primeira horta instituída pelo Programa “Colhendo Dignidade”. É notória a importância não apenas da participação na produção de alimentos e aproximação da comunidade com os fazeres em uma horta comunitária, mas também com sua atuação política para além deste espaço, à respeito do que já havia sido observado por Nagib (2016), Machini (2018) e Biazoti (2020) sobre a potência de ação e a formação cidadã, inclusive na participação destes sujeitos enquanto representantes de políticas públicas instituídas.

Outra necessidade observada no desenrolar do Programa culminou na criação

⁹ Anotações feitas em caderno de campo após diálogos com membros da prefeitura durante a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e de Desenvolvimento Rural Sustentável, ocorrida em julho de 2023.

de um Fundo de Agricultura Urbana Sustentável, instituído também pela revisão de junho de 2021. Ele está legalmente vinculado à Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo, e seu orçamento (vindo de dotações orçamentárias específicas, consórcios, doações, entre outros) se destina à implantação das hortas comunitárias do Programa.

Ele é uma garantia legal de mecanismos de financiamento para continuidade de iniciativas, mas vale ressaltar que não há alusão à destinação do orçamento deste Fundo para outras hortas comunitárias ou para o desenvolvimento de outras atividades possíveis no contexto da agricultura urbana além daquelas instituídas via Programa “Colhendo Dignidade”.

Ainda buscando minimizar os efeitos da insegurança alimentar resultante das condições de vida precárias no contexto pandêmico, o governo municipal instituiu o Programa “Quintais Sustentáveis” via lei 10.331 de outubro de 2021. A justificativa apresentada pelo projeto de lei afirmava que a ideia central seria incentivar famílias “em situação de vulnerabilidade social a produzirem alimentos em hortas situadas em seus quintais, contribuindo, a partir desta modalidade de produção sustentável, para a diversificação alimentar e para a inclusão de produtos mais saudáveis e nutritivos nas refeições diárias” (ARARAQUARA, 2021, p.01).

O foco seria dado junto à população inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais e as famílias contempladas seriam então incentivadas a produzir legumes, frutas ou verduras em uma área mínima de 6m² (seis metros quadrados), localizada no imóvel de residência do beneficiário, havendo a isenção da cobrança dos serviços de coleta, afastamento e tratamento de esgoto sanitário e de abastecimento de água, a serem concedidas pelo DAAE. A referida isenção seria para o consumo de 5m³ (três metros cúbicos) de água mensais, através da concessão da tarifa social de água e esgoto; porém, não há no documento referência quanto ao período de duração desta isenção.

Interessante destacar que a legislação se refere à fiscalização do Programa (que cabe ao DAAE e à Coordenadoria Executiva de Agricultura da Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo), mas não são feitas referências quanto à orientação técnica para implantação ou manutenção das hortas, como visto no Programa “Colhendo dignidade”.

O Programa “Quintais Sustentáveis” é de especial atenção para esta pesquisa uma vez que ele se aproxima da Horta Comunitária da Zona Norte e,

inclusive, foi citado durante as entrevistas. A aproximação se dá no território escolhido para implantação das hortas, que foi o Bairro do Valle Verde, contemplando algumas famílias que também participavam da Horta Comunitária quando esta estava ativa e por isso será novamente citado no capítulo posterior.

Ainda em termos de legislações específicas do município, vale destacar o Plano Diretor (PD), revisado pela Lei Complementar n.858 de outubro de 2014, na qual se regulamentam o uso e ocupação do solo. No Plano Diretor em vigor, as categorias de uso do solo são divididas em Zonas Ambientais (ZAMB) e Zonas de Estruturação Urbana Sustentável (ZEUS), as quais possuem diversas subdivisões, demonstrando a diversidade de usos e ocupações que o território urbano pode ter.

Dentro das Zonas Ambientais estão previstas as Zonas Ambientais de Uso Sustentável (ZAUS), das quais se destacam as possibilidades de usos como para o desenvolvimento econômico de atividades rurais e agrícolas, cinturão verde em áreas urbanas e a agroecologia (ARARAQUARA, 2014). Outro ponto que considera-se aqui de destaque são as Zonas de Produção Agrícola (ZOPAG), as quais são definidas como áreas de predominância do primeiro e terceiro setor e nas quais pode haver também a produção agroindustrial e agroecológica (ARARAQUARA, 2014). Os PDs são marcos regulatórios importantes das políticas urbanas e “devem apresentar envergadura suficientemente ampla para dar conta da intensa dinâmica apresentada pelas cidades” (ORSI, 2023, p. 102). Chama atenção a incorporação das possibilidades de produção agrícola e agroecológica demonstrando que, pelo menos em termos legais, há incorporação da dinamicidade das demandas urbanas.

Destaca-se ainda o parcelamento do solo para a Zona Rurbana (ZORUR), definida como área de urbanização e regulação controlada para atividades diversas, tais como ecovilas, chácaras de recreio e também podendo se tratar de área com características ou atividades rurais em área de expansão urbana e rural (ARARAQUARA, 2014).

O documento predispõe que a implantação do sistema institucional de gestão do planejamento e desenvolvimento deverá “incluir as bases de dados temáticas relativas ao atlas ambiental e cultural por meio do SIG”, juntamente ao Núcleo de Planejamento Urbano (NPU), o qual foi instituído posteriormente, pela lei municipal n.8.391 de fevereiro de 2015. O referido NPU é composto por membros de secretarias diversas como Desenvolvimento Urbano, Trânsito e Transporte, Meio

Ambiente e Habitação (ARARAQUARA, 2015), mas não há referência à pasta da Agricultura.

Em 2018, Araraquara instituiu, via Lei 9.383/2018, o Programa Municipal de Educação Ambiental formal e não formal (ARARAQUARA, 2018b), estabelecendo que o município trabalhará com o referencial de educação ambiental enquanto um conjunto de

processos permanentes de aprendizagem e formação do indivíduo e da coletividade na construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação, proteção e preservação do meio ambiente, visando à melhoria da qualidade de vida para a sustentabilidade de todas as espécies e recursos naturais (ARARAQUARA, 2018b, sem página).

São feitas referências aos Programas de Educação Ambiental do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e listados cinco agrupamentos de temáticas prioritárias, como preservação de áreas de proteção de mananciais, matas nativas, leitos d'água, lençóis freáticos, espécimes da flora e fauna; e uso e ocupação do solo de modo sustentável, preservando-o eventuais danos ambientais. Destacamos a importância desse programa, como marco legal da EA para o município, mas não se pode ver referências diretas à agricultura, a modelos produtivos ou outros termos que remetam à produção agrícola, em especial no ambiente urbano.

Em 2019, o município elaborou seu o Plano Municipal do Meio Ambiente instituído pela Lei 9.621/2019, estabelecendo 24 (vinte e quatro) diretrizes socioambientais para o município, extraídas a partir dos encaminhamentos propostos pela Conferência Municipal do Meio Ambiente. As diretrizes deverão de materializar através de planos municipais das áreas afins e também serão via demais instrumentos de planejamento municipal, como o Plano Diretor, o Plano Plurianual (PPA) e, em especial, a Lei Orçamentária Anual (LOA) (ARARAQUARA, 2019).

Ela é aqui importante pois, em seu segundo capítulo (que fala sobre a Cidade Sustentável e a participação popular), há referências no incentivo à “organização de “cooperativas agroecológicas periurbanas nas comunidades localizadas em territórios socialmente vulneráveis e em risco, incentivando a divulgação da

agricultura familiar e da agroecologia” (ARARAQUARA, 2019). Nesse trecho, fica evidenciado o uso da agricultura como ferramenta de combate às vulnerabilidades sociais, com especial incentivo à agricultura familiar e às práticas agroecológicas.

Em 2023, deu-se a criação do Comitê Técnico de Redução de Riscos de Desastre e Impactos Ambientais de Araraquara/SP através do decreto Municipal nº 13.210/2023 (ARARAQUARA, 2023d). Ele é posto enquanto um colegiado permanente de formação técnica, que deverá definir ações prioritárias voltadas à “prevenção e intervenção de movimentos gravitacionais de massa, processos erosivos, inundações, alagamentos, assoreamentos e solapamento de margens dos sistemas fluviais” (ARARAQUARA, 2023d, p.01). Também cumpre a função de elaborar projetos, buscar fomento financeiro para viabilização de intervenções e promover a capacitação de técnicos municipais, reduzindo riscos à população e evitando a criação de novas áreas de risco.

A entidade é composta por representantes das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Sustentabilidade; de Cooperação dos Assuntos de Segurança Pública (via Defesa Civil Municipal); de Desenvolvimento Urbano; do Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Turismo (via Coordenadoria Executiva de Agricultura) e de Obras e Serviços Públicos, além de funcionários do DAAE e técnicos convidados, como acadêmicos da área de Geologia da Unesp *campus* de Rio Claro/SP.

O Comitê instaurou-se como um grupo de caráter multidisciplinar, aberto à participação pública e que deve auxiliar na estruturação de práticas e políticas que antevejam riscos e desastres, constituindo de Araraquara como uma cidade resiliente que esteja preparada para o enfrentamento de eventos climáticos, como chuvas extremas¹⁰.

Dentre as ações já estipuladas pelo Comitê estão diálogos com produtores rurais sobre práticas para redução de impactos socioambientais; a elaboração de um mapa no qual destaquem-se as regiões de maior vulnerabilidade a processos geodinâmicos nos perímetros residenciais, comerciais e de serviços; e a criação de

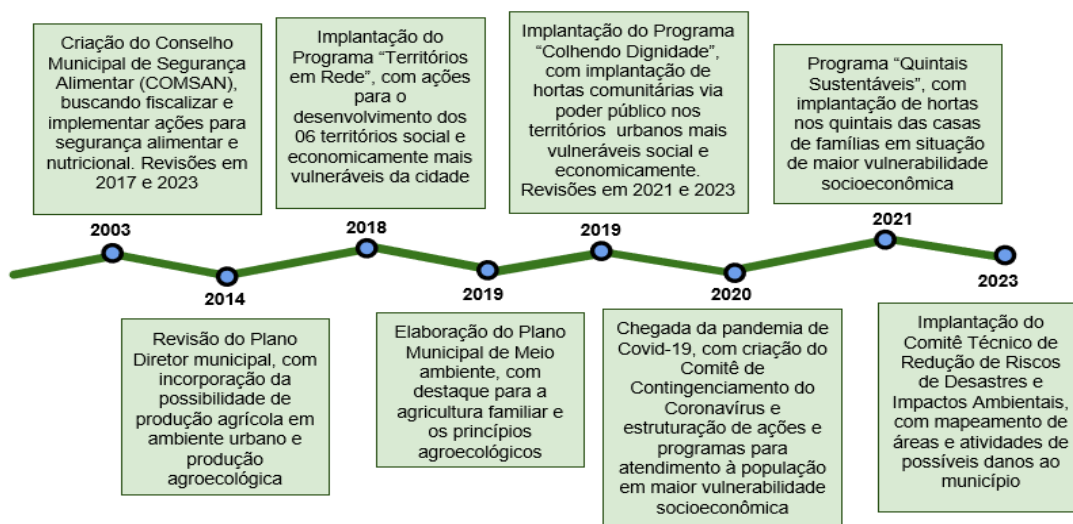
¹⁰ Anotações feitas em caderno de campo após participação em uma das reuniões do referido Comitê, ocorrida em outubro de 2023.

um grupo de trabalho para atividades de educação ambiental voltadas à redução de risco de desastres.

Ainda que não tenha atuado diretamente sobre práticas de agricultura em perímetro urbano, o Comitê pode ser um potencial articulador das mesmas ao considerar os benefícios ambientais destas no ambiente das cidades, como para benfeitorias em relação à drenagem da água, diminuição de alagamentos e melhoria das condições do microclima (COUTINHO, COSTA, 2011; NAGIB, 2016; CURAN, 2020)

Organizando as referidas leis e programas destacados como relacionados a práticas de agricultura urbana temos a figura 05, que apresenta a seguinte cronologia:

Figura 5 - Fluxograma com alguns marcos legais para agricultura urbana em Araraquara.



Fonte: a autora (2024).

Em linhas gerais, Araraquara se destaca pela presença de pelo menos duas políticas específicas para agricultura urbana, que são os Programas "Colhendo Dignidade" e "Quintais Sustentáveis", implementados respectivamente a partir de 2019 e 2021. A presença destes parece ir na contramão da trajetória federal entre os anos de 2018 e 2022, período em que os programas e órgãos vinculados às práticas de agricultura urbana foram interrompidos.

A partir desta revisão, nota-se que há mecanismos legais que sustentam práticas de agricultura urbana via hortas comunitárias na cidade, mas vale destacar a necessidade de sua multiplicação, uma vez que na prática apenas duas hortas

comunitárias foram de fato implantadas via poder público pelo programa “Colhendo Dignidade”.

No que diz respeito ao programa “Quintais Sustentáveis”, veremos mais adiante que ele foi implementado através de uma parceria pública com uma ONG, desdobrando-se no projeto “Um Toque que Salva Vidas”, o qual foi responsável pela implantação de 150 hortas individuais em quintais da periferia da zona Norte. Essa implantação é de grande importância pensando na multiplicação deste tipo de estratégia para as regiões de maior vulnerabilidade, mas alguns problemas já foram apontados nas idas à campo e nas entrevistas, como a falta de acesso à água e a conhecimentos técnicos para continuidade da produção.

Dessa forma, foram encontrados marcos legais que buscam consolidar essas práticas, especialmente garantindo a segurança alimentar e nutricional nos territórios de maior vulnerabilidade socioambiental, o que não é comum em todas as cidades. Sugere-se, porém, que estas políticas sejam constantemente revisadas e aprimoradas, incluindo o mapeamento de territórios, atores e estratégias que auxiliem na multiplicação desse debate para mais bairros, contando com incentivo e amparo (estrutural, financeiro e técnico) da gestão pública.

Outros Programas como “Territórios em Rede”, bem como órgãos como o COMSAN, a Caisan- Municipal e o SISAN-Municipal, ainda que não estejam diretamente relacionados à agricultura urbana são portas de entrada para o desenvolvimento desta no município, trazendo-a como estratégia de enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional.

Ainda que existam um Programa Municipal de Educação Ambiental formal e não formal e um Plano Municipal de Meio Ambiente instituídos anteriormente às políticas específicas de agricultura urbana do município, eles não são mencionados como políticas de referência, demonstrando desarticulação entre as (muitas) políticas que vão sendo instituídas nos territórios, mesmo quando estas têm temáticas correlatas.

As políticas de agricultura urbana de Araraquara têm se traçado especialmente através do trabalho de Secretarias e outros órgãos que as desenham enquanto *políticas sociais* destinadas a promover a segurança alimentar e o combate à pobreza e à exclusão urbana. A trajetória se aproxima daquela proposta pelo governo federal nos idos anos de 2003, na qual se pensou a fome como questão política (BETO, 2003) e onde se estruturou um conjunto de estratégias “de

inserção social, para a qual, mais importante do que distribuir alimentos, é gerar renda, trabalho, resgatar a autoestima e a cidadania” (p.54)

Isso vai de encontro ao que é apresentado na literatura, onde se sugere que as hortas urbanas geram múltiplos benefícios e servem enquanto importantes instrumentos para a garantia da segurança alimentar, redução da pobreza e melhoria das condições ambientais periurbanas e urbanas (CASTELO BRANCO, ALCÂNTARA, 2011).

Com relação às diretrizes propostas pelo PNAUP, podemos observar que apesar das políticas municipais terem se instituído anteriormente, elas apresentam convergência se considerarmos que tem havido o mapeamento e mobilização de atores relevantes para a construção de uma agenda na esfera municipal, com conferências que tem pautado a ampla participação da sociedade civil e diferentes atores públicos, e isso têm sido publicizado com a divulgação dos resultados da agenda municipal nas diferentes mídias.

Nesse contexto, vemos que as hortas comunitárias instituídas às relacionam às dimensões ambiental, social e cultural da cidade (COUTINHO, COSTA, 2011), apontando para constituição de uma *cidade inclusiva*, uma vez que são estratégias para promover inclusão social e combate à “desigualdade social e a marginalização econômica de grande número de trabalhadores que foram relegados à economia informal e às áreas informais da cidade” (COUTINHO, COSTA, 2011, p.85). Estas hortas tornam-se espaços nos quais “as iniciativas dos indivíduos e os saberes locais passam a ser valorizados e considerados elementos formadores de identidade cultural” (*idem*).

A execução das hortas instituídas via poder público consolidam também a noção de *cidade produtiva*, trazendo a agricultura urbana como uma alternativa plausível para a produção de alimentos e para o atendimento da população urbana marginalizada (COUTINHO, COSTA, 2011).

Por fim, a noção de que seja favorável o cultivo de alimentos dentro das cidades, fazendo alusão ao uso de tecnologias sociais, ao combate aos agrotóxicos e utilizando princípios agroecológicos traz a noção da *cidade ecológica* (COUTINHO, COSTA, 2011) jogando luz à preocupações de ordem ambiental dentro do espaço urbano e explicitando as potencialidades da agricultura urbana como estratégia para uma nova relação com os ecossistemas.

5 ARARAQUARA: COMO SE VIVE A TERRA NA MORADA DO SOL

O professor araraquarense Rodolfo Telarolli, quando juntava as “peças” do quebra cabeça da história deste município, disse que para entender os aglomerados urbanos precisamos, antes de tudo, compreender que tudo isso “se dá dia a dia, mês a mês, ano a ano, tudo acontece muito lentamente” (2003, p. 32). A ideia dos próximos escritos vem na direção de nos ajudar a entender, paulatinamente, a ocupação histórica deste território, até a sua atual configuração.

5.1 Informações iniciais sobre o município

O município de Araraquara está localizado na região central do estado de São Paulo, a uma distância de 270 km da capital e a 43 km do centro geográfico (Obelisco) do estado. Possui o distrito de Bueno de Andrada a noroeste do distrito-sede, bem como o subdistrito da Vila Xavier, este conurbado com o distrito-sede. O município também está conurbado com o município de Américo Brasiliense a nordeste (ARARAQUARA; WALM, 2014).

Araraquara apresenta clima tropical com invernos secos, sendo a temperatura média anual de 21.7°C, com fevereiro constituindo-se como o mês mais quente (médias de 24°C) e julho o mais frio (média de 18°C). A máxima absoluta registrada até a data de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (2014) foi de 43°C e a mínima absoluta de 3°C (ARARAQUARA; WALM, 2014).

O município e seu entorno apresentam remanescentes de Cerrado e Mata Atlântica, com a maior parte da cobertura vegetal original tendo sido sistematicamente retirada para dar lugar à atividades da agroindústria, especialmente plantio do binômio cana de açúcar - citricultura, mas também com alguns fragmentos de reflorestamentos incentivados de *Eucalyptus* sp. (CBH - TJ, 2017; SIGRH, 2020). Ao redor do município vê-se grandes campos de cana, laranja e eucalipto, o que interfere diretamente na qualidade do ar, da água, do solo, do clima e da paisagem araraquarense e de toda a região com a retirada da vegetação original.

Além destes plantios da agroindústria, a economia local também tem por destaque os setores metalmeccânico, indústria têxtil, tecnologia de informação e

aeronáutico e serviços, com empresas que empregam mão de obra intensiva (ARARAQUARA; WALM, 2014).

Araraquara está localizada na parte elevada dos planaltos e chapadas da bacia do rio Paraná, com altitudes que chegam a superar os 750 metros, resultando em formas de relevo mais aplainadas (onde há rochas sedimentares) ou mais onduladas e formando espigões alongados (onde está a rocha basalto e o solo de terra roxa), o que, por sua vez, “é favorável ao desenvolvimento de uma rede hidrográfica muito numerosa” (ARARAQUARA; WALM, 2014, p.13).

O município seus corpos hídricos distribuídos em duas principais bacias hidrográficas: a bacia do Rio Jacaré-Guaçu (localizada a oeste do território como afluente do Rio Tietê) e a bacia do Rio Mogi Guaçu (localizada a leste, como afluente do Rio Pardo) (ARAÚJO NETO et al., 2023) , melhor apresentados na figura 06. Os córregos e ribeirões da bacia do Mogi-Guaçu localizam-se apenas na zona rural, enquanto os corpos hídricos do Jacaré-Guaçu encontram-se também em perímetro urbano. Por essas características peculiares, o município integra dois comitês de bacias hidrográficas: o Comitê do Rio Mogi-Guaçu (CBH - MOGI) e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré (CBH - TJ).

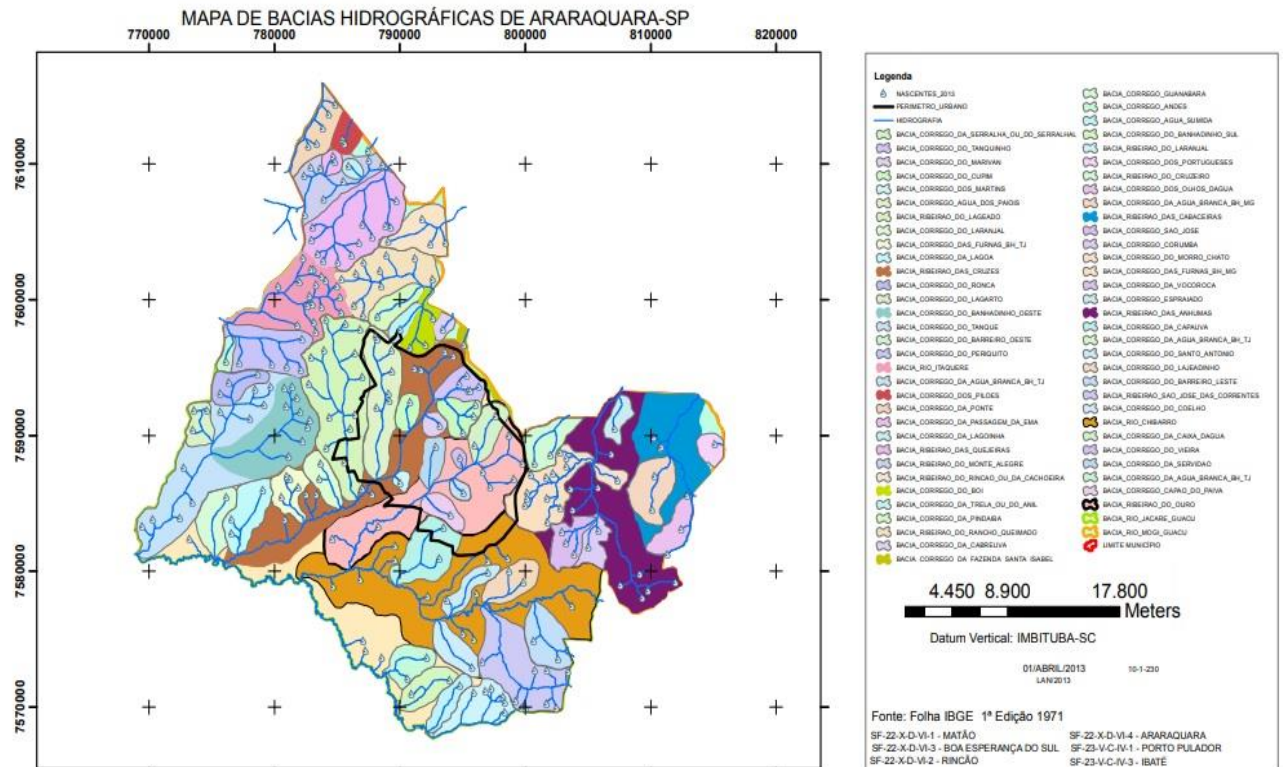
A maior parte do território coloca o município na Bacia do Tietê-Jacaré na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 13 (UGRHI 13), cujo comitê (CBH-TJ) instalado desde 1996, contempla mais 34 municípios do centro do Estado (CBH-TJ, 2015; SIGRH, 2020). Mais especificamente, está na sub bacia do Jacaré-Guaçu e afluentes diretos do rio Tietê, a qual ocupa cerca de 35% da área da UGRHI- 13.

Essa região possui área de drenagem de 11.779 km², tem como principais rios o Tietê, Jacaré-Guaçu e Jacaré-Pepira, é a bacia mais expressiva em captação de água subterrânea e o maior consumo da água ali existente destina-se ao setor rural. A vegetação remanescente é de 1.106 km² de vegetação natural que ocupa aproximadamente 9% da área da UGRHI com maior ocorrência de Floresta Estacional Semidecidual e Savana (SIGRH, 2020).

Da bacia hidrográfica do rio Jacaré-Guaçu derivam-se os rios Anhumas, Chibarro, Cabaceiras e Araraquara, o Ribeirão das Cruzes e o Córrego Ouro, bem como suas respectivas nascentes (ARARAQUARA; WALM, 2014). Estes corpos

hídricos são responsáveis por um abastecimento de água em sistema misto que explora mananciais superficiais e subterrâneos.

Figura 6 - Sub-Bacia do Rio Jacaré Guaçu e Afluentes Diretos do Rio Tietê



Fonte: ARARAQUARA (2013).

Dos pontos de captação são aduzidos aproximadamente 3.683 m³/h, sendo 1.644 m³/h captados dos mananciais superficiais, oriundos dos mananciais das Cruzes, Anhumas e Paiol. Os outros 2.039 m³/h são vindos da exploração subterrânea especialmente do Sistema Aquífero Guarani (SAG), que ocorre graças a 21 poços espalhados por toda cidade. Este volume total abastece 99,6% da população urbana (ARARAQUARA; WALM, 2014; ARENALES, 2019).

O município localiza-se em uma região que comporta muitos cursos d'água superficiais e subterrâneos com uma considerável qualidade, o que por sua vez, engendra a exploração para uso especialmente nos ramos alimentícios, metalúrgico, agrícola e de serviços (GOMES, SALVADOR, LORENZO, 2021). A qualidade e abundância dos recursos hídricos deveriam trazer ainda maior responsabilidade à população, indústria e gestão pública no uso e preservação destes bens, mas nem

sempre isso é colocado em prática, gerando grandes possibilidades de conflitos no uso e gestão hídrica (*idem*).

A questão hídrica aparece nesta tese graças ao Ribeirão das Cruzes, que tem sua nascente localizada próxima à Horta estudada. Além disso, este curso d'água tornou-se palco, em dezembro de 2022, de um acidente decorrente do imenso volume de águas pluviais de verão somado às condições do relevo e intensa impermeabilização do solo, o que fez com que os olhos de toda cidade se voltassem para o Ribeirão das Cruzes, maior e mais utilizado curso d'água em perímetro urbano.

Uma grande cratera se abriu quase instantaneamente e levou à morte toda uma família, causando grande comoção nos moradores e na gestão pública. Tal fatalidade mudou a forma como a gestão municipal tem administrado as demandas ambientais, inclusive com criação do Comitê Técnico de Redução de Riscos de Desastre e Impactos Ambientais de Araraquara/SP e visita do presidente Lula à área em 08 de janeiro de 2023, como um ato de solidariedade à cidade e também para diálogos sobre a destinação de recursos federais para reforma da área (SILVA, 2023).

A visita do presidente Lula em 08 de janeiro de 2023, logo após a posse de seu 3º mandato - talvez na eleição presidencial mais polarizada da história - colocaram Araraquara mais uma vez no cenário político nacional dos últimos anos. No dia do ataque à sede dos Três poderes em Brasília /DF, com atos que colocaram em risco a democracia brasileira (SILVA, 2023), o presidente e sua equipe articularam numa sala do gabinete da prefeitura, o contorno da situação e a repressão dos atos golpistas contra os resultados das eleições presidenciais. Foi de lá, de uma salinha localizada no prédio da rua São Bento, que se arquitetou a segurança de Lula e o respeito aos resultados das urnas de 2022.

O município também ganhou destaque na política nacional como modelo de enfrentamento à crise sanitária da COVID-19 durante os anos de 2020 e 2021, indo na contramão de um governo federal negacionista. Propondo “medidas restritivas seguidas à risca segundo as recomendações das autoridades sanitárias e de saúde” (SILVA, 2023, p.17), o governo municipal foi, por uma lado, noticiado pela imprensa nacional e internacional como exemplo de gestão responsável e ganhou diversos

prêmios por isso, como a menção especial na categoria governança do 8º Fórum Global do Pacto de Milão, em 2022, com o projeto “Araraquara Sem Fome”, que visava o combate à fome em bairros periféricos da cidade (PORTAL G1, 2022). Por outro lado, a cidade foi tema de diversas *fakenews*, que disseminavam informações equivocadas sobre a doença e discursos de ódio contra o então prefeito Edinho Silva (PT) e o compromisso sanitário proposto em sua gestão (CARTA CAPITAL, 2021).

Tida como a 17ª maior cidade do interior do estado, conta com uma população de 242. 228 pessoas computadas no Censo de 2022, sendo 126.052 mulheres e 116.176 homens (IBGE, 2022). A maior concentração etária dá-se na faixa dos 15 aos 54 anos de idade, somando 58,14% da população do município, sendo a faixa dos 40 aos 44 anos a maior entre mulheres (4,35%) e homens (4,13%). Em relação à etnia, 157.275 pessoas são indicadas como brancas, 63.921 pardas, 19.158 pretas, 1.714 amarelas e 146 são indígenas.

A população distribui-se em uma área de 1.004 km², o que resulta numa densidade demográfica de aproximadamente 241,35 hab./km², e uma taxa de crescimento anual de 1,25%. Deste território total, são aproximadamente 77,37 km² de área urbana (ARARAQUARA; WALM, 2014). Há uma área considerável destinada ao município, mas a distribuição populacional está sujeita à questões geológicas e geográficas e, mais ainda, ao interesse de alguns grupos no uso deste espaço, culminando em expressivos processos de especulação imobiliária.

No território estão 113.432 domicílios, dentre os quais 113.289 foram enquadrados como Particulares Permanentes, 36 como Particulares Improvisados e 107 enquanto domicílios Coletivos, com uma média de 2,2 habitantes por domicílio (IBGE, 2022).

No que diz respeito à escolarização da população araraquarense, os dados de 2018 computaram 5.525 matrículas na pré-escola, 25.041 matrículas no ensino fundamental e 7.859 matrículas no ensino médio, totalizando 38.425 matrículas para crianças e jovens em idade escolar (IBGE, 2018). Tais estudantes foram acolhidos por mais de 2.100 docentes em pelo menos 105 instituições escolares para educação fundamental e média.

Em relação às condições de renda, o salário médio mensal da população atingia o índice de 2,7 salários mínimos (o equivalente, à época, a um montante de R\$2.575,80) e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 36,1% no censo de 2017. No que diz respeito aos domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa (o equivalente à R\$477 per capita/mês), 29% da população encontrava-se nessas condições, o que o colocava o município na posição 480 (dentre os 645 municípios do estado) e na posição 4878 (dentre as 5570 municípios do Brasil) em relação à esta categoria. Neste mesmo ano, o produto interno bruto (PIB) per capita foi de R\$39.039,34 (IBGE, 2018). Por estes dados nota-se que apesar do alto PIB, há grande discrepância em relação à distribuição de renda entre os habitantes do município.

Dados de 2016 mostravam que a cidade apresentava 98,5% de esgotamento sanitário adequado, 97,1% de arborização das vias públicas e apenas 28,5% de domicílios urbanos em vias públicas contendo urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2018). A disposição final do lixo se atribui ao Centro de Gerenciamento de Resíduos - aterro sanitário no município de Guataparará, localizado a uma distância de 50 km de Araraquara. A coleta regular de resíduos domésticos do tipo “Porta a porta” atende 100% da área urbana e aproximadamente 30% da zona rural (ARARAQUARA; WALM, 2014).

Os resíduos de Araraquara são organizados em quatro categorias: os *resíduos sólidos domiciliares* são coletados porta a porta em todo território e encaminhados diariamente para a cidade de Jardinópolis/SP (uma vez que não há mais aterros sanitários em Araraquara). Os *resíduos sólidos de saúde* são coletados de prédios públicos e pequenos consultórios particulares (clínicas de estética, veterinárias, entre outros) e encaminhados diariamente para incineração em Guataparará/SP (pois não há incineradores para esta demanda no município).

A *coleta seletiva de materiais recicláveis* é operacionalizada via Cooperativa de Catadores “Acácia”, a qual cobre 100% da sede municipal e uma parte da área de chácaras de recreio e assentamentos rurais (ARARAQUARA; WALM, 2014). Há também a destinação dos *resíduos da construção civil* com pontos específicos para coleta e atendendo tanto pequena produção de resíduos como para grandes empreendimentos. Estima-se que Araraquara produza, somando essas quatro

categorias, uma média mensal de 5.000 toneladas de resíduos sólidos, gerando um gasto de aproximadamente 2 milhões de reais mensais¹¹ para que esse montante tenha a devida destinação.

O esgoto coletado (99,96%) é 100% tratado nas Estações de Tratamento de Esgoto de Araraquara, Bueno de Andrada e Assentamento Bela Vista. O índice de abastecimento de água é de 100%, sendo as Estações de Tratamento de Água Fonte e Paiol responsáveis por todas as etapas do tratamento da água que serve o município (ARARAQUARA; WALM, 2014; ARENALES, 2019).

Há, portanto, o compromisso com a coleta de resíduos sólidos, inclusive com a correta destinação de materiais recicláveis e não recicláveis, de tratamento de água e esgoto, de asfaltamento no perímetro urbano e de arborização das vias públicas, além de um crescente movimento de incentivo à feiras e políticas para o desenvolvimento de hortas comunitárias. Essas são fatores que apontam, por parte da gestão pública, para alguns cuidados importantes em relação às questões socioambientais no município; ainda assim, algumas destas questões serão abordadas adiante, quando adentrarmos a Zona Norte.

5.2 Sobre o histórico e a atual organização socioespacial

A região, antes conhecida como “Campos de Aracoara” ou “Sertão de Aracoara”, era habitada inicialmente pelos indígenas guainás (também chamados guayanãs, guaianases, wayanasses ou vaanasses), etnias que se organizavam desde o litoral até os campos do interior de São Paulo. Seu nome deriva da palavra “aracoara”, que significa “o lugar onde mora a luz do dia”, ou simplesmente “a morada do Sol”, título dado pelos seus moradores originários e que teriam habitado a localidade até o ano de 1800 (SOUZA, 2003).

O território teve a tomada de posse das terras e o estabelecimento de brancos em 1790, sendo que dentre estes muitos brancos estava Pedro José Neto e foi ele que, junto com mais 17 posseiros dos campos de Aracoara, solicitou em 22 de agosto de 1817, a criação da Freguesia de São Bento. O grupo fez isso acreditando que haveria maior incentivo para a ocupação do sertão, com a chegada

¹¹ Anotações feitas em caderno de campo após diálogos com membros do DAAE.

de um padre e maior população ao local a ser explorado quando o Brasil estava ainda sob o regime português (TELAROLLI, 2003).

Mais tarde, após a descoberta do ouro no século XIX, Araraquara entrou na rota estratégica entre o litoral e o Mato Grosso. Um dos grandes motivos para o povoamento de Araraquara parece então relacionado ao descobrimento de ouro na região, influência visível em denominações como Rio do Ouro ou Córrego Rico (CORRÊA, 2008), com a chegada de muitos migrantes.

Concomitantemente ao processo de ocupação desses grupos em busca de ouro, com o domínio das terras que acontecia muitas vezes ilegalmente pela ocupação das terras por posseiros, acontecia também a distribuição legal de terras através das sesmarias iniciada em 1811 (SOUZA, 2003; TELAROLLI, 2003).

Uma vez que a busca por ouro na região foi frustrada, os primeiros povoadores precisaram encontrar outra atividade (CORRÊA, 2008), com a população local dedicando-se então à criação de gado e à lavoura de subsistência, sendo que os criadores de gado e os plantadores de roça teriam se tornado o primeiro grupo dominante da região. Ela se transformaria paulatinamente de campo pastoril em campos agrícolas, com culturas de cana-de-açúcar, seguida de café e, mais recentemente, o plantio de laranja e novamente de cana (CORRÊA, 2008).

Em 1832, a freguesia de São Bento de Araraquara elevou-se à condição de Vila e instituiu-se sua primeira legislatura na Câmara Municipal. No ano de 1833 foi realizado o plantio dos primeiros mil pés de café na região e posteriormente houve o plantio da primeira forragem e das primeiras laranjeiras, trazidas de Minas Gerais por José Joaquim de Sampaio na Sesmaria Ouro (SOUZA, 2003).

Nos primeiros anos do século XIX a cidade e o campo tinham limites poucos claros. Não era possível distinguir onde terminava o povoado e onde começava a zona rural com as chácaras (na porção mais periférica), sendo o contínuo com o fundo dos quintais das casas da Vila. Neste momento, a primeira delimitação da cidade se dava a partir de ruas, que foram “designadas por um aspecto qualquer que as identificasse” (TELAROLLI, 2003, p. 57), como a Rua de Baixo, Beco do Páteo, Rua que desce da Cadeia, Rua da Força ou Rua das Flores.

Nos anos de 1864 iniciou-se a Guerra do Paraguai e apesar da distância da vila de Araraquara do local do combate, esta teve um papel fundamental como ponto de passagem no rumo até a guerra. Por ali se abriram estradas por onde passaram as tropas na direção de Mato Grosso, além da vila ter sido local para abastecimento de carne, por exemplo, com criação de gado e “a boiada tangida sertão adentro” (TELAROLLI, 2003, p. 59).

O papel no conflito acabou trazendo atenção à vila, inclusive para a clara necessidade da abertura de estradas e condições para o crescimento nos sertões onde a vila se desenvolvia cada vez mais. Naquele momento a exploração da terra e produção de alimentos se dava com uso de mão de obra escrava e trabalho de camaradas e agregados, ambos homens livres que recebiam algum pagamento ou muitas vezes apenas abrigo e alimento pelos serviços prestados (TELAROLLI, 2003).

Durante a primeira metade do século XIX, cultivou-se cana, milho, fumo, algodão e rebanhos de suínos e bovinos. Próximo a 1850, a cana e cereais foram substituídos pelas plantações de café (SOUZA, 2003), com a chegada da ferrovia em 1885, contribuindo para que, no ano de 1889, Araraquara passasse a ser um município.

No final do século XIX o movimento abolicionista que crescia por todo país já havia feito simpatizantes em Araraquara, especialmente muitos fazendeiros que compreendiam as vantagens econômicas na troca da mão de obra utilizada nas fazendas (TELAROLLI, 2003). Por volta do ano de 1884, começaram a chegar imigrantes, especialmente vindos da Itália, Portugal, Japão e Espanha que substituiriam o trabalho escravo e serviriam como mão-de-obra para que Araraquara, alterando sua dinâmica econômica e social, passasse a integrar o complexo comercial do café.

Em 1888 houve a assinatura da Lei Áurea e a libertação dos negros até então escravizados no país sem, contudo, um plano para que houvesse sua inserção nas sociedades da época. Os senhores não os queriam mais em suas fazendas e por muitos anos (senão até os dias atuais) pairou ainda a ideia de que a situação de miséria e marginalidade pela qual passa a população negra era de sua responsabilidade (TELAROLLI, 2003). Muitos passaram a viver em condições

precárias nas regiões marginais de Araraquara ou ainda fazendo trabalhos braçais em algumas poucas fazendas, fato que deixou consequências até a atualidade: há um fenótipo negro e pardo predominando nas populações que ocupam as regiões periféricas da cidade.

Nos anos seguintes, figuras como de Bento de Abreu, Carlos Batista Magalhães, Dario de Carvalho e Américo Daniele – fazendeiros de café e detentores de um crescente poder econômico e político – começaram a se preocupar com a imagem política e social da cidade, especialmente após o linchamento dos Britos em 1897 (FRANÇOSO, 2015).

A briga entre o jornalista sergipano, Rosendo de Souza Brito e o poderoso republicano Coronel Antônio Joaquim de Carvalho, no balcão da farmácia São Bento, onde trabalhava Manoel de Souza Brito (tio de Rosendo) terminou com a morte do Coronel e a prisão dos Britos. Inconformados com a morte do influente Coronel, os familiares e seu capangas invadiram a delegacia e realizaram o linchamento dos Brito, cujos corpos foram abandonados na praça da Matriz de São Bento, na região central da cidade. Segundo Françaoso (2015), a tragédia teria sido motivada por questões de fundo político no contexto da transição entre a monarquia e a república e ganhou grande repercussão nacional na época. Apesar das muitas testemunhas, os responsáveis pelo linchamento nunca foram presos, demonstrando o poder e a influência de Carvalho e do cornelismo sobre o território araraquarense.

Após o trágico incidente dos Britos, Abreu, Magalhães e Daniele se organizam para implementar melhorias nas áreas urbanas, como iluminação, serviços de telefonia, calçamento, arborização, limpeza, reurbanização e embelezamento. Com a crise do café em 1929, o município viu o final do ciclo da produção cafeeira; a cultura agrícola voltou a ser de cana e o município se desenvolveu construindo parte de seu setor industrial com base no aproveitamento de produtos agrícolas, se tornando até hoje referência na exportação de açúcar, etanol e suco de laranja (SOUZA, 2003; OLIVEIRA, 2017).

Nos anos de 1940 a população urbana equiparou-se à da população rural e ultrapassou-a já no início da década de 1950, fato que se justifica especialmente pelo ramo citro-sucroalcooleiro (GONÇALVES, 2004). Em relação à urbanização, o

município de Araraquara apresentava regulamentação total dos loteamentos no período, assim como um controle efetivo sobre novos parcelamentos do solo urbano, em oposição ao que ocorria nas décadas de 1940-50 no Brasil de forma generalizada, no qual o crescimento urbano segregacionava a periferia desequilibrada de um centro infraestruturado, impossibilitando o acesso dos ocupantes da primeira para as regiões centrais (GONÇALVES, 2004).

A formalidade do controle não barrou a ocupação dispersa e rarefeita, com retenção especulativa e aprovação de loteamentos fora do perímetro urbano nas décadas de 1970-80, momento em que se observa o maior espraiamento dos bairros (GONÇALVES, 2004). Desde então o número de imóveis resultantes dos parcelamentos urbanos não mais encontrou equilíbrio, com número de lotes superior à demanda de crescimento populacional e, portanto, à procura do mercado (*idem*). Dados disponibilizados no portal Seade População (2020) apontaram que em 2020 do total de 227.628 moradores de Araraquara, 221.147 (97,15%) residiam em ambiente urbano e apenas 6.741(2,85%) na área rural, indicando uma taxa de urbanização bastante alta como o que tem sido apontado para outras cidades médias paulistas (SEADE SP, 2020).

5.3 As periferias e a Zona Norte

Em Oliveira (2017), o ordenamento urbano em Araraquara aparece com suas primeiras leis datadas do início do século XX e nelas timidamente despontam preocupações com a conservação dos recursos naturais. Porém, a questão ambiental apresentava como foco as preocupações sanitarista, de circulação e estética, uma vez que era necessário “embelezar” a cidade que ainda sofria com as mazelas da epidemia de febre amarela.

Com o Plano de Melhoramentos Urbanos que se iniciou em 1906 e foi concluído em 1930, focou-se na construção de praças e jardins públicos na região central, além de vias de acesso arborizadas, o que deu para Araraquara no entendimento do poder local ares de uma cidade moderna (OLIVEIRA, 2017).

Iniciada na década de 1950, a passagem da sociedade agrária para a urbana, discorreu num contexto político e econômico em que classes sociais diferentes

chegavam ao poder. Assim, as políticas de planejamento urbano “refletiram a mudança do cenário econômico do país que estava saindo da tradição agrária, iniciando a implantação de indústrias e se urbanizando” (OLIVEIRA, 2017, p. 130), com a decadência das tradicionais oligarquias econômicas e a institucionalização da administração pública municipal.

Entre as décadas de 1950 e 1970 o desenvolvimento industrial era a prioridade no país, fazendo com que o planejamento ambiental em função do uso e ocupação do solo não despertasse tanta atenção nos governos locais. O que teria sido o primeiro Plano Diretor de Araraquara, elaborado 1951, se deu sob forte influência tecnicista e sem a participação da sociedade, tendo sido proposto por pessoas da administração pública municipal, como engenheiros, um representante da saúde, um da agricultura, um do comércio e um religioso (OLIVEIRA, 2017).

A criação do Departamento Autônomo de Água e Esgotos (DAAE), em 1969 foi resultado do Estudo Preliminar de Engenharia e Viabilidade Econômica para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água Municipal que se iniciou em 1967 buscando ampliar a compreensão sobre o ordenamento e à infraestrutura da cidade. Isso fez com que um novo Plano Diretor de Araraquara fosse sendo estruturado, com sua efetiva implantação em 1977 (OLIVEIRA, 2017).

O declínio da ditadura militar e o processo de redemocratização no final dos anos de 1980 trouxeram novos ares para as políticas nacionais, nas quais se destacam a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81) e a Constituição Federal em 1988, as quais impulsionaram “discussões relacionadas ao uso e ocupação do solo nas cidades, além da reforma urbana brasileira” (OLIVEIRA, 2017, p. 131).

Ainda nesse contexto, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92 ou ECO-92) assim como a Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Istambul-1996) deram relevância à questão socioambiental, enfatizando inclusive a sustentabilidade nas cidades. Tais direcionamentos contribuíram com diretrizes para a formulação e promulgação do Estatuto da Cidade (EC) (Lei 10.257/01) (OLIVEIRA, 2017), implementando uma discussão mais endossada sobre a política urbana e o direito a cidades sustentáveis.

Os Planos Diretores municipais precisavam concretizar as diretrizes do EC, e em Araraquara o Plano Diretor nestes moldes foi aprovado em 2005, a partir de um longo e participativo processo (iniciado em 2001) e que contou o apoio do Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Ambiental – CMPUA (OLIVEIRA, 2017).

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 expandiram-se os conselhos municipais no Brasil, estimulando a participação popular e a efetivação de políticas públicas (OLIVEIRA, 2017). Em Araraquara, o CMPUA buscou atuar como instrumento funcional e organizativo de um Sistema Municipal de Planejamento da Política Urbana Ambiental, sendo criado pelo decreto 5.831, de 05 de julho de 2002 (ARARAQUARA, 2002).

Além do COMPUA, revisou-se em 2001 a lei de criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) (Lei 3.094/1984), o qual atuou na implementação dos instrumentos da política ambiental e de normas para a administração da qualidade ambiental do município, inclusive com a elaboração do Código Municipal de Gestão Ambiental, estabelecendo bases normativas da política ambiental municipal (OLIVEIRA, 2017).

Em 2003, ainda com vistas à gestão do território, criou-se o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico (COMPHARA) (Lei 6.055/03), focado na política preservacionista e na sustentabilidade (OLIVEIRA, 2017). Os conselhos municipais têm caráter consultivo e deliberativo e formam-se em contexto de diversidade multidisciplinar, tendo sido fundamentais na política ambiental de desenvolvimento urbano proposta para o PD de 2005 fato que não se repetiu na revisão e nova redação de 2014 (MENZORI, FALCOSKI, 2017; OLIVEIRA, 2017).

Diferentemente do processo participativo do PD anterior, em 2014 o momento da revisão ocorreu após discussão com grupos restritos, em especial técnicos do serviço público municipal e representantes da Câmara de Vereadores, os quais se colocaram sintonizados com a necessidade do mercado. Por fim, se alterou a legislação visando interesses de grupos econômicos, com detrimento da qualidade socioambiental (MENZORI, FALCOSKI, 2017; OLIVEIRA, 2017),

No PD de 2014, é evidente a prioridade imposta pelo mercado com decaimento da proteção dos recursos ambientais, uma vez que há permissividade

para expansão urbana do município, inclusive sobre zonas com maior número de vazios urbanos e que tinham uso restrito por suas especificidades ambientais, como os Corredores de Integração Ecológica (CIECO) que protegem mananciais e fragmentos florestais e tiveram suas metragens diminuídas (MENZORI, FALCOSKI, 2017; OLIVEIRA, 2017; MEDEIROS et al., 2021).

A construção coletiva e participativa do PD de 2005 embasou-se em estudos pedológicos e geológicos, constatando que a Zona Norte da cidade é uma região suscetível a processos erosivos, com riscos geotécnicos e presença de solos colapsivos. Assim, se propôs que a área deveria ter uso restrito, atividades controladas e a impermeabilidade do solo não deveria ser maior que 50% (OLIVEIRA, 2017).

Na Zona Norte tem-se ainda Áreas de Proteção Permanente (APP) e Área de Recuperação e Proteção Ambiental (APRM), nas quais deveriam ocorrer apenas atividades para proteção dos mananciais de abastecimento público, recuperação conservação e proteção de mata ciliar e desenvolvimento de atividades de agroecologia com assentamentos sustentáveis (MENZORI, FALCOSKI, 2017; OLIVEIRA, 2017)

Como veremos adiante, nos últimos oito anos a expansão urbana da Zona Norte em especial, deu-se de maneira meteórica, o que é fruto da permissividade dos documentos norteadores da política urbana, com destaques ao PD de 2014, evidenciando a descontinuidade da política urbana ambiental e a intencional desarticulação da sociedade nas diretrizes da cidade (OLIVEIRA, 2017).

A ocupação da área urbana de Araraquara e a distribuição territorial dos bairros reflete um intenso processo de urbanização, acompanhado pela industrialização e pela ampliação do setor terciário (VALE, 2005). Na cidade estão distribuídos cerca de 118 bairros, sendo 40 na Zona Leste, 25 na Zona Oeste, 24 na Zona Sul e 29 na Zona Norte (ARARAQUARA; WALM, 2014), com a malha urbana apresentada na figura 07. Como é proposto por Vale (2005), Araraquara segue a regra de constituição espacial da maioria das cidades médias paulistas, nas quais o processo intenso de êxodo rural (resultante especialmente da mecanização no campo) contribuiu para o crescimento urbano.

Figura 7 - Malha urbana do município de Araraquara/SP.



Fonte: Google Earth (2023).

Esse modelo de urbanização – existente não só no interior do estado, mas em parcela considerável dos municípios do país – segue uma expansão horizontal que ocorreu, na maioria das vezes, de maneira desordenada como resultado de questões geográficas e, especialmente, pela especulação imobiliária e pela segregação socioespacial, expandindo o perímetro urbano e deixando um rastro de muitos "vazios urbanos" mesmo em áreas que possuem infraestrutura (VALE, 2005; PIERINI; FALCOSKI, 2019; PIERINI, 2020).

Esse processo resultou e ainda resulta na expulsão da população mais carente para bairros periféricos (incluindo os que estão em fase de implantação),

cada vez mais distantes do centro urbano. Em sua investigação sobre os vazios urbanos em Araraquara, Pierini (2020) destaca que nem sempre a população e o poder público “entendem a ligação intrínseca entre as distâncias para alguns e os custos elevados para todos, porque se os limites aumentam, estes custos serão distribuídos a todos os cidadãos” (p. 217). Os vazios urbanos geram a necessidade de altos investimentos em infraestrutura por parte da gestão pública, principalmente em serviços de drenagem e pavimentação, o que nem sempre ocorre de maneira eficaz (VALE, 2005; ARARAQUARA; WALM, 2014).

Além disso, trabalhadores e trabalhadoras acabam sendo obrigados a residir em municípios vizinhos (como Américo Brasiliense, Santa Lúcia e Ibaté), nos quais os terrenos e os aluguéis têm preços mais acessíveis, transformando estas cidades em cidades-dormitório. O custo social desse tipo de situação é elevado, já que é desigual a distribuição da infraestrutura pelo território, consolidando a diferenciação de preços dos imóveis nas distintas regiões da cidade (GONÇALVES, 2004).

A lógica da política urbana foi muitas vezes apoiada pelo setor público por meio de facilidades concedidas aos investidores do ramo imobiliário (VALE, 2005). Isso determinou a forma como foi feita a ocupação e uso dos espaços e direcionou o crescimento da cidade, de maneira que se construíram atrativos em áreas de baixa importância socioeconômica, política ou de baixo valor econômico, visando transformá-las em áreas de interesse imobiliário.

A literatura mostra que algumas gestões da prefeitura municipal ao longo dos anos mostraram-se omissas e por vezes coniventes com a expansão urbana desordenada e o surgimento dos vazios urbanos; porém, não se pode afirmar que isto é uma regra. Desde meados dos anos 2000 algumas políticas públicas implantadas se preocupam em reverter ou ao menos amenizar estes vazios urbanos. Como exemplo, Pierini (2020) destaca um “relampejo de boas intenções no Plano Diretor de 2005, que buscou estimular o crescimento de tais índices de compacidade por ocupação dos vazios intersticiais” (p. 223).

Mas ainda que se demonstre preocupação com este tipo de ocupação, Vale (2005) sugere que esta resolução não vai ocorrer em um curto espaço de tempo, atravancada pela lentidão das decisões judiciais, em especial quando há o caso de

punição dos proprietários dos terrenos não-construídos, que tendem a ser de famílias politicamente influentes no município.

É o caso, muito bem documentado, do Jardim Roberto Selmi Dei, que começou a ser loteado ainda no final da década de 1970 em um local distante da centralidade, quando a “município possuía, como ainda possui, uma reserva de lotes e glebas mais bem localizadas” (PIERINI, 2020, p. 224).

Na região que hoje constitui a Zona Norte existia a “Fazenda Três Irmãs”, com aproximadamente 1.350 hectares e nos quais se desenvolviam o cultivo de culturas perenes (café, cana, laranja) e a criação animal (bovinos e suínos). No final da década de 1970, o patriarca Roberto Selmi Dei faleceu e parte da fazenda começou a ser desmembrada pelos herdeiros, originando os primeiros empreendimentos imobiliários destinados a habitações populares na região (OLIVEIRA, 2017).

O primeiro loteamento com 700 unidades rapidamente se multiplicou para 3.300 unidades, sendo aprovado em 1978 com a entrega de casas populares construídas pela Cohab ocorrendo primeiramente no início dos anos 1980 (setores I, II e III). O novo bairro, denominado “Jardim Roberto Selmi Dei”, situava-se a aproximadamente 11 km da região central e a 7 km da última rua asfaltada (SILVA et al., 2016; OLIVEIRA, 2017).

A necessidade de moradia para os funcionários da metalúrgica Villares (atualmente IESA Projetos, Equipamentos e Montagens) foi a justificativa necessária para sua aprovação e implantação (OLIVEIRA, 2017). Esse exemplo mostra como os processos de urbanização e industrialização foram complementares e marcharam “associados um ao lado do outro” (RIBEIRO, 2006, p. 181) na trajetória das cidades brasileiras.

Com o pretexto de que estes loteamentos diminuiriam o deslocamento do operário até seu local de trabalho, houve a implantação do bairro com a intensa valorização de terras agrícolas de uma única família. Esta foi uma estratégia meramente comercial e que culminou na formação de vazios urbanos que atenderam à lógica especulativa, pois mais tarde possibilitaram a capitalização de lotes nas áreas ainda disponíveis para desmembramento (OLIVEIRA, 2017).

Quando aprovado, o bairro não possuía infraestrutura mínima (deficiência no fornecimento de água, saneamento ambiental, transporte e mobilidade, energia elétrica, educação, lazer, saúde e cultura), sendo que a ausência de infraestrutura urbana marcou a baixa qualidade de vida da população local por anos (OLIVEIRA, 2017). No final nos anos de 1990, com a entrega de novas casas pela Cohab e Caixa Econômica Federal (setores IV, V e VI do Jardim Selmi Dei) é que houve a regularização da comercialização de loteamentos e o estabelecimento da infraestrutura necessária (energia elétrica, saneamento básico e asfalto), sendo que só em 2007 o transporte público passou a abranger todo o bairro. Por muitos anos moradores ficaram distantes de serviços urbanos básicos e cercados por áreas rurais que compunham um vazio até o bairro mais próximo (SILVA et al., 2016).

Os lotes foram utilizados para alocar moradores mais humildes, sendo parte considerável destes primeiros habitantes de origem rural com histórico de migração e de operários, exemplificando a estratégia de valorização de terras circunvizinhas a partir da ocupação urbana especulativa. Hoje, a antiga sede da fazenda localiza-se em área nobre da cidade, habitada por aqueles de maior poder aquisitivo e prestígio político (SILVA et al., 2016).

Os autores afirmam que ainda hoje a região do Jardim Selmi Dei, mesmo possuindo uma infraestrutura básica e diversos estabelecimentos comerciais, de educação, postos de saúde e outros, tem a oferta de serviços insuficiente para atender uma população estimada em 30 mil moradores na região e que segue aumentando (SILVA et al., 2016), inclusive com a previsão de entrega de novas moradias populares para os próximos anos nesta região, ao Norte da cidade.

Esse conjunto de fatores fez com que Araraquara se formasse como uma cidade de dispersão elevada, o que não atinge apenas classes baixas, mas eleva os custos de implantação e manutenção de todos os serviços, como o transporte público (PIERINI, 2020), além de colocar a população de baixa renda em lugares com serviços públicos deficitários, que engendram uma condição de vida precária (SILVA et al., 2016).

Até o início dos 2000, era possível encontrar muitos vazios urbanos entre o extremo norte da cidade e a região central, os quais começaram a ser preenchidos especialmente pela construção de moradias vindas pelo Programa “Minha Casa

Minha Vida” (PMCMV). O setor da construção civil refletiu o momento de aquecimento da economia, com obras de infraestrutura para muitas cidades brasileiras sendo financiadas com recursos do Governo Federal. O Programa de Aceleração do Crescimento focou, em sua segunda edição, no desenvolvimento de habitações populares e para isso ocorreu o lançamento do PMCMV em março de 2010. O objetivo inicial de construir 1 milhão de moradias, foi logo ampliado para 3 milhões, sendo Araraquara um dos primeiros municípios de porte médio no Brasil a ter contrato do Programa (OLIVEIRA, 2017).

A Política Nacional de Habitação, elaborada em 2004, apontava um déficit de até 92% de habitação para população que tinha renda de até três salários mínimos, o que entrou na agenda das políticas públicas do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O PMCMV permitiu o acesso à casa própria para famílias com diferentes rendas (Faixa 1: até R\$ 1.800; Faixa 1,5: R\$ 2.350,00 a R\$2.600,00; Faixa 2: R\$ 3.600,00 até R\$ 4.000,00 e Faixa 3: R\$6.500,00 a R\$ 9.000,00), mas serviu também para gerar emprego e renda, estimulando a construção civil e outros setores da economia (OLIVEIRA, 2017).

Na literatura é possível encontrar muitas críticas plausíveis sobre como programas habitacionais alojam populações de classes baixas em espaços afastados dos núcleos centrais das cidades, atendendo às expectativas do mercado imobiliário (KOPANAKIS, 2016). Destaca-se, porém, que antes de programas como o “Minha Casa Minha Vida” criado pelo governo federal em 2009, já se produziam habitações para as classes de baixa renda distantes da centralidade (PIERINI, 2020). O problema não está no Programa em si, mas na lógica de ocupação dos municípios que precisa ser revista em todas as esferas de gestão pública – da federal à municipal.

Em Araraquara, o aquecimento da economia e a valorização das terras fez aumentar a construção de empreendimentos nas zonas Norte e Nordeste, com o preenchimento dos vazios ainda existentes entre os bairros. Esse contexto aumentou a aprovação de novos parcelamentos, “reiterando um processo clássico de ocupação do território, associado ao capital e às classes abastadas” (OLIVEIRA, 2017, p. 127). A gestão municipal teve que atender às recentes demandas de infraestrutura da cidade, originadas pela especulação imobiliária, fato que se

desvelou um processo de planejamento urbano falho (*idem*), especialmente na região Norte.

A pesquisa aqui dada concentrou-se em uma das regiões periféricas da cidade, o Valle Verde. A figura 08 traz um mapa no qual é possível ver a zona Norte da cidade e um dos “grandes vazios urbanos” em relação ao centro da cidade, que ficaria na parte inferior da imagem.

Figura 8 - Zona Norte da cidade de Araraquara/SP.



Fonte: Google Earth (2023).

O extremo Norte da cidade é composto em sua maioria por residências oriundas de programas habitacionais e é formado, entre outros bairros, pelo Jardim Selmi Dei, Jardim Adalberto Roxo I e II, Jardim São Rafael I e II, Águas do Paiol (SILVA et al., 2016), Parque Residencial Laura Molina, os conjuntos habitacionais Residenciais Anunciata Palmira Barbieri, Residencial Maria Helena Lepre Barbieri,

Residencial Romilda Taparelli Barbieri, Jardim do Valle e mais recentemente, o Valle Verde.

O loteamento do Parque Residencial Valle Verde foi aprovado em 2011, destinando uma área de 30,47 hectares para residências, incluindo casas do Programa “Minha Casa Minha Vida” (PIERINI, 2020). A região começou a ser densamente ocupada em meados de 2015, com a chegada dos moradores para usufruir das casas entregues pelo Programa habitacional “Minha Casa Minha Vida”, que contemplou famílias com rendimentos de mensais de até R\$1.800,00 (considerados como faixa I do programa). Imagens que demonstram essa ocupação são apresentadas na imagem 09, abaixo:

Figura 9 - Ocupação da Zona Norte da cidade de Araraquara/SP de 1987 a 2022.



Fonte: Google Earth (2023).

Até o primeiro semestre de 2016 Araraquara recebeu 4.107 habitações caracterizadas como na faixa 1 do PMCMV, significando um acréscimo de 2 km² (cerca de 5%) na área urbanizada na cidade e a acomodação de 13.550 habitantes (aproximadamente 6%) da população do município (OLIVEIRA, 2017).

Um aumento no número de aprovações para novos parcelamentos intensificou-se no período de 2006 a 2016, e o sentido do eixo Norte viu a maior expansão do território urbano, concentrando a maioria das solicitações de condomínios de alto padrão e habitações de interesse social, ocupação que se deve aos vazios estrategicamente criados nesta área graças ao parcelamento gradativo da Fazenda Três Irmãs para formação de novos loteamentos urbanos (OLIVEIRA, 2017).

Este foi o maior plano habitacional da cidade, segundo a administração municipal (2009-2016), originando junto com ele melhorias para a população em geral e crescimento econômico para a cidade. Através de contrapartidas e compensações negociadas entre a administração municipal e empreendedores, equipamentos urbanos como sinalização semafórica, posto de saúde, praças, pontes e travessias foram implantados na região (OLIVEIRA, 2017).

Apesar das contrapartidas, as moradias caracterizadas como habitações de interesse social (HIS), foram implantadas inicialmente sem a inserção adequada de outros equipamentos urbanos como arborização, praças, ciclovia e ciclofaixa. As imagens acima ilustram a urbanização na qual “a cidade aparece enquanto conjunto numérico (...). É concentração de casas, seres humanos transformados em massa disforme sem identidade, personalidade, necessidade, desejos” (CARLOS, 2001, p. 14), reiterando um bairro popular com precária infraestrutura, sem equipamentos de cultura e lazer, destituído de cobertura vegetal e promotor de periferização (OLIVEIRA, 2017), como pode-se observar na figura 10 abaixo:

Figura 10 - Primeiras habitações do Programa “Minha Casa Minha Vida” na Zona Norte.



Fonte: Oliveira (2017).

Atualmente, com a chegada de mais equipamentos públicos, os residentes contam com transporte público, coleta de resíduos sólidos e coleta seletiva, além de infraestrutura urbana com pavimentação e iluminação. O território é atendido por uma unidade de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), inaugurado em novembro de 2017 e conta também com uma Unidade de Pronto Atendimento que foi inaugurada em dezembro de 2016. Visando melhorar o atendimento à saúde dos moradores, está em fase de planejamento a construção de uma Unidade Básica de

Saúde, na modalidade de Estratégia de Saúde da Família, aprovada como obra do Orçamento Participativo de 2019 para a localidade.

Neste complexo residem aproximadamente 4.000 famílias, sendo algumas informações sobre o perfil da população apresentadas nas tabelas abaixo, adaptadas do sistema de Cadastro Único do Governo federal:

Tabela 2 - Renda per capita das famílias residentes no Valle Verde.

Renda Per capita	Nº de famílias	Porcentagem (%)
R\$0,00	108	5,5
Até R\$259,75 (1/4 sal. Mín.)	1152	59
Até R\$519,50 (1/2 sal. Mín.)	447	23
Até R\$1.039,00 (1 sal. Mín.)	220	11,2
Acima de R\$1.039,00	26	1,3

Fonte: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Araraquara com base no CadÚnico (2018).

Com dados da tabela 01 vê-se que uma parcela considerável de famílias não possui renda e uma parcela ainda maior possui uma renda de até R\$ 259,75 per capita mensais, o que resulta a inclusão de praticamente 64,5% das pessoas deste local vivendo na linha de extrema pobreza ou muito próxima a ela (caracterizada como pessoas vivendo com uma renda inferior ou muito próxima a R\$7,06/dia) (ONU, 2018). O segmento seguinte, que vive com uma renda de até R\$519,50 per capita mensais, é incluído na linha de pobreza (23%), que varia entre R\$11,90 e R\$20,45/dia (ONU, 2018).

Por esta razão, essa parcela considerável de 1.953 de um total de aproximadamente 4.000 famílias das residentes nesta região (48,8%) estão inscritas para serem contempladas com Programas Sociais do Governo federal, como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Pro Jovem Adolescente, Aposentadoria para pessoa de baixa renda, Carteira do Idoso, entre outros. Já em relação à idade dos residentes, temos informações trazidas na tabela 03:

Tabela 3 - Faixa etária da população residente no Valle Verde.

Faixa etária	Nº de pessoas	Porcentagem (%)
00 a 06 anos	746	12,2
07 a 11 anos	1085	18
12 a 14 anos	562	9
15 a 17 anos	478	7,8
18 a 29 anos	910	15
30 a 59 anos	2017	33
60 anos ou +	299	5

Fonte: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Araraquara com base no CadÚnico (2018).

Aproximadamente 47% das pessoas aí residentes são crianças e adolescentes (entre 0 e 17 anos), 48% são jovens e adultos (entre 18 e 59 anos), com os 5% restantes incluídos como pessoas da terceira idade.

Em relação ao gênero da população residente, 3726 declararam-se pessoas do gênero feminino (61,1%) e 2371 pertencentes ao gênero masculino (38,9%), sem que haja dados sobre outras identidades de gênero. Cabe destacar que a partir dos dados informados no Cadastro único, 1210 famílias se configuram como monoparentais, ou seja, com ausência de cônjuge no cuidado dos filhos. Observa-se ainda que 1867 chefes de famílias de diferentes configurações são do sexo feminino, com idades entre 18 e 96 anos. Outras configurações familiares identificadas são a convivência com família extensa, bem como presença de famílias conviventes, nas quais residem no mesmo imóvel pelo menos dois núcleos com vínculos familiares.

Sobre a escolaridade, alguns dados são trazidos na tabela 04:

Tabela 4 - Escolaridade a partir dos 07 anos de residentes no Valle Verde.

Escolaridade	Nº de pessoas	Porcentagem (%)
Nunca frequentaram a escola	116	2,3
Ensino fundamental – completo	666	13,6
Ensino fundamental – incompleto/cursando	2481	50,5
Ensino médio – completo	914	18,6
Ensino médio – incompleto/cursando	695	14,1
Ensino superior - completo	3	0,06
Ensino superior – incompleto/cursando	41	0,8

Fonte: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Araraquara com base no CadÚnico (2018).

A parcela de pessoas que tiveram acesso à educação formal é considerável (97,66%), ainda que nem todas tenham de fato completado suas jornadas de estudo. Conforme informações das Secretarias Municipal e Estadual de Educação de Araraquara, os alunos do ensino fundamental e ensino médio residentes no Valle Verde estão matriculados, em sua maioria, nas Escolas Municipais e Escolas Estaduais das imediações, com os dados do INEP (2019) apontando 1715 matriculados na rede municipal e 2601 alunos matriculados na rede estadual.

Na Zona Norte encontram-se cerca de 10 instituições escolares, com escolas de educação infantil e de ensinos fundamental e médio (“José Énio Casalecchi”, “Vereador Edmilson de Nola Sá”, “Professor Doutor Alfredo Amaral Gurgel”, “Judith

de Barros Bateli”, “CAIC Rubens Cruz”, “Altamira Amorim Mantese”, “Ergilia Micelli”, “Gilda Rocha de Mello e Souza”, “Maria Isabel Rodrigues Orso” e “Jardim dos Oitis”). Não existem na região instituições para ensino técnico ou superior, bem como instituições educacionais particulares.

Um dado que chama atenção é de pessoas com acesso à educação superior, que somam menos que 1% do total de residentes. A falta de acesso à escolaridade em nível superior nas periferias da cidade já foi encontrada por Kopanakis (2016), quando observando o residencial Oitis localizado no bairro Jardim Iguatemi, na zona Sul de Araraquara. Das cerca de 256 famílias que residiam no local, não foi encontrada nenhuma pessoa que tivesse diploma de ensino superior.

O Valle Verde é uma das regiões elencadas como território prioritário no já citado “Programa Territórios em Rede”, instituído em agosto de 2018 pelo governo municipal, e que visa a promoção do desenvolvimento territorial, considerando a garantia de direitos e o combate às discriminações e violências. Tem-se buscado fortalecer a ação de equipamentos públicos na região, ampliando o diálogo e garantindo a prestação de serviços integrados aos indivíduos e famílias, considerando seus contextos diversos (ARARAQUARA, 2018a).

Os seis territórios prioritários indicados pela lei (Jardim Cruzeiro do Sul, Jardim São Rafael, Parque CECAP/ Parque Residencial Iguatemi, Parque das Hortênsias, Parque São Paulo e Valle Verde) representam um recorte dentro das regiões mais populosas entre os territórios vulneráveis de Araraquara. Esses territórios possuem hoje 41.179 habitações e, considerando-se a média de 2,6 pessoas por domicílio conforme o último Censo IBGE (2022), tem-se cerca de 107 mil pessoas residindo nos bairros dos territórios prioritários. Segundo dados do CadÚnico, são mais de 10 mil famílias ou 25 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social no município, o que representa 46% da população inscrita no Cadastro Único em Araraquara.

Importante destacar também que o bairro do Valle Verde se crava sobre a nascente da bacia do Ribeirão das Cruzes, sendo este um território considerado de alta prioridade pelo Plano Diretor de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré (CBH-TJ, 2015). Por essa razão, sugere-se que aí ocorra a realização de programas e ações que auxiliem na recuperação e preservação das bacias existentes, que sofrem grandes degradações em face do atual estágio de ocupação urbana (ARARAQUARA; WALM, 2014).

5.4 Iniciativas no território: a Horta Comunitária da Zona Norte

Em um canto da periferia de Araraquara na região Valle Verde tem crescido e se desenvolvido uma horta comunitária urbana, chamada de Horta Comunitária da Zona Norte (HCZN). Instalada em um terreno público de 6.230,87 m² localizado na Rua José Pio, a área foi ocupada para constituição da Horta desde meados de 2017 em um terreno que antes era usado pela própria população local como depósito de lixo, como observa-se na figura 11.

Figura 11 - Bairro Valle Verde em Araraquara/SP, com destaque para a Horta Comunitária.



Fonte: Google Earth (2023).

Criada e mantida por uma coletividade, a Horta assume a postura de manter-se aberta à participação de qualquer pessoa, moradora ou não da Zona Norte. A ideia é formar um grande coletivo, em que todas as pessoas que queiram colaborar com os plantios e manejos de produção, atividades culturais ou conhecimentos são bem-vindas (HCZN, 2017).

Inicialmente, a ideia da Horta começou com a reunião de um pequeno grupo de moradores do Valle Verde, que se organizou para realizar mutirões de plantio e manejo no quintal da casa de um dos jovens que ocupou por muito tempo o papel de liderança da Horta, ainda no ano de 2016.

A Horta continuou timidamente em seu quintal, com a proposta de que poderia ser um lugar para se produzir hortaliças e essas seriam compartilhadas com a vizinhança. A ideia de uma horta coletiva em um espaço particular fez com que a cada dia a coesão e a coletividade necessárias à uma Horta comunitária fossem se perdendo, fator que este jovem, que iniciou o projeto, atribuiu ao fato de que ela estava em seu quintal privado, espaço que não era comum ao grupo de moradores que tinham se disposto a dar continuidade à iniciativa. A ampliação do projeto veio em 2017 quando este mesmo morador gravou e publicou imagens de um terreno no bairro que funcionava como um “lixão”, juntando resíduos sólidos, mau cheiro e animais vetores de doenças urbanas, como ratos e baratas.

Com esse vídeo e sua publicização ele conseguiu mobilizar a atenção da população e do poder público para o espaço. A publicização, atrelada à ideia de que a Horta se constituísse nesse novo espaço culminou na primeira limpeza do terreno, com a chegada do Poder Público de Araraquara e dos órgãos responsáveis pelo terreno para a remoção adequada do lixo, dando início ao que viria ser a Horta Comunitária da Zona Norte. Esta limpeza retirou 67 caminhões de lixo do local e se consolidou como o primeiro mutirão de manejo, que contou com cerca de 20 pessoas, a maioria delas moradoras do entorno da Horta¹².

Aos poucos, os mutirões cresceram e aglomeraram pessoas diversas da comunidade e de outros bairros da cidade, estabelecendo a Horta como um espaço de referência social, cultural e ambiental, no qual se desenvolveram atividades como aulas de capoeira, samba de coco e a formação do grupo de maracatu “Sementes Crioulas”. Também propuseram atividades como o plantio de mudas e sementes com vistas à implantação de uma agrofloresta e atividades de sensibilização e conscientização socioambiental como o manejo adequado dos resíduos domiciliares, sobretudo os orgânicos passíveis de serem convertidos em compostos (HCZN, 2017).

Esta Horta Comunitária auto intitula-se como um projeto sócio sustentável que tem o desejo de

¹² Informações obtidas durante conversas com participantes durante os mutirões e registradas em diário de campo.

transformar um lixão clandestino em um espaço de trocas ricas e diversas. Com enxadas e poesias, embalados pelos cantos de trabalho de nossos ancestrais, nos propusemos a trabalhar pela terra, regar a comunidade e, assim, fazer nascer a coletividade, o respeito e outras “ervas daninhas” que o sistema teima em podar (HCZN, 2017).

Além da possibilidade de produção e plantio, a Horta preconiza como missão a emancipação dos sujeitos individuais e coletivos e o faz promovendo práticas que prezam pelo desenvolvimento da autonomia, do senso crítico, da cidadania e do respeito ao próximo como valores fundamentais (HCZN, 2017).

A ideia seria direcionar a produção de alimentos orgânicos para o consumo da comunidade adjacente, buscando preservação ambiental e segurança alimentar em uma comunidade que vive uma situação de escassez (HCZN, 2017). A Horta surgiu de forma autônoma, sem fins lucrativos e mais tarde se tornou uma associação, fator que possibilitou a chegada de recursos via editais ou parcerias com a universidade¹³.

Uma das atividades proposta pela Horta Comunitária em abril de 2019 foi o projeto “Corredor Verde Agroflorestal: tecnologia social para o plantio e a produção de alimentos saudáveis, com geração de renda, recuperação de manancial urbano e educação socioambiental em área de alta vulnerabilidade social no município de Araraquara”, que foi iniciado pela própria comunidade e depois apoiado pela Unesp *campus* Araraquara, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Como já descrito, o bairro localiza-se sobre a nascente do Ribeirão das Cruzes, que limita o crescimento do bairro ao sentido Norte da cidade. A forma como se deu a ocupação foi equivocada: houve retirada da cobertura vegetal para construção de casas e impermeabilização do solo; houve a construção desenfreada de um grande número de residências próximo da nascente; e o próprio relevo do local arrasta lixo e resíduos na direção da nascente especialmente durante as chuvas intensas.

A somatória destes fatores tem causado o assoreamento da nascente, fato que preocupa os integrantes da Horta, os quais têm se mobilizado para fazer o manejo da área, recolhendo lixo, plantando árvores nativas na zona de margem e fazendo atividades de conscientização com a população próxima para tratar da necessidade de cuidar do Ribeirão e de sua nascente.

¹³ Dados obtidos na entrevista 04, com os participantes da Horta.

As parcerias mais marcantes já instituídas são com estudantes e docentes dos cursos de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) e da Farmácia da Unesp Araraquara. Mas, há ainda parcerias com o Instituto de Química e a Faculdade de Odontologia de Araraquara e com a Faculdade de Ciências Agrônômicas e Veterinárias de Jaboticabal, todas ligadas à Unesp.

As parcerias com grupos como os Programas de Educação Tutorial (PET), bem como bolsistas de projetos e de iniciação científica buscam o aporte de conhecimentos técnicos nos seguintes campos: recuperação de mananciais; estudo de espécies vegetais nativas; horticultura, olericultura, fruticultura e permacultura; piscicultura, aquicultura e aquaponia; cultivo e manipulação de espécies medicinais; conservação, manuseio e processamento de alimentos, entre outros.

Houve uma parceria institucional com a Prefeitura Municipal de Araraquara, que auxiliou, especialmente através do DAAE, com questões técnicas envolvendo terraplanagem do terreno e a doação de algumas árvores nativas, plantadas nas margens da nascente do Ribeirão das Cruzes.

Devido à pandemia do novo coronavírus que acometeu a cidade a partir de março de 2020, as atividades de mutirão mantiveram-se suspensas até janeiro de 2021. Esse fator foi crucial para uma certa desarticulação da Horta que hoje, infelizmente, está com suas atividades temporariamente suspensas. Porém, a articulação entre as pessoas continuou ativa, com a realização de diversas atividades e desdobramentos do projeto, que serão contadas no próximo capítulo.

6 COM A MÃO NA TERRA: PROPOSTAS DE PRESENTE E FUTURO

O primeiro contato com a Horta Comunitária ocorreu em outubro de 2018, em uma vivência promovida pelo SESC de Araraquara junto com Organizações Não Governamentais, escolas e entidades ambientalistas da cidade. Naquela ocasião, houve uma breve apresentação do histórico do projeto e dos sonhos que moviam seus participantes: a produção de alimentos para a comunidade do entorno e o desejo de criar um espaço cultural harmonioso em um bairro onde muitas fragilidades socioambientais estão postas.

Após este encontro, passei a dialogar pelas mídias sociais com algumas pessoas que faziam parte da Horta e em de abril de 2019 me organizei para participar do primeiro mutirão em que pude estar presencialmente. Os mutirões, especialmente em 2019 e início de 2020, estavam sempre cheios de gente de todo tipo: crianças de bicicleta, adultos da vizinhança, estudantes com projetos e curiosos de bairros distantes ou até de cidades ao redor.

Já na primeira ida até a Horta tive que atravessar a cidade toda de carro para chegar ao local, que eu não conhecia. Quando saí de Araraquara, em 2007, o bairro não existia e nas minhas voltas pontuais à cidade nunca tinha tido a oportunidade de ir até lá. A transformação da paisagem foi nítida: saindo de um bairro mais antigo da cidade (onde moro, na zona Sul, com ruas mais estreitas e vários pontos de ônibus e aparelhos públicos, como praças, postos de saúde, escolas, universidades), passando pelo centro da cidade (região mais verticalizada, pouco arborizada, com grande quantidade de lojas e poucas residências) até chegar na zona norte (uma região completamente horizontalizada, mais arborizada, com muitos terrenos ainda sem construção, com alguns pontos de comércio, ruas largas, gente passando a manhã com cadeiras nas calçadas e crianças brincando de futebol e pipa na rua).

Participei de pelo menos cinco mutirões presenciais e mais algumas atividades na Unesp até a suspensão temporária das atividades pela pandemia. A dinâmica dos mutirões e a descrição dos encontros que pude participar serão melhor detalhados nos próximos escritos, com a inserção de minhas impressões e dos registros fotográficos junto com as análises.

A partir das vivências com o grupo registradas em caderno de campo, dos materiais escritos e audiovisuais considerados e das entrevistas realizadas, foi feita

uma análise buscando-se compreender os elementos importantes à gestão e manutenção da Horta bem como possíveis relações com processos educadores; e também identificar em que medida a participação em uma horta comunitária constitui o senso de pertencimento dos sujeitos envolvidos e na relação entre eles e com sua comunidade.

O processo de desvelamento dos materiais permitiu a organização de cinco categorias, nomeadas abaixo:

- 6.1 Vivência, acolhimento e formação
- 6.2 Educação para “o saber da terra” e “o saber das águas”
- 6.3 Desdobramentos da Horta em outros espaços, parcerias e projetos
- 6.4 Horta, capoeira e maracatu: identidade e ancestralidade
- 6.5 Engajamento político

6.1 Vivências, acolhimento e formação

“Os mutirões na Horta começavam bem cedo no domingo. Quando cheguei, perto das 8h, as crianças já corriam pelos canteiros e os adultos já tinham organizado o que tinham de ferramentas, sementes e mudas pra aquele dia. Era o primeiro encontro no território e eu não sabia muito como seria o dia. Atravessei a cidade toda, bairros que eu não conhecia... Foram uns 20 km da minha casa até o Valle Verde. Fui recebida com um sorriso do rapaz dito como a liderança da Horta, que eu já tinha conhecido no encontro no SESC e também das redes sociais. Inclusive foi ele quem me convidou pra vir. Ele me apresentou o pessoal que estava ali perto e falou “Fica à vontade, a Horta também é sua”. Fui puxando papo com o pessoal, enquanto batia a enxada pra tirar o mato no caminho dos canteiros. Mesmo debaixo do Sol quente, nem vi a hora passar! A gente já tinha parado pra tomar um café coletivo no meio da manhã, que as mães e as crianças tinham organizado embaixo do que encontraram de sombra, que era pouca. Lavamos a mão na torneira e percebi que não tinha banheiro por ali. Pra isso a gente tinha que pedir licença pro pessoal da comunidade, ir na casa de quem já estava no mutirão ou de quem morava ali perto e cedia a casa pro pessoal. Perto das 13h já dava pra ver o cansaço que o Sol e o esforço físico traziam nos adultos. As crianças já falavam em almoçar, mas não paravam de correr e procurar alguma fruta aqui ou ali pra beliscar no meio do mato. Me despedi, agradei por aquela manhã muito agradável e voltei conversando até em casa, com mais 3 estudantes da Unesp pra quem ofereci carona. Eles também ficaram sabendo do mutirão e foram juntos participar. “Eu moro numa cidade longe e quase não volto pra casa, pelo menos é um jeito de conhecer um pouco as pessoas”, me falou um deles. “Fui pra saber mais da cidade, de quem vive em Araraquara, do que acontece aqui”, comentou uma outra passageira. Troquei a roupa suja de terra e suor e sentei pra almoçar. Do outro lado da cidade e eu aqui, pensando naquela terra e naquela gente, com as energias renovadas e matutando: por que não tem isso na minha vizinhança?”

(diário de campo, 28 de abril de 2019)

Como observado também nos trabalhos de Almeida (2016), Nagib (2016), Machini (2018) e Biazoti (2020), a primeira questão que apareceu nas vivências dadas na Horta foi a importância desse lugar enquanto um local de convivência. O bairro recentemente ocupado, desde 2015, carece de espaços públicos nos quais seja possível a vivência coletiva, tais como quadras esportivas, praças e locais para eventos.

As escolas cumprem o papel de sociabilidade das crianças e jovens durante os dias da semana. Para eles e também para os adultos, tem-se também o Centro de Referência em Assistência Social - CRAS Valle Verde e o Quilombo Rosa, locais instituídos via prefeitura e que apresentam diversas atividades. O CRAS atende a população especialmente durante a semana e no Quilombo Rosa há também atividades aos finais de semana, especialmente atividades culturais. O Quilombo Rosa é um espaço público construído no bairro e que tem como objetivo promover iniciativas de geração de trabalho e renda e emancipação para as mulheres da região. Ali se desenvolvem oficinas culturais, práticas de saúde, esporte e lazer, e especialmente a qualificação profissional através de cursos e formações com premissas da economia solidária e cooperativismo, além de eventos que promovam os direitos humanos e a cultura afrobrasileira.

Dentre a lista de atividades disponíveis estão alfabetização, zumba, cavaco, maracatu, tranças, capoeira, crochê e rodas de terapia. O espaço é uma conquista das mulheres na Plenária Temática de Mulheres do Orçamento Participativo (OP) (ARARAQUARA, 2023e). Mas numa região com tantas pessoas, potências e fragilidades, estes dois equipamentos ficam aquém das expectativas e demandas trazidas pela comunidade.

Nas andanças pelo bairro notei sete igrejas, sendo uma católica e as demais evangélicas e também vi três casas de religiões de matriz africana, sendo duas de umbanda e uma de candomblé. Imagino existam outros locais como estes pela região e que eles sejam usados pelas famílias da comunidade como alguns dos principais espaços de convivência nos finais de semana.

A Horta apareceu em meio a estas poucas alternativas na região Norte, não ligada a equipamentos estatais e nem associada a uma instituição religiosa. Abaixo alguns excertos de entrevistas e diário de campo, que ajudam a ilustrar a categoria:

“Ela começa no fundo da minha casa, num formato mais tímido, e depois a gente foi para lá [para o terreno público]. Aqui ela correu do primeiro semestre de 2016 e lá ela se inicia em janeiro de 2017. A Horta em si sempre foi acho que um, não sei se disfarce é a palavra certa, mas um sintetizador das angústias todas e do que pode atrair todo mundo e resolver os maiores problemas.

Quando iniciou, eu nem sabia o que era Agroecologia, aliás não por esse conceito, não sabia por esse nome. Era muito mais uma vontade de ter a galera pra trocar ideia, conhecer os vizinhos, conhecer a galera da comunidade e reunir pra falar sobre alguma coisa do que um plano já com uma pretensão de fazer horta comunitária”.

(excertos da entrevista 02)

“Eu vim do litoral. Vim pra cá fugida de um casamento, pra sobreviver mesmo. Eu gosto de vir aqui ficar vendo o movimento, os meninos.”

Essa senhora chegou, deu boa tarde, perguntou como estavam as coisas e disse que podia ajudar lavando a louça. Devia ter perto de 60 anos. Usava calça jeans, um chinelo de dedos, cabelos curtos, unhas feitas. Ficou um tempo na cozinha e depois voltou lá pra fora, ficou um pouco com a gente pisando barro e fazendo tijolo. Trocamos umas palavras, coisa de 1h que ela ficou ali, talvez menos. Talvez tenha sido o programa dela de domingo pra ver gente, sair um pouco de casa. As unhas bem pintadas ficaram sujas de barro, mas ela não se importou. Sorriu quando o tijolo saiu inteiro, bonito. No rosto transparecia a conquista daquele tijolo feito, de um novo aprendizado”.

(diário de campo, 04 de julho de 2021)

Devido à pandemia do novo coronavírus, as atividades de mutirão mantiveram-se suspensas por quase um ano. Porém, a articulação entre as pessoas continuou ativa, com a realização de atividades como a arrecadação de alimentos para doação às famílias da Horta e da comunidade do Valle Verde, que tiveram suas condições de vulnerabilidade social e econômica agravadas naquele contexto. As lideranças se articularam para receber as doações - tanto na forma de dinheiro para comprar alimentos como em mantimentos - e organizar as cestas.

Além da arrecadação de alimentos, duas rifas foram organizadas, tendo como prêmio quadros pintados por artistas da cidade que participavam da Horta e que puderam contribuir com aquele movimento, auxiliando as famílias mais fragilizadas, como vemos na figura 12 e 13, abaixo:

Figura 12 - Cartazes veiculados durante a pandemia e alimentos doados.



Fonte: arquivos de Horta comunitária da Zona Norte (2020).

Estas campanhas já ocorriam antes, especialmente em datas festivas como na Páscoa ou Natal. Além delas, ficava claro um movimento de ajuda dos participantes, muitas vezes fomentado pelas lideranças locais, mais cientes das condições socioeconômicas da comunidade:

“Em um dado momento do café uma das mães comentou que estava precisando de roupas para as crianças. Estava sem trabalho fixo, o marido também, uma realidade vivida por muitas famílias daquele lugar. A notícia foi correndo rapidamente, enquanto a gente comia. Logo um aqui e outro ali foram se aproximando pra ver o que ela precisava e se organizando para trazer, nos próximos dias, o que era possível pra quem tinha pra dividir e que era o mínimo necessário pro que ela precisava ter.”
(diário de campo, 28 de abril de 2019)

Figura 13 - Cartazes e campanhas para arrecadação de alimentos.



Fonte: arquivos de Horta comunitária da Zona Norte (2018/2019).

A prática do auxílio coletivo nas hortas comunitárias é recorrente. Por serem espaços agregadores e de fácil multiplicação de informações, elas também atuaram como centros de conscientização das medidas de enfrentamento ao novo coronavírus. Como na Zona Norte, por outros lugares do Brasil iniciativas comunitárias como as hortas contribuíram na promoção de campanhas de arrecadação e distribuição de cestas de alimentos e de itens de higienização para famílias em vulnerabilidade social, além de fornecerem alimentos agroecológicos para famílias, escolas e instituições diversas (SILVA FILHO, GOMES JÚNIOR, 2020).

Isso se deu especialmente num contexto no qual as ações do Governo Federal estiveram muito abaixo das dificuldades enfrentadas pela população em situação de maior vulnerabilidade social, relevando “a perversidade da gestão (...) na garantia dos direitos” e reforçado “a ineficiência das políticas neoliberais para o seu enfrentamento, contribuindo para o avanço da inadequação da alimentação e da insegurança alimentar” (SILVA FILHO, GOMES JÚNIOR, 2020, p. 02).

Os fragmentos ajudam a compreender a Horta como uma possibilidade da com-vivência, do fazer e estar junto, no desenvolvimento do senso de comunidade tão importante ao pertencer. Ali passaram pessoas do próprio bairro, dos bairros ao redor, da universidade e de bairros distantes da cidade e que não encontram na sua região um local de convivência como esse.

Além das atividades de plantio e cultivo de vegetais, o espaço da Horta servia também para atividades culturais, como rodas de capoeira, ensaios e apresentações de maracatu de samba de coco e jongo, além de rodas de leitura e contações de histórias, aulas de circo para crianças, festas juninas e saraus, como vemos na figura 14. Num local onde a população tem pouco acesso à cultura que não seja a dominante, esse espaço era uma das poucas oportunidades de ampliação do repertório cultural dos que participam do lugar:

“Por parte de um grupo, a gente era um bom coletivo que ainda continua com a Associação. É o que dava aquele motivo, a galera que estava lá. O pessoal, com o mesmo objetivo, na mesma pegada, com o mesmo gosto cultural. Os eventos que tinham lá, de jongo, de samba, com as mesmas ideias, com os mesmos desconfortos.”
(excertos da entrevista 03)

*“Ouvi da boca de um camarada da quebrada:
- Hoje foi o melhor dia da minha vida, obrigado!
A horta comunitária é fruto da coletividade. Na verdade, ela ainda é um brotinho do que está por vir!!”*
(publicações da Horta, 2018)

O espaço de convivência possível na Horta aproxima-se com o proposto por Gusfield (1995) para quem a comunidade é dada como o critério de ação governado pelo pertencimento comum. É um conceito existencial organizador do sentimento de identidade comum e do apelo à solidariedade, da relação das pessoas ao grupo: do fazer e estar junto.

“E essa parada do comunitário, em uma sociedade tão competitiva, tão estimulada ao pódio e tudo mais, ser comunitário não é uma parada normal. Em uma sociedade tão desigual falar de coletividade é um desafio muito alto. coletivo tem que superar o grupo, ele tem que ser capaz de aglutinar, de trazer pessoas, de ser vivo. Propagar essas ideias às vezes tem um preço muito alto que é remar contra a maré. Enquanto as pessoas perguntam: “Você venceu na vida?” A gente fala: “Vamos remar juntos”. (excertos da entrevista 02)

Figura 14 - Algumas atividades culturais.



Fonte: arquivos de Horta Comunitária da Zona Norte (2018/2019).

Por outro lado, estar em com-vivência, compartilhando o espaço e o tempo com pessoas com valores e percepções diversas pode não ser uma tarefa simples:

“Era um outro formato, era uma outra percepção. E eu acho que teve que dar errado aqui pra dar certo lá. Era na minha casa e eu tive que abrir mão dos espaços que eram meus, muito meus, pra manter isso funcionando por algum tempo. De chegar a um tempo de pessoas virem, trazerem crianças, morando 4 casas para baixo, mas queriam dar banho nelas na minha casa e largavam o banheiro um escarcéu e tudo mais. Você começa a perceber que não era uma questão de facilitação, era uma questão de invadir espaço mesmo”.

(excertos da entrevista 02)

“E rolou num primeiro momento já uma galera querendo fazer palanque, trazendo futuros candidatos a vereadores e já foi super traumático e tudo isso aconteceu na minha casa. E aí eu simplesmente parei de participar de um projeto que era na minha casa. E eu deixei toda estrutura, a torneira, as ferramentas pra galera cuidar e aos poucos eu fui me retirando. A galera não se engajou, rolou um mês e meio e parou. Só que eu tinha entendido que era aquele caminho, só que não era aquele o jeito. E aí nasceu a proposta de ocupação, com outras pessoas, com outros movimentos, lá em cima, na Horta comunitária”.

(excertos da entrevista 02)

A ideia de pertencer a uma comunidade enquanto possibilidade de segurança e acolhimento pode também “estabelecer conflitos ao desencadear um sentimento de territorialidade que repele o diferente, e portanto, a diversidade” (LESTINGE, 2004, p. 51). Ainda que Bauman (2003) trate as comunidades como um dos lugares afetivos a que queremos pertencer, a comunidade existente no plano real, se “nos achássemos a seu alcance, exigiria rigorosa obediência em troca dos serviços que presta ou promete prestar” (BAUMAN, 2003, p.09-10).

Por esta razão, Weil (2001), Lestinge (2004) e Bauman (2003) nos trazem a provocação de que o pertencimento a um lugar no plano afetivo poderá, a longo prazo, resultar na perda da liberdade dada na constituição de um todo, no qual o coletivo e suas concessões estejam acima do indivíduo: “Em toda parte em que há vida coletiva, é inevitável que regras, impostas pela utilidade coletiva, limitem a escolha” (WEIL, 2001, p.16).

Ao que parece, a comunidade idealizada a que queremos pertencer e ser acolhidos continuará existindo no plano da nossa imaginação, mas jamais encontraremos “em qualquer comunidade autoproclamada os prazeres que imaginamos em nossos sonhos” (BAUMAN, 2003, p.10) e também a liberdade infinita que possamos desejar. Ainda assim, enquanto seres sociais, estar em comunidade é parte do nosso imaginário e das relações que buscamos.

6.1.1 Formação e (auto)descoberta

*“E aqui na comunidade sempre foi muito “óh, aquele cara diferente, aquele cara maluco”, que foi jogando umas ideias pra cima, que alguns acompanham e muitos debocham inclusive. Mas que quando começou a dar certo, algumas pessoas começaram a acreditar. E ao mesmo tempo, quando voltou a dar errado, até as pessoas que usufruíram falaram: “Ah lá, eu falei que não ia dar certo”. É nesse espaço que dá para fazer acontecer, dá pra desenrolar, mas é um espaço que vai te colocar no lugar de diálogo. Trouxe muitas coisas boas, muitos parceiros chegaram, minha vida de fato mudou depois disso. Mas também trouxe muita exposição, muita dificuldade. Eu moro numa comunidade que é totalmente vulnerável socialmente, é uma comunidade que passa fome. E eu tive que aprender a lidar com situações que eu não estava pronto, ainda não estou: saúde mental, violência, intolerância, racismo. Eu virei meio que professor da comunidade naquele espaço, então eu comecei a absorver e receber essas situações e ficou “tá, mas e agora, o que que eu faço?”
(excertos da entrevista 02)*

*“Eu sinto que com a horta, alguns preços foram muito altos para mim. Eu me doeí a ponto de não conseguir cuidar de coisas minhas. Eu usei muito tempo da minha vida em defesa de uma causa sendo que em alguns momentos eu deveria estar melhor para conseguir estar mais na causa. Em alguns momentos, eu não consegui focar onde eu deveria para voltar com mais força. Eu só continuei.”
(excertos da entrevista 02)*

*“Ao mesmo tempo que eu sempre vi muito sentido no que a gente fazia, existia uma pressão muito grande. Liderar em comunidade é estar na linha de frente e na linha de frente é onde a pedrada bate primeiro. Eu me sentia e me sinto ainda hoje vigiado, o direito ao erro é ainda menor. Então você tem que se atentar muito mais, se cobrar muito mais. E ao mesmo tempo, você precisa se qualificar para algumas discussões que você nunca imaginou participar. Quando você começa a conversar com equipamentos, com instituições. A gente não teve acesso à formação que a galera que veio discutir com a gente teve. Quando veio a universidade, toda a gama acadêmica, de repente eu comecei a trocar ideia sobre conceitos marxistas que pra mim eram muito mitológicos; não que eu hoje domine, mas eram coisas que não estavam no meu campo, no meu radar. (...) Então a Horta foi me empurrando para conhecimentos que eu não queria adquirir mais eu precisava”.
(excertos da entrevista 02)*

As falas acima ilustram um dos componentes que têm aparecido na literatura como sendo fundamental a processos educadores, que é o mergulhar em si (OCA, 2016; TROVARELLI, BATTAINI, SORRENTINO, 2021). Este processo, evoca o autoconhecimento e a enunciação de utopias individuais e coletivas, para traçar os rumos dos sujeitos e de seu grupo.

“Isso significa que é necessário um processo continuado e profundo de auto desenvolvimento. Alinhado com as utopias e desejos individuais que reverberam para dialogar e contribuir na proposição de estratégias para a construção de sociedades mais sustentáveis”. Esse item envolve se autoconhecer, inclusive em termos corporais, emocionais e espirituais (TROVARELLI, BATTAINI, SORRENTINO, 2021, p. 55).

Um movimento educador de caráter ambientalista e que preze pela construção de uma visão crítica e o alcance de uma tomada de consciência, precisa reconhecer as imersões individuais como algo unitário e cheio de significados. É preciso saber que “a existência é produtora de sua própria pedagogia” (SANTOS, 2008, p.116) e propiciar momentos de encontro consigo para sua auto análise e auto transformação.

“Eu tenho erros absurdos ali. Versões de mim que eu detesto que viveram ali. Mas foram necessários: tudo que a gente fez, (...), foi fruto que me levou até onde tô hoje. E talvez leve para outros lugares. Mas essa continuidade é que me interessa. Eu não sei para onde vai, mas estamos fazendo”.
(*excertos da entrevista 02*)

Em sua investigação sobre os sujeitos em hortas paulistanas, Biazoti (2020) destacou que é importante

observar as motivações dos sujeitos em participar de uma horta comunitária e reconhecer se as transformações individuais que nela ocorrem são importantes para verificar os elementos que ampliam a potência de agir a partir das perspectivas pessoais. Também é essencial para análise apreender a significação dada à horta por seus participantes, elencando aspectos sobre a funcionalidade que assume no espaço urbano e sobre as relações que possibilita enquanto local de encontro, de construção de conhecimento e também de interiorização de cada sujeito. Por fim, observar a identidade que é construída e elaborada coletivamente por esses sujeitos, se reconhecendo enquanto agricultores urbanos e integrando-os a um grupo social mais amplo (BIAZOTI, 2020, p. 176).

É imprescindível reconhecer os sujeitos enquanto elementos individuais e que ao mesmo tempo se formam como coletivos na identidade das hortas. Cada grupo, que é único e singular, cria suas próprias regras, compõe sua identidade e assim, *materializa suas utopias individuais e coletivas* neste e para este espaço.

A organização dos mutirões, divisão das tarefas individuais e coletivas e a estrutura autogestionada encontrada nas hortas comunitárias também é um importante elemento educador (ALMEIDA, 2016; NAGIB, 2016; MACHINI, 2018; BIAZOTI, 2020), encontrado durante as vivências em campo e apresentadas na figura 15:

“Achei muito interessante como as crianças contavam sobre as mudanças que viam na paisagem mesmo tendo 6 ou 7 anos e como se sentiam confortáveis para dar sua opinião e brincar naquele espaço, sem qualquer intimidação com a presença de adultos. Depois da visita à nascente, voltamos para encerrar a manhã de trabalho com um café coletivo, organizado pelas mulheres mais velhas, gestantes e as pessoas que estavam cuidando das crianças pequenas. As crianças rapidamente se

organizaram em fila indiana com suas canecas e os menores puderam pegar o lanche primeiro. Depois se serviram os maiores, depois os adultos; no fim, cada um lavou sua caneca na torneira do espaço e o que sobrou do lanche foi repartido. Durante o momento de alimentação houve muita conversa e as crianças fizeram brincadeiras usando movimentos da capoeira junto com outros adultos”.

(diário de campo, 28 de abril de 2019)

“Sabe aquela história de “ponham-se no seu lugar”? Pois bem, somos a galera que entendeu esse recado e saiu ocupando tudo!”

(publicações da Horta, 2018)

Figura 15 - Mutirões realizados entre abril de 2019 e julho de 2021.



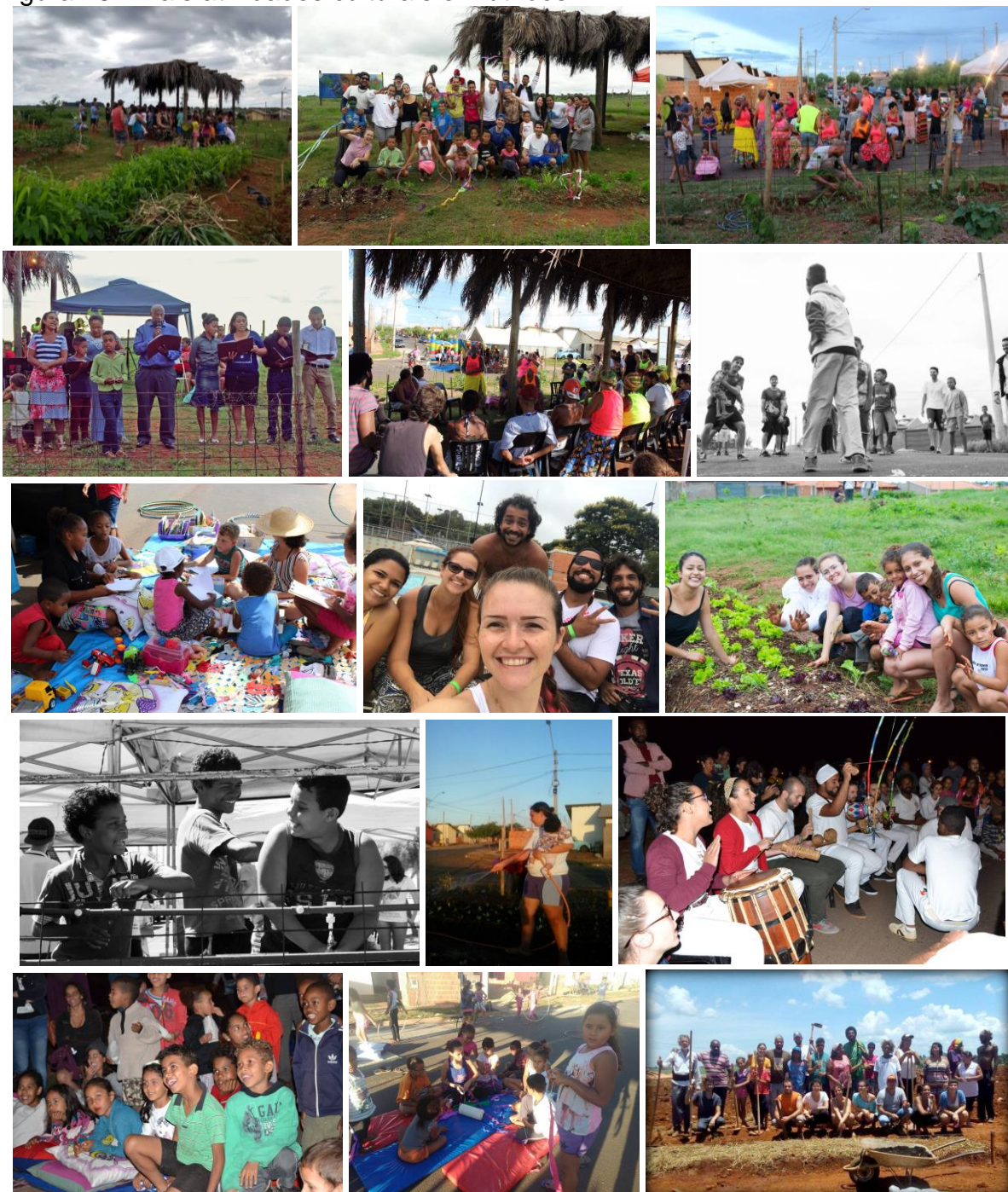
Fonte: a autora (2019/2021).

Tais fragmentos vão de encontro ao que já foi encontrado por Biazoti (2020), para quem a convivência em hortas permite que se transformem as relações estabelecidas entre os usuários e destes com o espaço, passando pela formação individual e coletiva das identidades dos sujeitos, também ilustradas na figura 16:

É preciso observar o sujeito em si e a constituição de sua subjetividade e o incremento de sua potência de agir a partir do envolvimento nesses espaços. As histórias pessoais dos sujeitos e sua vivência na cidade são relevantes na medida em que o desenvolvimento da sua liberdade, de sua identidade e da sua capacidade de afetar e ser afetado é tido como embrião

para a constituição do sujeito político. Os afetos de alegria e as ideias desses afetos impulsionam o desejo individual a partir de uma série de significados socioculturais que compõem a relação do sujeito com o território, a própria história e com as dinâmicas sociais de seu entorno. (BIAZOTI, 2020, p. 176)

Figura 16 - Mais atividades culturais e mutirões.



Fonte: arquivos de Horta Comunitária da Zona Norte (2018/2019).

É importante ressaltar que a criação das identidades individuais e coletivas que forma essa comunidade da Horta se dá na perspectiva da complexidade, como

apareceu em uma das falas, remetendo inclusive a uma perspectiva não hegemônica de olhar sobre o mundo (RUFINO, 2018), a partir de outras cosmovisões:

“A parada da coletividade é muito difícil de entender porque ela não é binária. A estrutura toda ainda é cristã: Céu e inferno, Deus e Diabo, Bem e Mal, eu e você. E coletividade seria aquilo que é Exú: é o caminho, não dá para se explicar com o binário. Não tá nem no bem, nem no mal. Tá ali, tá no processo, tá na discussão”.
(excertos da entrevista 02)

Ainda assim, a despeito das dificuldades que se originam ao fazermos parte de uma comunidade, o pertencer a um lugar afetivo é uma grande busca dos grupos humanos. Somos seres sociais e nos fazemos humanos na comunhão com o outro, na partilha e no diálogo, ainda que para construir aquilo que buscamos coletivamente sejam necessárias concessões diversas.

6.1.2 Conflitos com a comunidade

A ocupação mais intensa da região Norte de Araraquara é recente e, assim, a chegada ao local demanda um processo de conhecimento e apropriação do bairro que ainda está se estabelecendo. Por ser feito em um contexto de multiplicidade de sujeitos, valores e expectativas, junto com a ocupação do território físico emergem também conflitos diversos entre os diferentes moradores e destes com a gestão pública.

Enquanto desejos futuros que haviam sido propostos para a Horta, listava-se a construção do pavilhão cultural para atividades regulares, como capoeira, circo, samba de coco e maracatu (HCZN, 2017). Parte deste pavilhão foi erguido ainda antes do período pandêmico e outra parte durante a pandemia, em mutirões com restrição de pessoas e no decorrer da série “Bioconstruindo na quebrada”, em parceria com o SESC Araraquara, como será melhor apresentado no item “6.3 Desdobramentos da Horta em outros espaços, projetos e parcerias”.

Mesmo com todo trabalho despendido e todo recurso investido, o que já havia sido erguido do pavilhão transformou-se em ruínas:

“Foi chocante voltar pra Horta depois desse quase um ano sem ir pra lá. Da última vez, o espaço já não estava com tantas plantas em cultivo, mas estava limpo. Ele voltou a ser um lixão clandestino, como foi na origem, o que deu o pontapé pra todo esse movimento começar. Fiquei vendo o que parecia uma rede voando no meio daqueles restos de cinzas, de lixo, de sujeira. Como pode um mesmo espaço ser sonhado/ pensado/ ocupado de formas tão distintas? O lixo tá por todo bairro. Um bairro onde tem coleta de resíduos (inclusive topei com o caminhão na volta pra casa). Mas ainda

assim as pessoas descartam tudo nos poucos terrenos ociosos, que devem ser terrenos públicos e que um dia, quem sabe, poderão ser algum espaço de convivência, como a Horta já foi”.

(diário de campo, 29 de novembro de 2023)

As imagens da figura 17 ajudam a evidenciar a transformação: na primeira linha, abaixo à esquerda, vê-se uma tenda inicial, improvisada, no início de 2017 e depois os mutirões iniciais para construção do primeiro barracão no mesmo ano. Abaixo há mais imagens da continuidade da construção e atividades no barracão com cobertura inicial, em 2018. Na última linha de imagens vê-se um mutirão para cercamento de parte do terreno em 2019, mutirões de plantio e para telhamento no mesmo ano e uma fotografia do novo barracão com telhado pronto, em 2021. Outras melhorias, como paredes de taipa e telhado verde foram construídas em 2021, com técnicas de bioconstrução.

Figura 17 - Barracões da Horta



Fonte: arquivos de Horta comunitária da Zona Norte e a autora (2018/2019).

A situação do local, com descarte irregular de resíduos e caracterizando-o enquanto terreno ocioso gera preocupação e incômodo por parte da comunidade que volta a ter problemas antes sanados pela Horta, como apresentam as figuras 18 e 19:

“Eu não vejo a hora de isso aqui voltar. Poder plantar, ficar tudo limpo, bonito. Minha casa tá ficando cheia de bichos, baratas e aqueles ratinhos pequenos. Um cheiro horrível. Outro dia jogaram aí um cachorrinho pequeno, tava numa sacola. Eu tive que enterrar eu mesmo, é naquele lugar ali que a terra tá mexida”.

(Falas enunciadas durante atividades e registradas em diário de campo).

“Outro dia aquele lá veio e botou fogo aí, ficou um tempão queimando. Aí ontem ele e a mulher vieram aí e arrancaram a telha, era umas duas da tarde. Saíram, na luz do dia, levando embora. Fiquei com uma raiva, mas achei melhor não falar nada pro sujeito”.

(Falas enunciadas durante atividades e registradas em diário de campo).

Figura 18 - Terreno e barracão da Horta.



Fonte: a autora (setembro de 2023).

Figura 19 - Estruturas que restaram/ ruínas do barracão da Horta.



Fonte: a autora (dezembro de 2023).

“Em casa a gente não tinha espaço para fazer uma leira, então, nossa primeira leira experimental foi na Horta. A gente viu ali oportunidade de montar uma leira de maior volume. Foi na mesma época que a gente começou a fazer um curso para fazer compostagem de olericultura e a gente começou a se interessar mais por horta. E daí a gente começou a frequentar lá pra tirar nossas dúvidas, pra botar em prática e ver como seria a implantação de uma “Revolução dos baldinhos”, que é o ápice, por assim dizer, de toda compostagem urbana. Não deu muito certo, diferente da “Revolução dos baldinhos” [no Sul do país], que foi uma iniciativa própria da comunidade. Essa foi uma iniciativa que a gente tentou implantar lá sem conseguir fazer o entendimento (por parte da comunidade). E lá é um ponto muito viciado de lixo, lá a gente não conseguiu vencer isso. Mesmo depois de muito tempo, a gente continua tendo muito problema de descarte irregular”.

(excertos da entrevista 04)

“Porque a gente, enquanto universidade, a gente estabelece esse tipo de relação com representantes da comunidade na expectativa de uma contribuição. Nós captamos um montante de dinheiro pra investir lá... E as pessoas não percebem? Elas não valorizam? Pelo contrário, destratam aquele espaço, jogam lixo, jogam bicho morto lá dentro. Então é uma relação psicológica de não enxergar aquele espaço como sendo um espaço de pertencimento de todas e todos ao território.

Mas não que isso vai arrefecer o ânimo, a energia de continuar apoiando o que deva e o que possa ser feito lá. Que isso sirva pra gente também como

aprendizado. Nem tudo são flores, pô! Pelo contrário, tem mais espinhos no nosso caminho do que flores. Se os caminhos fossem alimentados por flores, claro que as coisas seriam melhores... Mas quando são pavimentadas por espinhos, são mais desafiantes!”
(excertos da entrevista 01)

Mas em tempos de carrego colonial (RUFINO, 2008; SIMAS, RUFINO, 2019), nem sempre um movimento como esse, que retoma saberes e valores de tradições não hegemônicas é bem quisto no bairro, por vários fatores:

“Aqui tem muita gente do bairro que não vem porque o pastor não deixa, fala que é coisa ruim - aquele discurso que a gente já conhece. Quando o Sementes ensaia tem pessoal que até atravessa a rua e vai pra calçada de lá na hora de passar aqui na frente”.
(Falas enunciadas durante mutirões e registradas em diário de campo).

“Em realidade, o estado em que se encontra o terreno, sobretudo pela percepção de não pertencimento de algumas pessoas que residem ali no entorno, (...) pelo pouco caso com que as pessoas tratam aquele terreno, que é um espaço coletivo, isso causa um... desânimo não vou dizer pra você, porque seria mais condizente com a paralisia, mas causa um pouco de dor”.
(excertos da entrevista 01)

“A gente se sentia parte do grupo que mantém até hoje, que era pessoal da diretoria, que era um pessoal de fora. (...) O pessoal da comunidade mesmo via com maus olhos, porque achava que era exploração das crianças porque fazia ela pegarem na enxada, carpirem o terreno. (...) Não eram todas que a gente conseguia que fizessem parte da Horta; (cuidar) da horta era mais a gente mesmo. Tanto que quando a gente parou de ir, a Horta não continuou.”
(excertos da entrevista 04)

Outro fator que não estava previsto e que não era até então desejado pela iniciativa, mas que tem sido uma perspectiva é o desfecho de muramento e privatização/particularização do espaço:

“Uma vez feito o muramento externo as pessoas respeitam, as pessoas não vão despejar lixo por cima do muro. Mas a gente vai ter que criar, (...) e também a própria comunidade, vai ter que criar algum tipo de sistemática, não sei se por educação ambiental. Alguma sistemática de proteção para o investimento que vai ser feito, porque senão é “jogar dinheiro no ralo”. Nós vamos fazer um teste, esperar um tempo antes de colocar os contêineres que vão fazer parte da incubadora comunitária que vai ser instalada ali no terreno da Horta. Talvez venha a ser o caso da gente sentar e desenhar, não apenas um plano de intervenção, mas até um plano de monitoramento, não sei”.
(excertos da entrevista 01)

“Implantamos uma outra composteira num lar comunitário no [bairro] São Rafael que tem os mesmos problemas. Uma série de problemas que a gente acha que não vai ter quando consegue uma determinada estrutura, mas (...) continua tendo. Você continua jogando lixo, vai continuar quebrando. Vai continuar botando fogo. Tinha um barracão “da horinha” lá e colocaram fogo. Um outro dia, a gente trabalhando, veio um cara bêbado durante o dia, começou a jogar fogo lá do lado. E a gente olhando. Nós começamos a debater, jogar água, o cara “estava bem louco”. Nós

chamamos a polícia, a polícia falou “Por que é que vocês não dão jeito nesse cara?” Calma aí, não é assim, né? Mas tem esse tipo de problema, então.”

(excertos da entrevista 04)

Mas algumas pessoas que iam não conseguiram vencer “a barreira do despego”, que a gente fala. Porque você cuida, (a planta) cresce, mas o pessoal vem, destrói, rouba, joga lixo, bota fogo. Tinha lá um canteiro bonito de alface, ele começava a crescer e vinha alguém, pegava. E a pessoa que se proponha a cuidar e limpar, falava: “Eu cansei. Eu venho aqui, cuido para os outros ficarem levando e eu mesmo não levo nada. Faz dois anos que eu venho aqui e não pego uma alface”. Ela se considerava “trouxa”. Por mais que tenham essas pessoas, foram várias, da própria comunidade, que trabalharam bastante, ficaram bastante, pessoas que ajudavam a fazer o café da manhã de domingo, que participavam bastante... Algumas pessoas que a gente até conseguiu remunerar de alguma maneira ali na Horta, tem algumas pessoas que fazem parte da Associação também. Mas de todo mundo que passou, foi aquela pincelada (de gente da comunidade).”

(excertos da entrevista 04)

Para que projetos de Agricultura urbana e periurbana tenham continuidade, deve haver um importante processo de aproximação com a comunidade, renovando e aprimorando constantemente esse relacionamento, para que não se caia no desinteresse e o projeto possa experimentar uma continuidade (CAROLINO, 2021; COELHO, 2023).

Pesquisadores da Oca (2016) apontam que aspectos importantes para diminuir os conflitos e aumentar as chances de relevância e continuidade podem ser como *os mapeamentos iniciais da realidade a ser trabalhada, os conteúdos a serem desenvolvidos, as estratégias para implementação, as propostas pedagógicas e didáticas mais adequadas e a definição de participantes* (identificando a diversidade social, as instituições e os movimentos que possam produzir sinergia com a proposta).

Um bom diagnóstico ajuda a aprofundar os conhecimentos sobre essas realidades e “quando realizados participativamente e de forma incremental e articulada, propiciam o gradativo desvelamento dos fenômenos estudados e o possível desvendamento a ser realizado por todas e cada uma das pessoas participantes” (OCA, 2016, p.84).

Destaca-se que esses mapeamentos e diagnósticos, enquanto atividades humanas, não são neutros e, assim sendo, são fruto de escolhas politicamente orientadas. Essas etapas não inauguram “algo novo no território”, mas ajudam a “fortalecer os recursos disponíveis e valorizar os indivíduos e organizações que

fazem ou podem fazer parte do caminho para construção da sustentabilidade” (OCA, 2016, p. 85), tão necessária a essa comunidade.

6.2 Educação para “o saber da terra” e “o saber das águas”

6.2.1 O “saber da terra”

“Porque eu nunca vejo essas discussões acontecendo da seguinte maneira: vamos fazer movimento para que as pessoas da comunidade consigam comer esses alimentos orgânicos. O que se planta não chega aqui. Essa pra mim é uma falha na discussão agroecológica, que eu não fecho. Porque a massa preta pobre tá aqui. (...) Para mim, a discussão dessa parada toda ainda está muito crua, porque se eu não estou preocupado com o que o meu vizinho está comendo, tá errado...”
(*excertos da entrevista 02*)

Um dos alicerces da Horta Comunitária diz respeito à produção de alimentos e à busca por segurança alimentar em uma comunidade bastante vulnerabilizada. Mas desde o seu início há o reconhecimento de que a escassez é fruto de um projeto de mundo dominante, colonial e predatório. Assim, produzir alimentos com o conhecimento também proposto por esse modelo é perpetuar a escassez - de formas, cores, sabores e saberes.

A agroecologia estava então *presente nas bocas e mãos*¹⁴, nos fazeres na Horta e foi traçada como diretriz, discurso e forma de manejo do território. Quando no período pandêmico e de dificuldades na continuidade dos mutirões, as atividades se desdobraram do espaço coletivo para os quintais individuais da comunidade.

Isso ocorreu primeiramente via projeto “Terra Solidária” e depois via projeto “Um Toque que salva vidas”, sendo ambos melhor detalhados no item “6.5 Desdobramentos da Horta em outros espaços, projetos e parcerias”. Neste momento vale dizer que ambos apontaram diretrizes para debater o cultivo da terra na Zona Norte, através do resgate de saberes sobre a produção agrícola e sobre a democratização do uso da terra:

“A implementação do agroqueto na zona norte de Araraquara considera potencializar a Horta Comunitária da Zona Norte, de forma que o uso da terra e a produção de alimentos se dêem pela criação de hortas agroecológicas em conjuntos do [Programa] “Minha Casa, Minha Vida”, buscando recuperar conhecimentos ancestrais acessando a cultura do plantio e incorporando-a no dia a dia da comunidade, além de valorizar a estética da ocupação dos quintais, com base em formações coletivas e parcerias em rede de apoio” (COELHO, 2023, p. 50-51).

Através da implantação de 150 “agroquintais” na comunidade, o projeto “Um

¹⁴ Falas enunciadas durante as atividades de mutirão.

Toque que Salva Vidas” buscou estabelecer o debate sobre o uso da terra nas periferias como meio de produção (COELHO, 2023) buscando como estratégias a democratização do acesso a “conhecimentos historicamente esquecidos ou culturalmente apropriados”, e que fazem parte das práticas agrícolas dos grupos mais vulneráveis da sociedade (p.50).

Os agroquintais enunciam a utilização da tecnologia do “agrogueto”, buscando a produção de alimentos através do resgate dos “saberfazeres da própria comunidade” (COELHO, 2023, p.50), se apropriando de suas técnicas e capacidades que estejam não apenas relacionadas com a agricultura, “mas também com a própria existência como o sujeito indivíduo e o ser coletivo e cidadão” (*idem*).

“A gente fica muito no “agro” do alimento, para fora. Mas é preciso trazer pra dentro, que é o pessoal que está no gueto da produção, que está na periferia da cadeia de produção alimentar (...). Então a gente tem que trazer isso para a cidade, para as pessoas conhecerem e terem essa ideia. (...) Por mais que a gente acha que foi pouco, que a gente não conseguiu colocar nada lá, que não mudamos o que a gente queria mudar, mas a gente (...) amadureceu as idéias e focou melhor no que é o mundo.”
(*excertos da entrevista 02*)

Vale ressaltar também que pensar em um outro jeito de cultivar, de “saber a terra”, aproxima-se da dimensão sociocultural e do papel na melhoria da educação alimentar encontrado em hortas comunitárias, como já indicado em Curan (2020). Os diálogos e reflexões se desdobram para além dos momentos de encontro dos mutirões e acabam por se inserir no cotidiano dos sujeitos, que passam a reconhecer a conexão de suas escolhas e valores com seus alimentos (NAGIB, 2016; MACHINI, 2018; BIAZOTI 2020). Algumas imagens de mutirões são apresentadas na figura 20.

Como proposto por Biazoti (2020), partindo da vida privada “o sujeito segue seu movimento rumo ao público, ampliando sua potência de agir a partir do encontro dos afetos de alegria” (p.203) nas hortas comunitárias. O múltiplo, porém, também afeta o indivíduo que passa a ressignificar a sua vida privada.

Desta forma há produção de conhecimentos, habilidades e práticas na esfera coletiva, mas também na formação dos sujeitos individualmente, culminando em sujeitos que se engajam mais nas etapas produtivas relacionadas aos seus alimentos, incluindo seu cultivo, distribuição, comercialização, consumo e descarte (CURAN, 2020).

Incentivados pelos mutirões, muitos cidadãos acabam acolhendo os saberes e fazeres dos mutirões para suas casas, num processo de resgate de conhecimentos ancestrais e também na criação de círculos para troca de experiências e aprendizados, como uma comunidade de aprendizagem (OCA, 2016), que se alimenta continuamente:

*“O vento soprava gelado no quintal, mas já dava ares da primavera que ia chegar em algumas semanas. Mostrei pra pequena as sementes que tinha conseguido na feira e preparamos a terra pra semear. Os dedinhos miúdos, agora sujos, fizeram buraquinhos tão pequenos que mal cabiam as sementes. Regamos e esperamos. Dançamos quando os primeiros brotos apareceram e depois quando colhemos os milhos vermelhos. Como explicar a alegria da boca comer o que as mãos plantaram?”
(diário de campo, 26 de dezembro de 2023)*

Figura 20 - Mutirões para plantio e limpeza.



Fonte: arquivos de Horta Comunitária da Zona Norte (2018/2019).

Para Oliveira (2017), a condição paupérrima na ocupação do bairro foi fruto,

entre outros fatores, da também ausência de atividades de educação ambiental com a população. Havia uma estratégia de plantio de espécies para arborização urbana e calçadas verdes, mas por não haver um processo educador com seus moradores recém-chegados, árvores foram suprimidas e calçadas pavimentadas, restando poucas residências onde as árvores tenham sido bem conduzidas e as calçadas ainda possuam grama (OLIVEIRA, 2017).

Não é possível encontrar praças ou parques nos bairros nas quais estão as habitações de interesse social da Zona Norte. As APPs que existem, ao redor do Ribeirão das Cruzes, Serralhal e Marivan, que deveriam estar integradas ao bairro e sendo utilizadas, por exemplo, para a educação ambiental e o fortalecimento do pertencimento da população local, se prezam a receber clandestinamente resíduos da construção civil e lixo domiciliar (OLIVEIRA, 2017).

Nesta direção, pode-se dizer que o processo educador que aqui se observou do *educar da e com a terra* (e do que será melhor descrito abaixo *como da e com as águas*) reflete ideologias, ideais, utopias e muitas vezes faz resistência à interesses que se estabelecem no território. Associa-se então ao referencial de uma educação ambiental alinhada com a educação popular,

que compreende o processo educativo como um ato político no sentido amplo, isto é, como prática social de formação de cidadania. A EA popular compartilha com essa visão a ideia de que a vocação da educação é a formação de sujeitos políticos, capazes de agir criticamente na sociedade. O destinatário desta educação são os sujeitos históricos, inseridos numa conjuntura sociopolítica determinada, cuja ação, sempre intrinsecamente política, resulta de um universo de valores construído social e historicamente (CARVALHO, 2001, p. 46).

O *saber da e com a terra* passa por sujar as mãos, esperar pelo florescer, se frustrar com a semente que não brotou, dialogar sobre os saberes antes observados e reconhecer os espaços em transformação. Tem a ver com o que é proposto por Tuan (1977) para quem o *vínculo* com o lugar, o *pertencer* precisa considerar o *experenciar*, pois “experenciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele” (p.10).

Sem a construção de uma educação ambiental como política pública, enraizada, capilariza, incremental e com a totalidade (SORRENTINO et al., 2005) que privilegie processos significativos como aqueles nos quais há a destinação de espaços verdes para *contemplação* e experimentação no território, o *saber da terra*

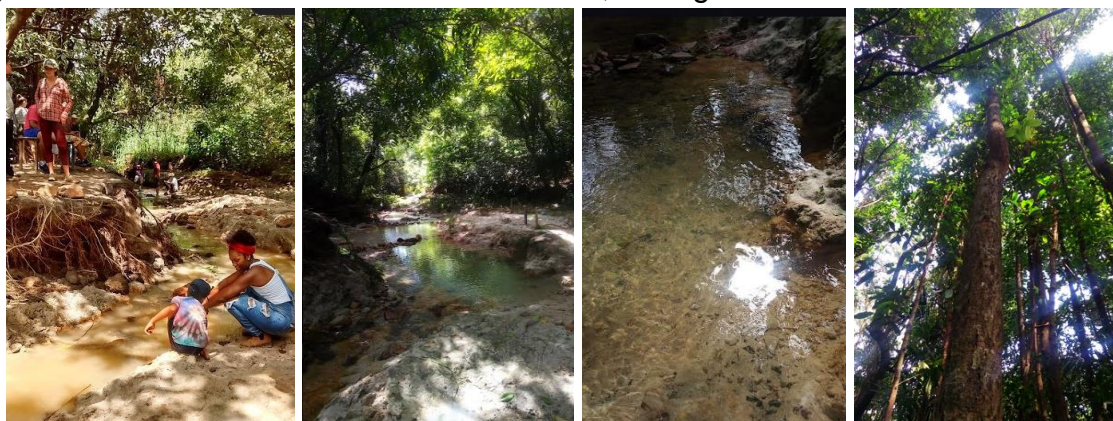
necessário às tantas demandas da comunidade, como por alimentos e árvores, dificilmente será alcançado. Na trajetória educadora decolonial e que busca o reencantamento do mundo (RUFINO, 2018; SIMAS, RUFINO, 2019), fica a lição dos encantados: “Só vai conseguir entender o caboclo quem aprender a ser árvore”.

6.2.2 O “saber das águas”

“Num dado momento nos organizamos pra descer na nascente do Ribeirão. Eu ouvi eles falarem várias vezes sobre ela quando nos encontramos mas eu só conhecia ela de nome, nunca tinha ido até lá. Perto de casa fica o Ribeirão do Ouro, outro curso d’água que abastece a cidade, mas é do outro lado. Mesmo sendo tão perto, me dei conta de que não conhecia a nascente dele também. A caminhada foi curta, era bem pertinho de onde a gente tava carpindo. Entramos numa trilha de grama com algumas árvores pelo caminho e alguns cavalos pastando, que deviam ser do pessoal do bairro mesmo porque estavam soltos. O sol deu lugar a uma brisa fresca, da copa fechada das árvores. Era uma cena de filme! Ali embaixo corria do meio da terra e das pedras uma água geladinha, com vários peixes e insetos como seus moradores. Enquanto a gente se banhava duas crianças disseram que alguns pedaços do barranco estavam caindo e dava pra ver mesmo o solo exposto na margem. Fiquei pensando como um paraíso desse pode estar assim e se tem alguma providência sendo tomada. Depois da visita à nascente, voltamos para encerrar a manhã de trabalho com um café coletivo. Mas a sensação foi melhor, agora a camiseta úmida da água da nascente dava um frescor embaixo do sol quente”.
(diário de campo, 28 de abril de 2019)

Desde os primeiros contatos com as atividades da Horta pude logo conhecer uma das principais figuras daquele movimento: a nascente do Ribeirão das Cruzes. Durante as entrevistas e as atividades vivenciadas junto ao grupo a nascente foi citada numa dualidade: ao mesmo tempo que as falas enalteceram a possibilidade do contato com esse “pequeno paraíso perdido” na Zona Norte (figura 21) e que guarda uma significativa diversidade de fauna e flora, o grupo demonstrou grande preocupação por ela estar sofrendo tantas pressões antrópicas.

Figura 21 - Nascente do Ribeirão das Cruzes, na região do Valle Verde.



Fonte: a autora (2019/2023).

Sua nascente se localiza na porção Norte do município, entre bairros como o Valle Verde, o Ibirás e a Chácara Flora. Próximo da nascente as propriedades se dividem entre chácaras de recreio, clubes de campo, loteamentos populares e condomínios fechados de alto padrão, além de áreas agrícolas ocupadas com cultivos agropecuários em maior escala, predominando a cana-de-açúcar, a soja, o sorgo e a criação animal (OLIVEIRA, 2017).

O abastecimento de água no município se dá em sistema misto, utilizando mananciais superficiais e subterrâneos e contemplando 99,6% da população urbana, sendo que próximo de 70% do abastecimento público de água em Araraquara tem origem em águas subterrâneas captadas do Sistema Aquífero Guarani (SAG) e os demais 30% são vindos de águas superficiais (das bacias Cruzes, Paiol e Anhumas). O Ribeirão das Cruzes é uma das áreas de captação de recursos hídricos superficiais mais significativas do município, pois corresponde aproximadamente a 18% de toda água captada e empregada na distribuição para o consumo da população (ARARAQUARA, WALM, 2014).

Desde sua nascente até a foz, o Ribeirão abastece três grandes represas, sendo que seu barramento e reservatório entraram em operação em 1945. A água captada é conduzida por adutoras até a Estação de Tratamento de Água Fonte, localizada a 1,5 Km de distância e depois é distribuída para a cidade. Próximo ao local de captação de água na zona Norte, há uma estação experimental implantada na década de 1960, que pertencente ao estado de São Paulo e é constituída de uma área com reflorestamento de *Pinus* e *Eucaliptus* e também por fragmentos de Cerradão (OLIVEIRA, 2017).

Além dos barramentos que são geridos via DAAE, nas propriedades agropecuárias é comum o represamento do ribeirão para fins agrícolas, fato que Oliveira (2017) associa ao controle da vazão das águas desse curso hídrico.

As falas sobre os processos de assoreamento e erosão da nascente e o lixo descartado frequentemente às suas margens apareceram como fatores de preocupação da Horta, que se organizava junto com a comunidade do bairro para fazer um trabalho de cuidado e limpeza. Dentro das limitações de recursos, tempo e pessoal, havia um processo de educar as crianças e os adultos já frequentadores da

Horta e aqueles que chegavam sobre “*esse lugar sagrado que a comunidade tinha o privilégio de poder vivenciar tão de perto*”¹⁵.

O incômodo com toda situação de fragilidade trouxe o desejo de que esse cuidado se tornasse maior e mais significativo, pedindo mais investimentos que foram possíveis com a chegada das parcerias via universidade. Esse processo se organizou especialmente apoiado por pesquisadores da Unesp *campus* Araraquara, que submeteram e foram contemplados com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através de um projeto.

Em um mutirão realizado em de abril de 2019 foram apresentados mais detalhes sobre o projeto “Corredor Verde Agroflorestal: tecnologia social para o plantio e a produção de alimentos saudáveis, com geração de renda, recuperação de manancial urbano e educação socioambiental em área de alta vulnerabilidade social no município de Araraquara”.

O projeto irá integrar duas frentes de intervenção, passíveis de serem qualificadas como dois polos de aplicação de tecnologias sociais, a serem integradas e articuladas de forma sistêmica ao longo das atividades do projeto: a primeira dessas frentes será a recuperação de um manancial urbano, em elevado estado de degradação, localizado na área de abrangência do projeto que se trata do Residencial Valle Verde. A segunda frente será representada pela criação de uma horta comunitária urbana, a ser instalada em terreno público de 6.230,87m², localizado na Rua José Pio, no Residencial Valle Verde.

A integração e a articulação entre essas duas frentes se dará por meio de um canal verde de irrigação, que irá conectar o manancial objeto da recuperação e a horta. Ademais dessas frentes de ação, o projeto terá um braço de educação ambiental, pela previsão de atuar na sensibilização e conscientização da população residente no entorno territorial do projeto, com vistas ao manejo adequado dos resíduos domiciliares, sobretudo os orgânicos passíveis de serem convertidos em compostos.

(excertos do projeto “Corredor Verde Agroflorestal”)

Como visto no documento, a programação envolvia atividades de limpeza da nascente do Ribeirão, um mutirão de plantio de aproximadamente 1800 mudas de árvores nativas¹⁶, buscando melhorar a paisagem, a qualidade climática e embelezar a nascente com sombra, pássaros e verde. Esta atividade contou com o apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e do DAAE e teve mutirões de realização em 2019, como registrado nas imagens da figura 23.

No projeto também estavam previstas atividades de cultivo de um jardim com plantas medicinais e oficinas com a comunidade para identificar os usos e divulgar mais informações sobre as mesmas, bem como atividades educadoras com a

¹⁵ Anotações em diário de campo, em outubro de 2021.

¹⁶ Informações obtidas em entrevista com participantes da Horta.

intenção de multiplicar os processos de compreensão sobre a importância ecológica, cultural e social daquele lugar e dos cuidados necessários por parte do poder público, da universidade e da comunidade¹⁷.

Figura 23 - Área próxima à nascente do Ribeirão das Cruzes, onde se realizou o mutirão de plantio do Projeto “Corredor Agroflorestal” - Registros de abril de 2019.



Fonte: arquivos de Horta Comunitária da Zona Norte (2019).

Durante o percurso dessa pesquisa, um grave acidente envolvendo o Ribeirão acometeu a cidade e houve a criação do Comitê Técnico de Redução de Riscos de Desastre e Impactos Ambientais de Araraquara/SP, como já citado no capítulo anterior. Em um desses encontros periódicos e abertos para debater sobre a situação hídrica foi possível estar presente, buscando compreender mais a situação do Ribeirão com uma visita técnica.

Em campo, foi possível ver grandes processos erosivos às margens do curso na Zona Norte, tanto próximo da nascente como na região da estação experimental (imagens da figura 24), bem como presenciar diálogos de pesquisadores e funcionários da Secretaria de Meio Ambiente sobre as estratégias que têm sido pensadas para conter esses acontecimentos.

¹⁷ Anotações em diário de campo, em abril de 2019.

Figura 24 - Nascente do Ribeirão das Cruzes, com detalhe de processos erosivos.



Fonte: a autora (2022/2023).

Durante os anos desta pesquisa também houve a criação do “Coletivo Levante pelas águas”, grupo organizado pela sociedade civil em parceria com legisladores e pesquisadores com a finalidade principal de proteger a região próxima à nascente do Ribeirão das Cruzes onde se encontra um importante fragmento florestal.

Em atividades de fiscalização de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental junto a uma legisladora do município e que acolheu nestas visitas um grupo de ambientalistas nas diversas atividades de campo, foi possível averiguar que o fragmento existente até então classificado como floresta estacional semidecidual (CBH-TJ, 2015), é constituído, em sua maior parte, por uma Floresta Paludosa (NERY-SILVA, CARACHO, MORENO, 2023) (imagens da figura 25).

Este tipo de fitofisionomia é bastante sensível a mudanças no solo, especialmente as que interferem na permeabilidade como a urbanização, já que ela ocorre naturalmente em locais com alta saturação hídrica. Como há na região uma acelerada expansão urbana, vereadores e munícipes se mobilizaram para torná-la Patrimônio Ambiental Floresta Paludosa (ARARAQUARA, 2022), mas até a escrita deste relato, uma série de questões ainda estavam em disputa, evidenciando os tensionamentos entre o mercado especulativo e a necessidade de políticas de preservação para os fragmentos verdes da região Norte.

Figura 25 - Fragmento florestal próximo à nascente do Ribeirão das Cruzes.



Fonte: a autora (2023).

Esta série de entraves que envolvem a dimensão do fazer político na proteção das áreas verdes e que apareceram durante as falas nos mutirões na Horta se conectam ao que é apontado por Leff (2008), para quem a problemática ambiental desperta a necessidade de se pensar o conceito de ambiente penetrando “nas esferas da consciência e do conhecimento, no campo da ação política (...)”, permitindo que se pense “de forma integrada e multivalente os problemas globais e complexos”, inscrevendo-os “nas grandes mudanças do nosso tempo” (p.56-57).

Como já apresentado em Araraquara e Walm (2014) e Oliveira (2017) há pelo menos uma década os processos de erosão e de assoreamento de parte do curso d’água e do reservatório do Ribeirão das Cruzes já são uma realidade e também um grave problema, uma vez que estas águas são importantes à manutenção dos ecossistemas a ela ligados e também à captação para abastecimento público.

“Alguns fatos chamam a atenção, como a quantidade significativa de sujeira que vi na nascente nas últimas vezes que a visitei. Depois da suspensão das atividades de mutirão da Horta é visível que a região da nascente não tem sido mais limpa sistematicamente, como era feito. O poder público também não parece ter assumido esse papel, ainda que exista a coleta de resíduos domésticos e a coleta seletiva nos bairros do entorno. Já é mais do que óbvio que a comunidade não pode jogar lixo às margens do rio, mas só punir vai resolver?”

(diário de campo, 25 de outubro de 2023)

O trabalho de Oliveira (2017) esmiuça as pressões antrópicas sofridas pela bacia do Ribeirão das Cruzes em toda sua extensão. A autora evidencia, como alguns dos principais fatores de degradação deste corpo hídrico, o uso do solo para agropecuária (de culturas comerciais e pastagem) especialmente a nascente e o recebimento dos despejos da Estação de Tratamento de Esgotos Domésticos da cidade na sua foz.

Mas há o destaque para as pressões do mercado imobiliário, que somadas às ações antrópicas como descarte irregular de lixo (figuras 26 e 27) e à deficiência de políticas públicas para preservação e restauração da área “têm contribuído visivelmente na depauperação deste ribeirão e dos seus tributários” (OLIVEIRA, 2017, p. 96)

Figura 26 - Área próxima à nascente do Ribeirão das Cruzes, onde se realizou o mutirão de plantio do Projeto “Corredor Agroflorestal” - Registros de novembro de 2023.



Fonte: a autora (2023).

Figura 27 - Construções imobiliárias próximas ao Ribeirão das Cruzes, ao Norte.



Fonte: a autora (2023).

As transformações na paisagem, especialmente em relação ao acúmulo de lixo em toda a zona Norte, sejam no terreno da Horta, nos terrenos próximos às escolas, na Floresta Paludosa ou na nascente do Ribeirão, ilustram bem o que

Santos (2008) diz quando afirma que “o espaço humano é a síntese, sempre provisória e sempre renovada, das contradições e da dialética social” (p. 87).

Nessa região, junto a uma paisagem de “paraíso” estão montanhas de resíduos e um intenso processo erosivo... A gestão municipal e os próprios moradores parecem não dar conta de associar as dimensões ambientais e sociais como uma única realidade, que deve ser tratada em sua complexidade (LEFF, 2008).

Para Oliveira (2017), o Ribeirão e toda sua bacia “tem uma importância para a cidade que vai além da função do abastecimento público” (p.94), uma vez que a área onde está localizado o barramento e o reservatório fazem “parte da memória afetiva da população” (*idem*).

As represas e reservatórios foram durante décadas considerados pontos de encontro para recreação e lazer, o que foi sendo gradativamente perdido, seja pela proibição do seu uso para nado em alguns pontos com riscos de acidentes como afogamentos ou pela poluição das águas, ou ainda por uma mudança cultural oriunda do maior acesso da população ao banho em clubes ou piscinas particulares.

Para Santos (2008), as mudanças que podem ser facilmente percebidas no espaço geográfico, sejam do ponto de vista de sua morfologia, seja pensando em suas funções e processos, marcam a evolução “das etapas do processo de trabalho e das relações sociais” (p.77). As paisagens do Ribeirão das Cruzes e de sua nascente nos ajudam a entender e distinguir as diferentes épocas e histórias da cidade e a importância ecológica, social e cultural atribuída a essa paisagem.

Como foi descrito no trecho do diário de campo que inicia essa seção, a nascente do Ribeirão não era até então conhecida pela pesquisadora e não havia sido cogitada como objeto de estudo no início desta investigação. Com o passar dos mutirões, das entrevistas e da aproximação com todo movimento ambientalista que tem se dado na cidade, ela passou a ser mais do que um objeto pesquisante.

Aproximar-se da nascente do Ribeirão através desta pesquisa foi vivenciar que “o lugar pode adquirir significado profundo (...) através do contínuo acréscimo de sentimento ao longo dos anos” (TUAN, 1977, p.37). A nascente se tornou um local de aproximação e comunhão com as águas e permitiu o reconhecimento de que foi “a partir daquilo que aparece aos olhos do pesquisador que as questões se colocam e o processo de conhecimento se desencadeia” (CARLOS, 2001, p.24).

Toda essa conjuntura de fatores evidencia a importância de processos educadores, como os que estavam constantemente sendo provocados e fomentados pelo grupo da Horta. Processos que sejam construídos junto com a comunidade, constituindo *um saber das e sobre as águas*.

Para Lesting (2004), um ponto que parece agregar sentidos para a questão do pertencimento se dá na relação com *a morada* e com *a ambiência na natureza*. Molhando os pés nas águas do Ribeirão, vivenciando esse lugar, é que poderão ser desenhados processos educadores significativos pautados em um saber ambiental (LEFF, 2008) com essa comunidade. Este tipo de saber

“(...) sacode o jugo de sujeição e desconhecimento ao qual foi submetido pelos paradigmas dominantes do conhecimento” (...) O saber ambiental desemboca no terreno da educação, questionando os paradigmas estabelecidos e abastecendo as fontes e mananciais que irrigam o novo conhecimento: (...) os saberes do povo, o saber pessoal. Vai descobrindo as relações de poder que atravessam as correntes do saber em temáticas emergentes, onde confluem diversos campos disciplinares para desembocar na qualidade de vida como fim último do desenvolvimento sustentável e do sentido da existência humana” (LEFF, 2008, p.12-13).

Este saber, que se vincula a um pertencer e desencadeia um cuidar, não se dá somente na realidade visível, mas na “complexidade emergente onde se reencontram o pensamento e o mundo, a sociedade e a natureza, a biologia e a tecnologia, a vida e a linguagem” (LEFF, 2008, p.10). Este vivenciar para o saber é talvez “o ponto de inflexão da história que induz uma reflexão sobre o mundo atual” (*idem*), que deve ser atravessado por e culminar em estratégias múltiplas para a reconexão com a natureza.

“A forma como o grupo da Horta e a comunidade falam sobre o Ribeirão é imensamente mais cheia de significado do que as vezes que eu a ouvi nas audiências públicas. Lá, na beira da mata, com os pés dentro da água, as crianças falaram com paixão, com um respeito imenso. Aqui no centro o jeito de dizer é outro, como se o rio não tivesse alma, sabor e nem cheiro.”
(diário de campo, 29 de novembro de 2023)

A preservação da nascente e de toda foz do Ribeirão das Cruzes, de crucial importância hídrica, geológica, ecológica e geográfica, se dá também na esfera social e cultural das comunidades de entorno e de todo o município e ilustram o ponto-chave de que “a permanência é um elemento importante na ideia de lugar” (TUAN, 1977, p.155).

Esse lugar e essas águas têm um papel determinante no pertencer e no cuidar. O lugar não é apenas “um quadro de vida, mas um espaço vivido (...) que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e da indagação sobre o

presente e o futuro” (SANTOS, 2008, p.114). Existir neste e com este espaço conecta as pessoas pelo tempo e “exerce um papel revelador sobre o mundo” (*idem*). Têm a ver com a identidade araraquarense de um passado recente e, quem sabe, possam também fazer parte de um futuro de preservação muito próximo.

6.3 Desdobramentos da Horta em outros espaços, projetos e parcerias

“Mas é difícil pensar se a Horta parou de existir ou não. Ela só foi para outros cantos, para os quintais das pessoas. Só foi remanejando. Não existe mais do mesmo jeito. Mas talvez nem seja para existir do mesmo jeito. E foi o que a gente falou: a gente vai ficar dando murro em ponto de faca? A gente deu por muitos anos e foi enquanto a galera tinha tempo. Agora a gente não tem tempo para ficar dando murro em ponta de faca, então vamos otimizar.”

(excertos da entrevista 03)

A Horta que nasceu nos idos de 2016 hoje não tem o mesmo formato por uma série de fatores, em especial a chegada da pandemia que impediu a continuidade dos mutirões e outras atividades presenciais. Todavia, como já citado anteriormente, a articulação entre as pessoas e o desdobramento em outros projetos e parcerias talvez seja um dos pontos de maior destaque nessa trajetória.

6.3.1 Grupo “Terra Solidária” e projeto “Um toque que salva vidas”

Como já citado no item “6.1 Vivência, acolhimento e formação”, durante o período pandêmico a Horta cumpriu um importante papel de divulgação de informações sobre o novo coronavírus e seu enfrentamento, além da promoção de campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos e de itens de higienização para a comunidade.

Mas houve um segundo tipo de atividade que se desdobrou do contexto pandêmico e do incômodo gerado pelo agravamento da insegurança alimentar na comunidade da Norte. Ela foi uma articulação para o incentivo ao plantio de espécies alimentícias em quintais ou na ocupação de terrenos ociosos, fossem eles públicos ou particulares.

O grupo nomeado de “Terra Solidária” primeiramente se encontrou virtualmente nos meses de mais intenso *lockdown*, entre março e junho de 2020. Posteriormente, com todo cuidado necessário, alguns mutirões foram realizados nas

residências dos participantes e este grupo funcionou como rede de apoio para auxiliar moradores de diversos pontos da cidade com ideias e informações técnicas para que desenvolvessem hortas em seus próprios territórios. Além das casas, hortas também foram implantadas na moradia estudantil da Unesp de Araraquara e em uma escola localizada no Jardim dos Oitis, bairro periférico da cidade (figura 28).

O “Terra Solidária” depois se expandiu para moradores do Valle Verde começarem os cultivos em suas casas, com esta etapa do movimento contando com apoio institucional e financeiro através de outros projetos da Unesp e implantou, oficialmente, ao menos 30 hortas nos quintais da comunidade, sendo a maioria destes quintais de famílias que se relacionavam à Horta Comunitária.

Figura 28 - Hortas implantadas pela iniciativa “Terra Solidária” e logo do grupo.



Fonte: arquivos de Horta Comunitária da Zona Norte (2020).

Em diversas conversas e também durante as entrevistas o termo “agrogueto” apareceu, como algo que foi se construindo e consolidando no desenvolvimento das hortas do “Terra Solidária”. No trabalho de Coelho (2023), que investiga as contribuições da Horta para a comunidade durante a pandemia, este termo aparece com os agroguetos sendo entendidos enquanto uma tecnologia social voltada à produção de alimentos a partir da combinação de técnicas de agricultura com os quintais agrícolas. O objetivo maior seria produzir alimentos como hortaliças e

tubérculos em quintais agroecológicos, contando com o apoio coletivo da própria comunidade.

*“O “agrogueto” (...) tá no momento sendo a instalação de hortas nos quintais da periferia, mas ele é muito mais que isso. Ele é de fato a abertura sobre a discussão da agroecologia - agricultura quilombola, raças, o nome que você quiser dar - na periferia, no gueto. Ele é a sintetização de vários pensamentos e devaneios”
(excertos da entrevista 02)*

De tudo que foi sendo apreendido sobre essas falas e leituras a respeito do que seriam e como atuariam os “agroguetos”, destaca-se o resgate e o respeito dos conhecimentos ancestrais para a produção de alimentos, com a partilha de saberes e o aprender conjunto. Algo que se aproxima da criação de círculos de cultura, já apontados enquanto ferramentas fundamentais para processos educadores significativos (OCA, 2016).

Esse modo de constituir saberes enfrenta o “modelo devastador” no qual há “erosão da diversidade biológica e cultural” e a homogeneização de paisagens, comportamentos, espécies, raças, sabores e também saberes (SORRENTINO et al., 2005, p.287). Os “agroguetos” propõe um saber-fazer compartilhado, que não é o usual no atual modelo preeminente na construção histórica.

Também se destaca a ideia de que a estrutura proposta pelas hortas comunitárias e pelos “agroguetos” busca consolidar uma prática voltada à construção de comunidades engajadas e resilientes, à emancipação política, à autonomia e na redução de desigualdades sociais e econômicas (COELHO, 2023).

O “Terra Solidária” foi um movimento embrionário e se potencializou com a instalação posterior de 150 hortas em quintais de casas da Zona Norte, utilizando a tecnologia social do “agrogueto” dentro do projeto “Um Toque que salva vidas” (figura 29), uma parceria entre membros da Horta da Norte e a ONG Fundação Toque¹⁸.

¹⁸ A Fundação Toque atua desde 2006 como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, atendendo crianças, jovens e adultos com deficiências intelectual e múltipla, atuando com projetos de saúde, cultura, esportes e meio ambiente. Estas informações vieram de entrevistas e de conversas informais com participantes da Horta, em 2018 e 2023.

Figura 29 - Hortas implantadas pelo projeto “Um Toque que Salva Vidas”.



Fonte: arquivos de Horta Comunitária da Zona Norte (2022).

O projeto “Um Toque que salva vidas” agregou o conhecimento acumulado pelo grupo em parceria com uma entidade local também preocupada com a situação de vulnerabilidade da Zona Norte e seguiu um cuidadoso processo, desde a elaboração do projeto, a submissão em instâncias do município, a captação dos recursos via leis de incentivos e parcerias com a prefeitura de (COELHO, 2023), com a trajetória de implantação apresentada na figura 30 abaixo:

Figura 30 - Cronologia para implantação do Projeto “Um Toque que Salva Vidas”.



Fonte: Coelho (2023).

Para a instalação das hortas nos quintais foi proposto um consórcio de cerca de 20 espécies (como mandioca, alface, berinjela, tomate, manjeriço, sálvia, escarola, batata doce, couve e banana) juntamente com composteiras abertas para a compostagem seca biodegradável de resíduos orgânicos. As famílias participantes foram treinadas para assegurar a continuidade das ações pelos ocupantes do território, com oficinas de manejo das hortas (COELHO, 2023).

Para serem contempladas com as hortas em seus quintais, as famílias precisavam atender aos seguintes critérios de seleção: estar inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); ter crianças e ou adolescentes na composição familiar; ter um quintal disponível para receber a

horticultura; e os membros da casa deveriam participar do processo de instalação das hortas, das formações e treinamentos coletivos e se comprometer com sua manutenção e continuidade (COELHO, 2023).

Para a instalação, cada casa recebeu composto para tratar a terra, sementes e mudas e um kit de ferramentas (enxada, enxadão, ancinho e regador), estando os responsáveis presentes para ajudar e tirar dúvidas no momento do plantio. No dia da instalação as famílias receberam uma cesta básica complementada com 60 ovos e marmittas, para que todas as pessoas da casa, inclusive as mulheres que acabam cuidando mais dos afazeres domésticos, participassem também da instalação¹⁹.

Entre novembro de 2022 e março de 2023 foram instaladas essas hortas que se vinculam com o Programa “Quintais Sustentáveis”. Pelo que foi apresentado durante as entrevistas e no trabalho de Coelho (2023), a lei incorporou o movimento que emergiu na Zona Norte nas diretrizes governamentais via política pública.

Através da proposição do projeto Um Toque que Salva Vidas, a prefeitura promulgou o Programa Quintais Sustentáveis (PQS) de Araraquara, estabelecido pela Lei nº 10.331 de 30 de outubro de 2021 (ARARAQUARA, 2021). O PQS, que tem o objetivo de desenvolver a AUP pela concessão de benefícios, como isenção das despesas de água e fornecimento de materiais e insumos a iniciativas sustentáveis, é um exemplo de como a agricultura urbana impactou positivamente nas políticas públicas do município (COELHO, 2023, p. 52).

A captação dos recursos para estas hortas se deu através da lei de estímulo fiscal e passou pelo crivo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Araraquara, cabendo à prefeitura, via Programa “Quintais Sustentáveis”, a isenção dos 5m³ de água para cultivo dos vegetais plantados nas hortas (ARARAQUARA, 2021). Duas das hortas implantadas por esse Programa foram visitadas durante as vivências em campo, como apresentado na figura 31:

Hoje pude visitar dois dos quintais que receberam as hortas contempladas pelo “Quintais Sustentáveis”. O que chamou a atenção, logo de início, foi o acolhimento com o pessoal da Horta, o carinho com que fomos recebidos e o claro vínculo de amizade entre as pessoas:

“Entra aqui gente, vem ver. Não sobrou muita coisa, porque eu chego cansado do serviço, tô com criança pequena, não dá muito tempo, mas meu pai falou que vai vir aqui mexer esses dias. E também eu não tô regando, porque a conta de água veio muito cara. Duzentos e setenta reais... A gente não tá tendo o abatimento.

Mesmo assim, sobrou umas coisas aí... Eu plantei mandioca também, ali no canto. Mas essa horta produziu muito, eu cansei de comer verdura! Eu dava pros vizinhos, eles vinham aqui buscar, produziu bastante mesmo! Eu nem imaginava que ia dar tudo aquilo”.

¹⁹ Estas informações vieram de entrevistas e de conversas informais com participantes da horta e membros da prefeitura de Araraquara, entre 2022 e 2023.

Esta casa tinha um quintal bem grande e era toda cercada de alvenaria, o que não é uma regra nas casas da comunidade. Ficava evidente que o sol e a falta de manejo haviam prejudicado o crescimento de alguns vegetais mas ainda restavam, resilientes, escarolas, berinjelas, mandioca, bananeiras, manjeriço e couve. A composteira também estava ativa.

Ficamos ali alguns minutos, conversando sobre como foi a implantação da horta, a participação da família e a descoberta da possibilidade do quintal como um espaço de produção. A família disse que não tinha tido antes um contato com a terra, com produzir comida e que foi uma surpresa imaginar que naquele espaço dava pra cultivar tanta coisa. A descontinuidade da produção veio por vários motivos pessoais, como a chegada de uma nova criança na família e a rotina exaustiva do trabalho; mais além, citaram a dificuldade do pagamento pela conta de água, já que na prática, não houve o desconto dos 5m³, como havia sido proposto pela lei que implantou o Programa.

Continuamos nossa caminhada pelo bairro. O final de tarde estava quente e dava pra ver muitas crianças andando de bicicleta pelas ruas, pessoas sentadas nas calçadas conversando e muitos trabalhadores e trabalhadoras chegando nos pontos de ônibus, voltando no seu movimento de pêndulo para casa. Chegamos a uma casa de esquina, onde também funciona uma serralheria e uma loja que vende brinquedos e outras miudezas. Naquele horário muitas pessoas estavam entrando e saindo, entre elas crianças, todas conversando de maneira alegre e acolhedora entre si e com a gente.

“Pode entrar gente, fica à vontade, se quiser tirar foto, pegar alguma coisa. A gente cercou com esses bambus, tá mexendo aí, tá aprendendo, né? Tem umas coisas que eu nem sei que pra que é que serve, como é que come, mas eu tô cuidando (se referindo à sálvia). Tá crescendo aqui, quero ver se eu mexo mais pra ir ficando mais bonito”.

Nesta casa alguns canteiros foram cercados com ripas de bambu e cresciam escarolas, manjeriço, couve, alho poró, cidreira e sálvia. Durante nossa rápida conversa, falaram sobre a instalação e manutenção da horta, como estavam aprendendo com o cultivo e como estava sendo uma boa descoberta. As crianças também estavam participando e todo o espaço estava sendo alterado, com planos para fazer novos canteiros e proteger as hortaliças dos cachorros.”

(diário de campo, 03 de outubro de 2023)

Figura 31 - Hortas instaladas pelo programa “Quintais Sustentáveis” no bairro Valle Verde.



Fonte: a autora (2023).

Os trechos acima ilustram a dimensão sociocultural da agricultura que pode estar presente nos diálogos e diretrizes do que ocorre em hortas comunitárias. Como proposto por Curan (2020), a dimensão sociocultural é representada pelo alcance primordial da segurança alimentar e nutricional (SAN), reforçando aspectos como a

defesa da soberania alimentar - com uma alimentação saudável, sustentável, adequada, de qualidade, com valorização da agricultura familiar e hábitos culturais.

Quando se alcança a produção para autoconsumo e o incremento da renda através da comercialização de produtos excedentes, fica claro o potencial de inserção de alimentos nos sistemas alimentares urbanos, com maior acesso a alimentos frescos e nutritivos, reduzindo os desertos alimentares (sendo estes considerados pelo Ministério do Desenvolvimento Social/MDS, 2018 como áreas urbanas nas quais é dificultado o acesso a alimentos frescos e *in natura*, prejudicando diretamente a qualidade da dieta e da saúde) (CURAN, 2020).

Essa pulverização das hortas pela comunidade é estratégico para obtenção da segurança alimentar e, mais ainda, para dispersão do debate sobre a produção agroecológica e sobre outras relações com o cultivo de alimentos e a ocupação do território, com a ideia de “agroecologizar a quebrada”²⁰:

“Eu imaginava que podia se tornar algo muito maior do que chegou a ser. (...) Mas eu não sabia que ia ser por essa linha, eu sempre imaginei talvez a capoeira protagonizando esse espaço, um cursinho pré-vestibular. Mas até então, eu não sabia que seria pela agricultura. Na verdade, nem pela agricultura, tem que ser uma palavra antes: pela abertura da discussão sobre a agricultura. Porque a agricultura não é discutida aqui. (...) O saber da terra precisa ser rediscutido dentro das periferias. Porque, com uma passada de gerações, esse saber está envelhecendo e não está mais sendo atrativo”.

(excertos da entrevista 02)

“Mas eu nunca senti a horta como um lugar. A Horta tá aqui agora, a gente está falando sobre isso. E quando eu falo a horta não é só a Horta Comunitária da Zona Norte, aquela instituição ali, o espaço físico. O senso comum não consegue tirar o véu e falar: “Foi feito mais do que horta”. A galera não quer saber quantas crianças nós atendemos, quantas famílias a gente fez, quantos debates, quanto saberes. Eles estão mais preocupados com o pé de alface. E essa é uma preocupação que a gente sempre teve. Existe um pé de alface que pode não ter sentido nenhum. (...) Essa é a relação que a gente precisa quebrar. Por isso, a ideia é fazer com que mais pessoas discutam os problemas que a gente tem, que mais ódio seja organizado ou desorganizado pra ações acontecerem.”

(excertos da entrevista 02)

Mas vemos que esta tarefa, que parte de uma premissa de mudança de paradigma produtivo, não foi instantaneamente incorporada na cultura da comunidade:

“Do “Terra solidária” a gente(...) participou de uma casa. E nossa, foi aquela frustração. O canteiro ficou uma semana, ninguém regou. E é trabalhoso. O pessoal fica olhando o canteiro, a gente arranca o mato, quebra, deixa uma horta. E o pessoal pergunta: “Quando vocês voltam?”. A gente não volta,

²⁰ Fala enunciada durante a entrevista número 02.

vocês que têm que cuidar. E foi uma semana depois, fui levar alguma coisa ou plantar coisa que tinha faltado. Cheguei lá e já tava tudo bagunçado.”
(*excertos da entrevista 04*)

Esse tipo de mudança na relação com o território e com a produção de alimentos, apesar de parecer pequena é tão significativa a ponto de poder ser como uma revolução paradigmática, que por se dar como “episódios de desenvolvimento não cumulativo nos quais um paradigma antigo é substituído por um novo, incompatível com o anterior” (SORRENTINO et al., 2005, p. 287), pede um tempo de incorporação pelos sujeitos.

A incorporação do cuidar (de si, do espaço, dos outros seres vivos) é processual, assim como a assimilação da ideia de que o quintal pode ser um espaço produtivo e que contribui com a segurança alimentar das famílias da comunidade. O plantio por si só não é garantia de resultados; ele deve vir acompanhado de processo educadores para a reconexão dos sujeitos com seu meio, com a terra e com os saberes ancestrais e comunitários, potencializando sua atuação (NAGIB, 2016; OCA, 2016; BIAZOTI, 2020).

Ainda sobre o projeto “Um Toque que Salva Vidas”, vale destacar que durante esta pesquisa a equipe responsável pela implantação das hortas enfrentava uma ação legal, na qual se questionavam a estrutura e o tipo de instalação nos quintais:

“A gente tá tentando, tá trazendo pela primeira vez a discussão da Agroecologia pra quebrada. Ninguém nunca tinha feito isso. E eles estão tentando responsabilizar a gente por matar a fome aqui. Se a quebrada tá com fome a responsabilidade é do Estado”.
(*excertos da entrevista 02*)

“Com a expertise que a gente tem hoje a gente consegue chegar mais, e essa que é a fobia. A gente sabe onde dá para fazer, a gente sabe onde daria um melhor rendimento em ações desse tipo na comunidade. Mas não é, às vezes, o interesse político, que é um interesse populista. (...) Tanto que um dos argumentos [com esse problema do “Agroqueto”] é que essas ações sociais têm que ser feitas por amor e por solidariedade, não pode ser feita por dinheiro. Se vocês querem fazer esse tipo de ação, tem que fazer pizza ou rifa, tem que ser na caridade”.
(*excertos da entrevista 04*)

“Mas fora daqui sempre eu me sinto num fazer com que pessoas acreditem no que a gente tá vivendo aqui. A coisa pode dar certo. Só que a gente está num espaço que além da gente não ter acesso, a gente tem embarreiramentos. (...) Então mesmo com críticas e fofocas, as discussões estão abertas. Em cima das nossas ações resultaram outras. (...) A gente está avançando. Só que chega uma fase que é inegociável, (...) Acho que esse debate não pode ser via sacerdócio”.
(*excertos da entrevista 02*)

Ao que parece, há um questionamento sobre a não continuidade das hortas implantadas que pode estar associado à diversos fatores como o não cuidado das famílias (seja pela rotina exaustiva, pelo desconhecimento técnico, seja pelo não abatimento das contas de água que inviabiliza a irrigação dos cultivares) ou até mesmo o não monitoramento por parte dos órgãos responsáveis. Apesar das entrevistas e de diversas conversas com membros da Horta e de setores da prefeitura e do DAAE, não há clareza sobre quem eram os responsáveis por esse acompanhamento e onde está a causa primordial para que esse projeto – com tamanhas potencialidades - não tenha sido exitoso e essa política enfrente hoje sua descontinuidade.

Desta forma, sugerimos aqui que políticas públicas voltadas à agricultura urbana, seja através de hortas individuais, hortas comunitárias ou através de tantos outros formatos possíveis no território, devem considerar:

i. trazer o debate da agroecologia e de uma produção que garanta a segurança alimentar e nutricional da comunidade, resgatando saberes e fazeres ancestrais e comunitários;

ii. estar alinhadas com a dimensão ambiental, no cuidado com o território e com o seu entorno, articulando outras práticas, como aquelas voltadas ao solo, à água, às mudanças do clima, entre outras;

iii. atuar de maneira articulada, com os diferentes atores (legisladores, executivos, moradores, educadores, ONGs, entre outros) tendo clareza dos seus papéis e dos limites e possibilidades de sua atuação;

iv. mapear constantemente as áreas nas quais estas ações sejam mais necessárias ou nas quais haja mais possibilidades de implementação (dimensionando áreas cultiváveis, proximidades com recursos hídricos, rotas para escoamento da produção, vulnerabilidade das comunidades, entre outros);

v. estabelecer de maneira clara as ações, prazos, recursos (humanos e materiais), financiamentos e territórios, seja para sua implementação, seu monitoramento ou sua avaliação.

O PQS é uma política com grandes potencialidades dos pontos de vista social, econômico e ambiental, mas que hoje não está em atividade. É preciso que ela seja, a partir do entendimento das lacunas da versão anterior, retomada novamente e multiplicada não só para a Zona Norte, mas também para mais bairros, contando com incentivo e amparo da gestão municipal e de outras instituições parceiras que

possam se somar pelo caminho.

6.3.2 Parcerias com a universidade

Em seu trabalho sobre o perfil dos moradores de uma das regiões periféricas da cidade de Araraquara, Kopanakis (2016) não conseguiu encontrar nenhum morador que tivesse diploma universitário. Isso demonstra que não é comum que residentes das periferias tenham contato com o ensino superior, seja pela distância, pelo desconhecimento sobre o que é ou a quem aquele espaço atende ou ainda por não terem referências de pessoas na família ou no círculo próximo que já tenham trilhado esse caminho.

Desde os primeiros mutirões, uma grata surpresa foi a nítida presença de pessoas ligadas à universidade no desenvolvimento de atividades na Horta, fossem elas docentes, pesquisadores ou estudantes. A parceria com a universidade apareceu aqui em pelo menos três frentes: para o alcance de financiamentos (a), na constituição de espaços de troca e formação (b), e para a sistematização de experiências (c).

O grande financiamento (a) para compra de materiais e bolsas para manutenção do pessoal nas diversas atividades propostas pela e para a Horta veio primeiramente pelo projeto “Corredor Verde Agroflorestal”. Ele foi um dos projetos que consolidou a parceria da Horta com a universidade e se deu pelo acolhimento de docentes e pesquisadores aos relatos trazidos por um dos moradores da comunidade e liderança da Horta, que à época era estudante de Pedagogia na Unesp *campus* Araraquara:

“Eu conheci a horta comunitária em 2018. Foi quando nós reunimos um grupo de docentes aqui da FCL e da Farmácia pra conversar a respeito da proposição de um projeto para uma chamada do CNPq voltada à tecnologia sociais. E aí eu não me lembro por que ‘cargas d’água’ numa reunião na Farmácia o meu nome acabou sendo escolhido pelos colegas que estavam lá, como responsável pela contribuição no projeto. E nós tínhamos na época, alguma noção, (...) alguma informação da iniciativa (...) em 2017, da utilização do terreno lá do Valle Verde para a realização de atividades culturais. E pensamos nas condições para transformar aquele terreno em uma horta, as condições para criar uma horta e surgiu a ideia também (...) de fazer a conexão entre o terreno da Horta e a nascente do Ribeirão das Cruzes, o que a gente chamou de corredor verde agroflorestal, conectando o manancial urbano e a Horta comunitária. Eu acabei aceitando a indicação dos colegas e coordenei a elaboração do projeto. Enviei ao CNPq, o CNPq que aprovou e com o projeto vieram 6 bolsas e mais dinheiro para investimento e custeio. Com esse dinheiro de investimento nós compramos um tratorito, roçadeira, ferramentas. (...) Foi amor de primeira hora. Nós viramos “parceiraços”, já são 5 anos.”
(excertos da entrevista 01)

“Pude participar de pelo menos 3 reuniões para falar sobre a organização do projeto financiado pelo CNPq já em vigência e sobre a escrita de outros projetos buscando financiamento de entidades como a FEHIDRO. Para estes projetos aparecia a parceria com o pessoal das Ciências Sociais e da Farmácia, parceira importante por várias razões, começando pela entrada de recursos financeiros, uma vez que um projeto deste tamanho requer a compra de materiais diversos. No mutirão de abril de 2019 foram entregues materiais comprados com o recurso do projeto financiado pelo CNPq, como roçadeiras, luvas, enxadas, mudas e outros que não foram possíveis de serem comprados antes. Até então todo manejo da Horta era feito com 2 enxadas, doadas por moradores do entorno do local”.
(diário de campo, 17 de maio de 2020)

Outro momento importante de auxílio com financiamento veio durante o momento pandêmico, com remanejamento de recursos do projeto inicial para continuidade das atividades do “Terra Solidária”, as quais eram desdobramentos das atividades da Horta:

“Tinha sobrado um recurso do CNPq e eu usei (...) pra compra de mudas e sementes para iniciar o “Terra solidária”. O início das 30 hortas, dos 30 quintais do “Terra solidária” foi ainda com um saldo de recursos do projeto (...). Não houve o nosso desligamento, houve o afastamento em grande parte imposto pela pandemia.”
(excertos da entrevista 01)

Durante as entrevistas foram ainda citados financiamentos por projetos da universidade que estavam em vias de aprovação para retomada de atividades no espaço da Horta, após a descontinuidade dos mutirões. Durante a escrita deste texto alguns deles já estavam em vias de implementação, com a chegada de recursos para o cercamento do terreno e outras infraestruturas necessárias. Ficou claro o desejo de retomar e movimentar de novo o espaço coletivo antes ocupado.

Outro fator de destaque nessa categoria se dá na riqueza entre a troca daqueles que vem da universidade e os membros da comunidade, com um intenso, múltiplo e recíproco processo de formação (b), inclusive no resgate de saberes locais ou ancestrais:

“E teve um negócio muito legal também, porque historicamente aqui no campus os estudantes da FCL e da farmácia são os que têm maior atuação comunitária. E o que me surpreendeu foi a presença, durante alguns mutirões de final de semana, do pessoal do PET da Odonto. A galera do PET da Odonto frequentou durante muitas semanas lá os mutirões, com conversas com as crianças sobre saúde bucal. Então assim, como espaço de prática extensionista aquilo é um momento de uma riqueza muito grande”.
(excertos da entrevista 01)

“Como docente, como acadêmico, [esse contato] enriquece bastante a formação dos estudantes. Oferece espaço para que eles possam estabelecer essas relações dialógicas com a comunidade e isso contribui

fortemente no processo educacional, na formação deles enquanto cidadãos e cidadãs”.

(excertos da entrevista 01)

“Também entendo a importância destas parcerias para a vinda de pessoal capacitado para realização de vivências, como para a produção de repelentes caseiros, importância da saúde bucal e conversas sobre saberes populares e plantas medicinais que já foram realizadas, numa dupla troca com estes estudantes e profissionais em formação, que têm também a oportunidade de experienciar o espaço da Horta e as tantas situações que ocorrem ali”.

(diário de campo, 17 de maio de 2020)

“Olha só algumas fotos da primeira feira de saúde na Horta Comunitária da ZN. (...) Agradecemos muito a todos que apoiaram e tornaram possível esta importante ação na comunidade: PAFE - Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Unesp (Projeto de Assistência Farmacêutica Estudantil - sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Tadeu Marin), PET Odonto, Amably Monari, Equipe de Prevenção de Câncer Bucal, Dub Cabesativa e Prefeitura de Araraquara”

(publicações da Horta, 2017)

“Valorizando as raízes até na hora de brincar! Tivemos um domingo diferente na Horta com a galera do curso de Educação Física da Universidade de Araraquara [UNIARA], que fizeram um resgate de brincadeiras tradicionais junto com as crianças! (...)”

(publicações da Horta, 2017)

“A roda de conversa sobre Arteterapia e a roda de conversa sobre plantas medicinais e saberes tradicionais e populares na FCL pareceram uma tentativa de aproximação da sociedade araraquarense, da Horta Comunitária e da universidade. Nos dois eventos vi gente de tudo que é canto da cidade e de tipos diversos: professores, estudantes, pesquisadores, advogados, escritores, grafiteiros, mães de santo, ... Essa gente toda tirou as manhãs pra conversar sobre os saberes das artes e das plantas, cada um com seu ponto de vista, com suas referências. Foi uma “panaceia”, uma caldeirada!”

(diário de campo, 10 de junho de 2019)

Os encontros entre estes “mundos diversos” do acadêmico e do comunitário da Zona Norte se concretizaram como espaços de troca, de diálogo e de partilha de experiências das mais diversas, inclusive permitindo que se enunciem novas possibilidades de futuro e utopias individuais e coletivas:

“Tinha uma das adolescentes que (...) a Horta que “salvou de virar estatística”. (...) Ela está com 17 anos, formando no colegial, já passando no cursinho da Unesp para fazer vestibular. Pô, se isso não é sucesso, pra uma pessoa que não tem pai, não tem mãe, que vivia com o irmão que a gente sabe que não conseguir cuidar tão bem assim e agora tá firme e forte na vida. (...) Ela estava super engajada no maracatu, mas começou ali na Horta de qualquer jeito.”

(excertos da entrevista 03)

“Nessa relação do pertencimento, é evidente que o meu pertencimento é acadêmico. Então, não é uma relação de pertencimento, mas mais é uma relação de cooperação. Porque lá não é a universidade, lá é a comunidade.

Eu enxergo que a extensão é um braço, uma dimensão do trabalho acadêmico, que fundamentalmente se materializa pelo estabelecimento de relações dialógicas com o meio social externo. Então essas relações dialógicas são relações de cooperação.”
(excertos da entrevista 01)

Sendo novos coletivos de atuação no espaço urbano, as hortas comunitárias podem se constituir por pessoas de diferentes faixas etárias, classes sociais e com formações em múltiplas áreas do conhecimento. Tal diversidade “possibilita diálogos e interações que contribuem na formação dos indivíduos em um processo de aprendizado mútuo, mediado pelas hortas e pela reflexão sobre o espaço público” (BIAZOTI, 2020, p.14).

Outra contribuição que merece destaque na aproximação com a universidade se dá pela sistematização de experiências (c), seja via projetos de iniciação científica, pesquisas de pós-graduação ou participação em eventos acadêmicos:

“Eu sofro dentro da universidade. Eu tô lá por estratégia, mas toda vez que eu tô lá eu sinto que eu não estou aqui e isso me pega. E essas pontes, como essa pesquisa de doutorado e outras que a gente tem feito, preenchem alguns dos nossos gargalos, como o registro”.
(excertos da entrevista 02)

“Quando têm pessoas que estão dispostas a nos dar ouvidos - porque voz ninguém dá para ninguém - quando elas estão dispostas a trazer isso é uma contribuição muito importante, porque o livro de história nunca me contemplou. As histórias que nos contaram não satisfazem toda trajetória do nosso povo até aqui”.
(excertos da entrevista 02)

“A oralidade tem me ensinado, tem me formado muito mais do que o livro e eu falo que eu defendo livro, acredito no livro, mas eu sei que no livro não cabe tudo. E aí tem pessoas que vem até a minha casa e se deslocam até aqui. Normalmente é “Ah, quero escrever sobre você, mas vem até aqui na faculdade” e eu faço isso cinco vezes por semana e chegar nesses espaços que são espaços hostis, que sequer querem ouvir o que a gente fala.... Ver a contramão às vezes é muito bom.”
(excertos da entrevista 02)

O registro e a sistematização das experiências, trajetórias, temáticas, sujeitos, enfim, das diversas informações envolvidas nas atividades realizadas (figura 32) podem ajudar na interpretação das ações desenvolvidas sendo cruciais para o entendimento e a retroalimentação (*práxis*) do processo educador vivido (OCA, 2016).

Figura 32 - Vivências do grupo da Horta no espaço da universidade e da universidade no espaço da Horta



Fonte: arquivos de Horta Comunitária da Zona Norte e a autora (2017-2020).

6.3.3 Projetos de compostagem

Um dos projetos que se desdobraram se refere a consolidação de uma empresa de compostagem, encabeçada por dois integrantes da Horta. Esse projeto pessoal, que já estava nos planos dos integrantes, se potencializou a partir do espaço disponível para experimentação na Horta, como apareceu nas entrevistas:

“Antes de saírem as demandas de trabalho do shopping, de ter a demanda de um pátio licenciado e estruturado, a gente falava de compostagem pra todas as portas (...). Mas a Horta fez a gente entrar num campo pra

conseguir chegar onde a gente queria chegar. A gente foi aprendendo, inclusive, a lidar com as pessoas. Você chega, não pode jogar errado, as pessoas jogavam, acontece até hoje. Eu lembro que uma pessoa que trabalha com compostagem tinha falado pra gente que a gente estava fazendo certinho porque quando a gente começou a postar da “Revolução” [dos baldinhos] da compostagem na Horta ele falou “Vocês estão certinhos porque quando alguém precisar de compostagem já vão ter vocês aqui”. E foi o que aconteceu, meio que abriu aquela porta pra gente conseguir realizar o pátio hoje do jeito que ele é. Para licenciar o primeiro pátio urbano privado do estado licenciado por uma mulher”.
(excertos da entrevista 04)

“Mas a horta fez a gente construir o pátio. Nossa primeira leira, que a gente montou, foi lá. Foi o primeiro aprendizado de alguma coisa sobre a agricultura, de trabalhar com a terra de verdade. A gente tinha nossa casa, mas eu lembro das primeiras sementes que a gente plantou. Nós jogamos um monte de semente e nasceu tudo misturado. A gente ficou feliz e, na verdade, era só mato. A gente tinha começado a fazer um curso no Senar sobre tomates orgânicos e aí deu para usar a Horta e a nossa casa de experiência para isso, para compostagem, para fazer leira”.
(excertos da entrevista 03)

Hoje a empresa é referência na área de compostagem não só na cidade, inclusive “apadrinhando” outros projetos de compostagem na região²¹, mas há uma clara intenção de que esse movimento se expanda para além disso, seguindo desdobramentos no território da Zona Norte ou nos círculos de pessoas próximas:

“Nem tudo funcionou pra galera da comunidade, mas para aquele grupinho da associação, tá todo mundo compostando agora. É um pequeno nicho, que era um dos objetivos, levar a palavra da compostagem adiante. Então pelo menos um pouquinho funcionou...”
(excertos da entrevista 03)

“A gente continua fazendo vários projetos, se desdobrou. Lá a gente não conseguiu se manter no espaço Horta Comunitária da Zona Norte. Mas tem composteira nossa na horta do São Rafael [ligada ao Programa “Colhendo Dignidade”]. Nessas 150 hortas [do projeto “Um Toque que Salva Vidas”] tem adubo orgânico, tem composteira. Quem ensinou (...) foi a gente, quem mostrou qual jeito bacana de fazer. Algumas parcerias com o Sesc também. A gente foi dar uma oficina no Sesc em São Paulo, com a gente falando da parte de compostagem. (...) o modelo de horta, de ocupação, de produção, de autonomia alimentar em outros espaços (...) nós fomos juntos em alguns cantos aí para falar de compostagem.”
(excertos da entrevista 04)

Durante o período pandêmico, onde os mutirões e atividades presenciais se enfraqueceram, a composteira da Horta continuou ativa, aproximando o grupo da comunidade e continuando as discussões sobre o descarte correto de resíduos e a geração de compostos para produção de alimentos, com algumas imagens na figura 33 abaixo:

²¹ Informações obtidas em entrevista com participantes da Horta.

“A gente também ficou um tempo pegando comida no banco de alimentos municipal. E era uma pessoa da comunidade que fazia isso, e pegava as sobras do banco e alimentava a composteira lá da Horta. Na pandemia a gente teve que parar os mutirões, falamos “Para tudo, isso não é brincadeira”. Mas não dava pra ficar indiferente, aí que o pessoal vai passar fome mesmo. Aí começou o “Terra Solidária” (...) A gente se cadastrou de novo pelo CNPJ, fez o cadastro na prefeitura e eu lembro que a distribuição era de sexta-feira. E a gente deixou 2 bombonas com o pessoal e o que sobrava, o que vinha podre, que vinha ruim eles abasteciam a composteira”.
(excertos da entrevista 03)

Figura 33 - Atividades na composteira da Horta



Fonte: arquivos de Horta Comunitária da Zona Norte (2018).

A educação ambiental, enquanto prática transversal, serve à conjugação de uma série de temáticas problematizadoras (OCA, 2016), dentre as quais a produção e o descarte de resíduos. O processo educador de caráter crítico, emancipatório e transformador não é aquele que preza o descarte de resíduos apenas como uma escolha de caráter individual, mas aborda-o enquanto integrante de um sistema social e econômico, que o entende enquanto parte de uma dimensão cultural, inclusive na relação e responsabilização das comunidades locais com o seu lixo (SORRENTINO et al., 2005):

“A sensação era de fazer algo a longo prazo, de aprender. Tinham lições que a gente aprendia lá. (...) E, às vezes, era fazer as coisas para não ser indiferente. Ainda mais a gente que trabalha com essa questão de sustentabilidade no ramo regenerativo. A gente passou muito tempo querendo resultados práticos, porque a gente precisa de resultados práticos, mas não é uma coisa que se conquista assim [rápido]. É uma coisa que você vai construindo ao longo prazo, tanto numa re-cultura sobre o lixo, numa re-cultura de pertencimento do local. O pessoal lá é muito roubado de vários direitos. Então é muito difícil desconstruir isso”.
(excertos da entrevista 04)

Apesar do aparente arrefecimento muitas vezes vindo da intensa repetição necessária para que um processo educador alavanque uma mudança prática, Leff (2008) propõe que quando o desânimo e “as energias mobilizadoras de novos projetos societários parecem dissipar-se na entropia do sem-sentido teórico e prático”, é que o movimento ambiental emerge. Ele vem “forjando novas utopias na virtualidade do possível, apoiadas em forças materiais desconhecidas, nos processos negados e nos saberes subjugados pela racionalidade econômica e científica dominante” (p.119), motivando educadores a buscarem suas utopias individuais e coletivas, na contracorrente do modelo hegemônico.

E daí talvez tenha vindo a potência pra concretizar esse projeto, que está na interface entre aquilo que os integrantes propunham como plano profissional e o que se desdobrava para além dele, como projeto coletivo e militante.

6.3.4 Vídeos e oficinas educativas

A relação entre a Horta comunitária e a unidade do Serviço Social do Comércio (SESC) de Araraquara é outra parceria que merece destaque e que se deu em diversos momentos, como na participação em oficinas de música, dança e capoeira, em shows e na produção de materiais gráficos e audiovisuais. Fica claro que essa aproximação permitiu uma vivência ímpar para as crianças e adultos da comunidade, sem as quais muitas vezes estas atividades não fariam parte de suas realidades. O SESC localiza-se no extremo oposto da cidade, a uma distância de aproximadamente 12km do bairro investigado.

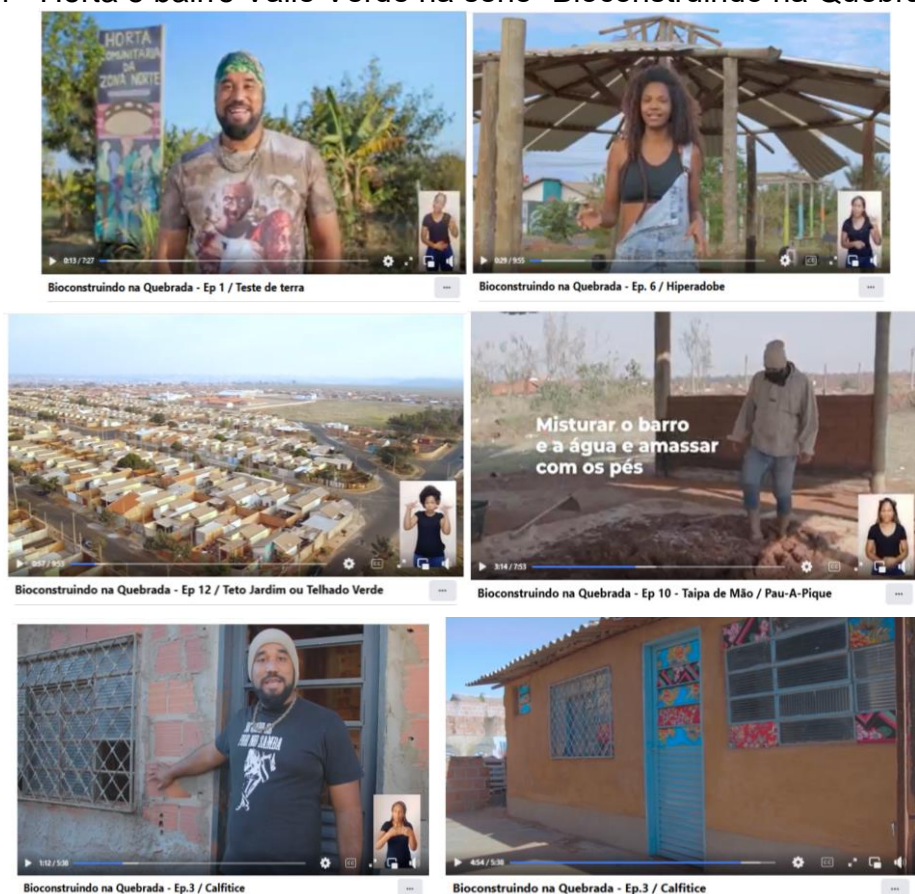
Para esta pesquisa um dos mais significativos momentos de aproximação entre o grupo da Horta e o SESC se deu na elaboração de material audiovisual produzido durante o período de pandemia, na qual as atividades de mutirões estavam suspensas. Estes materiais produziram as séries “Bioconstruindo na Quebrada”, “Hortas e Quintais” e “Descomplicando a compostagem”. Aqui escolheu-se analisar a série mais significativa para os temas investigados e que teve mais repercussão nas redes sociais, com um dos vídeos chegando a 4,8 mil visualizações, o que ilustra o alcance dos diálogos propostos.

O projeto “Bioconstruindo na Quebrada” elaborou 13 vídeos que tinham por objetivo servirem como “*tutoriais sobre o emprego de tecnologias ancestrais de construção que oferecem baixo custo e viabilizam alternativas para a transformação*”

de edificações e espaços de convivência da população vulnerabilizada em tempos de pandemia” (descrição do vídeo 01) (figura 34).

Este projeto abertamente se colocou vinculado a “*Horta Comunitária da Zona Norte, que nada mais é do que um movimento de organização de base, que através da cultura popular, agroecologia e educação vem semeando sonhos*” (excertos do vídeo 06). Durante os vídeos a história e a organização do movimento e algumas situações do bairro e das periferias vão sendo referenciadas, como o perfil da população, o tipo de construção das casas e materiais que podem ser encontrados nos arredores.

Figura 34 - Horta e bairro Valle Verde na série “Bioconstruindo na Quebrada”.



Fonte: arquivos da série “Bioconstruindo na quebrada” (2021).

Fica evidente a preocupação dos envolvidos no projeto: demonstrar, através de técnicas simples e com linguagem acessível, possibilidades arquitetônicas de baixo custo, que podem ser aplicadas para trazer maior conforto térmico e estético, com um apelo ecológico e oferecendo maior segurança para moradores de casas das periferias, como ilustra o trecho a seguir:

“A autoconstrução é uma realidade muito frequente nas periferias do Brasil. É muito comum a gente andar pela quebrada e encontrar as pessoas fazendo aquele “puxadinho”, aquele muro que precisa ser feito. Então essa técnica possibilita que você também consiga fazer sozinho na sua casa, com materiais de baixo custo e sempre muito acessíveis”.
(excertos do vídeo 07)

“Pra saber se as pancadas deram conta do serviço, temos que prestar atenção no som que o pilão faz - no começo é um som mais abafado e grave, quando vai compactando o som fica estalado e agudo. Outro jeito de saber é prestar atenção na parte de cima da fiada. Quando pisamos em cima as pisadas não ficam marcadas e não afundam”.
(excertos do vídeo 06)

“Pra saber quando a massa tá boa, é só observar a marca da pisada: quando a gente pisa e fica a modelagem do pé certinha isso é um indicativo. Outra coisa que a gente pode fazer é pegar um pouco de massa na mão e espremer. O ideal é que ela não escorra entre os dedos. E também tem o teste da bola: o ideal é que ela não respingue nos cantos quando a gente solta no chão” (...) Bora se barrear e bioconstruir pelas quebradas!”
(excertos do vídeo 07)

Outro ponto que merece destaque é a *questão identitária* apresentada nos vídeos: os exemplos trazidos são de técnicas “que tradicionalmente não aparecem nos livros de história²²” como a taipa de mão ou pau-a-pique, evidenciando uma importante técnica de bioconstrução e que “é *parte fundamental da história construtiva do nosso país*” (excertos do vídeo 10).

Ela também se ilustra pelos locais usados como exemplo e que fogem do referencial hegemônico europeu (como vilas na Mauritânia e em Burkina Faso ou em comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas no Brasil) (figura 35) e até nas roupas usadas pelos apresentadores (com alusão à capoeira ou ao samba ou que representavam figuras como Nelson Mandela, Bob Marley e a jogadora de futebol Marta).

²² Fala recorrente em entrevista com participantes da Horta.

Figura 35 - Locais referenciados na série “Bioconstruindo na Quebrada”.



Fonte: arquivos da série “Bioconstruindo na quebrada” (2021).

Para Tuan (1983), o pertencer evoca uma questão identitária no sentido de que cada sujeito e comunidade tem uma organização própria do espaço, vinda de suas relações sociais e necessidades biológicas. Ela emerge da compreensão sobre como os grupos ocupam, organizam e *tornam visíveis* os lugares, inclusive pelo poder evocativo da arte e da arquitetura.

A arquitetura também é uma forma de representar as relações com o mundo e, como produto cultural, está também sujeita e subjugada ao fazer colonial (RUFINO, 2018), que muitas vezes não reconhece modos de ser, de estar e de ocupar. Os outros jeitos de construir e de *habitar* o lugar são também formas de realizar um discurso polifônico, com múltiplas vozes que forjam uma nova identidade (CARDOSO, 2014).

Há uma preocupação para que essas técnicas que buscam transformar e dar mais conforto aos moradores de casas simples como as da periferia se multipliquem (“*Curtiram a transformação? Agora imagina só essa ideia se espalhando por todas as periferias?!*” (excertos do vídeo 03), trazendo cores, formatos e texturas não convencionais pelo bairro, mas que fazem parte de um outro jeito de construir, de morar e de se relacionar com os territórios urbanos:

“Hoje é dia colocar um monte de cor pela periferia” / “Pra isso, você pode fazer uma busca na região e conseguir encontrar diferentes cores de solo” (excertos do vídeo 05)

“Confesso que eu tô muito emocionado de estar erguendo essas paredes. Aqui é um lugar de muita história, muita luta. Vocês não têm noção do quanto é significativo isso aqui pra gente, a gente tá reescrevendo nossa história, galera. Nossa quebrada tá se organizando e isso pra gente é muito importante”.
(excertos do vídeo 09)

“Imagina só olhar por cima das casas e ao invés das aquelas telhas a gente ver um monte de plantas, fazer um jardim e até plantar alimentos? Além da beleza, os telhados verdes contribuem pra diminuir a poluição e (...) ainda contribuem para melhora do ar das cidades, melhora do conforto térmico e acústico da edificação, auxiliam na drenagem da água da chuva diminuindo a possibilidade enchentes, melhoram a eficiência energética devido a diminuição de temperatura no ambiente interno, aumentam a biodiversidade atraindo pássaros e borboletas entre outros. (...) Enquanto a gente vai bioconstruindo, a gente vai se arrodando de vida: é vida no chão, é vida nas paredes, é vida até no teto, galera!”
(excertos do vídeo 12)

“A cada vídeo que passa a gente tem a sensação que a mente tá se abrindo e enormes possibilidades aparecem, né? Eu tô curtindo muito descobrir a construção e, principalmente, o quanto a gente é capaz de construir as coisas. Espero que você esteja com a mesma sensação. E bora bioconstruir!” (excertos do vídeo 06)

Atentando aos objetivos dos vídeos, à linguagem proposta e às referências identitárias, vê-se que o material produzido toma por base a educomunicação, um pressuposto de que a comunicação na perspectiva educadora deve “estimular, orientar e apoiar a comunicação individual e coletiva sobre a realidade socioambiental dos territórios” (OCA, 2016, p. 86). Os vídeos constituem-se como pontes entre a cultura não hegemônica e o público, ampliando os diálogos a respeito das relações com o espaço e com o habitar.

Em suma, as atividades da Horta não ficaram restritas apenas à sua vizinhança, mas, como já observado em Machini (2018), suas proposituras circulam, ocupam, “se apropriam da cidade sob diferentes ângulos dentro de múltiplos trajetos” (p.69).

Os diferentes espaços, projetos e parcerias nos quais se desdobram as atividades da Horta mostram que enquanto se espera o retorno das atividades no formato anterior, de mutirões no terreno, o grupo se articula, se semeia, se desdobra

e se mantém em movimento, pois nas palavras de Freire (1971), o tempo de espera não é de espera vã, “mas um tempo de quefazer”²³.

6.4 Horta, capoeira e maracatu: identidade e ancestralidade

“Quando a gente parou o mutirão pra tomar lanche, vi que tinha alguma coisa acontecendo lá no fundo, um movimento se organizando. As crianças passaram com roupas coloridas e instrumentos na mão. Reconheci os ganzás e as alfaias e sorri por imaginar o que estava por vir. O mestre saudou a todos, apresentou o grupo e logo a molecada, que se olhava atônita, começou a bater. A agitação disforme começou a se tornar uníssona e dava pra sentir a vibração pulsando na minha pele. Quando dei conta, meus pés involuntariamente já faziam a marcação junto com o agogô. Era uma sensação de movimento conjunto, de unidade.”
(diário de campo, 28 de abril de 2019)

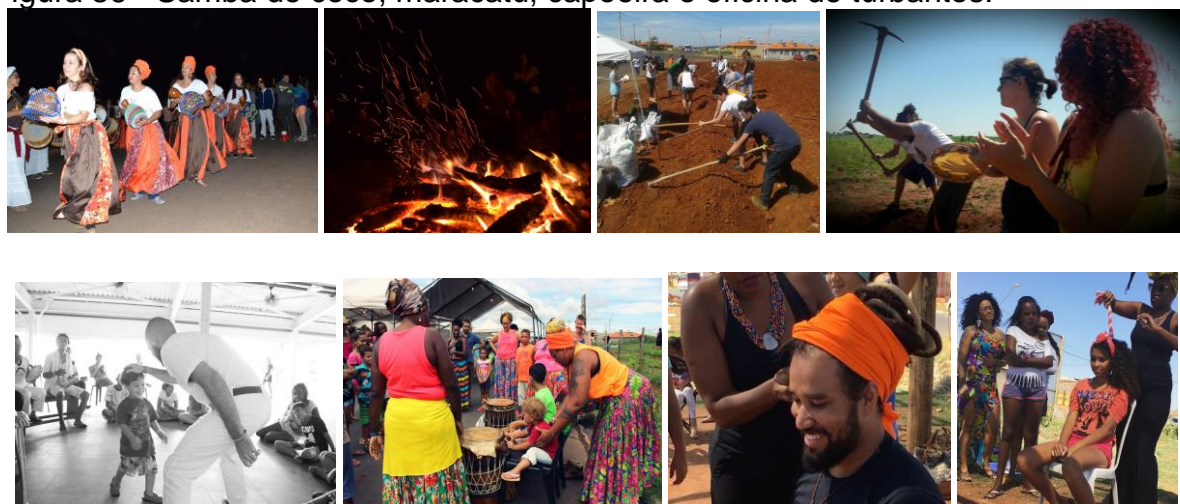
Durante as vivências foi possível presenciar diversas atividades de cunho cultural, como a capoeira e o maracatu (figura 36). Os encontros da capoeira ocorriam semanalmente na casa de uma das lideranças da Horta especialmente com moradores do bairro, e um grupo também se formou para ter aulas de capoeira semanalmente, no campus da Unesp. Já as aulas de Maracatu se desenvolviam aos sábados no espaço da Horta.

Além de terem momentos específicos para ocorrer, elas aconteciam também durante mutirões de limpeza e plantio, como fazendo parte do que se propunha a Horta Comunitária:

“Temos 85 crianças cadastradas e a maioria frequentadora assídua, que ajuda com prazer a cuidar desse espaço tão querido. A Horta da Zona Norte tem como objetivo agregar e fortalecer na luta para essa comunidade, desde políticas públicas sociais, infraestrutura, acesso à cultura, informação, participação e desenvolvimento. Queremos construir através do cultivo da Terra com responsabilidade, compromisso e conhecimento da comunidade para a comunidade. Fazemos questão de que as crianças desse projeto tenham conhecimento da nossa cultura e vejam um futuro de alegria e esperança pela frente” (HCZN, 2017).

²³ alusão ao poema “Canção óbvia”, de Paulo Freire (1971): Escolhi a sombra desta árvore para / repousar do muito que farei, / enquanto esperarei por ti. / Quem espera na pura espera / vive um tempo de espera vã. / Por isto, enquanto te espero / trabalharei os campos e / conversarei com os homens. / Suarei meu corpo, que o sol queimar; / minhas mãos ficarão calejadas; / meus pés aprenderão o mistério dos caminhos; / meus ouvidos ouvirão mais, / meus olhos verão o que antes não viam, / enquanto esperarei por ti. / Não te esperarei na pura espera / porque o meu tempo de espera é um / tempo de quefazer. / Desconfiarei daqueles que virão dizer-me / em voz baixa e precavidos: / É perigoso agir / É perigoso falar / É perigoso andar / É perigoso esperar, / na forma em que esperas, / porque esses recusam a alegria de tua chegada. / Desconfiarei também daqueles que virão dizer-me, / com palavras fáceis, que já chegaste, / porque esses, ao anunciar-te ingenuamente, / antes te denunciam. / Estarei preparando a tua chegada / como o jardineiro prepara o jardim / para a rosa que se abrirá na primavera.

Figura 36 - Samba de coco, maracatu, capoeira e oficina de turbantes.



Fonte: arquivos de Horta Comunitária da Zona Norte (2018/2019).

As aulas de Maracatu se destacam como prática exitosa e são um dos desdobramentos que embora tenha sido embrionário na Horta, ainda segue ativo independentemente dela (figura 37). Os ensaios, que são abertos, ocorrem aos sábados à tarde, ainda no terreno da Horta:

“O Sementes Crioulas é mais uma das lindas iniciativas que acontecem na Horta! As oficinas de percussão tiveram início no dia 02 de Outubro de 2017 que também se tornou a data de fundação do maracatu. A proposta é que toda a comunidade possa participar do maracatu de forma completa, com figurinos, dança e todo o brilho que a comunidade possui. O Sementes Crioulas é um grupo formado especialmente por crianças, mas que também conta com o acompanhamento de adultos para todas as atividades. Os ensaios acontecem aos sábados e tem início às 9h da manhã cuidando da horta, depois temos um café da manhã para dar aquela "sustância" em nossos batuqueirinhos e fazer o chão da horta tremer muito! (...) As oficinas e ensaios são abertos a toda comunidade e outros bairros da cidade de Araraquara. Aos pais que desejarem trazer seus filhos para conhecer um pouco mais sobre a cultura do baque virado, sejam muito bem vindos! Salve o Sementes Crioulas!”
(publicações da Horta, 2017)

“Hoje o Sementes tem a molecada, que é quem movimenta, quem dá vida, vamos dizer assim, pro grupo, mas junto vem a mãe, tia, avô, professora (...). E o mais engraçado: no Maracatu quem são professores são as crianças, porque os adultos não tocam nem metade do que elas tocam, pensando em nível técnico. (...) A regra básica é que qualquer um pode participar. Tem como participar de várias maneiras. (...) Cada um tem o seu lugar que vai gostar de fazer as coisas. (...) Cada vez o grupo tem feito uma agenda maior e ultimamente a gente tá até com dificuldade de fazer oficina porque sempre tem apresentação!”
(Falas enunciadas durante diálogo com integrantes do “Sementes Crioulas” e registradas em diário de campo).

Para além do aprendizado da dança e da música, há uma preocupação para que sejam incorporados também conhecimentos sobre a história e as características

do movimento cultural que é o Maracatu, remetendo ao resgate de culturas negras e tradicionais do Brasil, inclusive com momentos de estudo coletivo:

*“Hoje foi dia de aprender a cuidar do instrumento com o couro furado!
A gente desmontou, lixou as peles para remendar, medimos e cortamos o couro para fazer o remendo, passamos cola, montamos os tambores e ó: tocamos muuuuuuuito! Agora o Sementes sabe cuidar dos próprios couros quando rolar aquele furinho esperto! Axé pra nós!”
(publicações da Horta, 2017)*

São claras as referências a culturas negras, caboclas, caipiras e ancestrais de maneira geral, mas vale destacar que ainda que possam haver alusões ao sagrado que nelas se manifestam, não foram encontrados vínculos que as remetam à esfera da religiosidade. Quando algo do tipo poderia ocorrer, os diálogos se davam no respeito à inter-religiosidade ou até à ausência de crenças (OCA, 2018), como pode ocorrer em um grupo tão diverso.

Ainda em relação ao resgate, Biazoti (2020) também destaca a relação entre sujeito e a horta no envolvimento com práticas agrícolas no passado, nas quais “a memória cumpre um importante papel na afecção do indivíduo e no estabelecimento de conexões” (p.176). Muitas vezes a alegria experimentada em uma vivência na horta diz respeito à memória, à imaginação de um tempo passado nos quais os sujeitos “se relacionavam com hortas, sítios, chácaras e fazendas familiares vivenciadas na infância e preenchidas de significados e interpretações” (p.176).

Neste local, passado e presente se encontram, numa conexão temporal e identitária em que as lembranças do passado “invadem como afetos de alegria no presente, fortalecendo o sentimento de pertencimento e de identidade com o território” (BIAZOTI, 2020, p.177). Isto pode facilitar o entendimento da horta enquanto espaço no qual são “construídos laços de confiança e de sociabilidade juntamente com o sentimento de segurança existente no passado” (*idem*).

Figura 37 - Diferentes momentos do grupo “Sementes crioulas”



Fonte: arquivos de Horta Comunitária da Zona Norte (2018/2019).

A presença de atividades culturais como o grupo Sementes Crioulas, remete à evolução dos papéis funcionais que podem desempenhar as hortas comunitárias como representantes da agricultura urbana, como denotado por Saraiva (2015). A

autora afirma que há mudanças gradativas nos papéis da AUP, que se inicia por uma dimensão econômica e social, passa por questões ambientais, e por fim, além das demais, pode voltar-se à aproximação cultural, intergeracional e na integração entre comunidades que tenham passados geográficos, sociais e culturais diversos. Isso fica evidente na Horta, quando se pensa nas diversas atividades culturais que ali se desenvolveram.

Na classificação feita por Saraiva (2015), podemos então considerar que a Horta da Zona Norte poderia se enquadrar enquanto horta comunitária (servindo especialmente para lazer, educação e também para produção de alimentos), horta pedagógica (trabalhando atividades de educação ambiental) e ainda como horta criativa (associando práticas agrícolas à manifestações culturais de consolidação e fomento da identidade local).

Para Carlos (2001) naturalmente o “ritmo da cidade”, que tem um tempo-duração específico, já marca a vida das pessoas de tal modo que elas “perdem a identificação com o lugar e com as outras pessoas” (p. 18).

“As multidões cruzam-se como se as pessoas não tivessem nada em comum, como se nada tivessem a fazer em conjunto, enquanto a única convenção entre elas é o tácito acordo de que cada qual segue seu lado no passeio a fim de que as duas correntes da multidão não se atravessem uma à outra, criando um obstáculo recíproco” (CARLOS, 2001, p. 19-20).

Em bairros recém ocupados esse desvínculo fica ainda mais intensificado, mas pode ser paulatinamente transmutado, por exemplo, a partir do reconhecimento dos pontos de convergência entre os sujeitos, feito de diversas maneiras. Entre elas se incluem a arte, a cultura e os esportes, que enquanto atividades de lazer cotidianas, aproximam pessoas e servem ainda à abertura de algumas discussões, como sobre fragilidades socioambientais do bairro.

Esses momentos de diálogo e formação coletiva não são feitos apenas em situações específicas, mas como educação que se dá transversal ao encontro e ao fazer diário, já que “(...) o cotidiano aparece como o lugar da confrontação que emerge na luta entre o permanente e o mutável” (CARLOS, 2001, p. 23).

Fica evidenciada a preocupação para que as pessoas da comunidade - que muito recentemente chegaram a este bairro e não possuem ainda vínculos entre si e nem com o espaço - *“não sejam apenas moradores do mesmo lugar, mas sejam*

*mesmo vizinhos*²⁴ - consolidando um movimento que preza pelo cuidado coletivo - com o espaço, com a terra, com as águas, com as pessoas.

Para o grupo, pensar em “agroecologizar a quebrada” com a criação dos “agroquetos” estava além de cultivar comida, apenas. O entendimento passava pela constituição de uma identidade para a comunidade, relacionando uma dimensão sociocultural ao fazer ambiental.

A Horta colocava em pauta reivindicações pela qualidade de vida em sua totalidade, o que é característico dos novos movimentos sociais urbanos (CARLOS, 2001), que buscam “o direito à cidade no seu sentido pleno - o habitar e tudo que isso implica, não se restringindo apenas à luta por equipamentos urbanos” (p. 23).

“Pra gente sempre foi uma missão estar nos espaços, buscar a construção de identidade, de ocupação, mas a parada pra mim era aquilombamento. É conseguir os recursos aqui na comunidade, conseguir justiça aqui na comunidade. No dia que a comunidade entender que ela pode resolver seus problemas econômicos, nutricionais, de gênero, tudo... A coisa vai mudar. Talvez não aconteça, mas tem que ter alguém gritando como é que se pode fazer.”

(excertos da entrevista 02)

Isso exemplifica o entendimento da realidade da comunidade em toda sua complexidade, comungando o que pode e deve ser proposto pelo movimento ambiental, no qual “reivindicações de melhoria da qualidade do ambiente e da qualidade de vida”, juntam-se a “espaços de autonomia cultural e autogestão produtiva” (LEFF, 2008, p.62). Movimentos comprometidos com novas formas de ser e estar precisam incorporar “novas reivindicações às demandas tradicionais pelos direitos humanos e pela justiça social”, como para o “desenvolvimento material e cultural da sociedade” (*idem*).

Na multiplicidade de nuances e possibilidades do processo “esquizofrênico” das periferias (SANTOS, 2008), a cidade assiste à materialização da história dos sujeitos, já que ela mesma é uma “forma de pensar, sentir, consumir; é modo de vida, de uma vida contraditória” (CARLOS, 2001, p.26). A “extraordinária vida urbana do Brasil”, alcançada no jeito de ser dos centros urbanos e, especialmente, com o surgimento das metrópoles, gera pressões imensas sobre o espaço, mas permite que suas populações mantenham sua cultura “integrada e criativa” (RIBEIRO, 2006, p.184).

²⁴ Falas enunciadas durante mutirões e registradas em diário de campo.

Assim, ganha destaque o uso da arte e da cultura na dimensão identitária neste grupo, na e para a constituição de uma comunidade e que pode ser tão estratégica a movimentos educadores:

“A Arte acolhe ao mesmo tempo em que escancara, o que pode causar estranhamento, mas também cria elos com aquilo que é diferente. Possibilita um resgate histórico do imaginário de diferentes sociedades e a mudança de perspectiva dos atores enquanto *sujeitos-agentes* – que ativamente constroem e reconstróem sua própria história – que buscam se tornar cada vez mais conscientes não apenas dos processos externos, como dos internos, inclusive no que diz respeito ao meio ambiente” (OCA, 2018, p. 13).

Para Oca (2018), quando ambientalistas buscam processos educadores significativos, devem buscar também

“experienciar transformações internas tendo a experiência artística e espiritual como importantes meios transformadores e emuladores de intervenções educadoras que visem o Bem Comum e a transição para sociedades sustentáveis. É algo intrinsecamente dependente de elementos de foro íntimo e individual, mas se compartilhado no coletivo e se profundamente vivenciado, é possível que colabore para a qualidade e profundidade dos processos educadores ambientalistas” (OCA, 2018, p. 06).

O artístico “ativa o imaginário, os símbolos, as crenças e os valores que nem sempre estamos plenamente conscientes” e também possibilita “um olhar para si e para o Outro e a escuta interna de pensamentos e sentimentos, à semelhança do encontro eu-tu” na perspectiva dialógica buberiana (OCA, 2018, p. 11-12). Ela foi considerada uma ferramenta importante em processos educadores para a totalidade, ajudando a combater

“a lógica da separação e disjunção, a partir de uma perspectiva transdisciplinar e criativa, pautada em uma educação que considera os aspectos subjetivos de cada indivíduo ao longo do processo de aprendizagem, indo além da concepção de educação ligada à produção intelectual celebrada como objetiva, imparcial, mensurável, quantificável e verificável” (OCA, 2018, p. 13).

Sugere-se que sejam trabalhados princípios voltados à abundância, à comunhão e à integração, ao invés do medo, da reatividade, da separação ou da escassez (OCA, 2018) frente à crise ambiental pela qual passamos enquanto civilização. O respeito e a transdisciplinaridade, “com o acolhimento e o diálogo entre diferentes visões de mundo e o resgate de aspectos da ancestralidade que foram perdidos ou subjugados ao longo do tempo” (p.16) são pontos elementares de

jornadas educadoras significativas e que buscam sensibilizar para a questão ambiental em um nível profundo.

Entre rabos de arraia, saias dançantes e marcações nas alfaias, se desenrolam as *pedagogias semeadas nas encruzilhadas de cada esquina da Zona Norte*, trazendo encantamento, rompendo com os modos unitários e simplistas de existir e dando vitalidade a esse lugar que também transborda identidade, cultura, arte e sacralidade, do seu modo.

6.5 Engajamento político

“De ver aquilo do jeito que estava e saber que a gente precisa fazer alguma coisa. O que que a gente pode fazer? A gente sabe que não vai mudar o mundo, mas o que a gente pode fazer? Ver aquilo lá incomodava. Então, a partir desse desconforto, a gente fez alguma coisa. O desconforto coletivo nos dava acalento.”

(excertos da entrevista 04)

Assim como encontrado nos trabalhos de Nagib (2016), Machini (2018) e Biazoti (2020), vê-se que a Horta cumpria um importante papel na articulação entre as pessoas e na formação dos sujeitos para sua atuação cidadã, despertando seu engajamento político. Aqui a formação política é considerada na dimensão dos sujeitos e do seu coletivo e ainda em seus desdobramentos para/ com políticas públicas

6.5.1 Formação política dos sujeitos e do seu coletivo

Algumas práticas de agricultura urbana aliam o direito à cidade e à alimentação adequada problematizando concepções em disputa no mundo atual (BIAZOTI, 2020): não há como separar o direito alimentar das outras dimensões - sociais, econômicas, culturais e políticas - que o transpassam.

Diz respeito inclusive à qualificação das discussões para questões como as raciais, de gênero, de classe, de cuidados com a saúde na sua totalidade (física, mental, emocional), como foi apontado por um dos entrevistados:

“Acarreta um monte de discussão, acarreta saúde mental, saúde física, fome, economia...Tanta coisa que começa a abrir um leque que você pensa: “Não sei discutir sobre isso, eu preciso estudar sobre isso”. E o principal de todos: discutir raça. Para mim o “agrogueto” é a organização da discussão de raça por direito à comida. Nada do que a gente faz, no meu ponto de vista, deixa de passar por raça. E se não passar por raça a gente tá errando para caramba. Se não passar por raça e também por

consequência por gênero, classe e tudo mais, mas no meu ponto de vista (...) deu errado.”
(*excertos da entrevista 02*)

Para Biazoti (2020) as hortas comunitárias são consideradas enquanto “uma das primeiras ações coletivas concebidas sob as perspectivas dos comuns urbanos” (p.150), cumprindo um importante papel na organização do território. Considerando a gestão dos alimentos e recursos, a ocupação dos espaços, o apoio aos produtores e instituições e a produção de conhecimentos dialógicos na interface entre os saberes científicos e populares, o autor propõe que a proliferação desses espaços verdes pode ser considerada uma “conquista cidadã” (p.150).

Ainda que estas iniciativas - que são dispersas e fragilmente conectadas - dificilmente consigam transformar radicalmente o sistema alimentar capitalista que é controlado por uma perspectiva de monocultura e monopólio de corporações produtivas, mesmo assim elas oferecem *caminhos* “a partir da reivindicação da produção alimentar enquanto um direito pautado no comum, para um contínuo e longo processo de reclamar a vida social de volta às mãos dos cidadãos” (p.154).

A participação mais ativa dos sujeitos na gestão das hortas enquanto espaços verdes públicos

confronta diretamente com a lógica privatista com que a cidade se desenvolveu, em que o distanciamento e controle da Natureza, o esvaziamento do espaço público e a centralização da gestão na figura do Poder Público possuem proeminência. A desconexão entre ambiente natural e ambiente construído tende a afastar as pessoas desses espaços, enquanto a horta fortalece uma reconexão com a cidade e com um olhar ativo para a manutenção das áreas verdes (BIAZOTI, 2020, p. 179).

O processo de envolvimento em um espaço e uma pauta coletiva pode reavivar a potência de ação quando os sujeitos são afetados pelos bons encontros, pelo trabalho comunitário e pela construção dos laços de confiança dados no espaço das hortas comunitárias (BIAZOTI, 2020). Elas podem ser consideradas como espaços que existem “como locais de transformação onde valores e práticas se formam mutuamente e geram mudanças na estrutura social e espacial da sua localidade” (p. 154).

“A sensação era de fazer algo a longo prazo, de aprender. Rolava uma sensação de pertencimento (...). Eu não estou salvando o planeta, mas estou tentando um pouquinho. A gente ia domingo de manhã para lá e conseguia fazer uma “mini revoluçãozinha!”
(*excertos da entrevista 03*)

“Algumas pessoas falam: “Ah, quando tinha a horta”. E de fato. Eu nunca achei que ela existia enquanto objeto. Acho que a Horta está na discussão. A Horta é mais que uma ideia, ela é uma ação. A Horta quando ela tá no campo das ideias ela é bonita. Quando ela está no campo da ação ela é verdadeira. A Horta é cada pessoa que olha para o lixo e se indigna e faz alguma coisa. Tem gente que olha para o lixo, fala, fica bravo, faz textão [nas redes sociais] e a coisa toda. E tem gente que passa, pega e limpa. E tem gente que passa, pega e conversa com a pessoa ali perto pra ela não jogar. Acho que isso é o que a gente conseguiu fazer ali.”
(*excertos da entrevista 02*)

Assim, reconhecer a si, ao outro e a nós como sujeito coletivo e multidão (BIAZOTI, 2020) engendra a *desalienação dos sujeitos*, que se colocam agora como relacionados à construção de um movimento urbano:

Os sujeitos entendem-se como parte de algo maior que si e que a cidade é composta por uma imensa diversidade de seres em disputa, vivenciando uma experiência nada trivial. O reconhecimento da conveniência entre as pessoas de uma cidade leva à constituição de conexões e de afinidades políticas que tecem uma rede sutil e invisível entre as pessoas, que imaginam a cidade em que se deseja viver e atuam de forma conjunta no exercício prático da produção dessa cidade. Vivenciar a experiência da multidão tomando parte da mesma, fazendo multidão, transforma os sujeitos de forma a ampliar sua potência de forma coletiva, reconhecendo que juntos podem mais e agindo a partir do desejo individual rumo à coletividade autogestionada (BIAZOTI, 2020, p. 181).

Outro ponto interessante diz respeito ao entendimento dessa Horta enquanto local para se “fermentar” discussões, trazer pautas não corriqueiras na comunidade e nem na cidade enquanto espaço ampliado, dando a ela um perfil de *horta de visibilidade* (CALDAS; JAYO, 2019). As hortas que compõem a “agricultura urbana de visibilidade” voltam-se mais à “produção de discurso do que de alimentos, gerando consciência ambiental e visibilidade para a agenda política da agricultura urbana” (p.02). Na capital paulista esta tipologia tem maior incidência em regiões centrais da cidade, diferindo do território araraquarense.

A Horta Comunitária da Zona Norte, ainda que não tenha atingido o objetivo primordial da produção de alimentos agroecológicos em escala para abastecer a comunidade na qual se localiza, colocou esse debate e outros debates do urbano na agenda pública e “*na mente dos moradores da quebrada*”²⁵, como nos eventos vistos na figura 38.

Esse aspecto nos ajuda a compreender a multifuncionalidade da agricultura urbana (CURAN, 2020), reconhecendo que as hortas estão muito além da produção de comida na cidade e se colocam também à frente da produção de conhecimentos,

²⁵ Falas enunciadas durante entrevista com participantes da Horta.

formação de sujeitos e identidades e constituição de agendas coletivas no espaço urbano.

Figura 38 - Cartazes de eventos para formação política na Horta.



Fonte: arquivos de Horta comunitária da Zona Norte (2019/2020).

A Horta cumpriu em Araraquara um importante papel de iluminar o debate sobre a agricultura urbana e de conectá-la à “lutas mais amplas por justiça social e transformações estruturais”, o que a coloca como essencial “para seu escalonamento enquanto *mudança paradigmática do urbano*, reconhecendo que ela compõe com outras iniciativas as ferramentas para a construção da sustentabilidade nas cidades” (BIAZOTI, 2020, p. 154, grifo nosso).

“A horta se resume a tudo aquilo que a gente acredita: autonomia, justiça alimentar, descentralização na gestão de resíduos. Aquela coisa de que a pessoa pode ser responsável por produzir o próprio alimento e descartar o próprio alimento. Essa Independência do Estado e do governo, de conseguir ter autonomia com as próprias mãos. A gente foi entrando nessa bandeira e vimos que é o que a gente mais acredita hoje, esse movimento regenerativo, pode-se dizer”.
(*excertos da entrevista 04*)

Ela se destaca, inclusive, com a chegada de intelectuais e pessoas vinculadas à universidades, com estes colocando a Horta como um dos espaços nos quais existe a aproximação entre os conhecimentos teóricos na proposição de outro modo de ser e a atuação prática para sua (re)construção. Isto se dá através de processos de ensino, de pesquisa e na extensão, como se destaca no trecho da entrevista abaixo:

“Eu estou na militância política desde os meus 15 anos de idade, na luta contra a ditadura e por aí vai. (...) Eu valorizo muito, na universidade e como docente, a dimensão extensionista da vida acadêmica. Eu sou reconhecido na universidade como um dos docentes que mais atua na extensão. Então ver sentido, presenciar, poder conectar todos os nossos sentidos com uma ideia que vinga, com uma ideia na qual a gente exerce algum tipo de protagonismo, acaba gerando um sentimento de realização, de alegria, daquilo mesmo que você gosta de fazer, daquilo que você empenha suas energias, se tornando realidade”.
(*excertos da entrevista 01*)

Para Leff (2008), a nova forma de gerir o ambiente de maneira a consolidar cidades sustentáveis exige conhecimentos interdisciplinares e planejamento intersetorial, mas, sobretudo é

um convite à ação dos cidadãos para participar na produção de suas condições de existência e em seus projetos de vida. (...) oferece novos princípios aos processos de democratização da sociedade que induzem a participação direta das comunidades na apropriação e transformação de seus recursos ambientais” (LEFF, 2008, p.57)

Como enunciado nas falas, a utopia buscada pela Horta passa pelo objetivo principal de estimular a autoconsciência e a luta social por políticas públicas e sociais que amparem a sociedade nas questões de infraestrutura, direitos humanos, acesso à cultura, informação, participação social e desenvolvimento por meio do cultivo da terra, permitindo a interação entre indivíduo, comunidade e sociedade (HCZN, 2017).

Ela vai de encontro ao que propõe Lefebvre (2016), para quem o direito à cidade não se resume apenas ao acesso a espaços e equipamentos públicos de que necessitam os cidadãos e cidadãs em sua vida cotidiana. A possibilidade de usufruir e viver a cidade passa também pelo direito e pelo acesso à cultura, à dignidade socioeconômica e à atuação política.

O direito à cidade envolve a *participação* dos sujeitos na vida urbana “renovada”, na qual cabem a educação, o lazer, a vida, a habitação, a saúde e a centralidade do urbano passando pelos “locais de encontro e troca e ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses locais e momentos” (LEFEBVRE, 2016, p. 153) por aqueles que ali estão.

6.5.2 Desdobramentos para/ com políticas públicas

Antes de tratar das relações que se estabelecem entre a Horta e políticas públicas do e no território, vale destacar o que aqui se entende sobre políticas públicas e para que/quem elas serviriam. Primeiramente é interessante dizer que as

políticas públicas surgem da necessidade de se proporem normas e regras de convivência às sociedades; ou seja, políticas públicas têm estabelecido acordos que se constituem “enquanto estratégias de e para organização social” (NERY0SILVA, 2015, p.60).

Em linhas gerais, entende-se políticas públicas enquanto

as ações e escolhas governamentais que se dão em diferentes níveis federativos (SOUZA, 2003, 2007), voltadas para setores específicos da sociedade (HOFLING, 2001), e que se articulam com o planejamento mais global que a sociedade constrói para si (AZEVEDO, 2004). As ações governamentais (que se materializam como leis, programas, projetos), estão de acordo com as diferentes formas, funções e opções ideológicas assumidas pelos dirigentes governamentais em diferentes tempos históricos (GIRON, 2008; SANTOS, 1999) (NERY-SILVA, 2015, p. 20).

A visão acima apresentada reflete o *referencial estadocêntrico*, no qual o estado e o governo figuram como principais atores das políticas públicas (ainda que consideremos que na lógica da democracia representativa os governantes sejam espelhos dos desejos de seus eleitores). Há uma outra perspectiva, chamada de referencial multicêntrico que sugere, por sua vez, a existência de centros múltiplos de tomada de decisão que não apenas aqueles restritos aos gestores governamentais, considerando organizações não governamentais, organizações privadas, organismos multilaterais e redes de políticas públicas como grupos que também podem estar envolvidos nos processos de instituição de políticas públicas, atuando articuladamente com gestores governamentais (SECCHI, 2003).

As proposições de Sorrentino et al. (2005), Sorrentino (2011), Biasoli (2015), Andrade et al. (2014) e Oca (2016) reforçam ainda que as políticas públicas são ferramenta estratégica dentro do campo ambiental e que devem ser usadas visando a construção de outras realidades possíveis, de maneira articulada, contínua e capilarizada nos territórios. Para isso, é necessário então que se incorporem diretivas sociais diversas, que só são solidamente construídas quando pautadas na participação de diversos atores.

Assim, não apenas os dirigentes governamentais e suas equipes devem ser consultados para elaborar, implementar ou avaliar políticas públicas que regulamentem o campo ambiental no país, mas também outros grupos precisam ser convidados a integrar processos decisórios, dentre os quais ambientalistas, terceiro setor, instituições privadas, acadêmicos e especialmente as populações que poderão

ser mais afetadas pelo conjunto das orientações dadas pelas políticas públicas.

Para Sorrentino (2011) é importante destacar ainda o diálogo entre os dirigentes governamentais e as políticas públicas estabelecidas em seus países, uma vez que todos somos habitantes do mesmo planeta e o compartilhamos, nos influenciando reciprocamente a partir dos caminhos que escolhemos em cada um dos nossos territórios.

Em Biasoli (2015) encontramos ainda a aproximação do fazer *político com o cotidiano*, propondo uma nova formação voltada ao saber e ao fazer político de maneira multissetorial, pautado na constituição de um Bem Comum e representando as diversas dimensões e sujeitos envolvidos em um novo paradigma social, alicerce de uma educação ambiental transformadora, crítica e dialógica, e, portanto, socialmente comprometida.

A partir do entendimento do referencial de política públicas aqui considerados, pode-se então apresentar as relações com políticas públicas que de alguma maneira se relacionam ao desenvolvimento da Horta, destacando aquelas que engendram o processo de ocupação da região (a) e aquelas que se desdobram ou que poderiam se desdobrar das atividades propostas (b).

a. Políticas ligadas à ocupação da região

No primeiro ponto, ligado à formação do bairro e ocupação da região, chama atenção a situação do Valle Verde e a ocupação da cidade. Essa dinâmica socioespacial é um reflexo do “ciclo vicioso” pelo qual têm passado as áreas urbanas: a população ali residente está em um local onde há apenas sua habitação, muito distante do centro político, comercial e cultural da cidade, segregados socialmente e espacialmente (PIERINI, 2020).

Dentro das políticas públicas para a área vale fazer menção ao uso e parcelamento do solo que se materializa no Plano Diretor. O processo de ocupação do entorno da bacia do Ribeirão das Cruzes foi marcado ao longo das últimas décadas por ações de significativo impacto ambiental com consequências negativas para a bacia e a cidade. A região do extremo norte da cidade passou por dois momentos nos quais o processo de urbanização ocorreu reiterando as falhas e

fragilidades do planejamento urbano. O primeiro momento foi entre as décadas de 1970 e 1980 e o segundo retomado a partir da década de 2000 (OLIVEIRA, 2017), prosseguindo ainda nos dias atuais.

Segundo o PD de 2005 a Zona Norte deveria ser ocupada com restrição: os empreendimentos imobiliários permitidos deveriam estar na categoria de lotes com uso agrícola sustentável em função da vocação local e da interface entre as áreas rural e urbana (a denomina zona rurbaria) (OLIVEIRA, 2017). Isso não ocorreu na prática, uma vez que o PD de 2014 alterou significativamente o uso e ocupação do solo para a zona Norte e este processo segue até o momento atual, com regulamentação de novos loteamentos.

Esse descompasso entre crescimento populacional e aumento da área urbana, mostrou a supervalorização da terra aliada à segregação sócio espacial. Os impactos desta ocupação ocorrida com a tutela do poder público local intensificaram problemas socioambientais: supressão de vegetação, evolução de processos erosivos e de degradação do solo, expansão de áreas impermeáveis, crescimento da densidade populacional, aumento da demanda de água, assoreamento do reservatório de captação para abastecimento público, multiplicação de áreas de deposição irregular de entulho e pouca oferta de equipamentos de cultura e lazer, com uma grande população ociosa (OLIVEIRA, 2017).

Para Oliveira (2017), mesmo ciente dos problemas ambientais da região, a administração municipal não tinha até o momento da escrita de seu trabalho um cronograma de planejamento de ações em um programa sistematizado de educação ambiental, especialmente focadas na problemática da deposição irregular de entulho. O que se observava na época e que ainda continua ocorrendo são ações semanais para limpeza dos depósitos clandestinos de lixo, o que, para a autora, reforça uma “cultura paternalista e nada eficiente” (p. 155).

Questões que envolvem a problemática socioambiental como um todo precisam ser consideradas na dinâmica do cotidiano, na qual se vislumbra a escala local e, na prática, na qual os problemas são sentidos (vividos) e também gerados (ORSI, 2023). Por isso os PD, enquanto ferramentas de organização da cidade devem considerar as temáticas e estratégias socioambientais, ainda que elas costumem ser complexas e possam implicar “disputas entre grupos de interesses

dentro da política urbana” (p.99). Encontrar dispositivos legais que regulamentem a dimensão socioambiental dentro das políticas municipais auxilia também na “compreensão da (as)simetria de forças no jogo político local envolvendo interesses distintos pelo uso e ocupação dos espaços municipais” (*idem*), como vemos no PD de 2014.

Outra dimensão importante das políticas públicas que se vinculam à área se dá na constituição do Programa “Minha casa, minha vida”. Este, enquanto política pública, alavancou as habitações brasileiras e gerou significativas transformações nas paisagens das cidades, especialmente nas regiões periféricas nas quais esses conjuntos habitacionais ou complexos de conjuntos habitacionais foram implantados (ORSI, 2020).

Sem desconsiderar a relevância deste Programa e sua importância enquanto política de habitação para as camadas mais vulnerabilizadas das cidades, deve-se ressaltar suas fragilidades no processo de implantação dos conjuntos habitacionais. Como em outros locais, no Valle Verde o projeto de implantação também parece se descolar ou ignorar o espaço urbano com suas tensões e idiossincrasias, “reproduzindo problemas que de fato se propõe a sanar, como o gritante déficit habitacional e as decorrentes fraturas sociais urbanas” (ORSI, 2020, p. 267). Ainda que diretrizes como os Planos Diretores sejam importantes instrumentos de planejamento e ordenação do espaço e que norteiam estes projetos, na prática “pouco se tem avançado em sua utilização para conter e minimizar os problemas advindos da especulação imobiliária, do espraiamento das cidades e da ocupação de áreas fragilizadas do ponto de vista socioeconômico e ambiental” (*idem*).

Ainda sobre a atuação do governo local, Coelho (2023) considera que a ação do Poder Público Municipal foi marcante no resgate e limpeza da área zoneada onde se desenvolveram as atividades da Horta, assim, “pode-se dizer que se cumpriu sua política pública de modo eficiente, ainda que este tenha sido alertado sobre a situação e que não tenha existido monitoramento anterior e posterior a respeito do terreno” (p.46). Como anteriormente descrito, houve uma parceria institucional com a Prefeitura Municipal de Araraquara que auxiliou, especialmente através do DAAE, com questões técnicas envolvendo terraplanagem do terreno e a doação de árvores nativas, plantadas nas margens da nascente do Ribeirão das Cruzes.

Para Oliveira (2017), com tamanhas fragilidades impostas sobre a região, ainda parece um processo distante alcançar um “crescimento de estruturas equilibradas e ambientalmente justas para a sociedade”, uma vez que se multiplicam e continuam modelos que reforçam a segregação e exclusão social e reiteram fragilidades ambientais. Esta forma de ocupar as cidades tem reforçado a apropriação de áreas de proteção que são constantemente invadidas ou legalmente loteadas, inclusive na formação de bairros periféricos e favelas (OLIVEIRA, 2017).

“Mas cada dia que eu vou lá é diferente. Tem dia que tá “muito massa”, tem dia que tá muito ruim. Tem dia que eu vou lá pra assistir a ausência do Estado e ficar revoltado. Acho que a Horta ajuda a organizar todo o meu ódio [pela ausência do Estado, pela situação da comunidade]. E eu tenho ódio pra caramba. Esse ódio só tá organizado quando eu vejo as pessoas acreditando na coisa. Então essa relação de “Óh, tá tudo ruim, mas nós estamos aqui” talvez seja um pouco o que me acalma.”
(excertos da entrevista 02)

Considerando o proposto por Silva ET AL. (2016), a Horta vem na contramão de um processo de exclusão, compreendido também pela

má distribuição da riqueza socialmente produzida, o não acesso a serviços básicos, à informação, ao trabalho e a uma renda digna, a não participação social e política, e as múltiplas privações resultantes da falta de oportunidades pessoais, sociais, políticas ou financeiras. A noção de exclusão decorre, portanto, da participação social inadequada e da falta de integração social (p. 09).

Ela tem cumprido ao menos parte do papel cultural e social que falta à população, já que equipamentos públicos para estas funções estão ausentes na maior parte do bairro ou são insuficientes em relação às demandas estabelecidas. Ali são trabalhados valores de coletividade, cooperação e para a análise crítica da realidade, inclusive com diálogos sobre as políticas públicas estabelecidas e como elas afetam a dinâmica do bairro.

b. Políticas que se desdobram ou que poderiam se desdobrar das atividades propostas

No segundo quesito, na qual se pensam as políticas que se desdobram ou que poderiam se desdobrar das atividades propostas, vale ressaltar as possibilidades de políticas de educação ambiental, fermentadas a partir das estratégias vivenciadas

pela Horta. Ao pensarem sobre um método para elaboração de processos que consolidem uma educação ambiental dialógica, transformadora e incremental, pesquisadores da Oca propuseram que uma das dimensões fundamentais é a sua vinculação com políticas públicas (OCA, 2016). Aqui comungamos com esse ideal, compreendendo-o como o estabelecimento de pactos entre o individual/ grupal e um coletivo ainda maior, como de toda uma cidade.

Parte-se do referencial de Andrade ET AL. (2014), para quem as políticas públicas devem ser consideradas em uma perspectiva ampla e indicando, de forma geral, “uma intenção de construção do bem público que se desdobra em uma ação ou um conjunto de ações”, e que devem permitir e ainda incentivar “a participação dialógica entre vários atores e, portanto, serem, ao mesmo tempo, resultado e fomentadoras da dimensão política da democracia” (p.821).

No que diz respeito a iniciativas educadoras, como as que observamos em todo processo da Horta Comunitária da Zona Norte, os autores ainda consideram que para “aumentar o alcance e conseguir maior legitimidade para suas iniciativas”, estas ações devem buscar se desdobrar em políticas públicas (ANDRADE et al., 2014). Isso dá a essas iniciativas, além da legitimidade, também capilaridade e enraizamento, ainda que isso coloque “educadores e educadoras ambientais em uma seara que não faz parte de seus processos de formação” (p.829) ou mesmo de militância.

As iniciativas educadoras locais precisam estar dispostas a conectarem-se com processos que transcendam a dimensão pedagógica e alcancem também a dimensão das políticas públicas. A apropriação dos princípios de uma educação ambiental crítica e transformadora devem

fomentar tanto o envolvimento e a participação social nas suas diversas etapas quanto contribuir para a superação da lógica oligárquica que predomina na cultura política brasileira que, a despeito da participação social em algumas etapas, acaba impondo interesses de grupos específicos na implementação das políticas. Em outras palavras, a capacidade de se estabelecerem processos dialógicos e comunidades interpretativas e de aprendizagem que permeiem estes ciclos deve provocar mudanças no *modus operandi* em relação às políticas públicas, pois, de outra forma, a participação social e o diálogo provocarão apenas desgaste no processo, sem ter reflexos reais na transição de um agir (...) que priorize o bem-estar coletivo” (ANDRADE et al., 2014, p.829)

Para Andrade ET AL. (2014) há uma relação circular que se retroalimenta,

num processo cíclico que vai da pedagogia (como por ações pontuais e programas ligados a elas) à política (de forma mais estruturada, capilarizada e enraizada nos territórios) e vice-versa. A ideia é “que as diversas iniciativas desenvolvidas consigam instigar, em seu território, a consolidação de políticas públicas” (p.824).

Nessa perspectiva, se reconhece que um grupo em determinado local, deve avaliar quanto à necessidade de criação de uma política pública de EA, percorrendo um trajeto até a condição na qual a percepção se torna, de fato, política pública. E, por outro lado, deve-se atentar também para estabelecer “coerência e organicidade” entre as práticas educadoras e as políticas criadas (ANDRADE et al., 2014).

Junta às políticas de agricultura urbana, seria interessante que houvesse maior estruturação de processos educadores à elas comungados, identificando *atores* (lideranças comunitárias, professores, educadores, etc), *estratégias* (cursos, oficinas, espaços de formação, quais tipos de linguagem, públicos, periodicidade, etc), *espaços no território* (escolas, praças, campos de futebol, UBS, CRAS, postos de saúde, etc), *temáticas* (algumas já elencadas na Horta com identidade, ancestralidade, engajamento político, relação com meio ambiente, etc) e *recursos* (públicos, privados, vindos de parcerias, de abatimentos fiscais, de doações, etc). Tais processos educadores poderiam auxiliar no entendimento sobre a importância das práticas de agricultura urbana, bem como auxiliar na sua implementação e multiplicação.

Para Leff (2008), nos movimentos cidadãos, no meio urbano e no meio rural, é que estão se forjando novos atores de um processo de mudança histórica. Isso pois

“A energia social reprimida e as forças contidas pela história transbordam sobre a realidade, anunciando a possibilidade de pensar novos futuros. Diante do bloqueio econômico das idéias, irrompem estalidos sociais, mobilizações cidadãs e lutas de resistência; ações e reações face à globalização do que estão transformando o mundo para passar para outro mundo. Diante da desarticulação e dissolução dos movimentos sociais, o saber ambiental emerge de seu sonho (pesadelo?) legitimando novos direitos humanos e despejando novas vias de transformação histórica. De suas lutas de resistência, a cidadania desperta para a invenção de novas utopias” (LEFF, 2008, p.120-121).

A gestão ambiental participativa está propondo, além da oportunidade de reverter os custos ecológicos e sociais da crise econômica, a possibilidade de integrar a população marginalizada num processo de produção para satisfazer suas necessidades fundamentais, aproveitando o potencial ecológico de seus recursos ambientais e respeitando suas identidades coletivas (LEFF, 2008).

Do mesmo modo que existem formas de entendimento da cidade e criação de imagens desse espaço, existem também formas de ruptura. A cidade é também um campo privilegiado de lutas de classe e movimentos sociais de toda a espécie, que questionam a normatização da cidade e da vida urbana. “No espaço urbano, por exemplo, fundem-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta de moradores como forma de resistência contra a segregação do espaço residencial e pelo direito à cidade” (CARLOS, 2001, p.26).

No urbano, os cidadãos experimentam formas de entender e criar imagens da cidade, mas também formas de ruptura para com ela. Ela é um local ímpar no qual os cidadãos, fortalecidos, podem lutar contra a segregação do espaço residencial e pelo direito à cidade (CARLOS, 2001) inclusive pela consolidação de políticas públicas que tragam perenidade às pautas colocadas coletivamente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: COM POEMA E COM ENXADA, TODA GINGA SEMEADA

*“Dá licença, porque eu quero e eu preciso falar
 Hoje eu moro num canto, bem na beira da cidade
 Nesse êxodo do centro resulta uma comunidade
 Inundada de carência
 Emergindo resistência
 e construindo identidade
 São tragédias e talentos partilhando um cenário
 E todo dia é um leão derrotado por canário
 Enterraram nossa gente
 Descubram, somos semente
 Num gueto revolucionário
 Eu faço parte disso aqui, desse povo e dessa gente
 Quem sabe, manda bem
 Mas quem faz, tá sempre à frente
 Eu vou cuidando do meu casco,
 afastando qualquer carrasco
 que inunde a minha mente
 Valor nunca foi preço
 E revelar essa essência
 pra quem não entendeu é a nossa persistência
 Com poema e com enxada, toda ginga semeada
 vai virando uma referência.”*

*Quebrada - poesia marginal
 Flávio Rodrigues “Preto”*

O processo pesquisante aqui traçado não pode ser desconsiderado da conjuntura maior do país, no qual houve o abandono das populações do nosso chão, a exposição dos mais fragilizados à um “mal invisível” que ceifou muitas vidas e o saqueamento dos nossos bens naturais, da nossa cultura e das nossas pluralidades de existir.

Ele também se atrela ao processo de formação da pesquisadora, que mergulhou no (seu) caminho de entender o pertencer: voltou para “onde foi enterrado seu cordão umbilical”, se despediu de outros viventes, gestou e pariu vida e aprendeu a (re)encatar-se com o mundo no sol nascente, na lua cheia, na beira d’água e nos sussurros de pé de vento.

Durante essa trajetória ficou cada vez mais claro a necessidade de pesquisas interdisciplinares, como o que se propõe neste Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada. Isso traz contribuições para a análise da realidade na qual nos inserimos enquanto objeto de pesquisa e na própria formação dos pesquisadores e

pesquisadoras, que podem melhor compreender a Ciência enquanto ferramenta necessário ao entendimento e à resolução das problemáticas socioambientais, grandes desafios de nosso tempo.

Espera-se ter dado singelas, mas significativas contribuições à essa abordagem interdisciplinar proposta pelo Programa, com uma perspectiva de análise multirreferencial; com mais elementos que ajudem a compreender a multifuncionalidade da agricultura urbana a partir da Horta estudada; com propostas de registros que consolidem o pessoal e o sensível na formação dos pesquisadores e pesquisadoras; com propostas metodológicas voltadas à uma pesquisa mais participativas e atuante junto às comunidades estudadas; e com fundamentos que contribuam ao entendimento das políticas públicas voltadas à educação, especialmente à educação ambiental e em âmbito municipal.

Ao fim desta jornada de formação e de pesquisa, sustenta-se a ideia de que a essência da Ciência precisa ser, além de técnica, também política. É necessário situar o papel histórico e social do conhecimento científico, e pesquisadores e pesquisadoras, especialmente oriundos da universidade pública, precisam ter o compromisso de estarem engajados com causas sociais/ comunitárias/ humanas na produção de conhecimento.

Para as considerações finais, é pertinente retomar os objetivos do trabalho, pontuando cada um deles. Em relação ao primeiro objetivo, que buscava analisar o histórico das políticas municipais ligadas à agricultura urbana e às hortas comunitárias em Araraquara/SP e sua possível relação com processos educadores, é importante destacar que há uma tendência visível de implantação dessas políticas quando, à frente das gestões municipais, encontraram-se lideranças vindas de partidos ditos mais progressistas, e uma tendência à sua continuidade em gestões mais conservadoras.

Nestes governos mais progressistas, foram encontrados marcos legais na forma de programas que buscaram e ainda buscam na agricultura urbana e nas hortas comunitárias uma estratégia para consolidar a segurança alimentar e nutricional nos territórios de maior vulnerabilidade socioambiental bem como indicações a processos educadores. Vale a sugestão, no entanto, de que estas

políticas sejam constantemente revisadas e aprimoradas, com o entendimento de lacunas vindas de sua reiterada avaliação, e contando com incentivo e amparo da gestão municipal e de outras instituições parceiras que possam se somar pelo caminho de sua implementação.

As hortas comunitárias já entraram na agenda pública como estratégias de enfrentamento às vulnerabilidades socioambientais, mas recebem incentivo do Fundo Municipal de Agricultura Urbana apenas aquelas são propostas pelo poder público: iniciativas populares não estão listadas para receber recursos financeiros, insumos, formações ou outros tipos de incentivos que possam ser necessários à suas continuidades.

Assim, deve haver a aproximação das políticas com a Horta ou outros movimentos urbanos. Estes acumulam conhecimentos em suas andanças: o mapeamento das fortalezas e fragilidades do bairro, a relação de afeto e confiança com a comunidade e a formação das identidades locais. Isso pode ser primordial para que a implantação de políticas seja exitosa e para que elas alcancem continuidade no que vieram cumprir. Isso pode auxiliar nos momentos de elaboração, por exemplo, das iniciativas governamentais.

Apontando algumas considerações sobre o segundo objetivo específico, que era analisar elementos importantes à gestão e manutenção da Horta Comunitária da Zona Norte em Araraquara/SP, bem como possíveis relações com processos educadores, ressalto que uma das maiores dificuldades apontadas durante as conversas e vivências sobre o desenvolvimento e a manutenção da Horta, desde o início, era quando ela ainda era no quintal da casa de um dos moradores, associando-se à questão da coletividade.

Em muitos momentos o coletivo se faz imprescindível: a divisão de tarefas para abrir os “berços” das mudas, plantar e regar, o lanche compartilhado, o respeito das crianças na ordenação da fila e o momento da ginga na roda de capoeira (sozinho não há jogo!). Isso vai na direção do que foi trazido como um dos pilares no conceito de pertencimento: a comunidade e a coletividade. A presença do outro na construção do vínculo com o espaço/lugar, com o tempo, com o eu.

Outra questão de destaque é a atuação da Horta como um espaço de resgate de saberes e de trocas intergeracionais. Cada grupo de pessoas tinha ali o seu

papel e todas atuavam juntas, em constante diálogo e na troca de saberes-fazer para manutenção do espaço: os adultos ensinavam as crianças como fazer o plantio pela primeira vez, as crianças mostravam as plantas e frutas que encontram perdidas no “meio do mato”. Isso também vai na direção de fortalecer alguns dos pontos apresentados como fundamentais ao senso de pertencimento: diálogos que permeiam a ancestralidade, a identidade e a conexão temporal.

Nas vivências e projetos que se desdobraram da Horta nota-se a dimensão da responsabilidade dos sujeitos pela coletividade que se habita, que se constrói. É possível então associar o processo de identidade e mergulho em si com a descoberta da sua responsabilidade perante o coletivo, no qual afeto e pelo qual me deixo afetar, mutuamente.

Sobre o terceiro objetivo, que pretendia compreender em que medida a participação em uma horta comunitária contribui para constituir o senso de pertencimento dos sujeitos envolvidos e na relação entre eles e sua comunidade, vale considerar que as atividades que ali se desenvolviam tratavam do pertencer na medida em que havia a compreensão/ acolhida das questões socioambientais com o desejo, por parte do grupo que encaminhava as atividades da Horta, de que os participantes compreendessem “a micro e a macro conjuntura”: a comunidade no contexto do bairro, a nascente no contexto da cidade, a Horta no contexto do todo-mundo.

As atividades ali desenvolvidas trataram de temas ligados às questões socioambientais e se desenvolveram, muitas vezes intuitivamente, estratégias que se aproximam com o que é proposto por diversos referenciais bibliográficos como elementos fundamentais à processos educadores ambientalistas: o diálogo, a potência de ação, o trabalho em comunidade, o resgate de saberes-fazer ancestrais, a busca da felicidade individual e coletiva e a formação de uma identidade, para essa comunidade que tem sido tão estigmatizada.

As atividades propostas no espaço da Horta aproximam-se dos princípios de uma educação ambiental popular, com a formação histórica dos sujeitos, resgate à saberes ancestrais, com o aprendizado conjunto e comunitário e com o incentivo à sua atuação política, como cidadãos que pensam e agem de maneira crítica e

transformadora perante a realidade em que se inserem.

Em relação ao quarto e último objetivo específico, que buscou contribuir com sugestões de estratégias, temáticas, objetivos, princípios, ações e metodologias para iniciativas educadoras e políticas públicas de educação ambiental nas hortas comunitárias já existentes no município ou que podem subsidiar ações em outros territórios, vale refletir sobre o fato de que o movimento da Horta que aqui se constituiu foi pensado desde o seu início para produção de alimentos em escala na comunidade para combater a fome, buscando segurança alimentar. Na prática houve pequena produção de hortaliças, legumes e frutas no território coletivo, muito aquém das necessidades da comunidade e dos próprios participantes.

Parte dessa produção se potencializou no espaço dos quintais individuais, onde a organização do cuidado foi mais facilmente alcançada no momento pandêmico e pós-pandemia. Ao mesmo tempo, foi uma forma de levar para dentro de cada casa a discussão sobre a agroecologia, com a “agroecologização da quebrada”, dando visibilidade à uma causa que não estava antes presente “nas bocas e mãos” de seus moradores.

A disseminação dos debates sobre a segurança alimentar, as potencialidades da agricultura urbana, as configurações de hortas comunitárias e o reconhecimento e a formação da identidade periférica para toda Zona Norte e para as outras periferias da cidade pode ser feito via movimentos populares, especialmente usando a arte e a cultura como ferramentas de multiplicação. Havia a presença de movimentos de juventude, de artistas e de acadêmicos que traziam potência e auxiliavam na articulação das discussões propostas pela Horta.

A presença da universidade contribuiu com a captação de recursos (materiais e humanos), com um múltiplo processo de formação e com a sistematização das experiências vivenciadas. Essa aproximação ampliou as perspectivas de quem vem da universidade (que pode melhor conhecer a cidade, os moradores e sua realidade) e de quem está na periferia (para adentrar as paredes e saberes acadêmicos), consolidando um relevante trajeto de formação dos sujeitos.

Há também a possibilidade de que tais saberes e fazeres se pulverizem via políticas públicas, ampliando, capilarizando e o enraizando essas práticas

educadoras, o que pede então mais incentivo e mais amparo da gestão pública. Para tal sugere-se também a aproximação com políticas de educação ambiental que devem: trazer o debate da agroecologia e de uma produção que garanta a segurança alimentar e nutricional da comunidade, resgatando saberes e fazeres ancestrais e comunitários; estar alinhadas com a dimensão ambiental, no cuidado com o território e com o seu entorno, articulando outras práticas, como aquelas voltadas ao solo, à água, às mudanças do clima, entre outras; atuar de maneira articulada com os diferentes atores (legisladores, executivos, moradores, educadores, ONGs, entre outros) tendo clareza dos seus papéis e dos limites e possibilidades de sua atuação; mapear constantemente as áreas nas quais estas ações sejam mais necessárias ou nas quais haja mais possibilidades de implementação (dimensionando áreas cultiváveis, proximidades com recursos hídricos, rotas para escoamento da produção, vulnerabilidade das comunidades, entre outros); e estabelecer de maneira clara as ações, prazos, recursos (humanos e materiais), financiamentos e territórios, seja para sua implementação, seu monitoramento ou sua avaliação. Essas sugestões vêm na direção de dar, inclusive, permanência à programas que apresentam muitas potencialidades, como o “Quintais Sustentáveis”, mas que hoje enfrenta um período de descontinuidade.

De maneira geral, buscou-se compreender possíveis nexos entre a educação ambiental, o sentimento de pertencimento e a ação coletiva com a terra na experiência da Horta Comunitária da Zona Norte, em Araraquara/SP. Estudar o conceito de pertencimento deve ser feito no entrelaço entre as diferentes áreas do saber e do fazer: ele tem a ver com o eu, com o nós, com a terra que se pisa, com a água que se banha, com a árvore que se contempla. Ele se desdobra da ancestralidade, da identidade, da comunidade, da potência de ação, do mergulho em si, da conexão temporal e do diálogo, propondo um processo de educar para a multiplicidade, a pertinência e o encantamento do mundo.

Algumas lacunas neste trabalho pairam sobre a maior compreensão do papel dos agentes multiplicadores locais (grupos de liderança das hortas comunitárias) como mediadores e educadores nas periferias, onde muitas vezes os equipamentos públicos, inclusive as escolas, não chegam como deveriam. Tais agentes não vem para suprir a ausência do Estado, mas podem, através de processos educadores no espaço das Hortas, fomentar algumas discussões,

auxiliando na formação e organização dos cidadãos para que revoguem alguns de seus direitos, como à qualidade de vida nas periferias e maior participação nos processos decisórios da cidade. Mas caberia ainda aprofundar alguns questionamentos: em que medida os valores desses agentes locais se sobrepõem às demandas do coletivo? Cabe a eles esse papel de educação informal? Ou esta responsabilidade é apenas do Estado? Como os governos municipais podem se articular com moradores locais para que processos participativos junto à essas comunidades sejam mais significativos?

Também é necessário investigar estratégias que consolidem conexões entre a proposição e a implementação de políticas e a enunciação das utopias propostas nestes espaços periféricos, de maneira que se construam políticas públicas mais participativas. Políticas que tragam ouvidos aos sujeitos que ficam à margem das decisões políticas propostas no urbano: pesquisas que ajudem a adensar e ilustrar conhecimentos sobre as relações entre a pedagogia e a política, como proposto por pesquisadores da Oca. E vamos além: conhecimentos que passem do pertencimento à participação, da participação à pedagogia e da pedagogia à política, fazendo-se de fato pautadas no sensível que permeia esses sujeitos e suas comunidades.

Há uma potência de atuação muito grande na ideia de “agroecologizar a quebrada”, com possibilidades produtivas – de alimentos, saberes, contatos, estratégias – oriundas da pulverização do debate sobre a produção de alimentos nos espaços dos quintais individuais, onde cada casa, cada morador, passou a refletir sobre seu papel na produção de alimentos, sobre a fome e sobre estratégias de superação de mazelas e conflitos socioambientais do território.

Com ginga, esse grupo que liderou a Horta rodopiou perante a escassez, resgatou suas raízes e se voltou também ao seu futuro. Com enxada, semeou a terra que ainda aprende a pisar, a cuidar, a cultivar e a respeitar. Também navegou nas águas que ainda são em parte desconhecidas e nas quais ainda aprende a se banhar. Na utopia coletiva essa comunidade com tamanhas fragilidades tem se feito forte, potente, múltipla e em continuidade, cumprindo o papel primordial da educação ambiental.

Utopia

*“Pra falar sobre esse assunto / Conto-lhes um burburinho
Carregado de verdades / e estética de carinho
Coisas que tenho buscado / nesse momento tão louco
em que a racionalidade pura, / por si só tem sido pouco!
Tenho buscado junto / movimento com urgência,
analisando o contexto, / pra pensar minha competência:
Qual é o meu papel no mundo? / O que é que faço aqui?
E sem esquecer de Brecht / - a quê eu quero servir?
E pra achar esse caminho / eu mergulhei no meu eu
e descobri a empatia / na interface meu e seu
Descobri comunidade, / utopia e cuidado.
Enunciar a transição / e tentar torná-la um fato!
Fato que é possível / no agora cotidiano:
o que como, como me visto / em quem voto, a que eu clamo!
Fato que um dia virá, / como na música do Caetano:
em que todo o coletivo / bradará um “eu te amo”
à si, ao outro, à Terra / à sua própria existência!
Na plenitude de si / no encontro da consciência.
No aprender coletivo, / no ser água-gente-planta
Penso onde estou pisando: / a educação os males espanta!”*

outubro/ 2018

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

AICE - **ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS - Delegação América Latina**. Araraquara: Programa Territórios em Rede. Disponível em: <https://www.cidadeseducadorasla.org/cidades/pt-pt/araraquara-programa-territ%C3%B3rios-em-rede> . Acesso em 08 de setembro de 2023.

ALMEIDA, D. A. O. **Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)**. 2016. 438 p. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). 2016.

ALMEIDA, D. A. O.; BIAZOTI, A. R. Agriculturas urbanas: agroecologia para a cidade, na cidade e da cidade. In: **VI CLAA, X CBA e V SEMDF, 2017, Brasília. Anais... Brasília**, v. 13, n. 01, jul/2018. p. 01-06. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/169/1603> Acesso em 14 de maio de 2020.

ANDRADE, D. F.; LUCA, A. Q; CASTELLANO, M.; RISSATO, C. G.; SORRENTINO, M. Da pedagogia à política e da política à pedagogia: uma abordagem sobre a construção de políticas públicas em educação ambiental no Brasil. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 20, n. 4, p. 817-832, 2014.

ARARAQUARA. PREFEITURA MUNICIPAL, 2002. **LEI Nº 5831, DE 05 DE JUNHO DE 2002**. Dispõe sobre a criação, organização e funcionamento do conselho municipal de planejamento e política urbana ambiental - CMPUA e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/a/araraquara/lei-ordinaria/2002/584/5831/lei-ordinaria-n-5831-2002-dispoe-sobre-a-criacao-organizacao-e-funcionamento-do-conselho-municipal-de-planejamento-e-politica-urbana-ambiental-cmpua-e-da-outras-providencias> . Acesso em 13 de junho de 2022.

ARARAQUARA. **LEI COMPLEMENTAR Nº 858, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014**. Altera a Lei Complementar nº 850/2014 no que é pertinente ao uso e ocupação do solo, altera a Lei Complementar nº 851/14, altera a Lei nº 8.229/14 e altera o Decreto nº 10.666/14 e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisComplementares/858> Acesso em 13 de julho de 2023.

ARARAQUARA. PREFEITURA MUNICIPAL, 2015. **LEI 8.391, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015**. Cria o “Núcleo de Planejamento Urbano” e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/8391> Acesso em 15 de julho de 2023.

ARARAQUARA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2017. **LEI MUNICIPAL Nº 9.147, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017.** Estabelece os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/9147#art5inci> Acesso em 08 de junho de 2022.

ARARAQUARA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2018a. **Lei Nº 9.344, DE 15 DE AGOSTO DE 2018.** Institui o Programa Territórios em Rede e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/9344> Acesso em 19 de abril de 2020.

ARARAQUARA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2018b. **Lei Nº 9.383, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018.** Institui o Programa Municipal de Educação Ambiental formal e não formal. Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/9383> Acesso em 11 de abril de 2020.

ARARAQUARA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2019. **Lei 9.621, DE 24 DE JUNHO DE 2019.** Institui o Plano Municipal do Meio Ambiente dá outras providências. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/9621> Acesso em 24 de maio de 2021.

ARARAQUARA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2021. **LEI Nº 10.331 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.** Institui o Programa “Quintais sustentáveis” e dá outras providências. Disponível em: <https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/ProjetosLei/253-2021> Acesso em 06 de dezembro de 2021.

ARARAQUARA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2022. **LEI Nº 10.666, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2022.** Declara o tombamento provisório do Patrimônio Ambiental Floresta Paludosa localizada no Jardim Ipanema. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/10666> Acesso em 05 de março de 2023.

ARARAQUARA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2023a. **LEI Nº 10.782, DE 3 DE MAIO DE 2023.** Altera a Lei nº 8.973, de 11 de maio de 2017, de forma a atualizar a composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/10782-2023#art1> Acesso em 15 de maio de 2023.

ARARAQUARA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2023b. **Segurança Alimentar de Araraquara é premiada pelo governo estadual.** Disponível em: <https://www.araraquara.sp.gov.br/noticias/assistencia-e-desenvolvimento-social/seguranca-alimentar-de-araraquara-e-premiada-pelo-governo-estadual#:~:text=Combate%20%C3%A0%20fome%20em%20Araraquara&text=Recentemente%2C%20esta%20estrat%C3%A9gia%20integrada%20de,Janeiro%20em%20outubro%20de%202022.> Acesso em 21 de outubro de 2023.

ARARAQUARA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2023c. **LEI N° 10.887, DE 16 DE AGOSTO DE 2023**. Altera a Lei n° 9.834, de 12 de dezembro de 2019, modificando parâmetros para a execução do Programa Municipal de Hortas Urbanas Comunitárias - “Colhendo Dignidade”. Disponível em:

<https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/10887-2023>

Acesso em 23 de setembro de 2023.

ARARAQUARA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2023d. **DECRETO N° 13.210, DE 11 DE MAIO DE 2023**. Institui o Comitê Técnico de Redução de Riscos de Desastre e Impactos Ambientais”, e dá outras providências.

Disponível em: [https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-](https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/DecretosMunicipais/13210/Arquivos/1)

[SP/DecretosMunicipais/13210/Arquivos/1](https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/DecretosMunicipais/13210/Arquivos/1). Acesso em 30 de maio de 2023.

ARARAQUARA, PREFEITURA MUNICIPAL, 2023e. **Quilombo Rosa**. Disponível

em: <https://araraquara.sp.gov.br/governo/secretarias/trabalho-desenvolvimento-economico-e-turismo/economia-criativa-e-solidaria/quilombo-rosa>.

Acesso em 28 de setembro de 2023.

ARARAQUARA, PREFEITURA MUNICIPAL; WALM - Engenharia e Tecnologia Ambiental. **Plano municipal de saneamento básico**.

Araraquara/SP, 2014. 376p. Disponível em:

https://daae.araraquara.com.br/images/PMSB_araraquara-compactado.pdf. Acesso em 12 de abril de 2020.

ARAÚJO NETO, L.; HANAI, F.Y.; NASCIMENTO, R.C.M.; ROSSO PINTO, M.J.

Atlas das Bacias Hidrográficas do Município de Araraquara-SP. Araraquara-SP: PMA. São Carlos: UFSCar. 2023.

ARENALES, A. **Avaliação da resiliência de uma empresa de**

saneamento frente às mudanças climáticas - Estudo de caso do município de Araraquara/SP. 2019. 120 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

ARENDTH, H. **A condição humana**. trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro:

Forense- Universitária. 1981.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. trad. Plínio

Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 145 p.

BECKER, H.S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994. 178 p.

BETO, F. A fome como questão política. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 53-61, 2003.

BIAZOTI, A. R. **Engajamento político na agricultura urbana**: potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo. 2020. 255p. Dissertação (Mestrado em Ciências). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” / Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2020.

BRAND, P.; MUÑOZ, E. Cultivando cidadãos: agricultura urbana desde uma perspectiva política. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, v. XXI, n. 1, Rio de Janeiro, janeiro / julho de 2007.

BRASIL. **Lei 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006**. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm Acesso em 11 de outubro de 2022.

BRASIL. **DECRETO Nº 11.700, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023**. Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.700-de-12-de-setembro-de-2023-50939803> Acesso em 23 de setembro de 2023.

BUBER, M. **Do diálogo ao Dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
CALDAS, E. de L.; JAYO, M. Agriculturas em São Paulo: histórico e tipologia. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 39, 2019.

CAMARGO, C. R. **Mulheres e agroecologia no município de São Paulo**: um estudo sobre cuidado e política. 2023. 216p. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2023.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 6a ed. São Paulo: Contexto, 2001. 98 p.

CARDOSO, C. P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965- 986, set./dez. 2014.

CAROLINO, K. **Agricultura em São Paulo**: uma análise sobre os programas públicos instituídos no município. 2021. 248p. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2021.

CARVALHO, I. C. M. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun.2001.

CARTA CAPITAL. **Prefeitura de Araraquara rebate a Jovem Pan por fake news sobre o lockdown: ‘Politicagem’**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/prefeitura-de-araraquara-rebate-a-jovem-pan-por-fake-news-sobre-o-lockdown-politicagem/> Acesso em: 30 de junho de 2021.

CASTELO BRANCO, M.; ALCÂNTARA, F. A. de. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Revista Horticultura Brasileira**, v. 29, n. 3, 2011.

CBH- TJ - Comitê de Bacias Hidrográficas do Tietê-Jacaré. **Relatório da situação dos recursos hídricos 2015 - UGRHI 13 Bacia Hidrográfica Tietê - Jacaré**. 2015. Disponível em: <http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/CBH-TJ/10382/relatorio-de-situacao-2015-cbh-tj-final.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2019.

CBH- TJ - Comitê de Bacias Hidrográficas do Tietê-Jacaré. **Plano Diretor de Educação Ambiental**. 2017. Disponível em: <http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents//CBH-TJ/12265/relatorio-de-elaboracao-do-pdea-tj.pdf> . Acesso em: 28 de julho de 2019.

COELHO, A. L. P. P. **Agricultura urbana e desenvolvimento social em Araraquara/SP**: estudo de caso da Horta Comunitária da Zona Norte ao agropuerto. 2023. 60 p. Trabalho de conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) - Faculdade de Ciências e Letras , Universidade de São Paulo (Unesp). 2023.

CORRÊA, A. M. M. **Araraquara 1720-1930**: um capítulo da história do café em São Paulo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org) **Paisagem, tempo e cultura**. 2a ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 92-123.

COSTA-PINTO, A. B. **Em busca da Potência de Ação**: Educação Ambiental e Participação na agricultura caieira no interior da Área de Proteção Ambiental de Ilha Comprida, SP. 2003. 166 p. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental / Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

COUTINHO, M. N.; COSTA, H. S. de M. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, **Anais Rio de Janeiro**, 2011.

CURAN, R. M. **Multifuncionalidade da agricultura urbana de base agroecológica**: um estudo na Zona Leste do município de São Paulo/SP. 2020. 108 p. Dissertação (Mestrado em Ciências). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” / Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2020.

FASANELLO, M. T.; NUNES, J. A.; PORTO, M. F. S. Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. **Reciis – Revista Eletrônica da Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**. v. 12, n. 4, p. 396-414. out./dez.2018.

FONSECA, S. A; MORAIS, L. P.; CHIARIELLO, C. L. As contribuições da economia solidária no contexto da COVID- 19: o caso das Hortas comunitárias em Araraquara (SP), Brasil. **Sobre México**. n. 1, v. 2, p.104- 126, 2020.

FÓRUM DAS ONGS. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. 1992. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

FRANÇOSO, L. M. Linchaquara – o assassinato dos Brito. **Cadernos de Campo**, v.19 , p. 61–85, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia** - saberes necessários à prática docente. 51a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. 143 p.

GODOY, A. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **RAE**, São Paulo. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29, mai./jun. 1995.

GOMES, L.C.D.; SALVADOR, N.N.B.; LORENZO, H.C. de. Conflitos pelo Uso de Recursos Hídricos e o Caso de Araraquara-SP. **Ambiente & Sociedade**. v. 24, p.1-22, 2021.

GONÇALVES, L.M. C. **Os vazios urbanos na estruturação da cidade de Araraquara**. 2004. 155f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/ 93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GUSFIELD, J. R. **Community**: a critical response. New York: Harper & Row Publications. 1975.

HARAWAY, D.; ISHIKAWA, N.; GILBERT, S. F.; OLWIG, K.; TSING, A. L.; BUBANDT, N. Anthropologists are Talking – About the Anthropocene. **Ethnos**, v.81, n.3, p.535-564, 2016.

HORTA COMUNITÁRIA. **E-book da Horta Comunitária da Zona Norte**. 2017. 14 p. Disponível em: <https://www2.fcfar.unesp.br/Home/blocos/book--horta-comunitaria-da-zn-1.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2019.

HOOKS, B. **Pertencimento** - uma cultura do lugar. Trad. Renata Balbino. São Paulo: Elefante, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Panorama do município de Araraquara /SP**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/araraquara/panorama>. Acesso em: 10 de dezembro de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Panorama do município de Araraquara /SP**. 2022. Disponível em:

cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/araraquara. Acesso em: 03 de novembro de 2023.

KOPANAKIS, A. R. **O condomínio de vidro**: um estudo sobre segurança urbana no residencial Oitis em Araraquara. 2016. 200p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. trad. Cristina C. Oliveira. Itapevi: Nebli, 2016.

LESTINGE, S. R. **Olhares de educadores ambientais para estudos do meio e pertencimento**. 2004. 263 p. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” / Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.

MACHINI, M. L. **Nas fissuras do concreto**: Política e movimento das hortas comunitárias na cidade de São Paulo. 2018. 216 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MARTINS, J. B. Contribuições epistemológicas da abordagem multirreferencial para a compreensão dos fenômenos educacionais. **Revista Brasileira de Educação**. maio / ago 2004, n. 26, p. 85-94.

MEDEIROS, R.; GASPARINI, V.; RODRIGUES, C.; STANGANINI, F. Avanços na preservação ambiental no município de Araraquara a partir dos processos de revisão dos planos diretores. In: III SIMPÓSIO NACIONAL DE GESTÃO E ENGENHARIA URBANA: SINGEURB, 2021, Maceió. **Anais...** Porto Alegre: ANTAC, 2021. p. 250-260. Disponível em:
<https://eventos.antac.org.br/index.php/singeurb/article/view/1113/1563>

MENZORI, I. D.; FALCOSKI, L. A. N. Mapeamento e análise das áreas de preservação permanente e dos corredores de integração ecológica de Araraquara, SP. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 7-20, abr./jun. 2017. ISSN 1678-8621 Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído.
<http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212017000200143>

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1994, p. 09-29.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOUGEOT, L. J. A. **Urban Agriculture**: definition, presence, potential and risks, and policy challenges. Canadá: IDRC, 2000.

NAGIB, G. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas**. 2016. 434p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NERY-SILVA, A. C. **Educação ambiental e políticas públicas nas dissertações e teses de educação ambiental no Brasil: análise dos processos de elaboração e implementação**. 2015. 189 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2015.

NERY-SILVA, A. C. N.; CARACHO, R.; MORENO, V. S. Urbanização versus preservação: o dilema ao redor da floresta paludosa de Araraquara/ SP. In: XI SAPIIS & VI ELAPIS, 2024, São Paulo. **Anais...** São Paulo, USP, 2024. p. 01-05. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xi-sapis-vi-elapis/688855-urbanizacao-versus-preservacao--o-dilema-ao-redor-da-floresta-paludosa-de-araraquara-sp/>. Acesso em 03 de março de 2024.

NETO, O. C. O caderno de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1994, p. 51-66.

OLIVEIRA, S. C. **Ocupação antrópica da bacia do Ribeirão das Cruzes em Araraquara, SP: análises e proposições**. 2017. 212 p. Tese (Doutorado em Engenharia Urbana) - Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas / Departamento de Engenharia Civil, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

ONU - Organização das Nações Unidas. **ONU-Habitat: população mundial será 68% urbana até 2050**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/188520-onu-habitat-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-ser%C3%A1-68-urbana-at%C3%A9-2050>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

ORSI, R. A. As mudanças climáticas globais e as cidades: a inserção da problemática nas políticas públicas locais. **Simbiótica**, v. 10, n. 3, pp. 96-113. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i3.41104> Acesso em: 18 de dezembro de 2023.

ORSI, R. A. Paisagens em movimento: transformações pós-ocupação nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. **Novos Cadernos NAEA**, v. 23, n. 1, p. 261-280, jan-abr 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/7019> Acesso em: 03 de outubro de 2023.

PERES, I. K.; NERY-SILVA, A. C.; TROVARELLI, R. C. Educação Ambiental Revolucionária. **Revista Ambiente & Educação**. v. 28, n.2, dezembro de 2023. p.01-19. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/14365/10508?fbclid=PAAaZsKsP7YbJgRV1QeRjH8Mp9126Y67RGHZwdVqZXr7BD3eomEAiyjy9BMHg>. Acesso em 02 de janeiro de 2024.

PIERINI, C. R. **Análise da compacidade e da dispersão urbana de Araraquara-SP**: um instrumento de diagnóstico e cartografia social do vazio urbano. 2020. 234f. Tese (Doutorado em Engenharia urbana) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

PIERINI, C. R.; FALCOSKI, L. A. N. A evolução urbana do município de Araraquara (SP): uma crítica ao espraiamento. **Revista Húmus**, v. 9, n. 26, 2019, p. 174-196.

PORTAL G1. **Araraquara recebe prêmio internacional com projeto de hortas urbanas comunitárias**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2022/10/20/araraquara-recebe-premio-internacional-com-projeto-de-hortas-urbanas-comunitarias.ghtml> Acesso em 25 de outubro de 2022.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019. 164 p.

SÁ, L.M. Pertencimento. In: FERRARO- JÚNIOR, L.A. (Org.). **Encontros e caminhos**: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental. 2005, p. 245- 256.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. (Org.). **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras, Rede e Ipes, Belo Horizonte, junho de 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço** - técnica e tempo, razão e emoção. 2a ed. São Paulo: Hucitec, 1997.308p.

____. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. 16 ed. Rio Janeiro/ RJ: Record, 2008. 174 p.

SARAIVA, R. A ruralização das cidades: hortas urbanas e outros exemplos. In: GOMES, C. A.; ANTUNES, T. (Coord.). **O Ambiente e a Cidade**. Atas do colóquio promovido pelo ICJP e pelo CIDP, Lisboa, novembro de 2015.

SEADE SP (Fundação Sistema Estadual de Dados Estatísticos). **População urbana e rural** - estado de São Paulo 2020. Disponível em: <https://populacao.seade.gov.br/populacao-urbana-e-rural/> Acesso em 05 de maio de 2022.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise; casos práticos. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SENRA, J. B. **Entrenós**: a dialógica como abordagem complexa para a gestão florestal. 2024. 143p. Tese (Doutorado em Ciências). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” / Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2024.

SIGRH, PORTAL – Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. **Comitê de Bacia Hidrográfica – Tietê-Jacaré** – Apresentação. Disponível em <http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhtj/apresentacao> . Acesso em 11 de março de 2020.

SILVA FILHO, O. J.; GOMES JÚNIOR, N. N. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. **Cad. Saúde Pública**, v.36, n.05, p.02 - 02, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/H8WLX8SWhGPxBf9GGfhBSVz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 de julho de 2022.

SILVA, E. A. **Uma cidade na luta pela vida**: da pandemia ao 8 de janeiro. São Paulo: Alere, 2023.

SILVA, A. L.; FERRANTE, V. L. S. B.; ALMEIDA, L. M. M. C.; BARONE, L. A.; A exclusão social a partir do território: a experiência do Fundo Social do Departamento Autônomo de Água e Esgoto (DAAE) de Araraquara/SP. **Revista Brasileira Multidisciplinar**. v. 19, n.2, dezembro/ 2016, p. 08-21.

SIMAS, L.; RUFINO, L. **Flecha no tempo**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SORRENTINO, M. et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio-ago 2005.

SORRENTINO, M. et al, 2018. Comunidade, Identidade, Diálogo, Potência de Ação e Felicidade: Fundamentos para a Educação Ambiental. In: SORRENTINO, M. et al. **Educação Ambiental e Políticas Públicas**: conceitos, fundamentos e vivências. Curitiba: Appris, 2018. p. 14-30.

SORRENTINO, M.; NERY-SILVA, A. C. Políticas públicas de educação ambiental (EA) e gestão do meio ambiente no Brasil”. **Relicário**. Uberlândia/ MG. v. 6, n. 11, p. 48 - 62. jan./ jun. 2019.

SOUSA JÚNIOR, C. R. B. Geografias culturais no/do *plantationoceno*. **Revista Caminhos de Geografia**. Uberlândia-MG. v. 24, n. 94, p. 313–331, ago/2023.

SOUZA, J. M. V. **Araraquara 212 anos de história**. São Carlos, SP: Editora compacta. 2003. 80 p.

SPOSATI, A. et al. Apresentação. In: SPOSATI, A. et al. SORRENTINO, M. (coord). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/ FAPESP, 2001, p. 07- 10.

TELAROLLI, R. **Para uma história de Araraquara (1800-2000)**. Araraquara/SP: UNESP, FCL, Laboratório Editorial, 2003. 230p.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992. 175 p.

TOZONI-REIS, M. F. C. PESQUISA-AÇÃO: Compartilhando saberes; Pesquisa e Ação educativa ambiental. In: FERRARO-JÚNIOR, L. A. (org). **Encontros e Caminhos**: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: MMA, 2005, p. 267-276.

TROVARELLI, R. A.; BATTAINI, V.; SORRENTINO, M. A transição para sociedades sustentáveis: uma abordagem a partir de processos educadores. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol.16, n.1, p. 52- 68. 2021 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.2021-13170>. Acesso em 16 de junho de 2022.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

VALE, A. R. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)**. 2005. 210 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

VARGAS, M. A. R. Moradia e pertencimento: a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. **Cadernos Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 36, pp. 535-557, jul 2016. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3611>. Acesso em 07 de janeiro de 2021.

WEIL, S. **O enraizamento**. Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 2001. 272 p.